

**Alessandra Aparecida Franco
Elicardo Heber de Almeida Batista**
(organizadores)

DIMENSÕES E INTERFACES DO RURAL

EDITORA BARLAVENTO



**Alessandra Aparecida Franco
Elicardo Heber de Almeida Batista
(organizadores)**

DIMENSÕES E INTERFACES DO RURAL



**Ituiutaba, MG
2020**

© Alessandra Aparecida Franco, Elicardo Heber de Almeida Batista, 2020.
Editor da obra: Anderson Pereira Portuguez.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez
Créditos da imagem: Anderson Pereira Portuguez
Diagramação: Eric Pereira Portuguez

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993/0001-10. Prefixo editorial: 87563 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Babá Olorigin.
Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)
Prof. Maria Izabel de Carvalho Pereira (Revisora).
Pareceristas:

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguez
Prof. Dr. Ricardo Lanzarini
Prof. Dr. Rosselvet José Santos
Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior
Prof. Cláudia Neu
Prof. Dr. Giovanni F. Seabra
Prof. Mestre Bruno de Freitas
Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Dimensões e interfaces do rural. Alessandra Aparecida Franco/
Elicardo Heber de Almeida Batista (org.). Ituiutaba: Barlavento,
2020, 407 p.

ISBN: 978-65-87563-14-5

1. Agricultura. 2. Agronegócio. 3. Rural.

**I. FRANCO, Alessandra Aparecida. II. BATISTA, Elicardo
Heber de Almeida.**

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

Sumário

Apresentação	07
Habitar, residir, ser e estar: o rural como espaço de vida <i>Elicardo Heber de Almeida Batista</i> <i>Ana Cecília Guedes</i>	 10
Reciprocidade e circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar <i>Adevan da Silva Pugas</i> <i>Oscar José Rover</i> <i>Ana Cecília Guedes</i>	 84
Agenda decisória e ordenamento fundiário: uma análise cognitiva das origens da agenda de regularização fundiária na Amazônia Legal <i>Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo</i>	 112
Um novo perfil para os extensionistas rurais nos contextos brasileiro e francês: contribuições da agroecologia e da ajuda metodológica <i>Karine Nunes</i> <i>Oscar José Rover</i>	 154

**O papel da extensão rural frente aos desafios da
segurança alimentar**
Ana Cecília Guedes
Adevan da Silva Pugas
Elicardo Heber de Almeida Batista
Paulo Roberto Cardoso da Silveira 199

**As estratégias de manutenção e permanência da
agricultura familiar no município de Tabapuã, SP nas
sucessivas expansões de monoculturas de café, laranja
e cana-de-açúcar**
Guilherme Valagna Pelisson 230

**Complexo rural, complexo agroindustrial e
agronegócio: distintas experiências nos espaços
agrícolas brasileiro**
Maria Beatriz Silva Araújo
Elicardo Heber de Almeida Batista 283

**O profissional de coaching e seu dia a dia nas
organizações industriais**
Danilton Carlos da Silva
Jussara Goulart da Silva
Leandro Divino Miranda de Oliveira
Sérgio Mendes Dutra 326

Sistema de Controle de Qualidade como uma ferramenta de gestão determinante da eficácia organizacional	
<i>Alessandra Aparecida Franco</i>	
<i>Karllianne Dias Maia dos Santos</i>	351
Impactos da Certificação ISO em Indústrias Sucroalcooleiras	
<i>Alessandra Aparecida Franco</i>	
<i>Mateus Medeiros Ferreira</i>	374
Sobre os autores	403

Apresentação

A obra intitulada “Dimensões e Interfaces do Rural”, apresenta em 10 capítulos, conceitos, categorias, noções, indagações e considerações sobre os distintos sentidos dos espaços rurais. Combinando diferentes abordagens sobre parte da complexidade do que se entende por rural, o conjunto de textos escrito por autores com distintas trajetórias sociais, profissionais e políticas procura dar conta de forma interdisciplinar de um conjunto de dimensões – socio-territorial, econômica e ambiental, com pesquisadores oriundos das Ciências Agrárias, Humanas e Sociais Aplicadas.

O primeiro capítulo discute espaço de vida, comunidade e comunidades rurais considerando as experiências locais no Vale do Jequitinhonha (MG). O segundo debate a capacidade dos circuitos curtos de comercialização de produzirem lógicas de reciprocidade em dinâmicas comerciais da agricultura familiar, contribuindo para o estabelecimento de relações duradouras e garantindo a reprodução socioeconômica desta categoria social em longo prazo. O terceiro capítulo realiza uma análise cognitiva das origens da agenda decisória de regularização fundiária na Amazônia Legal.

A articulação das contribuições da agroecologia e da ajuda metodológica para a formação de um novo perfil para os extensionistas rurais que atendam aos novos desafios do mundo rural nos contextos brasileiro e francês é objeto do quarto capítulo. O quinto aponta em que medida a Extensão Rural vem trabalhando aspectos relacionados à segurança alimentar e nutricional, e quais políticas governamentais voltadas à

população rural são efetivas na promoção desses objetivos; e o sexto capítulo aborda as estratégias utilizadas por agricultores familiares frente à expansão das monoculturas do café, da laranja e da cana-de-açúcar no espaço rural do município de Tabapuã - SP.

O sétimo expõe o complexo rural, passando pelo complexo agroindustrial até o que se convencionou denominar de agronegócio, retratando distintas dinâmicas nos espaços agrícolas brasileiro em diferentes tempos. O oitavo analisa o uso da ferramenta estratégica *coaching* nas organizações industriais a partir da percepção de profissionais dessa área. O Sistema de Controle de Qualidade como uma ferramenta de gestão determinante na eficácia organizacional de usinas sucroalcooleiras é abordado no nono capítulo. E, por fim, no décimo são referenciados os impactos da Certificação ISO 9001 em indústrias sucroalcooleiras como fator de competitividade no setor.

Boa leitura!

Ituiutaba (MG), 18 de agosto de 2020

Profa. Dra. Alessandra Aparecida Franco
Prof. Dr. Elicardo Heber de Almeida Batista

Habitar, residir, ser e estar: o rural como espaço de vida

Elicardo Heber de Almeida Batista¹; Ana Cecília Guedes²

“O senhor vá lá, verá. Os lugares sempre estão aí em si, para confirmar”. Guimarães Rosa (1986, p. 19).

A noção de espaços de vida remete aos espaços praticados, onde há a presença de emoções e raízes. Remete às práticas concretas nos lugares, nos percursos diários e rotineiros de um conjunto de categorias sociais (habitantes, trabalhadores, consumidores de bens, serviços e lazer etc.) É “o espaço da ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência efetiva, seja ela econômica, social, etária etc.” (CAVACO, 2004, p.39), as quais afetam os comportamentos espaciais, delimitando o

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista- FCT/UNESP. Professor nos cursos de Ciências Agrárias (área) na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Ituiutaba). E-mail: elicardo.batista@uemg.br ; elicardoheber@yahoo.com.br

² Doutora em Agroecossistemas no Programa Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina - PPGA/UFSC. Pós-doutoranda no mesmo programa e instituição. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG – Unidade Ituiutaba). E-mail: ana.cecilia@uemg.br

particular no âmbito geral.

Esse texto apresentará uma discussão sobre espaço de vida, comunidade e comunidades rurais considerando as experiências locais no Vale do Jequitinhonha (MG). As evidências empíricas apresentadas no decurso do texto foram sistematicamente apoiadas nas fontes orais para a produção dos dados, sobretudo as entrevistas semiestruturadas e história oral (como instrumento metodológico)³. No texto se encontra uma possibilidade de leitura sobre um lugar. Os espaços de vida são aqui entendidos como referência para distintas práticas espaciais, dentre eles, habitar e estar em um cenário marcado por idas e retornos no contexto das migrações, sobretudo, mas não apenas, as transitórias e de trabalho, dentre eles, nas atividades agrícolas (produção animal e vegetal) e não agrícolas.

Os espaços de vida englobam os lugares cotidianos e da familiaridade, em decorrência das experiências pessoais (práticas pessoais e particulares), o que é apropriado, mas também trata da experiência contada pelos outros (memória), portanto, tanto do real, como também do imaginado/sonhado, em um passado distante ou não, ou seja, espaço vivido para além das fragmentações reais e das referências sensoriais, entendido também como mental e imaginado.

É no espaço de vida que se têm as relações afetivas e racionais e onde se expressam determinadas características da

³ As pesquisas de campo ocorreram entre 2014 e 2016.

vida no lugar: os modos de vida e suas particularidades, dentro da fragmentação espacial, e as redes sociais (contínuas ou não).

Habitar remete a frequência, permanência, descanso, prática do espaço, criação de laços pela atuação, familiaridade do vivido. Remete a um conjunto de experiências geográficas que englobam tanto a prática dos lugares visitados, como também a relação com os lugares imaginados ou praticados. As formas de habitar podem ser sedentárias (fixas) ou móveis (STOCK, 2007). O habitar é resultado de múltiplas relações (sociais e com o espaço) baseadas em intencionalidades e práticas. Há uma multiplicidade de lugares com distintos significados para cada indivíduo. Nas sociedades contemporâneas, inseridas em redes sociais⁴, técnicas e informacionais, os indivíduos praticam uma

⁴ **Redes sociais** é recorrentemente acionada para tratar de conexões. Os indivíduos e os grupos sociais estão conectados por meio de amplas e complexas redes sociais, às vezes não tão amplas ou complexas, mas essas redes sempre existem nas relações humanas. As redes sociais se manifestam em distintas circunstâncias e escalas, por exemplo, nas migrações internas e internacionais. Funciona também como uma espécie de circuito de deslocamento humano no espaço, possibilitando a liga de certos agentes e nós e viabilizam, dessa forma, oportunidades de deslocamento. De forma bastante sintética, para Tilly (1990), as unidades efetivas da migração não são os indivíduos ou as famílias, mas um conjunto de pessoas interligadas por uma rede pautada nas relações de amizade, (inter) conhecimento, parentesco e trabalho, ou seja, redes sociais. Por sua vez, Massey (1987), com uma análise próxima a Tilly, afirma que as redes sociais mais relevantes são construídas a partir das relações de parentesco, amizade, trabalho e uma origem comum. Essas relações não são construídas no decurso do processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas por uma experiência comum: a migração. A migração, por ser um processo social, é também

multiplicidade de lugares em circunstâncias e com intencionalidades distintas. As práticas dos lugares contribuem para o habitar dos lugares e detêm diferentes significados definidos a partir das relações com os vários lugares que são integrados na espacialidade dos indivíduos, seja elas corriqueiras, cotidianas, ocasionais ou ritualísticas.

Em seu significado mais íntimo, a noção de espaço de vida (CAVACO, 2004), espaço vivido e o conceito de habitar (STOCK, 2000) remetem aos múltiplos significados dos lugares.

Um indivíduo não habita apenas o lugar de domicílio e não habita apenas quando reside. O mesmo lugar tem múltiplos significados conforme as distintas intencionalidades de suas práticas, em conformidade com as diferentes situações e indivíduos, para diferentes práticas. Cavaco (2004) afirma que a sociedade moderna é marcada por uma mobilidade cotidiana e de trajeto de residências de vida não mais esmagada pela sedentariedade, marcada cada vez menos pelo nascer e morrer no mesmo lugar e, com isso, marcada por novas competências geográficas. Dessa forma, houve uma profunda mudança nas relações com o espaço e igualmente nos valores dos deslocamentos e no sentido das relações com os espaços de vida. Mudaram também os significados de proximidade e distância

organizada por redes reforçadas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam os grupos humanos.

(perto/longe).

O habitar também é um conceito que se apresenta como fenômeno espacial, o fenômeno da multiplicidade de habitantes, do cotidiano (e não cotidiano), das intencionalidades das práticas dos lugares e do sentido que estes assumem (residência, trabalho, lazer, consumo, recreação etc.). Remete também às questões sociais e culturais, considerando que os indivíduos não são livres, tanto em matéria de prática espacial, quanto em frequência de lugares (acesso, valores, informação). O habitar expressa uma diversidade nos espaços e nos tempos de vida: estilos de vida, frequência e prática de um grande número de lugares, com conhecimento e intensidade diversos. “Os homens são geograficamente plurais” (CAVACO, 2009, p. 40), não são sedentários e dispõem de intensas e distintas mobilidades (circulação, migração, migração circulatória, entre variadas residências etc.) e se relacionam com os lugares.

Nesse sentido, as diferentes mobilidades e as relações com os lugares podem apontar para as condições sociais e a posição (diversas posições) do indivíduo na estrutura social. Os habitantes temporários portugueses, que detêm uma segunda residência no Algarve ou no Litoral (Portugal), a migração temporária de mexicanos coletores de laranja nos Estados Unidos, ou os cortadores de cana-de-açúcar oriundos do Nordeste Brasileiro ou do Vale do Jequitinhonha, que residem em alojamentos precários no Estado de São Paulo, enfim, mobilidades profissionais ou de lazer, contêm em si sentido e significados distintos e também um forte indicador dos lugares de estar e habitar como um elemento

de exclusão social. Os indivíduos que se relacionam com diferentes lugares, multiresidência e multilocalização, por necessidade e/ou por escolha, apontam para uma mudança na relação com o espaço e no valor dos deslocamentos, assim como para o sentido de relação com os espaços de vida.

O próprio sentido dos deslocamentos aponta para as assimetrias entre os indivíduos, como por exemplo, os migrantes temporários da construção civil ou os estudantes que migram para estudar. Se os homens são plurais pela mobilidade, física, eletrônica e digitalmente, há uma imobilidade de indivíduos que residem permanentemente em um único lugar, devido à ausência de rendimentos monetários. A não mobilidade expressa uma carência econômica e a limitação de novas experiências a quase sempre numa mesma vila, aldeia, comunidade etc.

Residir remete ao lugar de domicílio, ou seja, onde se permanece habitualmente, e até mesmo onde se estruturam os territórios pessoais e se têm suas raízes. É da residência que são definidas as estratégias de deslocamentos diários para as práticas do cotidiano, o que pode ser entendido como a espacialização dos modos de vida. O lugar de domicílio é um elemento estruturante (um centro) dos espaços de vida, mas também de suas identidades espaciais. É um lugar de habitar e também de trabalhar. O lugar de residência é apenas uma questão de estatística, presente nos recenseamentos, ou seja, o lugar em que se habita.

A valorização do lugar provém de sua concretude; embora seja passível de ser engendrado ou conduzido de um lado

para outro, é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções. Tal realidade concreta é atingida por meio de todos os nossos sentidos, com todas as nossas experiências, tanto mediante a imaginação, quanto simbolicamente. (OLIVEIRA, 2012, p.12)

O habitar é uma das dimensões significativas do lugar. Está relacionada também com outras dimensões relativas ao lugar, como os ritmos da experiência. A familiaridade com partes específicas do espaço, mediante as experiências (triviais ou não), o torna lugar. Os significados do lugar apresentados por Oliveira (2012), aproximando-se do raciocínio de Tuan, apontam para sua multidimensionalidade. Os lugares são múltiplos e dotados de sentimentos topofílicos ou topofóbicos.

Relph entende o lugar como reunião, localização, fisionomia, espírito (*genius loci*), sentido, raízes e enraizamento, interioridade, lar, lugar-sem-lugaridade, nós, exclusão/inclusão, um sentido contaminado, uma construção e uma fabricação ou uma construção social dos lugares. Uma das características do homem reside no fato de que, de uma maneira essencialmente diversa, ele toma os espaços que lhe são dados (ou apropriados) e os transforma para nele viver. Há, nesse sentido, as estruturas físicas, como por exemplo, as casas, que trazem certo conforto, estabilidade e proteção, e há também as estruturas sociais, que marcam a presença de pessoas, as ações, as interações e os sentidos dados a si mesmo e aos outros que compartilham natural e culturalmente suas vidas. Nesse sentido, o lugar é dotado de

significâncias:

Qual o papel da emoção e do pensamento na ligação do lugar?

“Considerem o animal como movendo-se ao longo do caminho, parando de tempo em tempo. O animal para por uma razão, usualmente para satisfazer uma necessidade biológica importante – a necessidade de descansar, beber, comer, acasalar. A localização da parada torna-se para o animal um lugar, um centro de significância que para ele pode defender contra intrusos. Este modelo de comportamento animal e sentimento de lugar é prontamente aplicável aos seres humanos. Nós paramos para atender as exigências biológicas; cada pausa estabelece uma localização como sendo significativa, transformando-a em lugar. O humanista reconhece a analogia, mas novamente está disposto a perguntar como a qualidade da emoção e do pensamento humano dão ao lugar uma gama de significação humana inconcebível no mundo animal. Um caso que esclarece a peculiaridade humana é a preocupação que as pessoas dão aos eventos biológicos do nascimento e da morte. Santuários dedicados ao nascimento e a morte são unicamente lugares humanos. (TUAN,1976, p.2)

Ao habitar os lugares (provisórios ou não), diferimos dos animais na medida em que eles estão nos espaços onde habitam, vivem e se reproduzem, enquanto os humanos transformam os espaços para viverem. Enquanto os animais vivem nos espaços onde são criados, os humanos criam os espaços onde vivem. O

antropólogo Brandão considera que ao construí-los, construímos interiormente a nós mesmos. É uma “cartografia da pessoa” haveria de entrever que:

(...) “cada um de nós habita e é habitado por espaços e lugares, terras e territórios, regiões e paisagens interiores. E, também, ao construí-las criamos entre nós, interativa e socialmente, nossos sistemas e ações e de coisas, de signos, símbolos e palavras que condizem em nossas diversas culturas os nossos saberes, nossos significados, nossas sensibilidades e nossas sociabilidades.” (BRANDÃO, 2007, p.13)

Nesse sentido, na construção social dos lugares, nos mais distintos cenários e contextos culturais, há uma atribuição de um ou mais sentidos aos espaços de vida que são gerados, bem como aos mundos sociais que são criados, destruídos e recriados, socializando porções da natureza socializada e transformada em fragmentos e sistemas de cultura (BRANDÃO, 2007). É essa cultura que nos toma como indivíduos biológicos (seres da natureza) e nos transforma em pessoas sociais (sujeitos de uma cultura). Humanos que constroem espaços e lugares, casas (e nomes para as casas), músicas, canções que retratam as casas, casas que são habitadas e onde também se sociabiliza e festeja, e é cenário de dramas individuais e coletivos, entre outras ações humanas.

Yi-Fu Tuan lembra que:

Espaço e lugar são termos familiares que indicam

experiências comuns. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As grandes planícies dão a sensação de espaciosidade. O lugar é a segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os geógrafos estudam os lugares. Os planejadores gostam de evocar um “sentido do lugar”. Estas são expressões comuns. Tempos e espaços são componentes básicos do mundo vivo, nós os admitimos como certos. Quando, no entanto, pensamos sobre eles, podem assumir significados inesperados e levantamos questões que não nos ocorria indagar (TUAN, 1982, p. 3.)

Conhecer um lugar subentende o desenvolvimento de um sentimento. Sendo um local natural ou construído, a pessoa liga-se a ele quando adquire um significado mais profundo ou mais íntimo. “Os lugares íntimos, como os nossos lares, são mais aconchegantes no inverno, nos dias chuvosos, nos momentos de doenças ou de festividade, de atendimento as nossas festividades” (OLIVEIRA, 2012, p. 12). Oliveira afirma que uma das dimensões significativas do lugar ou o sentido que se atribui a este ou aquele (o meu, o seu ou o nosso lugar) são pensados em termos geográficos mediante uma experiência do habitar, do falar, dos ritmos e transformações. “Ou o lugar do consciente do tempo social histórico recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior” (OLIVEIRA, 2012, p. 15-16).

Entende-se que se vive em momentos num mesmo lugar,

numa mesma época. Pode-se habitar em um lugar que é resultado de uma construção ao longo de um tempo. Habita-se uma mesma cidade, rua, comunidade rural, casa etc. É no lugar que as pessoas se encontram ao longo de suas vidas. Os encontros da vida cotidiana. É o lugar também o cenário das interações sociais, o que transforma em locais sociais da vida (individual, coletiva, da vida em comunidade etc.). As interações estáveis ou passageiras, uniformes ou múltiplas, harmoniosas ou conflituosas existem tanto na dimensão de uma casa ou de uma comunidade, como em ambas.

Comunidade e comunidades rurais: espaços de vida no mundo rural

Comunidade é um termo que pode ser usado para definir um grupo humano localizado territorialmente e interligado por laços de interação social e interdependência, e por um conjunto de sistemas integrados de valores e normas, aceitos pelo grupo social, tendo seus membros à consciência de serem distintos de outros grupos delimitados por linhas idênticas (SHANIN, 1972; COMERFORD, 2005).

Comunidade rural⁵, por sua vez, é uma expressão que

⁵ No geral, a terminologia comunidade é vaga, larga e ambígua. Muito disso, se deve ao fato que comunidade é um termo utilizado em distintos contextos, sobretudo, pelo Estado, pela igreja, pelas associações (rurais e urbanas), pelos movimentos revolucionários, por determinados profissionais e pelas cooperativas. Há alguns usos mais restritos de comunidade, como exemplo, comunidades rurais (distritos, povoados e aldeias) ou urbanas (comunidades

apresenta grande diversidade de acepções. Geralmente, em uma definição “clássica”, indica um grupo social delimitado territorialmente – a população de uma localidade, de um povoado ou de um distrito, instalada fora da sede de uma municipalidade – bem como as atividades ocupacionais desses grupos sociais – principalmente as relacionadas à produção agropecuária. É uma

de bairro e as favelas), comunidades tradicionais (povos das florestas, povos rurais), grupos raciais e étnicos (comunidade negra, gay, quilombola, indígena, etc), que não necessariamente, mas geralmente tende a apresentar um sentido de comunidades locais. Comunidade também é utilizada para designar determinados grupos de profissões (comunidade médica, científica, etc), organizacionais (escolar), ou até mesmo para definições mais amplas e que apresentam maior complexidade e diversidade (comunidade econômica, nacional, internacional/mundial), apresentando um uso mais amplo para a palavra comunidade. Durante parte do século XIX e, sobretudo ao longo do século XX, há nas teorias sociais a presença do termo comunidade com um sentido que abrange todas as formas de relacionamento marcadas por um profundo grau de intimidade pessoal, emotividade (profundeza emocional), engajamento moral, coerção social e continuidade no tempo (NISBET, 1973). A comunidade encontra o fundamento no homem visto em sua totalidade e não apenas no papel que ele possa desempenhar na ordem social, visto de forma separada. A comunidade é [...] fusão de sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição (NISBET, 1973, p. 256). Pode encontrar sua expressão simbólica na religião, na nação, na raça, na profissão, nas cruzadas. Para ele, o protótipo (histórico e simbólico), da comunidade é a família, cuja nomenclatura ocupa uma posição predominante em quase todos os tipos autênticos de comunidade. Em seguida o autor afirma que o elemento fundamental no liame comunitário é “a antítese, real ou imaginária, representada no mesmo ambiente social pelas relações não comunitárias de competição e no conflito, utilidade ou consentimento contratual”.

terminologia presente no cotidiano de pessoas residentes nas mais diversidades localidades (rurais e urbanas) e também no universo linguístico das agências⁶ que têm a população do campo como foco de atuação, como igrejas, órgãos municipais, estaduais e federais, sindicatos e organizações não governamentais.

Além dos aspectos citados anteriormente, o termo comunidade rural sugere que há grupos sociais que mantêm, nas práticas cotidianas, relações sociais pautadas na proximidade e na participação em atividades lúdico-religiosas, assim como em determinadas ações coletivas de cooperação no trabalho agrícola, como os mutirões nos períodos de limpeza da área a ser cultivada. Está presente no cotidiano e no vocabulário das pessoas do Vale do Jequitinhonha e de várias outras regiões do Estado de Minas Gerais, utilizado nos discursos dos moradores, das igrejas, dos órgãos estatais (sobretudo a prefeitura local) e dos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-EMATER-MG.

Os usos do termo comunidade rural remetem a diversos significados. Por um lado, refere-se ao recorte territorial e administrativo delimitado para a atuação de determinados órgãos públicos como a EMATER-MG e as prefeituras. Por outro, indica local em que os interesses comuns estão relacionados à ordem religiosa, sobretudo da igreja católica, e também às inserções

⁶ Nessa perspectiva, trata-se de um uso do termo comunidade que não tem pretensões científicas, mas “recortar” o município para determinados fins, como exemplo, projetos de extensão rural, atuação de grupos religiosos (sede de igrejas), dentre outros.

ocupacionais (atividades agrícolas).

Uma comunidade rural, cujos limites territoriais são um recorte menor dentro de um território maior (o município), representa uma situação específica de encontro de diversos elementos – sociedade, ocupações, aspectos religiosos, políticos e administrativos etc. Trata-se, portanto, de referência ao local de morada (identificação de um lugar geográfico), de realização de festas e confraternizações (sociabilidades), de agrupamento de pessoas que residem próximas entre si (reflete uma coletividade), bem como para a realização de planos e programas governamentais, organização com finalidade política ou econômica (com proposições de intervenção na realidade), entre outras (SOUZA, 2005).

No Vale do Jequitinhonha, o termo comunidade é utilizado para se referir a um agrupamento de pessoas residentes em áreas urbanas equivalentes a bairros ou de pessoas que residem fora das sedes urbanas dos municípios. Comunidade rural, por sua vez, traz os sentidos de delimitação territorial, religiosa e profissional, assim como de uma organização social fortemente baseada em laços de parentesco e vizinhança. Entretanto, na prática, as comunidades rurais não são universos sociais fechados em si mesmo, como uma espécie de “bolha” ao mesmo tempo em que a comunidade é circunscrita como um local delimitado, há um conjunto de relações sociais e institucionais que são ocorrem nesses lugares. As pessoas residentes nas comunidades estabelecem contatos com as pessoas residentes em outras comunidades, na sede urbana do município

e em outros municípios vizinhos, dentre eles, Araçuaí, Coronel Murta, Itaobim e Rubelita. Mesmo as comunidades rurais mais isoladas desenvolvem intensa troca material e simbólica com outros lugares para além do que são definidas como as fronteiras da comunidade. As trocas e vendas de alimentos (dentre eles os grãos de feijão e milho), o trabalho de camarada⁷ nas comunidades e cidades vizinhas e os encontros para as festas (sagradas e profanas), são alguns exemplos que apontam que as comunidades não estão fechadas em si mesmo. A própria migração, os trânsitos permanentes e as permanências transitórias, mostram uma dinâmica populacional, com deslocamentos que estão para além da delimitação territorial.

Para o poder público, as comunidades rurais são utilizadas como unidades administrativas para a implementação de projetos que procuram atender distintas demandas locais, como o acesso à água, construção de banheiros, medidas para o fortalecimento da produção agrícola familiar etc. No âmbito dos municípios do Vale do Jequitinhonha, as comunidades e as comunidades rurais representam o agrupamento de pessoas com distintas posições hierárquicas que, a partir de ações coletivas, identificam problemas locais (sobretudo as carências) e procuram o poder público em busca de soluções. Geralmente nas comunidades rurais há as associações. A maior parte dessas associações são organizadas e presididas por mulheres que, na ausência dos maridos migrantes, buscam, em conjunto com outras mulheres e

⁷ Camarada é o trabalhador temporário em propriedade rural.

homens do lugar, resolver problemas que afetam o cotidiano da comunidade, como por exemplo, o acesso à água encanada, que interfere diretamente em suas condições e qualidade de vida.

Cada associação possui uma diretoria, eleita pelos membros para um determinado período, e também um salão onde acontecem as reuniões. Espaço que é a materialização da comunidade, além das reuniões, abriga igualmente as celebrações religiosas e as festas. Nas reuniões são debatidos os temas de interesse do grupo e tomadas às decisões coletivas, as quais, em grande medida, expressam os conflitos, as diferenças e as discordâncias que estão em jogo na vida e na comunidade. Se as reuniões na comunidade buscam o consenso na elaboração de propostas que melhorem a vida na escala local, essa organização representa a possibilidade de transformar a vida das pessoas através de ações coletivas. Nesses encontros são expostas publicamente as demandas locais e os conflitos entre os componentes do grupo. Ambos são definidos por uma temporalidade que está intrinsecamente ligada à capacidade dos líderes e dos membros da comunidade em buscar soluções para problemas que ocorrem no cotidiano. Nas comunidades ocorrem contatos sociais intensos/intimidade, conflitos, evitação e hierarquizações. Esses elementos são componentes da convivência e de diferentes níveis de socialização e organização social, que interligam as pessoas de formas distintas, seja por laços consanguíneos, de casamento ou de amizade.

Ainda que existam autoridades locais, como os líderes ou os coordenadores da comunidade, grande parte do que ali ocorre,

todavia, é influenciada por agentes externos, sobretudo a igreja católica e o poder público, principalmente no que respeita a projetos religiosos e a propostas de possíveis melhorias nas condições de vida. As comunidades estabelecem distintas relações com grupos sociais ou instituições externas a elas, de que são exemplo às secretarias das prefeituras locais, a arquidiocese de Araçuaí ou as organizações não governamentais (ONGs).

No interior das próprias comunidades, a integração de seus membros ocorre de forma distinta. Para determinados grupos sociais, a vida comunitária é mais intensa, como na ajuda mútua no trabalho agrícola; para outros, ela se dá mais no âmbito político ou religioso; para alguns, ainda, ela é quase inexistente. No plano das relações, é bastante comum indivíduos ou famílias que optam pelo isolamento social. Os conflitos, que se expressam de distintas formas, ajudam a entender as difíceis relações sociais entre membros de uma mesma comunidade. A vida em comunidade envolve prestígios e reputações. Se a postura de determinadas lideranças, de coordenadores ou membros da comunidade não agrada, o que ocorre, no limite, é o distanciamento daqueles que os julgam e que optam pelo distanciamento social.

Mesmo considerando as especificidades de cada uma, definidas por seus recursos humanos, as comunidades rurais em Itinga-MG representam uma forma de organizar a vida a partir do momento em que indivíduos e famílias se identificam, e passam a ser identificados, como uma comunidade que abriga questões sociais, econômicas, políticas e culturais. As pessoas se

identificam ou são identificadas como pertencentes a determinadas comunidade. Dessa forma, as comunidades entram na elaboração das identidades. A identidade não é uma essência, mas sentida afetivamente, inclusive, mas não apenas, pela força do lugar. No mais profundo de seus significados, comunidade representa a união de pessoas que buscam melhorar de vida ou resolver problemas do cotidiano, ainda que isso represente enfrentar conflitos, ou acessar elementos externos para tentar minimizar suas dificuldades.

Em Itinga (MG), foram selecionadas oito comunidades rurais para a pesquisa de campo (tabela 1), tendo por base alguns critérios: a) predomínio de famílias que trabalham na atividade agrícola (em todos os casos eram pequenos proprietários de terra, com áreas inferiores a 20 ha); b) presença do fenômeno da migração, mas com pessoas que tendiam (por diversas circunstâncias) a ter migrado menos (tanto de forma definitiva como temporária); c) grande número de jovens e de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Com o auxílio de Pierre Gusmão, Presidente da Organização Não Governamental “Associação dos Amigos de Itinga” (AMAI), foram selecionadas as comunidades rurais que contemplavam os critérios citados e onde residiam grupos sociais com específicas diferenciações sociais, econômicas espaciais entre si:

Tabela 1: Comunidades rurais, número de famílias residentes e pesquisadas.

Comunidade Rural	Número de famílias residentes nas comunidades.	Distância da sede do município.	Número de famílias entrevistadas e às quais se aplicou um questionário socioeconômico.	Média de⁸ pessoas por casa.	Média de renda/Família (Mês).
Comunidade Rural do Jacaré	88	44 km	4	5,24	R\$ 212,00
Comunidade Rural Gangorra	18	25 km	2	6,32	R\$ 415,00
Comunidade Rural de Jenipapo	45	20 km	7	3,79	R\$ 180,00
Comunidade Rural de Itinguinha	42	39 km	8	3,21	R\$ 320,00
Comunidade Rural Hermógenes	11	7 km	2	9,21	R\$ 370,00
Comunidade Rural	84	31 km	9	4,23	R\$ 270,00

⁸ Média de pessoas por casa dentre as famílias pesquisadas.

Comunidade Rural Ponte do Pasmado	6	7 km	1	6	R\$ 280,00
Comunidade Rural do Caldeirão	39	70 km	2	3	R\$ 220,00
Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas					

Fonte: Pesquisa de campo (2013, 2014 e 2015).

A questão espacial é importante na medida em que, quanto mais distante da sede urbana do município, mais isolada é a comunidade. Na Comunidade da Gangorra, só é possível chegar a pé, a cavalo ou de moto. Na Comunidade Rural de Santana das Pindobas, o transporte público é limitado a dois dias da semana, o que dificulta o trânsito de seus moradores, por exemplo, para a sede urbana do município. Tal isolamento fortalece o convívio entre eles, mas dificulta o contato com “pessoas de fora”. A dificuldade se amplia, quando há a necessidade de acessar hospitais e/ou instituições de ensino. Crianças e jovens podem cursar o ensino fundamental e médio na Escola Família Agrícola (EFA), localizada na Comunidade Rural do Jacaré. Funcionando em regime de internato, essa escola possibilita aos alunos a progressão nos estudos, mas devido ao isolamento, é inviável a

permanência desses jovens em suas comunidades rurais e a progressão nos estudos posterior ao ensino médio.

Visto serem as comunidades rurais espaços de vida cotidiana, a distância e o isolamento definem, em grande medida, os ritmos de vida e o contato com o “mundo externo”. Não se deve compreender, porém, que o isolamento define a comunidade com uma “bolha” fechada em si mesma. O trânsito das pessoas pelas sedes urbanas regionais ou por outras comunidades existe, mas os deslocamentos dependem de transportes, frequentemente não diários, e presentes em apenas alguns dias da semana. Os transportes públicos mais escassos e as distâncias são fatores que convergem para uma permanente espera. A espera do dia de ir à cidade para a compra de alimentos industrializados, roupas, sapatos, remédios ou algum bem para o uso agrícola, tais como a enxada.

As famílias com mais recursos, obtidos seja com o dinheiro da migração ou do trabalho como diaristas em propriedades rurais próximas às suas, conseguem comprar uma moto, o que diminui o isolamento, mas não resolve o problema com o transporte de determinados bens, como móveis, por exemplo. Trata-se de uma sociedade muito sedentarizada, em decorrência tanto da precariedade da rede de transportes, que limita os deslocamentos, quanto da pobreza econômica, que dificulta arcar com os custos das viagens para a sede urbana do município. Esse aspecto, porém, tem sido influenciado por um elemento recente: o Programa Bolsa Família. Com a inserção no programa, os beneficiários e, sobretudo as mães da família, têm

tido a possibilidade de sair de sua casa e de sua comunidade para receber o benefício na cidade e comprar certos produtos (principalmente alimentos industrializados) para o consumo familiar.

São famílias com restritos deslocamentos pelas cidades e com raras mudanças de residência. Entre esses grupos sociais mais pobres, as pessoas geralmente nascem e vivem toda a vida em uma mesma casa. A mudança de local de residência não ocorre com a contração do matrimônio, que geralmente ocorria, e não raro permanece ocorrendo, entre pessoas de uma mesma comunidade. A pobreza limita o trânsito entre a comunidade e a cidade e restringe ainda mais a migração. Quanto mais evidente é a pobreza econômica, maior é a possibilidade de viver uma vida inteira numa mesma comunidade. Nesses casos, a migração de trabalhadores só é viabilizada se as empresas custeiam os trânsitos. Inicia-se uma viagem com dívidas, que serão descontadas nos futuros pagamentos pelo trabalho. Quando essas pessoas terminam seus contratos temporários, é comum retornarem à mesma comunidade de onde saíram.

Tal mobilidade do trabalho não representa necessariamente uma mobilidade social e/ou mudança de residência. Se esses lugares são de exclusão e dificultam o acesso das famílias a determinados bens e serviços, sobretudo ligados a saúde e educação, a imobilidade interfere no enraizamento construído socialmente a partir de uma experiência cotidiana de estar e viver em uma mesma comunidade, a permanência em uma mesma casa, pois, “estar em casa é, para muitas pessoas, a forma

mais intensa de interioridade” (RELPH, 2012, p.12). Para o autor, isso remete à transformação da casa em lar, considerando que ele entende como lar o lugar em que as raízes são mais profundas e fortes, onde se conhece e é conhecido por todos e onde se pertence. Se Relph (2012) vê os sem-teto como uma enfermidade social, nessas comunidades rurais, as famílias têm pelo menos dois pontos que são importantes destacar: mesmo que muitas casas sejam bastante precárias, elas são, antes de tudo, um lar. É nele que pessoas residem permanentemente e são conhecidas por toda a comunidade. Diferente do migrante, que é apenas uma força de trabalho, nessas comunidades, as pessoas têm identidades e são reconhecidas como categorias sociais: agricultores, lavradores, parteiras, professoras etc. São também parentes de sangue ou de consideração, formam grupos de vizinhança que se conhecem e mantêm uma íntima proximidade, não apenas geográfica, mas, sobretudo, social.

R: Aqui [na comunidade] todos se conhecem. É tudo parente ou amigo [...]. Fui nascido, criado aqui. Nunca saí. Meus irmãos já foram para o corte da cana, mas sempre fiquei. Criei meu povo tudo aqui nessa cabeceira [12 filhos]. Eles [os filhos] foram crescendo e corria [migrava temporariamente] para São Paulo. Agora não é mais São Paulo, vão pra outro canto.

E: Vão para onde?

R: Feira de Santana, na Bahia e Montes Claros (MG). [...] trabalhar como pedreiro. Seis dos meus moços moram aqui. Criam a família com esse dinheiro de pedreiro e

mascateando também. Compram feijão dos vizinhos e revendem em Coronel Murta [pequena cidade do vale].

E: Não trabalham na roça?

R: Trabalham, mas o pedacinho de terra é pouco. [...] tem que arrumar outras formas de viver.

E: E os outros seis filhos?

R: Três Deus levou pequeno. Era tudo fraquinho. Dois vivem em Campinas e um, em Salvador.

E: E o senhor não quis ir embora da comunidade?

R: Nunca calculei isso. Mais novo, até queria ir, mas casei, fui trabalhando na roça, foi nascendo os meninos e fui parando com essa ideia de ir embora. [...] gosto daqui. Vida sossegada. Tem a família, tem os vizinhos que ajuda na roça, tem tido a melhoria das coisas [...] não penso ir embora.

E: O que melhorou?

R: Agora está bom viver na roça. Tem água [do Programa Minas sem Fome] Tem luz [Do Programa Luz para Todos]. Tem melhorado demais a vida aqui na roça. [...] a vida aqui está muito boa. Não penso mais ir embora e também estou velho pra isso.

E: O senhor nunca sai aqui da comunidade?

R: Muito pouco, quase nada. Vou até a rua pegar o benefício [aposentadoria rural] e já fico doido para voltar. Lá é barulhento. Gosto do meu sossego...

(Sr. Reinaldo, agricultor, Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas, 59 anos, ensino fundamental incompleto)

Se há nas Ciências Sociais (Antropologia, Geografia, Sociologia etc.) um proeminente debate sobre a ausência de lugar, o desenraizamento, sobretudo, no âmbito das mobilidades espaciais, e a existência de fenômenos socioespaciais, tais como desterritorializações, migrações, cruzamento de distintas fronteiras, nomadismo, instabilidade dos lugares de viver e estar que afetam os pobres, a trajetória do Sr. Reinaldo aponta para a imobilidade, a fixação e um conjunto de práticas baseadas em um lugar. Uma vida construída em uma “cabeceira” de rio, entre as chapadas e os vales cujo significado vai além da fisionomia de um lugar.

É um lugar que resulta da reunião do trabalho na roça, do casamento, da criação dos filhos e de um permanente estar numa mesma localidade, o que confere um conjunto de experiências nesse espaço de vida. Há, na fala do Sr. Reinaldo, uma percepção particular de melhoria das condições na roça. Essa percepção, por certo, está muito ligada às suas leituras de mundo, pois não decorre da comparação com outras realidades ou com outros lugares específicos, tendo como elemento comparativo a própria história do lugar onde vive: ausência de infraestruturas e de renda,

enfim, de um conjunto de elementos que, quando se mostra presente no lugar, altera não apenas as condições de vida, mas também as experiências de lugar. Nesse lugar, há um elemento profundamente particular e familiar que se refere ao lar. As experiências de lar são experiências de um lugar.

Energia elétrica, água encanada, aposentadoria para a compra de bens e móveis melhoram o lar, e mudam a experiência e a leitura de lugar. Para uma pessoa “de fora”, o olhar sobre o lugar, as estruturas físicas das casas (dos lares) e os modos de vida é influenciado por comparações com diferentes lugares do mundo, mas, para as pessoas do lugar, os elementos nele presentes possibilitam uma leitura muito específica: o lugar das atividades econômicas (trabalho na roça), de uma história particular dotada de significados, como por exemplo, onde se criam os filhos, onde há a vivência espiritual na igreja, onde se enterraram ou se enterram os mortos, enfim, elementos que, com seus significados, confundem-se com a própria existência das pessoas do/no lugar.

E quais são as principais características que diferenciam as comunidades rurais, que são, em seu mais profundo significado, lugares de vida?

I- Comunidade Rural do Jacaré: sede de uma Escola Família Agrícola (EFA), principal localidade produtora de leite no município de Itinga (MG). Há o predomínio de pequenas propriedades rurais familiares (média de 16 ha) que têm a pecuária leiteira como principal fonte de rendimentos, somada

aos repasses do Programa Bolsa Família (PBF).

II- Comunidade Rural da Gangorra: é onde estão localizadas as famílias que trabalham com hortifrutigranjeiros. A produção é destinada às feiras locais (sobretudo nas cidades de Itinga, Araçuaí e Itaobim). Pequenas proprietárias de terra (média de 8 ha), as famílias que cultivam hortas conseguem ter um maior poder de capitalização do que as outras famílias da comunidade, e também em relação às que trabalham em outros cultivos agrícolas, como por exemplo, o feijão.

III- Comunidade Rural de Jenipapo: tem o garimpo como uma ocupação complementar à atividade agrícola.

IV- Comunidade Rural de Itinguinha: o artesanato (barro e madeira) corresponde à principal atividade complementar à atividade agrícola.

V- Comunidade Rural Hermógenes: abriga famílias remanescentes de quilombolas. Vivem basicamente da aposentadoria dos mais idosos e de repasses do Programa Bolsa Família. A principal ocupação é a produção para o autoconsumo (principalmente milho e feijão).

VI- Comunidade Rural Ponte dos Pasmados: forte permanência de jovens, que não tem condições de migrar, em decorrência da pobreza (econômica).

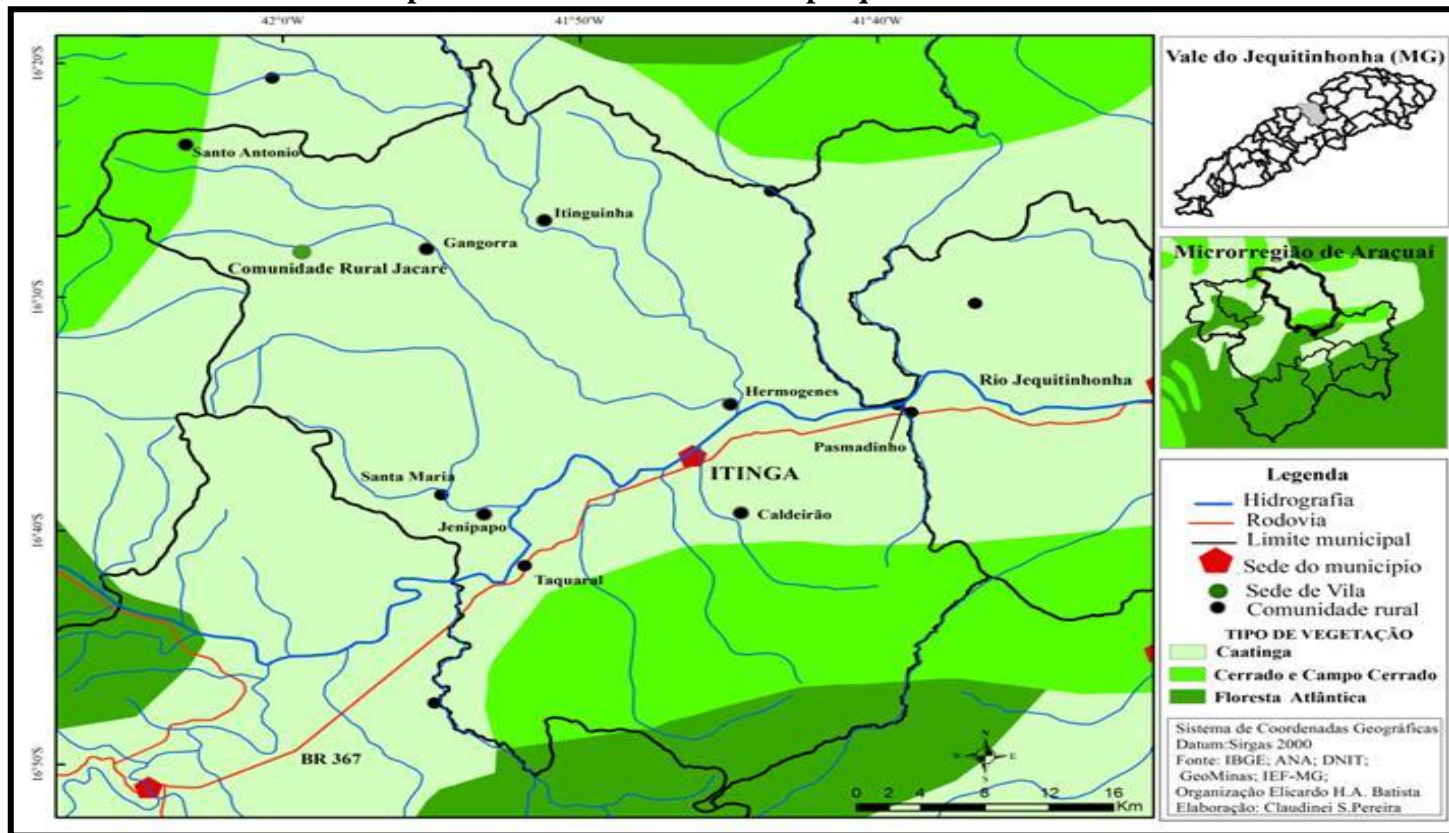
VII- Comunidade Rural do Caldeirão: forte migração de

homens, chefes de família, sobretudo para o corte da cana-de-açúcar, e a permanência das esposas, que cuidam da atividade agrícola, e dos filhos pequenos;

VIII- Comunidade Rural de Santana das Pindobas: marcada pela forte migração de famílias para a sede do município de Itinga (MG). Nos últimos anos (sobretudo após 2003), a migração campo-cidade diminuiu, em grande parte, devido à chegada do Programa Bolsa Família e à instalação de infraestrutura mínima, como poços artesianos, que reduz o problema da falta de água nos períodos de estiagem/seca.

Essas comunidades estão localizadas em distintos biomas existentes no município de Itinga (mapa 4), e este fator interfere consideravelmente nos modos de vida e nas atividades econômicas, como por exemplo, se o lugar sofre maior incidência de falta d'água. Há uma forte concentração do cultivo de hortifrutigranjeiros em comunidades localizadas nas áreas com manchas de mata atlântica, sobretudo na Comunidade da Gangorra. Esses cultivos se concentram principalmente nas grotas que, localizadas às margens dos pequenos cursos d'água, são áreas propícias ao cultivo de produtos alimentícios. As grotas continuam sendo importante lugar de morada e trabalho, com um forte peso da produção para o autoconsumo e de excedentes de hortaliças, rapadura e frutas, que são comercializadas nas feiras locais. Em comunidades rurais localizadas em áreas de caatinga ou mata seca, há um forte predomínio da pecuária extensiva. Nas áreas de cerrado e, sobretudo nas chapadas, é grande a presença de plantação de espécies exóticas, notadamente *pínus* e eucalipto.

Mapa 1: As comunidades rurais pesquisadas e os biomas.



As comunidades envolvidas na pesquisa apresentam diferentes dimensões populacionais, mas têm como característica comum constituírem uma sociedade rural, onde, por limitação de oportunidades, as pessoas estão fortemente ligadas à agricultura (produção animal e vegetal). Ou seja, há o predomínio de famílias que se reproduzem socialmente por meio da atividade agrícola, o que ocorre na totalidade dos casos analisados. Nos aglomerados populacionais, sobretudo em Jacaré e Ponte dos Pasmados, há escolas que ofertam ensino do nível pré-escolar até o médio, representando aqueles que a elas têm acesso, a possibilidade de obter no futuro uma ocupação fora das atividades agrícolas, empregos em geral ocupados por pessoas “de fora” das comunidades. As professoras, por exemplo, são da “rua”, ou seja, residem em Itinga e se deslocam cotidianamente para lecionar.

A centralidade das atividades agrícolas é resultado do ambiente social e econômico em que essas famílias estão inseridas. A análise das trajetórias sociais demonstra haver uma baixa mobilidade ocupacional. Exceto os indivíduos ou famílias que migraram do campo para a cidade, as pessoas que permaneceram em suas comunidades de origem continuavam, e continuam na condição de agricultores. O lugar que essas pessoas ocupam na sociedade não é determinado essencialmente pelo lugar que ocupam os seus pais [de agricultores]. A baixa mobilidade do trabalho está muito mais relacionada à falta de alternativas para mudar essa situação.

Ao contrário da realidade das médias ou grandes cidades

mineiras, ou de outras regiões do país, onde há um número maior de ocupações e possibilidades de empregos em distintas áreas, nas comunidades rurais, as pessoas que não migram têm como opção o trabalho na agricultura e, raras vezes, algumas ocupações não agrícolas, como certos cargos no funcionalismo municipal, ou no comércio, na sede do município. Esses empregos, todavia, requerem no mínimo um nível médio de escolaridade, e as vagas existentes são poucas e não atendem a demanda. Além disso, o comércio local é marcado pela informalidade e pelo descumprimento de direitos trabalhistas, sobretudo o registro e o pagamento de salário mínimo, configurando uma precarização do trabalho.

Nesse cenário, para as pessoas que não desejam permanecer na atividade agrícola, a migração é a melhor alternativa e, com frequência, a única possibilidade para uma mobilidade profissional. A limitação de alternativas ocupacionais é, portanto, aspecto indutor da mobilidade espacial, principalmente para os jovens. A questão que se coloca não é o simples abandono da atividade agrícola pelos indivíduos ou famílias. O que está em pauta é que o desejo de deixar a agricultura e, ao mesmo tempo, permanecer no local de origem, é possibilidade consideravelmente limitada devido ao ambiente em que essas famílias estão inseridas, um dos fatores fundamentais, portanto, no dilema entre ficar e sair. Geralmente, uma experiência de vida marcada pela imobilidade social está intrinsecamente relacionada a outros elementos, tais como: condição de extrema pobreza, ausência de nutrição suficiente, com consequências no desempenho físico e mental, exclusão do

mercado de trabalho com rendimentos regulares, ou impossibilidade de assumir atividades intelectuais, como na educação, por exemplo.

Entre as famílias de agricultores pobres, os filhos tendem a permanecer de geração em geração como agricultores, devido ao limitado campo de possibilidades, o que nem sempre ocorre dependendo dos grupos sociais em questão. Se entre as famílias de agricultores, a mobilidade profissional é extremamente rara, o mesmo não se dá entre famílias rurais que detêm certo patrimônio. Um fenômeno comum no Vale do Jequitinhonha e no Norte do Estado de Minas Gerais é a mobilidade estudantil, que leva jovens rurais com idades entre 15 e 20 anos a migrar para cidades com melhores escolas para a progressão nos estudos, seja para a conclusão do ensino médio, para cursar o pré-vestibular ou o ensino superior. No caso do norte de Minas Gerais, os destinos são Montes Claros, Araçuaí, Diamantina, Teófilo Otoni e Belo Horizonte. São jovens oriundos de famílias rurais cuja renda advém de mais de uma fonte – comércio e agricultura, comércio e prestação de serviços, agricultura e trabalho no funcionalismo público – ou de famílias grandes proprietárias rurais, especializadas na pecuária leiteira ou no cultivo de feijão e capim. Trata-se de um tipo de migração de estudantes que causa um considerável impacto no grupo familiar: a saída de uma força de trabalho de que a família dispõe gera a necessidade de contratação de mão de obra extrafamiliar para os trabalhos na atividade agrícola ou na atividade comercial da família. Além disso, os custos com a migração (aluguel, transportes, alimentação, mensalidades dos cursos etc.) são assumidos pelas famílias.

Essa mobilidade estudantil possibilita uma ampliação das relações sociais e culturais, além de realizações pessoais e, geralmente, representam uma oportunidade de mobilidade profissional. São jovens que *nos* e *entre* os múltiplos espaços e tempos de vida, com rendas oriundas da atividade agrícola, dificilmente permanecerão como agricultores. Tanto no Norte de Minas Gerais quanto no Vale do Jequitinhonha, a migração para progressão nos estudos é um projeto de famílias residentes no meio rural ou em pequenas cidades, que detêm uma renda um pouco melhor e desejam que os filhos tenham acesso às instituições de ensino como meio de ampliar as opções de escolhas profissionais. Para as famílias agricultoras, essa migração para os estudos é uma alternativa para a saída dos filhos da própria atividade agrícola. É possível concluir, assim, que a dificuldade de mobilidade entre os jovens rurais está mais relacionada a um fator financeiro que a uma questão geográfica, o fato de terem nascido no meio rural.

A dinâmica de migração⁹ dos jovens estudantes é um fenômeno importante para entender privilégios e oportunidades que apontam para as assimetrias nas condições de vida das famílias residentes nas comunidades rurais. Expressa também um tipo de mobilidade espacial que se amplia consideravelmente a cada geração, que acaba por vivenciar uma experiência singular. A mobilidade estudantil de jovens rurais é um fenômeno recente no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas Gerais. Por um

⁹ A migração para progressão nos estudos como um privilégio ficou bastante evidente nas conversas informais com as pessoas do lugar no decorrer da pesquisa de campo entre 2014 e 2016.

lado, está relacionado à crescente valorização que as famílias rurais atribuem à educação formal e, por outro, à maior possibilidade de migração do campo para a cidade, viabilizada pelos rendimentos da família de origem. Ressalta-se também que a abertura de estradas e rodovias, após a década de 1970, e as tecnologias de comunicação, especialmente a televisão e a internet, acessíveis até mesmo nas pequenas cidades do Vale do Jequitinhonha, permitem aos jovens visualizar outras dinâmicas, outros modos de vida e experiências que extrapolam as relações sociais da/na comunidade, levando-os ao conhecimento de outra realidade, onde são outros os comportamentos sociais.

A partida de jovens, filhos de agricultores, em direção às cidades tem se intensificado nos últimos anos (após a década de 1990), inclusive daqueles que desejam seguir a profissão dos pais (agricultor), mas têm dificuldade de viver na/da agricultura. A decisão pela migração ganha complexidade se analisada da seguinte perspectiva: a decisão da saída não é estritamente individual, e as famílias preferem diminuir os investimentos na atividade agrícola para sustentar os filhos em cidades onde possam receber um ensino que entendem ser de qualidade. São jovens rurais de classe média que são impelidos a sair do rural e da atividade agrícola. O objetivo é construir um futuro profissional fora da agricultura, ou mesmo permanecer na atividade agrícola, porém, na condição de profissional especializado, uma vez que um número considerável de jovens opta por cursos ligados às ciências agrárias, como agronomia, medicina veterinária e zootecnia. Se a saída e o retorno são lados de uma mesma moeda, não são também excludentes. Jovens de

classe média, com uma situação social mais privilegiada e bem formados, dificilmente retornam às suas localidades de origem.

No entanto, há entre os jovens o desejo de permanecer em suas comunidades rurais de origem, motivado, entre outros elementos, pelas relações sociais mais diretas e contínuas entre famílias, amigos e vizinhos, e pelos espaços de sociabilidade, sobretudo as festas. A mobilidade espacial para a progressão nos estudos é desenhada em função das condições materiais e econômicas das famílias. Ocorrem também casos de jovens que, embora as famílias tenham recursos (sobretudo terra e renda) para apoiar sua migração para a progressão de estudos, optam pela permanência no meio rural e na atividade agrícola, o que é visto pelo grupo familiar e vizinhança como atitude negativa, ou seja, um indivíduo que não deseja um futuro melhor, fora da atividade agrícola.

A família incentiva a migração desses jovens mesmo que isso represente aumento de custos. Essa migração tem um significado específico, na medida em que representa uma diferenciação social tanto para a família, que detém recursos para coletivamente financiar um projeto individual, quanto para os jovens que migram como uma possibilidade de ampliação de seu capital cultural. Nesse sentido, essa migração pode também significar diferenciações sociais, econômicas e culturais das famílias rurais residentes nas regiões mais carentes do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, essa mesma opção de mobilidade profissional

visando a mobilidade social não é parte das dinâmicas das famílias pobres ou extremamente pobres, menos em decorrência da questão geográfica, do que resultado da desigualdade, presente inclusive entre as próprias famílias rurais. Uma alternativa muito específica que se coloca para os jovens dessas famílias é viabilizada por redes religiosas que incentivam sua migração para a cidade (sobretudo Diamantina) para estudarem filosofia em seminários. Trata-se da existência de outros tipos de redes, para além das sociais, que englobam um número reduzido de jovens do sexo feminino, atraídas para esse tipo de formação como uma tentativa de sair da pobreza do seu grupo doméstico e ampliar sua educação formal, mesmo que em áreas não tão desejadas.

Enquanto as de classe média têm condições que permitem aos filhos migrar, dedicando tempo integral aos estudos, o que futuramente possibilitará melhores opções de trabalho e meios de se sustentarem, para as famílias mais pobres, sem acesso a recursos monetários, a escolha em relação aos filhos se resume em migrar, ou com o apoio das redes religiosas para estudar, ou para ocupar postos de trabalho precários (cortadores de cana, construção civil, atendentes de supermercado), que dificilmente poderão ser conciliados com uma vida estudantil (devido aos preços dos cursos, ao tempo, à disponibilidade etc.), perpetuando a vulnerabilidade social e econômica.

Quatro falas de jovens residentes em distintas comunidades rurais corroboram essa dificuldade:

Eu queria ir embora da comunidade [...] queria mudar para

Itinga ou Araçuaí, mas não temos condições de comprar uma casa. Não gosto da comunidade porque fica muito isolada. Não tem transporte, e sinto falta de ter telefone. Quando fui visitar minha tia [em Belo Horizonte], era tudo mais fácil: tinha telefone e ônibus na porta. Se pai passa mal, tem que ir na “rua” [Itinga] atrás de médico [...] às vezes, nem Itinga tem médico e temos que ir para Araçuaí ou Itaobim. O que segura pai aqui é esse pedacinho de terra de onde tiramos nosso sustento, mas não quero ficar nessa vida de roça direto, não. (Diadorim, 16 anos, comunidade Rural do Jacaré, filha de agricultores, estudante do ensino médio).

Eu estou aqui [na comunidade] não é porque estou bem, mas porque não posso sair. Se pudesse, ia embora buscar oportunidade. Quero sair em busca de emprego e de uma vida melhor. Gosto de morar aqui [na comunidade], mas não quero ficar a vida toda na roça. Roça não dá futuro. Planta as coisas e não dá. Nunca tem certeza se vai colher, ou se vai render que dá pra vender na feira. As coisas não rendem [...] quero ir embora para ganhar meu dinheirinho. (Otacília, 17 anos, Comunidade Rural Santo Antônio das Pimbobas, estudante do ensino médio).

Só moro aqui porque nasci aqui, mas quero mudar. [...] quero ir pra Itatiaia (RJ) morar com minhas tias. Eu gosto da roça, da tranquilidade, da vida aqui, mas viver da roça

é muito sofrido. Nunca tem dinheiro pra nada. Queria ter minhas roupas, comprar um sapato novo, mas nunca sobra [...] quero sair daqui. (Emílio, 15 anos, comunidade Rural do Jacaré, filho de agricultores, estudante do ensino médio).

Nós não temos condições de morar na cidade, mas eu gosto de morar na comunidade. Aqui é tranquilo. Só é ruim porque falta transporte e é longe de tudo. [...] falta assistência dos vereadores e do prefeito. Nós precisamos de um monte de coisas e não podemos contar com eles. Se eu pudesse eu ia embora para ajudar meus pais. Eu queria ter uma vida melhor. [...] quero estudar para ser professora [...] se tivesse emprego e estudo queria ficar na comunidade [...] aqui é tranquilo, bem sossegado e dá pra plantar o alimento [feijão, milho e mandioca] (Doralda, 15 anos, comunidade rural Santo Antônio, estudante do ensino médio).

Os depoimentos dos jovens expressam dois significados para a palavra roça: primeiramente, o lugar de morada, onde residem e estudam; em segundo lugar onde são praticadas as atividades agrícolas, o que remete a uma ligação com o mundo rural agrícola, em que seus dias são dedicados às atividades agrícolas na pequena propriedade da família. As entrevistas e o contato com esses jovens revelam um desejo de viver o melhor dos dois mundos: a tranquilidade, os amigos, a vizinhança e as festas na roça, mas também a possibilidade de ter um emprego e

uma renda própria, ambição que em seu imaginário só pode ser concretizada com a migração para as cidades. Não há uma visão negativa da roça como lugar de morada. Há uma negação da roça como local de trabalho, pois pequenas produções agrícolas e rendimentos incertos não são atrativos para esses jovens.

A escola, ao mesmo tempo em que amplia, ainda que temporariamente, a permanência dos jovens em suas localidades de origem, é também um forte elemento impulsionador da migração. Pode-se perceber que em comunidades rurais onde há estabelecimentos de ensino que oferecem até o ensino médio, muitos jovens permanecem nas propriedades rurais, e residindo com a família. Contudo, a conclusão do ensino médio é vista por eles como uma possibilidade de migrar, de ter uma renda e uma autonomia – “quero ir embora para ganhar meu dinheirinho” – autonomia associada à mobilidade espacial, do campo para a cidade, como uma ampliação de possibilidades, entre elas, outras opções de emprego, de sociabilidade e liberdade.

As comunidades rurais, apesar de ter amplos espaços físicos, oferecem limitadas possibilidades de uma vida mais dinâmica, sob a ótica do trabalho e da sociabilidade. Ainda que os jovens agricultores gostem de morar no campo, preferem uma dinâmica social urbana. A partir das comunidades rurais e de seu modo de vida, avaliam seus projetos de vida reais e os desejados. Para eles, não há uma negação por completo do mundo rural, mas almejam ter acesso a bens e serviços da vida moderna, o que só pode ocorrer através da migração para as cidades. Mas, as cidades, sobretudo as cidades grandes, que ampliam as

oportunidades de empregos, ampliam também as ameaças às liberdades, seja pela violência urbana ou pela impossibilidade de atingir seus objetivos, pela falta de dinheiro, de emprego ou de tempo.

Com a vivência nas comunidades rurais, esses jovens desenvolvem sentimentos e projetos de vida que, obviamente, são resultado das diversas experiências vividas em suas trajetórias. Se as comunidades rurais são o lugar de trabalhar e de estudar, são também lugar das festas, das paqueras, dos amigos, da vizinhança e amizade, ou seja, é lugar da liberdade dos encontros e de uma sociabilidade.

São jovens que constroem seus projetos de vida em um contexto que o meio rural é um dos elementos centrais em suas vidas. Essa centralidade se materializa pela residência no campo e pode se expressar também pelo trabalho na atividade agrícola. Conhecem poucas cidades, geralmente Itinga (sede urbana do município) ou outras cidades regionais, tais como Itaobim, Araçuaí ou Rubelita, que possuem baixa densidade populacional e são caracterizadas por uma forte presença do mundo rural em suas dinâmicas, não têm muito claro como seria a experiência de viver em cidades maiores. Fica evidente, porém, a vontade desses jovens de experimentar um novo modo de vida, que passa pela mudança da comunidade, possibilitada pela mobilidade espacial.

É certo que não se pode, sociológica ou geograficamente, definir as comunidades rurais com base em uma única característica, seja o tamanho de sua área, a densidade

populacional, a composição ocupacional da população, ou os indicadores de renda. De fato, elas são constituídas por um conjunto de elementos que lhes conferem semelhanças ou diferenças. No entanto, o cotidiano de incertezas em relação a rendimentos e a precária condição material de existência são o que tem em comum uma população, composta predominantemente por pessoas negras ou pardas, cujos históricos estão ligados à agricultura e à pecuária e, em casos específicos, à mineração.

Outro elemento comum às comunidades rurais é que elas remetem a um lugar de pertencimento geográfico dos indivíduos e famílias. Como são lugares de morada, as pessoas se identificam como pertencentes àquele determinado grupo. Nas comunidades mais isoladas, tais como Santo Antônio das Pimdobas, Jacaré e Gangorra, as pessoas são, na maioria, parentes de sangue, e é comum o casamento entre parentes, sobretudo primos. São comunidades com pequenas populações, ora agrupadas em distrito (Jacaré), povoado (Ponte do Pasmado) ou mais dispersas (Santo Antônio dos Pasmados).

Não há uma grande diferenciação ou estratificação social. Numa mesma comunidade, as relações sociais são marcadas pela proximidade social e pessoal e pela intimidade (harmonias e conflitos são elementos constitutivos das relações sociais). Mesmo considerando a hierarquia pautada em idade ou no *status* de determinados moradores, como por exemplo os que detêm maior patrimônio territorial fundiário, as relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade rural tendem a ser mais

próximas, não raro informais (por exemplo, se conhecem por apelidos), nas mais diversas interações sociais, marcadas por um sistema interativo, caracterizado por relações face a face, primárias e diretas.

Não há diferenças notáveis quanto à linguagem, às crenças, aos padrões comportamentais e às tradições. De certa forma, essa relativa homogeneidade está relacionada ao isolamento, ainda que a abertura de estradas vicinais e o acesso aos meios de transportes (ônibus, motos etc.) e telefones celulares o tenham reduzido. Entretanto, o isolamento, a dispersão populacional e o menor contato com as cidades regionais não implicam um enfraquecimento da convivência e do contato entre pessoas da mesma comunidade ou das mais próximas.

Uma vida social fortemente marcada pelos encontros e festas religiosas é mais uma das características das comunidades. As festas de junho (Santo Antônio, São João e São Pedro), as missas, os leilões e as novenas são eventos de grupos de vizinhança e parentesco, mas que agregam também pessoas de outras comunidades. Com isso, não há, mesmo no caso de comunidades mais isoladas, um empobrecimento da vida social.

As festas, os trabalhos na roça, a construção de casas, entre outras, são atividades realizadas em comunidade. Numa sociedade composta quase em sua totalidade de indivíduos (inclusive mulheres e crianças) ativamente envolvidos em uma atividade agrícola (agropecuária), é recorrente o trabalho trocado entre as pessoas. Ou seja, vizinhos e parentes se organizam para

a ajuda mútua, tendo como troca a força de trabalho. Em um sistema de mutirão, todos trabalham nas terras de todos, sem remuneração em dinheiro. As trocas de dia dos camaradas foi e ainda continuam presentes no cotidiano das famílias das comunidades rurais, ainda que cada vez menos comum, devido à presença de relações capitalistas materializadas na figura do diarista. A própria centralidade das atividades agrícolas no mundo do trabalho dessas sociedades, a carência de recursos monetários que impede a contratação de mão de obra fora da família nuclear e a dependência dos tempos da natureza (tempos da chuva) forçaram essas pessoas a se ajudar mutuamente no preparo da terra para o cultivo, ou nos momentos da colheita.

A construção de casas para abrigar os novos casais após o casamento também é realizada com a ajuda dos vizinhos. Nesse sentido, a carência material e monetária possibilita a existência de outras relações, não monetarizadas, que intensificam a vida em comunidade e até mesmo fortalecem laços e relações sociais. Os mutirões, baseados na reciprocidade e na ajuda mútua, além de caracterizar prática que não envolve pagamento, representam também o interesse da coletividade e não de um beneficiário particular. São outros os valores morais, fundados na palavra, no respeito e na reciprocidade e que, no limiar, apresentam relações sociais pautadas na igualdade, pois, ainda que haja diferenças em relação a determinados bens (como exemplo, o patrimônio fundiário), essas relações são entre pessoas que se encontram na mesma posição, ou seja, na ajuda mútua.

Entre as famílias rurais mais carentes, não há uma grande

discrepância em relação à posse de bens materiais e de rendimentos monetários. Não é fácil estabelecer uma faixa de renda, devido à incerteza e à inconstância dos ganhos, mas todas as famílias têm em comum o fato de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. Pelo baixo valor pago pelo programa, em média R\$ 250,00/mês por família, esse rendimento representa, frequentemente, um complemento a outras fontes de rendimentos. Entre as famílias envolvidas na pesquisa, 28 somavam os recursos do PBF à renda da lavoura; cinco (5), à renda de atividades não agrícolas, sobretudo na função de pedreiro e de pequenos comerciantes; e dois (2), à renda da lavoura e da aposentadoria.

A considerável incidência de rendimentos atrelados a políticas sociais, notadamente o Programa Bolsa Família, rendas (irregulares e incertas) advindas das atividades agrícolas (produção animal e vegetal), com a comercialização dos produtos nas feiras e o trabalho de diarista (média de R\$ 35,00 ao dia), são os principais formas de ganho de rendimentos que favorece o acesso das famílias aos bens que possuem em seus lares (tabela 2).

Tabela 2: Bens e infraestrutura das famílias residentes nas comunidades

Bens	Total	Porcentagens (%)
Casa própria	32	91,0
Casa cedida/alugada	3	9,0
Casa de alvenaria	20	57,0
Casa de barro/ pau a pique	5	14,0
Casa mista- Alvenaria e pau a pique	10	29
Energia elétrica	35	100
Água encanada	35	100
Água tratada	0	0
Fossa séptica	35	100
Máquina de lavar	8	23
Chuveiro elétrico	8	23
Geladeira	31	89
Televisão	30	86
Antena parabólica	26	74
Aparelho de DVD	2	6
Rádio	10	29
Computador	2	6
Computador com internet	1	3
Telefone	0	0
Telefone celular	8	23

Carro	2	6
Moto	9	26
Bicicleta	16	46
Fogão a gás	30	86

Fonte: Pesquisa de campo (2013 e 2015).

A existência de um conjunto de políticas públicas nas comunidades rurais, tais como “Minas sem Fome” (governo de Minas Gerais), “Luz para Todos” (governo federal) e programas de habitação rural (da prefeitura local), incidem consideravelmente sobre as famílias e definem as condições de vida.

O “Minas sem Fome” tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional da população, com a redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva. Esse programa tem tido como uma de suas principais ações, a abertura de cisternas para que as famílias possam ter acesso à água para consumo ou para ser utilizada na criação dos animais e das plantações. Outra medida é a instalação de sistemas comunitários de abastecimento de água, com a construção de reservatórios com motobombas hidráulicas, tubulações, cloradores, hidrômetros etc., que tem ajudado a diminuir o problema da falta de água. Com o programa “Luz para Todos”, que é uma reformulação do “Luz no Campo”, houve a extensão da energia elétrica para as comunidades rurais, inclusive as mais remotas, abrindo a possibilidade de as famílias terem em seus lares outros bens, tais como televisão e geladeira, entre outros. Devido à chegada do

programa “Luz Para Todos”, houve inclusive, por questões de segurança, melhorias nas casas, com a troca das coberturas de palha de coqueiro por telhas, para evitar incêndio em casos de curto-circuito.

Considerando que o meio rural do Vale do Jequitinhonha sempre foi caracterizado pela construção de residências de pau a pique, a prefeitura de Itinga segue a tendência de outras prefeituras municipais de facilitar o acesso das famílias a materiais de construção para a melhoria de suas residências e construção de casas de alvenaria. Casas de pau a pique são propícias a hospedar o “barbeiro” (*Triatoma infestans*), inseto que dissemina a doença de Chagas que, comum na região, reflete, entre outros fatores, as condições de pobreza de habitações, como as casas de barro (fotografia 1). A construção de banheiros nas residências, pela prefeitura, também é outro fator que tem promovido a melhoria das residências. Os programas citados têm, dessa forma, facilitado a todas as famílias o acesso a água encanada, energia elétrica e fossa séptica.

Fotografia 1: Abrigo físico e redes de comunicação e informação - Parte externa de uma residência de uma família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural Ponte dos Pasmados.



Fotógrafo: Elicardo Heber, 2013.

Entre as famílias rurais das comunidades, sobretudo as mais isoladas ou distantes da sede urbana do município, permanece sendo comum a existência de residências construídas com materiais disponíveis na natureza, principalmente o barro e a madeira. As autoconstruções de residências e a precariedade das estruturas indicam a carência material de existência das famílias, mas as casas são predominantemente próprias e construídas pelas famílias com a ajuda de parentes e vizinhos (fotografia 2).

Fotografia 2: Parte externa de uma residência de família beneficiária do Programa “Luz para Todos”, na Comunidade Rural de Santo Antônio das Pindobas. Foto tirada nos “tempos das águas”, ou no período das chuvas, entre novembro e fevereiro.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Possuir uma casa de alvenaria representa certa diferenciação social. Casas de barro são habitadas pelas famílias mais empobrecidas, construídas em geral para abrigar um novo par conjugal conformado a partir do matrimônio. Moças ou rapazes que conseguem juntar recursos com a migração pré-matrimonial têm uma reserva em dinheiro que viabiliza a

construção de residências melhores. Geralmente, as áreas onde se constroem as casas são doadas pela família do noivo ou da noiva. Com a proximidade do casamento, parte das terras da família é separada, para que o futuro casal possa ter sua residência e trabalhar nas atividades agrícolas, no roçadinho.

Nas comunidades, todos, pelo próprio isolamento e/ou intenso convívio, são parentes de sangue ou de consideração, e as “pessoas de fora”, são as que chegam após o casamento com alguém do lugar. As doações de terras da família para o novo casal formado pelo matrimônio não segue uma lógica de gênero. Os pais do noivo ou da noiva podem e fazem essas doações, ainda que seja mais comum o noivo residir nas terras do futuro sogro. Por certo, isso depende exclusivamente da área disponível de cada família.

As casas autoconstruídas têm comumente o mesmo padrão: são de barro, com sala, dois quartos, uma cozinha e um quintal, onde se cultivam frutas e hortaliças e os roçadinhos de feijão, milho e fava. O crescimento da família, em virtude do nascimento dos filhos, não é acompanhado, porém, da ampliação da casa. A família é distribuída nos espaços já existentes ou nos “puxadinhos”. Quando é muito numerosa, por exemplo, e a casa tem apenas dois quartos, os filhos mais novos dividem o quarto com os pais, e os mais velhos compartilham outro ambiente da casa. A disposição dos membros pela casa e o uso de certos bens, tais como roupas, sapatos e chinelos, são definidos a partir do que está disponível, sem a noção de posse individual do que quer que seja.

Fotografia 3: Família na parte frontal de uma casa na Comunidade rural dos Hermógenes.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Parte das residências da Comunidade dos Hermógenes foi apresentada ao país por uma revista de circulação nacional¹⁰ sob o título “Miséria, o grande desafio do Brasil”. No ano de 2002, dois filhos de uma das famílias foram fotografados deitados em

¹⁰ Revista Veja, edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002.

uma cama de palha, sintetizando a condição de 23 milhões de brasileiros que viviam, então, em condições de pobreza absoluta. As crianças foram escolhidas para estampar a capa da edição, por estarem desnutridas e serem portadoras do mal de Kwashiorkor¹¹, doença associada à má alimentação.

¹¹ Kwashiorkor é uma doença resultante da carência de proteínas e vitaminas. A palavra é originária de um dialeto ganês (África) e significa “mal do filho mais velho”, devido ao fato de os filhos mais velhos serem desmamados precocemente e passarem a ter uma dieta precária, resultando em deficiências energéticas e de nutrientes, que caracterizam a referida doença.

Imagem 1: A questão da pobreza extrema e a desnutrição infantil



Fonte: Revista Veja, edição 1.735, de 23 de janeiro de 2002.

Na foto, os irmãos estampavam as condições de precariedade em que viviam. No interior da casa, havia o

problema da fome e da desnutrição e, diferentemente das crianças do lugar que se tornaram “os querubins”, estes sobreviveram. No Vale do Jequitinhonha é comum a existência de cemitérios para crianças. Quando faleciam por fome ou doenças, sem serem batizadas na igreja católica, a população local acreditava que se transformavam em “querubins”. Para as crianças que viviam na extrema miséria, a fome era a associada a outros elementos que amplificam a pobreza, sobretudo a impossibilidade de acesso a creches ou a outros tipos de estabelecimentos de ensino.

De 2002 a 2013, as famílias do Hermógenes pouco tem melhorado suas condições materiais de existência. Vivem basicamente das transferências diretas de renda e da produção para o autoconsumo (feijão, milho, abóbora, hortaliças e árvores frutíferas), em uma área de três hectares, espremidos entre grandes fazendas de criação de gado e o rio Jequitinhonha. Ao longo de sua trajetória, a família, que sempre residiu no mesmo lugar, viu progressivamente suas terras sendo ocupadas pelo capim e pelo gado. Sem documentação, esses descendentes de um quilombo foram sendo expropriados por grandes fazendeiros locais. Com a renda do Bolsa Família, os Hermógenes conseguem comprar alimentos e financiar certos bens para a família (televisão, alguns móveis e roupas). Com a existência de transporte estudantil ofertado pela prefeitura, ainda que precário, os filhos estudam em colégios públicos na sede urbana do município. Para os jovens da família, o desejo maior é a migração e a vontade de melhorar de vida. As carências sociais, materiais e econômicas são fatores que tornam a vida na comunidade rural difícil e menos desejada.

Entretanto, a pobreza econômica dificulta a migração dos jovens que tem sua própria liberdade de escolha tolhida, de forma que a permanência na localidade de origem acaba resultando da falta de oportunidades para a saída. A migração dos homens do Hermógenes sempre esteve atrelada à mobilidade do trabalho e a um tipo muito específico de trabalhador: os cortadores de cana. Tratava-se de um tipo de migração por temporada, pois, com o fim das safras, eles retornavam para os seus espaços de vida. Mas, com o pouco dinheiro ganho, traziam junto problemas de saúde decorrentes desse tipo de trabalho, tais como dores nas costas e pulmões comprometidos. Muitos homens do Hermógenes deixaram de migrar, seja pela saúde debilitada, seja pela ausência de empresas contratantes dos cortadores de cana. Agora, mesmo na pobreza material evidente, com o Programa Bolsa Família e o trabalho na roça, conseguem ter acesso ao alimento que vai para a mesa.

Fotografia 4: Utilização de fogão a lenha pela família da comunidade do Hermógenes.



Fotógrafo: Elicardo Heber (2013).

Entre as famílias mais carentes, é comum a utilização de fogões de lenha, devido ao menor custo em relação ao fogão a gás, considerando que a lenha é mais acessível e mais barata. Em suas casas, a cozinha é separada dos outros cômodos por questões de segurança e para que a fuligem resultante da queima da lenha não escureça as paredes de barro. Apesar de ficar fora da casa, é na cozinha que acontece a socialização entre os membros da família ou com as visitas. Em residências onde os fogões ficam

fora, há outro cômodo que é destinado a guardar, dispostas em prateleiras, as vasilhas que são compradas ou produzidas pela família com madeiras disponíveis nas proximidades, o filtro de barro para a água potável e uma mesa que é usada para preparar os alimentos e tomar as refeições. Para as reuniões familiares ou para receber os “de fora”, utilizam a sala da residência ou a sombra das árvores. Nas casas das famílias com mais recursos, há sempre uma varanda, que é o local de descanso, das visitas e da confraternização. Entre as famílias que têm fogão a gás, a cozinha é anexa à residência e não tem a finalidade de receber visitas. Ela é restrita à família e a vizinhos que têm maior familiaridade e afinidade com os moradores. As visitas são recebidas na varanda e na sala da casa.

Dentre um conjunto de significados das comunidades rurais, destaca-se:

I – Onde se tem um lar. O lar, mesmo precário (de adobe ou pau a pique), é lugar de abrigo, de proteção contra a chuva, o vento, o sol, enfim, uma forma concreta de abrigar a família. É no lar, onde há experiências únicas, particularizadas, onde há história(s) e um significado(s). É referência para a rotina do cotidiano. Nos lares, é lugar de cuidado com as vasilhas, com as mobílias, com as flores nos quintais e com as pessoas;

II - É o lugar do convívio e solidariedade - As pessoas, sobretudo, as residentes nas comunidades convivem intensamente entre si. Geralmente, os vizinhos são parentes de sangue ou por consideração. São pessoas que se conhecem por nomes, não raro

se tratam por apelidos. Se ajudam mutuamente nos trabalhos nas roças, nos roçados, nas construções das casas, na melhoria das cercas e nas festas (sagradas e profanas). Enfim, uma rede de solidariedades que pode ser entendida com uma riqueza das relações humanas nas tramas no/do cotidiano. Convivem intensamente em distintos lugares, sobretudo nas escolas, nas igrejas (católicas e neopentecostais), nas roças e roçados;

III- Lugar onde há uma hierarquia familiar fortemente centrada e materializada na figura do pai e uma dominação masculina que se expressa de distintas formas, dentre elas, sobre os usos dos recursos da família (geralmente com exceção para a renda do Programa Bolsa Família), ou na permissão para receber e conversar com pessoas de fora, dentre esses, os pesquisadores das universidades. Na migração de membros da família, por exemplo, tendem a migrar primeiro os filhos homens e depois as filhas. As filhas apenas migram primeiro que os filhos quando há nos empregos nos lugares de destino uma seletividade de gênero, como exemplo, as domésticas e as babás. Quando é possível a migração temporária do pai (chefe da família), os filhos permanecem nos lugares de vida, entretanto, não é rara, uma migração dos pais com os filhos, mas é consideravelmente rara uma migração dos pais com as filhas, sobretudo, devido a um elemento objetivo, uma vez que se trata de empregos precários e pesados (construção civil, carvoarias, vaqueiros, etc) que esses migrantes do trabalho irão assumir nos trechos (lugares de destino/trabalho). Mulheres casadas não migram. O casamento é um forte indutor da permanência dessas mulheres nas comunidades rurais. É entendido que é papel do homem migrar

para buscar o sustento da esposa e dos filhos, tendo ela o papel de permanecer cuidando do lar, do roçado e dos membros da família que permanecem;

IV – Lugar de trabalho nas atividades agrícolas (produção animal e vegetal);

V – Lugar de exclusão e de difícil acesso a um conjunto de serviços e infraestruturas (sobretudo escolas e hospitais);

VI – O lugar como encontro de história de grupos e como produto de um conjunto de intra e inter-relações, conformado por diversas relações, desde as globais até as mais locais, ora conflitantes, ora de cooperação. Lugar de conflitos entre as pessoas do lugar e a presença de grupos nacionais e internacionais, de grandes proprietários de terra, que apropriam do lugar para prática da pecuária extensiva, mineração (o lugar apenas como recurso) e plantio de *pinus* e eucaliptais (os desertos verdes). A chegada das grandes empresas, que apropriam dos recursos (sobretudo as terras), interfere diretamente nos fenômenos, no cotidiano das pessoas, ora retirando os não proprietários da terra (sem a titularidade da terra) dos seus lugares de vida, que historicamente utilizavam as chapadas e grotas para o trabalho na agricultura, criação dos filhos, etc, ora limitando os trânsitos das pessoas das comunidades, principalmente, devido a privatização das áreas de usos comum (sobretudo as chapadas) que passam a ser o controladas por essas empresas. Até mesmo as comunidades rurais mais isoladas, ficam vulneráveis à influência e interferência direta do mundo mais amplo, por

exemplo, as áreas propícias ao cultivo de *pinus* e eucaliptais, que são de interesse das empresas de reflorestamento. Estar no lugar é um processo contínuo de luta e resistência¹²;

VII- Comunidades rurais como referência para atuação de instituições religiosas, sobretudo, a igreja católica) e de órgão públicos, principalmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e a prefeitura;

VIII - O lugar como a possibilidade de existência de um grupo de pessoas, famílias e instituições (públicas e privadas), que o apropriam com sentidos diversos, ora como recurso (sobretudo as empresas) ora com um sentido material-simbólico-

¹² Neste sentido, há pelo menos dois grandes grupos: I- **pequenos proprietários de terras nas grotas e chapadas** (com a titularidade) e; II – **Famílias que não tem a propriedade da terra**, ou seja, famílias que ocuparam as grotas e chapadas, repassando as terras aos seus descendentes, mas **sem uma titularidade da propriedade**. De fato, famílias que não são titulares da terra são cada vez menos comum no meio rural de Itinga. Em grande medida, o aumento da população residente nas Vilas, povoados e sede urbana do município muito se deve a expulsão dessas famílias dos seus lugares de vida, seja baseada em violência física, simbólica ou ambas. O fim dos agregados nas grandes fazendas locais (residência “por favor”, mas com obrigações, dentre elas, trabalho e ajuda dos membros das famílias de agregados nas fazendas dos donos da terra), também justifica o aumento desse deslocamento da população do meio rural para os aglomerados urbanos, sobretudo no período pós década de 1980.

identitário (as pessoas do lugar);

IX – Lugar das festas sagradas e profanas. No lugar o sagrado e o profano formam pelo menos duas formas de ser no mundo. São situações existência assumidas pelas pessoas ao longo de suas trajetórias. Nas comunidades rurais, as duas formas de estar no mundo, o profano e o sagrado, se imbricam e as fronteiras entre ambas não estão muito claras. De fato, os encontros nas comunidades estão muito baseados no sagrado¹³. Encontram-se para as rezas, mas não apenas. O profano é também parte dos encontros para as festas sagradas.

Nas festas do sagrado, há uma paralização do tempo das práticas cotidianas para entrada no tempo mítico. Se há o carnaval na sede do município que atrai pessoas das cidades próximas e são incrementadas com a chegada dos migrantes, as festas religiosas mudam a rotina das crianças, dos jovens e dos idosos, atraindo pessoas de “fora” das comunidades para os festejos. As novenas de festas juninas são um dos exemplos dessas mudanças. Diariamente, as famílias deslocam-se para a casa dos vizinhos para as rezas. A família que recebe os vizinhos deve se preparar.

¹³ Exceto o carnaval, que se concentra nas praias do Rio Jequitinhonha próxima a sede urbana do município, as principais festas ocorrem nas comunidades rurais de Itinga, principalmente, mas não apenas, a Folia de Reis, São Sebastião, Semana Santa, Festas Juninas, sobretudo, de Santo Antônio e São Pedro com as missas, novenas, leilões (para angariar recursos para as igrejas católicas das comunidades), levantamentos de mastros, os forrós e Vaquejadas. No mês de setembro ocorre a festa de Nossa Senhora D’ajuda, com quermesses, liturgias e, após os encontros religiosos, os forrós.

As preparações para receber a vizinhança ocorrem ao longo de todo o dia: na arrumação da casa, na varredura do quintal, na preparação das comidas e do altar, que receberá os santos que chegarão juntamente com os vizinhos que participarão do ato.

Fotografia 5: procissão das festas do sagrado



Fotógrafo: Elicardo Heber (2015).

Toda a arrumação do cenário para as festas do sagrado conta com a ajuda das mulheres, seja da família ou não. Enquanto as mulheres preparam a casa para receber os convidados, os homens tocam violão, cantando músicas (profanas) acompanhados por bebidas alcoólicas (ou não). Os homens não ajudam na preparação das comidas ou na arrumação da casa.

Permanecem, geralmente, debaixo das árvores ou em locais onde não atrapalhem as arrumações dos lugares para os festejos, geralmente, pausando a cantoria no momento em que chegam os convidados para as rezas. Ao término da reza, retornam as cantorias e as bebidas, ou se reúnem em rodas para as conversas e “causos”. No geral, seja o carnaval (na cidade) ou as festas sagradas e profanas, principalmente nas comunidades rurais, tem-se a impressão que as pessoas estão todo o tempo celebrando algo, mas, sobretudo uma aproximação com o sagrado, com Deus. Para essa sociedade rural, os lugares têm uma função de abrigo e base de “recursos”, sobretudo para o trabalho na agricultura, mas há também um conjunto de referências simbólicas que são fundamentais para a manutenção de sua cultura e denota os lugares de outros significados.

X – Lugar como referência para as partidas e retornos para os migrantes, seja de forma temporária ou definitiva.

Considerações finais

Esse texto tratou de uma perspectiva de lugar. Em linhas gerais, a permanências transitórias e as saídas também transitórias marcam uma possibilidade de permanência: permanecer nesse lugar. A permanência dessas famílias em seus lugares de vida foi consideravelmente sustentada pelos recursos dos migrantes temporários do trabalho precário. As migrações temporárias de trabalhadores locais também não apontam para um esvaziamento

populacional nos lugares de vida desses migrantes, na medida em que, a própria permanência teve grande peso na sustentação, sobretudo antes da chegada das transferências diretas de renda direcionadas as famílias mais pobres no Brasil.

A intensificação da migração temporária do trabalho precário é, em grande medida, uma resposta a constante expropriação dessas pessoas, forçando-as a buscarem outras alternativas de vida, ou de forma mais profunda, outras estratégias de reprodução social. Para as famílias residentes no meio rural, em seus lugares de vida, rodeados por grandes plantações de capim ou de *pinus* e eucaliptais, houve e permanece ocorrendo uma resistência. Resistir para permanecer. Resistir para ficar em seus lugares de vida. A própria migração temporária do trabalho precário tem como um dos objetivos a possibilidade de retorno e permanência (ainda que transitória) no lugar de origem.

Essa transitoriedade do estar nos trechos (lugares de destino) está intrinsecamente ligada aos processos que ocorrem no lugar de origem. A expropriação, intensificação da pobreza e falta de oportunidades no lugar, os forçam a migrar para buscar a ampliação do campo de possibilidade, notadamente, em relação ao trabalho.

A intensa fragmentação (herança igualitária) ou a expulsão da terra, a dificuldade de viver exclusivamente da atividade agrícola, o limitado campo de possibilidades de ocupação (agrícola e não agrícola) e o tamanho das famílias (grande número de trabalhadores disponíveis) são alguns

elementos que contribuem para a escolha pela partida transitória, mas pensada como um projeto coletivo: migrar para adquirir recursos para o grupo familiar. Entretanto, entre as famílias extremamente pobres, o fator econômico é fundamental na conformação do fenômeno da permanência e há até mesmo uma imobilidade espacial, exceto, quanto há uma rede empresarial que financia a migração temporária de trabalhadores precários. Entre os mais pobres, mesmo quando desejam partir em busca de melhorias de vida, este fenômeno não ocorre, devido à impossibilidade de arcar com os custos do deslocamento e de vida no lugar de destino (moradias/aluguéis, transportes, alimentação, etc.). A permanência e/ou a migração de apenas alguns membros do grupo familiar, especialmente os jovens, mas não apenas, é consideravelmente influenciada pela pobreza.

A migração dos mais pobres ocorre como dito, sobretudo, quando há o apoio de redes empresariais que necessitam de pessoas dispostas ao trabalho precário, antes as usinas de cana, atualmente, as carvoarias e as empresas da construção civil. Nesse sentido, a pobreza é um elemento fundamental que contribui para a permanência em um contexto de pessoas que têm limitadas suas escolhas entre ficar ou partir. Nas comunidades rurais, marcadas por uma dinâmica populacional com intensa circularidade de pessoas, há indivíduos com trajetória social de imobilidade, residindo sempre no mesmo lugar, como resultado de sua pobreza econômica, exceto quando são retirados de seus lugares de vida e se deslocam precariamente para a sede urbana, ou para pequenos aglomerados populacionais no meio rural. Se a permanência no meio rural pode ser, em alguns casos, decorrente da falta de

oportunidade de sair, existe, por outro lado, uma imobilidade que retém as pessoas no lugar, motivada, em grande medida, pela falta de recursos para partida.

Entre as famílias mais pobres, a migração tende a ser de curta distância. Geralmente, dos sítios para os pequenos aglomerados urbanos (vilas, distritos e povoados) e em situações mais extremas, seja pelas secas ou pela expropriação. Em deslocamentos de curtas distâncias, prevalece a migração da família e em deslocamentos de longas distâncias prevalece a migração de indivíduos.

A migração e seus diversos tipos (mais longos, mais curtos, de média e longa distância) e a expulsão das terras são dois pontos comuns entre as famílias, que dentre outros fatores, contribuíram para distintos tipos de pobreza, seja a material ou pela ausência de membros da família que tiveram que partir em busca dos recursos para os que permanecem no lugar de origem. Para as famílias que permaneceram em suas pequenas propriedades, a chegada das grandes empresas e ocupações das chapadas, sobretudo pelos eucaliptais, houve uma limitação dos usos desses lugares para a retirada de ervas medicinais, frutos, animais de caça e lenha. Por um lado, há a restrição da circulação das pessoas por esses lugares, por outro, houve uma diminuição da diversidade da fauna e flora com a substituição de uma biodiversidade pelos “desertos verdes”.

Com a expropriação de suas terras, limitação de uso das terras comuns (as chapadas) e um limitado campo de

possibilidades profissionais, a migração surgiu com uma possibilidade de melhoria nas condições de vida para as pessoas do lugar. Nesse sentido, com a migração dos trabalhadores, principalmente para o trabalho precário, a ausência passou a fazer parte da dinâmica das famílias. Sobretudo os homens chefes de família e os jovens homens que migraram para diversos destinos com intuito de enviar dinheiro aos que ficaram. Cortadores de cana, pedreiros, vaqueiros, enfim, distintos trabalhos precários eram realizados como parte das estratégias de reprodução social das famílias.

Até mesmo entre os jovens, que a literatura sempre apontou a saída de casa e a migração com forte significado de ruptura com a posição de dependência econômica e subordinação à família e não raro, a migração como um projeto individual, o que se percebe entre as famílias rurais em Itinga, é uma saída com forte intuito de ajudar a família. A migração como um compromisso com a família. Entre os jovens com maiores índices de escolaridade, a frequências nas escolas locais e a progressão nos estudos aponta para novas redes de sociabilidade, que ampliam o debate sobre o futuro que passa por projetos de vida nas grandes cidades e a tentativa de saída da atividade agrícola.

A própria saída da atividade agrícola, por parte de jovens, é até mesmo apoiada pelas famílias que veem a migração como uma forma de mobilidade social e profissional, ou seja, “serem alguém na vida”. Como uma fase de transição, a migração dos jovens é importante na medida em que são eles que deveriam dar continuidade à propriedade familiar. Entretanto, os jovens

desejam o melhor dos dois mundos: as possibilidades de melhoria que as cidades teoricamente podem oferecer (maiores opções de empregos, bens, serviços e lazer) e as relações sociais (amizade, vizinhança e parentesco) que são estabelecidas nas comunidades de origem, inclusive com um apego ao lugar que é parte de sua experiência de vida.

Pelo próprio ambiente social e econômico em que essas famílias estão inseridas, grande parte marcado por um isolamento social, econômico e um mercado de trabalho pouco dinâmico, há a dificuldade de diversificação das ocupações e das fontes de rendas (agrícola e não agrícola) nas comunidades rurais. Se há nas famílias, membros disponíveis para o mercado de trabalho, sobretudo, porque a atividade agrícola não os absorve satisfatoriamente, uma diversificação das fontes de renda e dos ingressos só é, muitas vezes viabilizada, pela migração temporária ou definitiva. Para os que ficam, a permanência na atividade agrícola passa a ser o principal ocupação no contexto de um limitado campo de possibilidades.

Um campo de possibilidades limitado no lugar passa a ser considerado pelos jovens no dilema entre ficar ou sair. Entretanto, as comunidades rurais são compostas por unidades familiares que são também unidades de produção agrícola (alimentos e matérias primas). Mais que isso, são lugares de vida dessas pessoas, onde se relacionam com a natureza, com vizinhos e parentes, onde têm seu lazer, sua identidade cultural, ou seja, um conjunto de elementos até mesmo imateriais que pesam fortemente no desejo pela permanência, mas que esbarram nestas limitadas

possibilidades ocupacionais, sobretudo no caso dos jovens escolarizados.

Os migrantes mais escolarizados tendem a ter melhores salários e serem mais seletivos nas escolhas das ocupações que os migrantes analfabetos. A progressão nos estudos, por fim, é um forte elemento que impulsiona a migração dos jovens, mesmo em situações em que há um desejo dos pais que permaneçam no meio rural e nas atividades agrícolas. A migração, ao mesmo tempo em que surge como uma possibilidade de mobilidade social é percebida também como algo negativo. Por um lado, são pessoas se deslocando e se distanciando de seus parentes, amigos e vizinhos, por outro, mesmo entre os mais escolarizados, há ocupações nas cidades que não trazem um considerável retorno financeiro. Com os gastos nas cidades, a violência, a pobreza e a exclusão social, a migração passa a representar uma ilusão. Ilusão de uma mobilidade social. No insucesso da empreitada migratória, os jovens tendem a retornar as suas comunidades rurais.

Para os migrantes temporários, chefes de famílias, as migrações, mesmo as de longa distância, tendem a ser mais curtas temporalmente. Não há entre os chefes de família uma migração planejada por um longo tempo. Trabalham nas safras agrícolas, nas empreitadas da construção civil, nas vendas nas praias baianas e após a temporada, retornam aos seus lares. Entretanto, são cada vez mais raras, as “viúvas de marido vivo”, uma vez que, com fim da migração dos cortadores de cana e a possibilidade de ter uma renda dos programas de transferência direta de renda, os

esposos tendem a migrar cada vez menos de forma temporária. As migrações temporárias, com as permanências transitórias e os trânsitos permanentes, são um dos elementos que possibilitam afirmar que para este universo não está ocorrendo um esvaziamento do meio rural. Inclusive, a permanência no meio rural se apoia nas passagens, ainda que precária, desses trabalhadores pelo mercado de trabalho precário urbano.

O próprio migrante do trabalho precário, ao se deslocar em tempos e espaços distintos não necessariamente encontra no local de origem uma integração ao mercado de trabalho formal, a cultura e na economia. Dessa forma, o indivíduo migrante insere-se em uma condição de exclusão social. A precariedade das condições de vida no local de destino, a ausência de empregos ou os subempregos (em grande medida em decorrência da ausência de educação formal/capital cultural) empurra os migrantes pobres para a exclusão social, reforçando a importância do retorno às localidades de origem e a transitoriedade nas localidades de destino. A migração nem sempre representa um processo de integração social. Em um universo social com poucas oportunidades de inserções laborais, a migração passa a ser percebida como uma possibilidade para a ascensão social, tanto para os que partem, quanto para os que permanecem, principalmente pelas remessas em dinheiro. Entretanto, entende-se que a migração é um aspecto constitutivo da cultura local, mesmo que a partida possa representar uma intensa exclusão social.

As necessidades de sobrevivência da família orientavam

este tipo de mobilidade espacial, ou seja, a migração como uma tentativa de melhora nas condições de vida. Em parte, essa migração é resultado da dificuldade de aquisição de bens de consumo considerados necessários para as despesas da casa e da família como resultado do trabalho na atividade agrícola ou como camarada para os não proprietários da terra. Entretanto, há a atividade agrícola (produção animal e vegetal) que é um dos elementos centrais nos modos de vida das famílias do lugar.

No geral, nas conversas com os jovens do lugar, era recorrente a palavra esperança, “tenho esperança de conseguir”, “tenho esperança que dê certo”, “tenho esperança que as coisas vão melhorar”. Se o presente era de incertezas e medo, o futuro aparece como a possibilidade de uma vida melhor, seja em seus lugares de vida ou em outros lugares após a concretização do desejo pela migração.

Referências

BRANDÃO, C. R. **Plantar, Colher, Comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CAVACO, C. Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (Orgs.). **Turismo em Espaços Rurais e Naturais.** Coimbra: Ed. IPC, 2003. p. 25-38.

_____. Habitares dos espaços rurais. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia,** Porto, vol. 1, série1, 2003.

_____. Os espaços rurais como espaços de vida: Mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança**. In: BAPTISTA, F. O.; JACINTO, R.; MENDES, T. (Orgs). Proença Nova - Portugal: Centro de Ciência Viva da Floresta, 2009.

COMERFORD, J. Comunidade Rural. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DE PAULA, A. M. N. **Travessias destinos migratórios em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais. 2009**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia.

OLIVEIRA, L. O Sentido de lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o Espaço do Lugar?**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

RELPH, E. C. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MASSEY, D. S. Social Structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, v.56, n1, p. 3-26, 1990.

SHANIN, T. **The Awkward Class: Political Sociology of Peasantry in Developing Society**: Russia 1910 – 1925. London: OUP, 1972. 253 p.

SOUZA, J. V. A. **Igreja, Escola e Comunidade**: elementos para a história cultural do município de Turmalina. 1. ed. Montes Claros: Editora UNIMONTES, 2005.

STOCK, M. **Théorie de l'habiter**. Paris: La découverte. 2007.

TILLY, C. Transplanted networks. In: YANS-MCLAUGHLIN, V. (Org.). **Immigration reconsidered: history, sociology, and politics**. London: Oxford University, 1990. 342p.

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Reciprocidade e circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos da agricultura familiar

Adevan da Silva Pugas¹⁴

Oscar José Rover¹⁵

Ana Cecília Guedes¹⁶

Introdução

O debate sobre o mundo rural se concentrou por muito tempo o sobre o desaparecimento das formas camponesas de reprodução socioeconômica. De um lado, uma corrente teórica da decomposição do campesinato, interpretação marxista que sugere a existência de um camponês em transformação, seja numa pequena burguesia ou em semiproletários. Esta corrente que concebe o camponês como indivíduo totalmente subordinado às relações que o globam, vulnerável e passível de incorporação

¹⁴ Mestre em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF/UFSC. E-mail: vanpugas@gmail.com.

¹⁵ Professor no Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural – DZDR/UFSC; Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas – PPGA/UFSC; Centro de Ciências Agrárias – CCA/UFSC; Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF/UFSC. E-mail: oscar.rover@gmail.com.

¹⁶ Doutora em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. E-mail: ana.cecilia@uemg.br.

pelo capitalismo em desenvolvimento (WANDERLEY, 2011).

Noutra direção, a corrente teórica da diferenciação social atribui ao campesinato certa capacidade de construir processos de autonomia, mesmo estando vinculado a relações de subordinação. Nesse sentido, considera-se o camponês como um ator social específico, o que significa que sua reprodução social não se explica apenas pela subordinação ao capital, mas também pela sua própria capacidade de resistência e adaptação (WANDERLEY, 2011). Abramovay (1992) argumenta que as interpretações sob a ótica marxista perdem seu poder explicativo fora do seu contexto político.

Ao contrário do que apontavam as projeções, “o processo de diferenciação social não progrediu de maneira a ampliar a quantidade de trabalhadores assalariados no campo” (ABRAMOVAY, 1992, p. 47). O que ocorre é a permanência do campesinato, fato decorrente de processos de ruptura, mas também de continuidades no que tange seu modo de viver e agir. Esse processo deu origem à agricultura familiar, categoria genérica que abarca uma diversidade de formas familiares de produção com menor ou maior inserção nos mercados capitalistas (WANDERLEY, 2003).

No entanto, a persistência dessa categoria familiar não se produz sem processos conflituosos. Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, uma parcela representativa de agricultores familiares sofre com a exclusão socioeconômica. Na produção de alimentos de consumo direto pelos humanos, onde a agricultura

familiar sempre manteve expressiva representatividade, a neoliberalização do abastecimento e o desenvolvimento da agricultura industrial têm relegado a ele o papel de ator marginalizado (PLOEG, 2008). No entanto, isto não ocorre sem o surgimento de uma série de respostas que expressam a capacidade da agricultura familiar construir alternativas, utilizando-se de artifícios inerentes a seu próprio modo de reprodução social.

A reciprocidade e os circuitos curtos de comercialização constituem noções vigorosas desses artifícios, por possibilitarem a construção social de mercados enraizados em laços construídos através das redes sociais nas quais se articulam os agricultores familiares. A reciprocidade corresponde ao estabelecimento de lógicas de compromisso entre indivíduos em interação social, compreendendo forma de integração presentes em sociedades desde as pré-capitalistas (SABOURIN, 2008). Os circuitos curtos representam a constituição de canais de trocas caracterizados pela proximidade entre os elos da produção e do consumo, podendo haver distintas dimensões do que seja proximidade (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Sob uma perspectiva teórica, essas noções podem articular-se devido ambas serem resultados de processos de interação social.

Este trabalho debruça-se sobre a capacidade dos circuitos curtos de comercialização gerarem lógicas de reciprocidade entre os agricultores e os consumidores de seus produtos. Utiliza-se de revisão de literatura sobre ambos os conceitos e se constrói, de forma argumentativa, uma interface entre as duas noções, tendo

como pano de fundo a inclusão socioprodutiva da agricultura familiar.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em outras quatro seções. A seguinte apresenta o conceito de circuitos curtos de comercialização, discutindo os desdobramentos e importância de sua utilização em estudos e no desenvolvimento de iniciativas de comercialização de alimentos. A terceira seção apresenta a noção de reciprocidade, articulando-a àquela de circuitos curtos de comercialização. Nela apresentam-se apontamentos que contribuem para compreensão da construção de práticas de reciprocidade em circuitos curtos. A quarta seção discute o exemplo da agricultura orgânica e sua regulamentação, que no Brasil favorece a estruturação e desenvolvimento de circuitos curtos, sobretudo através da venda direta. Na última seção, apresentam-se alguns apontamentos conclusivos sobre a articulação aqui posta e seus desdobramentos para a agricultura familiar.

Os circuitos curtos de comercialização de alimentos

Os circuitos curtos de comercialização (CCC) ou cadeias curtas de abastecimento representam canais comerciais de maior proximidade espacial ou geográfica, relacional e informacional (ou de proximidade estendida) – denominados na literatura internacional como *short food supply chain* (KNEAFSEY et al., 2013; MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING;

MARSDEN; BANKS, 2003). Esses circuitos têm sido constantemente associados à agricultura orgânica, bem como alimentos tradicionais e da agrobiodiversidade local, dimensões da produção intimamente relacionadas à agricultura familiar. Esses distintos tipos de proximidade contribuem, de forma articulada ou não, para o enfrentamento de uma série de problemas do modelo de abastecimento dominante (DAROLT, 2013; DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

A proximidade geográfica ou espacial diz respeito à distância percorrida pelos produtos até o ponto em que serão consumidos. Ela afeta positivamente na redução dos custos com a distribuição dos produtos (econômica), mas também favorece a redução de gastos energéticos, como a queima de combustíveis fósseis no transporte de longas distâncias (ecológica). Nesse sentido, favorece a valorização da produção local e dinamização da economia regional (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

Por sua vez, a proximidade relacional refere-se ao número de intermediários entre os produtores e os consumidores. A redução do número de agentes operando entre quem produz e quem consome favorece a redução de valores agregados aos alimentos, decorrentes da transferência de posse do produto, os quais são pagos ao final pelos consumidores. Nesse sentido, essa proximidade pode favorecer aos consumidores que pagariam menos pelos produtos, assim como aos produtores que podem obter margem maior em relação a venda (econômica). Além disso, a proximidade relacional favorece a construção de relacionamento entre os agentes em interação, possibilitando

vínculos sociais que extrapolem os mercantis (sociais), bem como favorecem a obtenção de conhecimentos sobre as condições em que os alimentos foram produzidos (KNEAFSEY et al., 2013).

A proximidade informacional (ou proximidade estendida) trata da capacidade de os consumidores obterem informações sobre os alimentos adquiridos e suas condições de produção (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Ou seja, o quanto de informação pode ser adquirida no ambiente onde ocorre a aquisição. Esta dimensão pode estar também associada às dimensões relacional e espacial, sobretudo nas formas de venda direta, quando os agricultores interagem diretamente com os consumidores no processo de compra-venda.

Sob uma perspectiva normativa, os CCC são definidos como canais de abastecimento e/ou comercialização de alimentos com, no máximo, um intermediário entre os agricultores e os consumidores (DAROLT, 2013; MAYE; KIRWAN, 2010). Ela pode incorporar também um limite em quilometragem para a delimitação de um CCC, embora, por ser arbitrário e pelas diferentes condições espaciais mundo afora, não haja um consenso sobre qual distância a ser instituída (DAROLT, 2013; ROVER; RIEPE, 2015). Essa abordagem contempla uma variedade de formas de comercialização de alimentos. Elas podem caracterizar-se pela venda direta ou indireta (esta com até um intermediário), sendo a venda direta distinguível quanto à sua ocorrência dentro ou fora unidade produtiva (DAROLT, 2013).

A venda na unidade produtiva engloba como exemplos, a

venda na propriedade, colha e pague, serviços de agroturismo, gastronomia, esporte, lazer, etc. No caso das realizadas fora do estabelecimento podem ser mencionadas as feiras de agricultores, entrega de cestas à domicílios, vendas institucionais (programas de governos), lojas de produtores, venda para grupos de consumidores organizados, bancas na beira de estradas, etc. (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013).

Como exemplos de formas de venda em CCC com intermediário podem ser citados, as lojas especializadas (produtos orgânicos, naturais, integrais etc.), lojas de cooperativas de produtores e consumidores, restaurantes, lojas virtuais (neste caso, a distribuição não estando a cargo dos agricultores), dentre outros. Elas são muitas vezes empreendidas por “movimentos sociais [...] que permitem, em certa medida, readequar a produção para sistemas mais sustentáveis e repensar dietas e hábitos alimentares, reforçando laços entre áreas rurais e urbanas” (DAROLT et al., 2016, p. 7–8).

A proximidade dos circuitos curtos expressam a sua capacidade de ressocializar e reespecializar os alimentos, permitindo ao consumidor fazer julgamentos de valor sobre sua qualidade, com base em seus próprios conhecimentos, experiências ou imagens percebidas (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000). Ademais, a relação direta ou próxima contribui para a construção de lógicas que ultrapassem o viés economicista, edificando processos de interação social para além daqueles de caráter econômico (ROVER; LAMPA, 2013; SABOURIN et al., 2014). Para Mastronardi et al. (2015), essas

lógicas ocupam um lugar essencial para a sustentabilidade em nível local. O autor acrescenta que elas promovem a valorização de produtos da sazonalidade local e a inclusão socioprodutiva de agricultores marginalizados. Esses atores marginalizados constituem uma diversidade de formas familiares de produção e reprodução social no campo, aglutinados na genérica categorial social da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2010; WANDERLEY, 2003, 2014).

Os circuitos curtos, portanto, constituem processos alternativos ao modelo agroalimentar dominante, ao possibilitar a reprodução socioeconômica de sujeitos sob risco de exclusão, os quais constituem importante contingente do tecido social do meio rural. Ao constituírem dinâmicas mercantis alicerçadas na sociabilidade, os CCC ampliam sua abrangência, criando outras lógicas além da troca mercantil, tais como diversas formas de reciprocidade entre os atores envolvidos.

A reciprocidade nos circuitos curtos de comercialização

Karl Polanyi define a reciprocidade como sendo “movimentos de pontos de correlação entre grupos sociais” (2000, p. 245). Ela diz respeito às prestações mútuas de serviços oferecidos por distintas comunidades em sociedades não capitalistas (SABOURIN, 2017). Mauss (2003), afirma que a reciprocidade representa um ato reflexivo entre sujeitos, que se desencadeia através de interações sucessivas, ao qual atribui-se a

noção de tríplice obrigação: *dar, receber, retribuir*. A partir desta noção de Mauss é possível afirmar que as práticas de reciprocidade não se operam apenas entre grupos sociais simétricos, ou entre atores em simetria relacional.

O debate envolvendo a abrangência do conceito de reciprocidade é extenso, e em sua relação com processos rurais recebe contribuições de diversos autores (SABOURIN, 2008; ROVER; LAMPA, 2013; SABOURIN, 2017; AVELINE; SABOURIN, 2020). Interessa-nos aqui discutir sobre a capacidade de os CCC gerarem condições para relações de reciprocidade entre os atores envolvidos na produção e abastecimento alimentar.

Os agricultores familiares e camponeses sempre utilizaram lógicas baseadas na reciprocidade como ferramenta de troca. Sabourin (2008) atribui a ela a capacidade de promover a reprodução da agricultura familiar na sociedade contemporânea. No entanto, o autor argumenta que para que isso ocorra os agricultores inserem-se em processos mediante a combinação das lógicas de reciprocidade e de trocas mercantis. Entende-se que isto ocorre quando se opera uma das duas tendências para a economia de mercado apontadas por Polanyi (1978), qual seja: um processo no qual produtores e consumidores se articulem numa intervenção planejadora. A ampliação das formas de CCC, em especial nos seus mecanismos de venda direta, expressa elementos desta tendência, mesmo que sejam ainda pouco relevantes num paralelo com os mercados dominantes. A liberalização e mundialização do abastecimento agroalimentar

têm provocado desconexões entre os diferentes elos das cadeias, sobretudo entre a produção e o consumo (POULAIN, 2013). Contudo podemos entender o crescimento das formas de CCC como uma contra tendência no campo do abastecimento alimentar.

Tendo em vista o crescente controle das grandes corporações (impérios) agroalimentares sobre o abastecimento agroalimentar a nível global (PLOEG, 2008), muitas organizações e movimentos sociais, ligadas a agricultores e a consumidores, têm buscado aproximação entre os elos da produção e do consumo alimentar. Isto vem sendo viabilizado na esteira do fenômeno denominado “virada para a qualidade” (GOODMAN, 2003), a partir do qual se organizam circuitos de alimentos de qualidades destacadas, tais como os orgânicos, naturais, artesanais, coloniais, agroecológicos, dentre outros (WILKINSON, 2008). Muitas vezes são os CCC que viabilizam esse processo, oportunizando a comercialização numa diversidade de formas possíveis, com destaque para a relação direta entre produtor-consumidor.

Essas relações, ao constituírem processos mistos de troca mercantil e reciprocidade, desenvolvem novos vínculos sociais (GAIGER, 2008), extrapolando a interação existente para horizontes além dos mercantis. Conforme já evidenciado, os CCC aproximam produtores e consumidores e, por isso, poderiam gerar processos de desenvolvimento local que incorporassem

outras variáveis além das técnico-produtivas, tais como valores éticos, sociais e culturais (DAROLT, 2013). Junto disso eles podem contribuir para a inclusão socioeconômica de agricultores marginalizados pelo sistema agroalimentar dominante (NIEDERLE, 2014), contribuindo para a manutenção e aperfeiçoamento de tecidos sociais nos territórios rurais. Assim, agricultores familiares agem como e se integram a outros atores coletivos, criando novas redes de relações que se estendem entre os territórios rural e urbano.

Os CCC “se caracterizam por enraizar práticas alimentares em relações eco-sociais locais, criando novos espaços econômicos” (SCHNEIDER; FERRARI, 2015, p. 56). Na perspectiva dos autores, estes espaços se contrapõem aos mercados convencionais de *commodities*, os quais reduzem as margens de manobra dos agricultores em cadeias agroindustriais especializadas. Noutra direção, a aproximação e a criação de desses novos espaços econômicos, contribui para que os agricultores construam os preços e outras condições de venda junto aos consumidores. Nas formas de venda direta eles podem verbalizar diretamente sobre as qualidades intrínsecas do alimento produzido, os custos de produção, bem como as condições que influenciam na precificação (PUGAS, 2018). Esta verbalização gera informação e conhecimento, que entre os consumidores geram uma empatia que permite a construção de relações que transcendam a troca mercantil.

No contexto dos CCC e particularmente das vendas diretas, o agricultor desloca-se do lugar de um simples tomador

de preços e produtor de alimentos, assumindo papel de destaque na construção de organizações e redes de articulação com os consumidores. Estes passam a conhecer as dificuldades da produção, do trabalho empreendido e os atributos de qualidade dos alimentos que vão às suas mesas (alimentos limpos, frescor, sabor e textura diferenciados) (PLOEG, 2016), gerando relações de reciprocidade que se manifestam através de compromissos firmados entre as partes.

Isso gera um processo reconhecimento da atividade dos agricultores, de fidelização dos consumidores, gerando uma dinâmica de recompra. Novas formas de comercialização que geram novas vivências, as quais são derivadas da crescente demanda dos consumidores por conhecer a origem dos alimentos que colocam à mesa. Isto abre espaço para novas responsabilidades e compromissos, para maior valorização da atividade dos agricultores, assim gerando novas relações de reciprocidade. Se abrem espaços para a constituição de relações de amizade, solidariedade e confiança, laços afetivos que promovem a sustentabilidade das iniciativas. Nesse contexto, os CCC favorecem a geração de processos de reciprocidade, tendo o potencial de influenciar na durabilidade de iniciativas de comercialização de alimentos de agricultores familiares, favorecendo sua reprodução socioeconômica e seu modo de vida.

Reciprocidade e circuitos curtos: elementos da produção orgânica

O contexto da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil

Um exemplo vigoroso da emergência de processos de reciprocidade em circuitos curtos de comercialização pode ser observado nos processos sociais que envolvem a produção, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos, mesmo que parcela importante deste setor não se organize em CCC. A demanda por produtos orgânicos tem aumentado e compreende estratégia interessante para os agricultores familiares, constituindo oportunidade de inclusão produtiva.

A agricultura orgânica mostra-se estratégica para a agricultura familiar e para a produção de baixa escala, diante de suas características economicamente compatíveis, tais como a necessidade intensiva de mão de obra; a redução do uso de insumos externos demandantes de capital; dinamização de economias locais pelo aumento da demanda por insumos produzidos localmente; a necessidade de um elevado nível de controle da produção e comercialização dos produtos, que promove aumento nas habilidades gerenciais dos agricultores; e o sobrepreço na venda do produto, que tende a promover o aumento da renda familiar (MEDAETS; FONSECA, 2005).

A agricultura orgânica, tal como concebida atualmente, é

fruto de reivindicações de diversos segmentos sociais, diante das críticas direcionadas ao modo de produção agropecuária que emergiu da modernização da agricultura, fenômeno chamado de revolução verde. Desde os anos 1920 há uma série de correntes que se posicionam como alternativas ao modelo da modernização (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; JESUS, 2005), especialmente numa crítica aos efeitos degradantes do meio ambiente e da qualidade de vida e dos alimentos.

A agricultura orgânica foi inicialmente regulamentada no Brasil pela normativa 007/1999 do MAPA, ganhando força de lei através da Lei 10831/2003. Nela os alimentos são definidos como oriundos de “sistemas orgânicos de produção”, os quais não utilizam fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, variedades transgênicas e radiações ionizantes. Esta definição abrange as práticas produtivas denominadas de ecológica, biodinâmica, natural, regenerativa, biológica, agroecológicas, permacultura e outras (BRASIL, 2003). Normalmente eles possuem preços mais elevados que os mesmos produtos produzidos de forma convencional (com uso de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e afins).

Os produtos orgânicos são considerados um ‘bem de crença’, visto que suas qualidades não são percebidas a partir do contato com o produto, não se visualizando, dessa forma, a distinção entre um produto orgânico e um convencional (AZEVEDO, 2000; SOUZA, 2000). Nesse sentido, visando neutralizar comportamentos oportunistas entre os atores dessa cadeia produtiva, a Lei 10.831, regulamentada pelo Decreto N°

6.323, dispõe de três mecanismos para a avaliação da conformidade orgânica dos produtos. Eles compõem o Sistema de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg), que em termos práticos constituem três formas de agricultores e demais agentes da cadeia regularizarem os produtos orgânicos e os estabelecimentos que com eles trabalham.

A primeira refere-se à *certificação por empresas de terceira parte*, a qual estabelece-se pela emissão do selo por uma entidade especializada e sem vínculos com os interessados. A segunda refere-se à certificação via *Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica* (OPAC), que constituem organizações compostas por grupos de agricultores, entidades de assessoria e consumidores para a fiscalização e emissão de certificados exclusivamente a agricultores familiares. A terceira compreende o credenciamento (sem emissão de selo) de unidades produtivas da agricultura familiar para a venda direta aos consumidores, através de *Organizações de Controle Social* (OCS). As duas últimas foram implementadas num contexto de mobilização dos atores do movimento agroecológico brasileiro, os quais propunham mecanismos de avaliação da conformidade orgânica que permitissem custos reduzidos e aproximação entre os elos da produção e do consumo (MEIRELLES, 2010).

Nesse sentido, as OCS compreendem uma forma de avaliação da conformidade que promove o estabelecimento de CCC, na medida em que regulamenta estabelecimentos de produção orgânica para a venda direta aos consumidores. Esses espaços tornam-se promissores para a construção de lógicas de

reciprocidade, pois colocam em interação os agricultores e os consumidores de seus produtos.

A venda direta de orgânicos: espaços para a construção de lógicas de reciprocidade

Embora desde os anos 1990 os supermercados sejam os principais locais onde os consumidores acessam produtos orgânicos (GUIVANT, 2003), os circuitos curtos têm lugar importante no acesso a este tipo de produto (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013). No Brasil a forma de venda que se destaca nesta modalidade são as feiras de agricultores, com destaque para venda de alimentos *in natura* ou com baixo nível de processamento.

Uma pesquisa de abrangência nacional (*ORGANIS BRASIL*, 2019), constatou que 87% dos consumidores têm preferência em adquirir alimentos orgânicos de feiras, indicando a existência de fatores que limitam o seu acesso a esses locais de compra.

Outro elemento pertinente a esse debate corresponde aos motivos pelos quais consumidores não adquirem orgânicos. Questionados a este respeito, na referida pesquisa, 43% afirmou não fazê-lo pelo preço mais elevado, enquanto 21% pela dificuldade de encontrar os produtos (*ORGANIS BRASIL*, 2019). Nesse sentido, a disseminação de feiras de produtores orgânicos (ou outras formas de venda direta aos consumidor) poderia motivar o consumo de produtos orgânicos com preços mais

acessíveis, pela redução do número de intermediários, o que poderia gerar a ampliação do acesso a esses alimentos, sobretudo por novos consumidores. As feiras constituem locais de sociabilização onde o público pode adquirir conhecimentos e se tornar mais sensível a todas as questões que envolvem a produção orgânica e modelos de agricultura e abastecimento mais sustentáveis.

Conforme mencionado na seção anterior, uma das formas de acreditação da produção orgânica – as OCS – prevê “o reconhecimento da qualidade orgânica por meio da relação de confiança estabelecida entre os produtores e os consumidores, sem intermediários na comercialização de alimentos” (LEÃO, 2019, p. 8). Segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), há no Brasil 4.290 produtores verificados via OCS, o que representam 20,6% do total (MAPA, 2020). A plataforma de mapeamento digital de feiras orgânicas e agroecológicas, realizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) contabiliza 792 feiras de alimentos orgânicos e agroecológicos no país, além de 66 grupos de consumo responsável, que constituem coletivos de consumidores organizados para aquisição de alimentos orgânicos diretamente dos agricultores (IDEC, 2020). Esses espaços têm crescido a cada ano, tornando pertinentes a análise dos vínculos que se formam na interação produção-consumo, sobretudo no contexto da agricultura familiar.

Em pesquisa analisando o nível de engajamento de consumidores nas feiras orgânicas de Porto Alegre/RS, Martil e

Anjos (2020) definem essas feiras como espaços singulares que extrapolam o sentido de um “equipamento público de abastecimento de comida” (p. 197). Os autores constataram que o grau de implicação dos consumidores, produtores e poder público são variáveis, conforme a história e trajetória de cada feira. Nesses espaços há desde pessoas apenas interessadas em alimentos de qualidade, até outras que participam ativamente de comitês e comissões que “avaliam o cumprimento das normas de avaliação da conformidade da produção orgânica previstas na legislação brasileira (MARTIL; ANJOS, p. 198).

Em estudo que analisou o perfil e percepções de consumidores de alimentos orgânicos em São Paulo, Gonsalves et al. (2019) constatou que, para os consumidores, as feiras não são percebidas apenas como espaços para a compra dos alimentos. Elas constituem também espaços onde as famílias passeiam e podem conhecer melhor os agricultores que fornecem os alimentos que vão a sua mesa, o que proporciona momentos de bem-estar e satisfação.

Lopes (2016), ao analisar as estratégias dos agricultores para o estabelecimento de relações de confiança com os consumidores no Distrito Federal, identificou que as relações empreendidas entre esses atores extrapolam a dimensão comercial. A autora argumenta que essa relação é frequentemente impulsionada por elementos ligados à identificação e ao afeto. A confiança é o que edifica a credibilidade dos orgânicos nesse sistema, e a interação, por vezes, constitui “uma relação de amizade, se torna um laço relacional movido pelo afeto” (LOPES,

2016, p. 61).

Nesse sentido, agricultores que acessam formas de venda direta, como as feiras, a partir do contato próximo com os consumidores, podem construir laços duradouros e de significados mais amplos, os quais podem proporcionar, também em termos comerciais, uma interação mais estável e de longo prazo. Tais laços tendem a gerar relações de confiança e comprometimento mútuo, uma vez que a identificação e o afeto desencadeiam lógicas de compromisso e tendem a tornar duradoura a relação estabelecida. Nestas relações de confiança se estabelecem compromissos recíprocos entre as partes envolvidas. De modo geral, a revitalização dos laços entre produtores e consumidores se contrapõe à individualização do modelo de abastecimento agroalimentar dominante (PICOLOTTO; BREMM, 2016), e representa a retomada da socialização nos processos agroalimentares.

Considerações finais

O modelo agroalimentar dominante têm dificultado à inserção de parcela da agricultura familiar nos mercados, pondo em cheque a reprodução socioeconômica de segmentos dessa categoria social. Entretanto, esses atores sociais não assistem a esse fenômeno sem construir processos de resistência e adaptação às condições impostas. Uma constelação de iniciativas de produção, abastecimento e consumo de alimentos – agricultura

orgânica, alimentos coloniais, tradicionais, da biodiversidade local, dentre outras – têm surgido como contraponto à padronização e desenraizamento dos alimentos.

Nesse contexto, vêm se formando circuitos curtos de comercialização, se aproveitando das críticas ao modelo dominante e promovendo maior aproximação material e simbólica entre os elos da produção e consumo de alimentos. A análise aqui apresentada atribui aos CCC intrínseca relação com a reciprocidade, uma vez que esses canais de comercialização oportunizam o estabelecimento de outras lógicas além da troca mercantil, ao abrir espaços para relações baseadas na confiança e no comprometimento mútuo. A proximidade entre os elos da produção e do consumo permite avançar em relações estáveis e duradouras que valorizem os atores em interação.

A agricultura orgânica, sobretudo no contexto de sua regulamentação, apresenta-se como oportunidade de inclusão socioprodutiva dos agricultores familiares através de circuitos curtos de comercialização e, especialmente, formas de venda direta. Estas, com destaque para as feiras, constituem espaços que geram momentos recreativos e de reconhecimento, que favorecem o estabelecimento de relações de identificação e afeto, extrapolando a dinâmica das trocas mercantis. Nesse sentido, ao orientar-se visando o atendimento da demanda dos consumidores, os agricultores podem estabelecer processos comerciais mais duradouros e horizontais, escapando da lógica subordinadora dos canais de comercialização convencionais.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Hucitec/Anpocs/EdUnicamp, 1992.

AVELINE, I.; SABOURIN, E. A reciprocidade na construção social de mercados por agricultores familiares em assentamentos rurais no Município de Mambaí, Goiás. In: GUÉNEAU, S.; DINIZ, J. PASSOS, C. (Org.) **Alternativas para o bioma Cerrado: agroextrativismo e uso sustentável da sociobiodiversidade**. Brasília, DF: IEB Mil Folhas, 2020. p. 536.

AZEVEDO, P. F. DE. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric. São Paulo, SP**, v. 47, n. 1, p. 33–52, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.831, 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre agricultura orgânica e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. v. 182º da Independência e 115º da República. 23 de dez. 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns princípios e conceitos**. Brasília: Mda/Saf/Dater-lica, 2004.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos Ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. DE; VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139–170.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10, n. 2, p. 8–13, 2013.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 10, n. 2, p. 8–13, 2013.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, nº 19, 1-7, 2003

IDEIC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Mapa de Feiras Orgânicas**. Disponível em: <<https://feirasorganicas.org.br/>> Acesso em: 20 jul. 2020.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálýsys**, v. 11, n. 1, p. 11-19, 2008.

GONÇALVES, K. S. et al. Percepção de consumidores de feiras orgânicas da cidade de São Paulo (SP). **Revista Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 12, n. 3, p. 1081-1102, 2019.

GUIVANT, J. S. Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. **Ambiente & sociedade**, v. 6, n. 2, p. 63–81, 2003.

JESUS, E. L. Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: História e Filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (Orgs.). **Agroecologia: Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 21–45.

KNEAFSEY, M. et al. **Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU. A State of Play of their Socio-Economic Characteristics**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.

LEÃO, V. O. P. S. **Organizações de Controle Social da Região Metropolitana de São Paulo: relações de proximidade e de confiança em foco**. 2019. 162p. Piracicaba: Dissertação de Mestrado – (Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada), Universidade de São Paulo, 2019.

LOPES, C. S. **Identificação das estratégias e dispositivos que os produtores orgânicos familiares no Distrito Federal utilizam para construir confiança junto aos consumidores**. 2016. 73p. Brasília: Trabalho de Conclusão de Curso – (Graduação em Gestão de Agronegócios), Universidade de Brasília, 2016.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2020. Disponível

em:

<<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MASTRONARDI, L. et al. Exploring the role of farmers in short food supply chains: The case of Italy. **International Food and Agribusiness Management Review**, v. 18, n. 2, p. 109–130, 2015.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. *In*: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2003. p. 183–294. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1888?show=full>> Acesso em 29 jul. 2020.

MAYE, D.; KIRWAN, J. Alternative food networks. **Sociopedia.isa**, p. 1–12, 2010.

MEDAETS, J. P.; FONSECA, M. F. A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: MDA: NEAD, 2005.

MEIRELLES, L. **Regulation of the Participatory Guarantee Systems in Brazil A case Study**. Bonn: International Federation of Organic Agriculture Movements, 2010.

NIEDERLE, P. A. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. **Século XXI - Revista de**

Ciências Sociais, v. 4, n. 1, p. 162–189, 2014.

ORGANICS BRASIL. Panorama do consumo de orgânicos no Brasil 2019. Disponível em: <<https://organis.org.br/pesquisa-consumidor-organico-2019/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PICOLOTTO, E. L.; BREMM, C. GEcologização na Agricultura Familiar, feiras e produtos artesanais na região Central do Rio Grande do Sul. **Política & Sociedade**, v. 15, n. Edição Especial, p. 104–130, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e imperios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 21–52.

POLANYI, Karl. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. **Revista trimestral de história e ideias.** Porto, nº 1, 7-20. 1978
POULAIN, J.P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar.** 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PUGAS, A. S. **Agroecologia e comercialização de alimentos: qual agrobiodiversidade e qual autonomia aos agricultores?.**

2018. 158p. Florianópolis: Dissertação – (Mestrado em Agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

RENTING, H.; MARSDEN, T. K.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003.

ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 22–25, 2013.

ROVER, O. J.; RIEPE, A. D. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 663–682, 2015.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

SABOURIN, E. et al. Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. **Sustentabilidade em Debate**, v. 5 n. set/dez, p. 98–119, 2014.

SABOURIN, E. Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n. 3, p. 1-21, 2017.

SABOURIN, E. **Sociedade e Organizações Camponesas: uma leitura a partir da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRG, 2008.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 85–131, 2010.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na Agricultura Familiar – o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, p. 56–71, 2015.

SOUZA, M. C. M. DE. Produtos orgânicos. *In*: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Eds.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 385–401.

VANDERLEY M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura**, v. 8, n.15, p.87-146, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Campesinato e agricultura familiar: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1,

p. 42–61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 25–44, 2014.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: PGDR, 2008.

Agenda decisória e ordenamento fundiário:
uma análise cognitiva das origens da agenda de regularização
fundiária na Amazônia Legal¹⁷

Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo¹⁸

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a emergência recente do tema da regularização fundiária na Amazônia Legal como problema público e sua inclusão na agenda de políticas públicas durante o governo Lula (2003-2010).

Este exercício de análise de políticas públicas dialoga com os modelos de formulação de políticas e de mudança na agenda governamental, principalmente os que enfatizam o papel das

¹⁷ Este artigo articula alguns resultados relativos ao tema da mudança na legislação fundiária para a Amazônia Legal, que foram obtidos a partir da dissertação de mestrado e tese de doutorado da autora. Estes trabalhos acadêmicos foram defendidos no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

¹⁸ Bacharel e Licenciada Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutora e Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ, integrante do Grupo de Pesquisa Mudança Social, Agronegócio e Políticas Públicas dessa instituição (GEMAP/CPDA/UFRRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil, E-mail: icamiaba@gmail.com

ideias nesses processos. Procurou-se compreender e explicar os processos por meios dos quais uma cadeia de eventos causais levou a questão da regularização fundiária na Amazônia Legal¹⁹ a se tornar tão importante, num determinado momento, a ponto de concentrar a atenção dos tomadores de decisão do governo federal e passar a integrar sua agenda.

Neste artigo adotou-se como referência principal a abordagem de múltiplos fluxos (*multiple streams*) formulada por Jonh W. Kingdon (2003). Para este autor, a determinação da agenda é resultado da “confluência” (*coupling*) entre três fluxos: i) dos problemas (*problems stream*): que ajuda um determinado tema a ser reconhecido como problema público; ii) das soluções (*policies stream*): conjunto de alternativas e soluções disponíveis para a resolução dos problemas, seja pela via do consenso, pressão ou persuasão; iii) da política (*politics stream*): representa a dimensão política, e é influenciado por elementos como a sensibilidade social e a pressão pública, e mediado por forças políticas organizadas que podem exercer barganha e negociação política. Quando esses três fluxos convergem, abre-se uma “janela de oportunidade” (*policy windows*), que, com a interveniência dos chamados “empreendedores de políticas” (*policy entrepreneurs*) pode fazer com que determinado problema

¹⁹ Recorte político-administrativo com fins de planejamento, envolvendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Goiás - atual Tocantins (norte do paralelo 13° de latitude sul), Mato Grosso (norte do paralelo 16° de latitude sul) e Maranhão (oeste do meridiano 44°), perfazendo uma área de 5.217.423 km² (aproximadamente 61% do território nacional).

seja, ou não, inserido na agenda governamental (KINGDON, 2003).

O desenvolvimento metodológico deste artigo envolveu três recursos principais: a pesquisa bibliográfica, a análise de dados documentais e a realização de entrevistas semiestruturadas. A partir de uma pesquisa bibliográfica de caráter narrativo se buscou fazer uma revisão “não exaustiva” da produção científica acerca de temas como: análise de políticas públicas, formação de agenda e regularização fundiária, sem esgotar as fontes de informações. A pesquisa documental foi orientada ao mapeamento e análise dos marcos legais relativos ao ordenamento fundiário regional. Esse levantamento permitiu reunir e conhecer as ideias sobre ordenamento fundiário na Amazônia Legal que foram produzidas e circularam durante a construção das agendas governamental e decisória. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com gestores e servidores públicos, parlamentares, lideranças de organizações sindicais, dirigentes de organizações do terceiro setor, operadores do campo do direito e pesquisadores acadêmicos, visando à compreensão da percepção dos entrevistados em relação ao problema fundiário da região, e como suas ideias, motivações e atitudes interferiram na agenda.

Este artigo encontra-se organizado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira parte do texto traz um breve panorama sobre as ações desenvolvidas no âmbito do combate ao desmatamento na Amazônia Legal e de que maneira elas passaram a influenciar à agenda pública relativa ao

ordenamento fundiário. A segunda parte aborda as sequências históricas e mecanismos causais que resultaram no ingresso desse tema na agenda governamental, evidenciado a partir de algumas mudanças incrementais nas regras de transferência do patrimônio fundiário público para entes privados. A terceira parte destaca a ocorrência da “janela de oportunidade” e o engajamento dos “empreendedores de políticas” no processo de convergência de fluxos (de problemas, soluções e da política) e da incorporação desse tema na agenda decisória do governo federal.

Agenda de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal no governo Lula

No início do governo Lula (2003-2010), parte das atenções da opinião pública estavam voltadas para a indicação da ex-seringueira, ambientalista e senadora reeleita Marina Silva, reconhecida como uma das principais porta-vozes do movimento socioambientalista nacional e internacional para o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

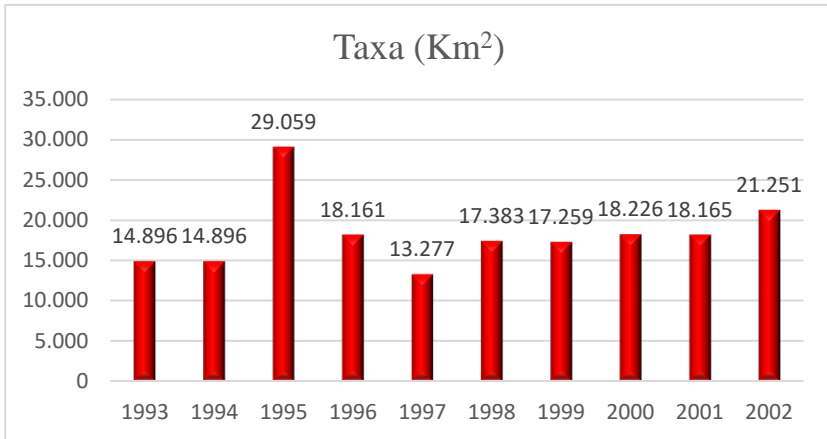
A nomeação de Marina foi interpretada como uma espécie de resposta aos ambientalistas que se envolveram diretamente na campanha presidencial de Lula, e que após as eleições se engajaram em um esforço pela sua nomeação como ministra. Por se tratar de um setor preterido nas gestões anteriores, esse ato foi interpretado como um compromisso do governo federal com pautas históricas desses movimentos, gerando muitas

expectativas entre esse segmento social.

Naquele contexto, um dos principais pontos da agenda ambiental internacional, era o seu caráter transversal, ou seja, o fato dela se desdobrar em outros setores governamentais. Os desafios desse modelo emergente de gestão foram assumidos por Marina Silva, que propôs que a dimensão ambiental perpassasse a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e outras políticas públicas afins (BRASIL, 2006a).

A grande ação transversal de meio ambiente no primeiro governo Lula, sem dúvida, foi a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal que estavam em pleno crescimento naquele período, conforme pode ser observado na **Figura 1**.

Figura 1 — Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal (1993-2002)



Fonte: Brasil, Inpe, Prodes (2020) (elaboração própria).

Neste caso, os dados registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no período de agosto de 2001 e julho de 2002 indicavam um crescimento do desmatamento de aproximadamente 19% em relação ao período anterior. A divulgação destes indicadores elevados em um momento de contração da economia brasileira, combinada a interpretação de que o país experimentava uma fase de aquecimento econômico, provocou um temor no governo federal quanto ao aumento futuro desses índices (BRASIL, 2004a).

No período de 1988 a 1990, o desmatamento na Amazônia Legal estava associado à história de ocupação da Amazônia, com a abertura de rodovias federais, a implantação de projetos de colonização oficiais e projetos hidro-minero-metalúrgicos que ocorriam de forma concentrada no chamado “Arco do desmatamento”, abrangendo principalmente áreas dos estados do Maranhão, Pará, Mato Grosso e Rondônia. No início dos anos 2000, passaram a ser identificadas novas frentes de desmatamento, comandadas por uma dinâmica endógena, caracterizada pela participação de uma maior diversidade de atores regionais, com capital privado (BECKER, 2004).

Com base nos diagnósticos sobre a questão, concluiu-se que o desmatamento na Amazônia Legal era resultado da trajetória histórica de expansão da fronteira agrícola que, em geral, costuma ocorrer pela implementação de políticas públicas que estimulam a apropriação privada de terras devolutas, a extração predatória dos recursos madeireiros, o acúmulo de capital para investimento em pecuária extensiva e, por fim, o desenvolvimento da produção agropecuária. Essas atividades econômicas proporcionariam a renda e legitimariam a apropriação da terra em curto prazo, sem a necessidade de realização de grandes investimentos financeiros. No longo prazo, as terras permaneciam como áreas de pecuária mais intensiva ou, no caso de haver demanda, seriam convertidas em áreas para produção de grãos ou destinadas ao desenvolvimento de outras atividades econômicas (BRASIL, 2004a).

No modelo de múltiplos fluxos de Kingdon (2003), o

fluxo dos problemas ajuda a identificar a forma como determinadas questões são reconhecidas como problemas públicos e passam a ocupar espaço na agenda governamental. Considerando o grande volume de questões e a incapacidade dos governos de lidar com todas elas ao mesmo tempo, alguns mecanismos como indicadores simbólicos e numéricos (*indicators*), eventos como crises e desastres (*focusing events*), e o próprio processo de retroalimentação de ações governamentais (*formal and informal feedback*)²⁰ são os meios pelos quais os participantes do processo decisório tomam conhecimento de uma dada situação. Porém, esses mecanismos não transformam automaticamente uma questão em problema. A resposta a ser dada pelo governo dependerá ainda da forma como este percebe e interpreta os dados relativos à realidade.

O fluxo das soluções, por sua vez, corresponde ao conjunto de ideias em disputa para resolver um problema. Ele parte da premissa de que propostas de políticas públicas não estão necessariamente relacionadas à percepção de problemas específicos. Nesse fluxo, as propostas de políticas públicas podem ser criadas antes de um problema, permanecendo em um “caldo primitivo de políticas” (*the policy primeval soup*), composto por um amplo conjunto de ideias, geradas tanto por atores visíveis (*visible cluster of participants*), oriundos de diversos campos do conhecimento, dentro e fora do governo e que possuem ingerência sobre os fluxos dos problemas e da política; quanto por atores invisíveis (*hidden cluster*) que se reúnem em

²⁰ Relatórios de monitoramento e desempenho de programas etc.

comunidade de políticas (*policy communities*), nas quais as ideias são geradas e difundidas, e que são influentes na definição das soluções.

Essas proposições, não necessariamente relacionadas à percepção de problemas específicos, têm sua origem nas comunidades de políticas, um agrupamento de pesquisadores, acadêmicos, servidores públicos, analistas de grupos de interesses etc. que produzem, difundem e avaliam ideias. No processo de seleção, nem todas as ideias recebem o mesmo tratamento — algumas permanecem inalteradas, outras são combinadas com outras propostas e outras simplesmente desaparecem. Entre as propostas que dão origem a políticas públicas, é possível identificar certos padrões, como: viabilidade técnica; compatibilidade com os valores tanto da opinião pública quanto dos formuladores de políticas e consenso entre problema e soluções propostas (KINGDON, 2003).

Também não bastam os indicadores, a retroalimentação de programas e valores importantes em cheque, é preciso ainda contar com os desdobramentos do fluxo da política, os quais possuem efeitos importantes sobre a formação e a mudança das agendas. Isto porque as “modificações na atmosfera política” (*turnover*) — representadas por eleições que trazem ao poder novos governantes, novas configurações político-partidárias e grupos de interesse que pressionam o governo com suas demandas — ajudam a definir os momentos de maior ou menor

importância de um determinado tema na agenda (KINGDON, 2003).

Com a identificação dos índices elevados de desmatamento na Amazônia Legal (**Figura 1**) e a percepção quanto a sua tendência inercial, os gestores públicos passaram a reconhecer o desmatamento em curso como prenúncio de uma possível crise para a qual deveriam ser apresentadas soluções. Isto também ocorreu porque o aumento nos índices de desmatamento na região estava em contradição com a percepção sobre a importância dessa região para uma parcela significativa da sociedade brasileira e internacional.

Com a criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o desmatamento na região passou a ser compreendido pelo governo federal como um fenômeno com origens e consequências (ambientais, sociais e econômicas) complexas (ARAÚJO; VIEIRA, 2019). Nesse sentido, a maneira mais efetiva para se combater o desmatamento na Amazônia seria vincular a execução de novos investimentos do governo federal e os repasses aos governos estaduais a um planejamento prévio. Desse modo, buscava-se estabelecer a maior presença do Estado na região, regulando a dinâmica de apropriação do solo e sua transformação produtiva, mas principalmente, oferecendo serviços públicos demandados pela população regional, tais como: saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, regularização fundiária e ambiental, etc. (BRASIL, 2004a).

No caso específico da formação da agenda de prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia Legal cabe frisar as mudanças ocorridas na atmosfera política nacional, no caso o governo do presidente Lula que estava recém-empossado, bem como uma mudança de titularidade na pasta ambiental, agora ocupada por Marina Silva²¹.

Neste contexto, o governo federal propôs que o enfrentamento do problema do desmatamento na região fosse realizado, de forma continuada, por meio da aplicação de medidas de monitoramento e controle ambiental, mas, sobretudo, pelo desenvolvimento de ações interdisciplinares e estruturantes voltadas ao ordenamento territorial e fundiário e ao fomento da produção sustentável. Estas ações estariam sob a responsabilidade de um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI) criado para deliberar questões estratégicas relativas ao combate ao desmatamento na região, ficando sua coordenação diretamente subordinada à Presidência da República (BRASIL, 2004a).

Esta política pública foi concebida desta forma porque nenhum outro ator no sistema político, além do Presidente da República, teria a capacidade de estabelecer agendas em uma dada área de políticas para os demais setores (KINGDON, 2003).

²¹ Naquele contexto, o papel de Marina Silva à frente do MMA foi decisivo para a formação dessa agenda, afinal ela sempre esteve à frente de eventos, de planejamentos e de análise de dados relacionados à este fenômeno amazônico, como pode ser observado nos relatórios do PPCDAm (BRASIL, 2006b).

O desmatamento na Amazônia sempre esteve associado a problemas como conflitos fundiários violentos, desembocando em centenas de assassinatos de indígenas e camponeses a cada ano, a grilagem de terras públicas e ao uso de mão de obra em condições análogas à de escravo (ARAÚJO *et al.*, 2019). Por isso, ele foi considerado no mais alto nível de políticas públicas do governo federal, sendo coordenado pela Casa Civil, com a participação de 11 ministérios.

Essa proposta do governo teve origem nas comunidades de políticas que trabalhavam com a ideia de que era necessário combater o desmatamento ilegal e dar mais ênfase ao desenvolvimento do potencial socioeconômico da “floresta em pé” (*standing forest*), visto que apenas a estratégia de monitoramento da conversão das áreas florestais em áreas agrícolas não estava conseguindo surtir os efeitos desejados em termos de controle dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.

Num contexto em que indivíduos e organizações estabelecem prioridades para a sua atuação, outro meio pelo qual estes atores tomam conhecimento da magnitude de uma situação é a retroalimentação, que ajuda a revelar os gargalos das políticas que não funcionam conforme planejado, a experiência adquirida e as consequências imprevistas — positivas ou negativas —, bem como permitem aos tomadores de decisão obterem os elementos necessários para realizarem modificações na agenda de políticas públicas (KINGDON, 2003).

Nessa esteira, ministérios mais diretamente envolvidos com a temática ambiental e fundiária, como o MMA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciaram duas medidas que tiveram grandes implicações sobre o ordenamento da região. A primeira trata-se de uma negociação junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que disponibilizou os dados digitais de mapeamento e monitoramento da cobertura do solo na Amazônia Legal, produzidos pelo Prodes para instituições públicas e privadas que operavam sistemas de geoprocessamento²². Até então, essas informações digitais eram restritas ao Inpe que opera o sistema e que produzia relatórios anuais a partir de dados agregados, nos quais se podia visualizar as informações sobre o desmatamento acumulado, mas não era possível identificar de maneira rápida o desmatamento em curso²³.

Com base nesses dados, o Inpe criou o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), que realiza o mapeamento e o monitoramento tanto de áreas de corte raso quanto áreas em que a cobertura florestal ainda não foi totalmente removida. Esses dados gerados possuem menor resolução espacial, mas têm maior periodicidade, portanto, podem ser

²² Entrevista com ex-gestor do MMA, *Skype*, 27 jun. 2016.

²³ O Prodes fornece dados de desmatamento verificados entre 1º de agosto de um determinado ano a 31 de julho do ano seguinte. Esses dados eram considerados insuficientes para prevenção e fiscalização devido ao intervalo de tempo que levam para ser produzidos e por não registrarem desmatamentos menores que 6,25 hectares, como aqueles decorrentes da extração seletiva de madeira e das queimadas.

utilizados no suporte às ações de fiscalização ambiental da região. Isto permitiu ao governo ampliar as ações de gestão ambiental, bem como ajudou a ampliar o debate acerca do desmatamento para além dos órgãos envolvidos diretamente nas ações de comando e controle.

Outro dispositivo importante de fomento desse tema na agenda governamental, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de diretrizes e normas para o acesso à terra e à exploração dos recursos naturais na região foi a publicação da Portaria Conjunta Incra/MDA nº 10/2004²⁴, que estabeleceu a obrigatoriedade da apresentação dos documentos legitimadores dos imóveis rurais em situação de posse por simples ocupação, localizados em municípios selecionados da Amazônia Legal, sob pena de bloqueio do registro do imóvel (Brasil, 2004b).

Segundo essa portaria, as solicitações de alteração nos documentos referentes aos imóveis, independente do seu tamanho, deveriam ser acompanhadas de documentação comprobatória (planta e memorial descritivo georreferenciado), o que permitiria verificar se havia ou não sobreposição com terras públicas (Art. 1º). Ainda de acordo essa portaria, os registros dos imóveis com área acima de 100 ha na região somente seriam convalidados mediante a apresentação, pelo ocupante, de memorial descritivo georreferenciado da posse (Art. 2º), a partir do qual se poderia checar se a posse estava sobreposta a terras

²⁴ Cf. entrevistas com servidor do Incra, *Skype*, 11 jun. 2016; e com ex-gestor do MMA, *Skype*, 27 jun. 2016.

públicas ou não²⁵.

Essa portaria também suspendeu a emissão das declarações de posses (Art. 4º), que eram documentos precários, mas que criavam expectativas quanto à regularização fundiária de posses; possibilitavam o uso da terra como garantia em operações de crédito; viabilizavam a implantação de planos de manejo florestal; esquentavam a madeira extraída de forma ilegal; e amparavam a comercialização informal de terras públicas. A emissão destas declarações dificultava a realização de qualquer processo de destinação de terras federais e regularização fundiária na região²⁶.

Como a publicação deste instrumento tornou inválida qualquer reivindicação de direito sob terras públicas na Amazônia Legal que estivesse atrelada aos documentos cadastrais expedidos pelo Incra, a Diretoria de Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) recomendou a suspensão de planos de manejo que vinham sendo executados sob terras públicas e passou também a condicionar a aprovação destes à apresentação de títulos de domínio pelos

²⁵ Considerando que a Lei nº 10.267/2001 só fora regulamentada em 2002, pode-se dizer que o esse foi o primeiro recadastramento georreferenciado realizado a partir de uma base legal robusta. Com a obrigatoriedade do georreferenciamento se buscava resolver os problemas de domínio e titularidade das glebas rurais descritos anteriormente e conhecer o estoque de terras devolutas existentes na região.

²⁶ Entrevista com servidor do Incra, *Skype*, 11 jun. 2016.

requerentes.

Embora essas declarações de posse não possuíssem nenhum amparo legal como prova de propriedade, elas lastreavam um amplo leque de operações como autorizações de desmatamento, planos de manejo florestal e operações de crédito rural na Amazônia Legal²⁷.

Se, por um lado, esta iniciativa segundo os gestores funcionou como uma espécie de “moratória fundiária”²⁸ das áreas federais da região, visto que possibilitava o bloqueio do cadastro das áreas sem comprovação documental. Por outro, também gerou uma crise na região, visto que o Incra não possuía capacidade instalada para realizar a verificação desses documentos dentro dos prazos estabelecidos por essa portaria (BENATTI, ARAÚJO, GAMA, 2006) e os requerentes de regularização fundiária manifestaram dificuldades em atender as exigências devido ao reduzido número de profissionais especializados e credenciados, e ao elevado custo das operações de georreferenciamento (BRASIL, 2005).

Desdobramentos políticos e institucionais da agenda de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal

²⁷ Entrevista com servidor do Incra, *Skype*, 11 jun. 2016.

²⁸ Entrevista com servidor do Incra, Brasília, 23 de setembro de 2009 e 10 de dez. 2015.

Em consequência, no Oeste paraense — região sobre a qual incidiram boa parte dessas as ações restritivas — teve início uma forte mobilização pela imediata revogação da Portaria Conjunta Incra/MDA nº 10/2004. Na ocasião, atores locais cujas atividades econômicas eram lastreadas pela ocupação de terras públicas e pelo desmatamento viram suas atividades comprometidas e decidiram bloquear rodovias e destruir equipamentos públicos no intuito de pressionar o governo federal para que liberasse os planos de manejo e regularizasse as ocupações (BARRETO *et al.*, 2008).

Esse “clima” ou “humor” nacional (*national mood*) (KINGDON, 2003) evoluiu para um problema político, que foi ganhando certa institucionalidade em algumas regiões amazônicas, visto que alguns atores sociais envolvidos provocaram suas representações políticas (prefeitos, deputados, senadores etc.) para que pressionassem as esferas governamentais para que áreas ocupadas irregularmente fossem regularizadas, o que ajudou a fortalecer o tema na agenda governamental.

Provavelmente, a manifestação mais grave do “clima” ou “humor” contra as medidas restritivas que vinham sendo tomadas no âmbito do PPCDAm seja o assassinato da missionária norte-americana, Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, na zona rural do município de Anapu, no Pará, na tentativa de impedir a implementação de políticas agrárias e ambientais sobre áreas florestais cobertas por contratos de alienação (SAUER, 2005).

Como consequência direta da comoção nacional e

internacional pelo assassinato, o governo federal se viu muito mais questionado²⁹ e interditou 8,2 milhões de ha localizados nos municípios de Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão. Este instrumento visava impedir o corte raso da floresta, a exploração ilegal de madeira e a utilização da vegetação nativa dessas áreas até que fosse concluído um plano de destinação das terras devolutas, o que incluía a criação de novas unidades de conservação e um distrito florestal sustentável para atenuar o cenário de desordem fundiária e destruição ambiental nessa região.

A proposta do governo era destinar as terras públicas prioritariamente para a proteção ambiental e o manejo florestal, de modo a constituir uma espécie de “zona de contenção” das frentes de expansão atuantes na Amazônia pela retirada de um grande estoque de terras do mercado fundiário. Essa iniciativa foi inspirada em proposições de segmentos da comunidade de políticas que argumentavam que a remoção predatória de recursos florestais nas áreas de fronteira, em grande parte, era estimulada pela percepção de abundância da floresta e dos recursos naturais (NEPSTAD *et al.*, 2001). A partir desses documentos, sugeria-se à aplicação de mecanismos destinados a gerar uma sensação de escassez artificial de recursos naturais. Para esses pesquisadores, o acesso às áreas mais remotas de floresta preservada deveria ser dificultado, por meio do fortalecimento e/ou da expansão de unidades de conservação (PERES, 2002).

²⁹ Entrevista com ex-gestor do MDA, *Skype*, 1º e 16 jul. 2016.

Ainda como parte das medidas que antecederam a elaboração do Programa Terra Legal, destaca-se também a publicação do Decreto n°. 6.321/2007 e a Portaria MMA n°. 28/2008, que reforçaram e sofisticaram as ações de enfrentamento do desmatamento na Amazônia Legal por meio de medidas como: i) a identificação de municípios prioritários para a intensificação das ações de prevenção e controle do desmatamento a partir dos dados gerados pelo Inpe (Art. 2º); ii) a obrigatoriedade do cadastramento das propriedades rurais localizadas nos trinta e seis municípios com maior índice de desmatamento na Amazônia Legal³⁰ (Arts. 3º ao 7º); iii) o controle sobre a destinação do crédito oficial (Art. 11); iv) o embargo compulsório pelo agente fiscalizador do uso econômico das áreas desmatadas ilegalmente, excetuando-se aquelas utilizadas para atividades de subsistência (Art. 12); v) o controle das cadeias produtivas pela responsabilização dos compradores de produtos oriundos de áreas de desmatamento ilegal embargado (Art. 13) (BRASIL, 2007, 2008d).

Com base nestes dispositivos, o Conselho Monetário Nacional (CMN) do Banco Central (Bacen) aprovou a Resolução n°. 3.545/2008, que estabeleceu a necessidade de comprovação de regularidade ambiental e fundiária como condição para a obtenção de financiamento público e privado para imóveis situados nos municípios do Bioma Amazônia (Art. 1º, alínea a,

³⁰ Segundo Barreto *et al.* (2008), os municípios atingidos por essa medida perfaziam uma área de aproximadamente 100 milhões de ha, dividida em 80 mil imóveis rurais (posses e propriedades).

incisos I a IV) (BRASIL, 2008a).

Como consequência direta dessas novas restrições e condicionalidades, foi possível conhecer os pontos críticos de desmatamento na Amazônia Legal e estabelecer limitações a concessão de crédito às transações envolvendo imóveis (venda, arrendamento, desmembramento, transmissão em herança e oferecimento em garantia de crédito público ou privado)³¹.

Diante das tentativas do governo federal de estabelecer regras rígidas para comprovação da regularidade fundiária e ambiental das áreas ocupadas, alguns atores — como o governador de Mato Grosso — chegaram a questionar publicamente a credibilidade dos dados produzidos pelo Inpe (ARAÚJO; VIEIRA, 2019), outros passaram a difundir a ideia de que a União era a proprietária da maior parte das terras na região e, portanto, os altos índices de desmatamento não podiam ser imputados a iniciativa privada³².

Deste modo, o problema fundiário na região estava posto na agenda governamental. Isto ocorreu porque as medidas do PPCDAm — que ajudaram a reduzir significativamente o

³¹ Assunção *et al.* (2013), estima que um terço do crédito previsto para o período 2009-2011 não foi alocado em virtude da Resolução nº 3.545/2008, o que corresponderia a aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, sendo que 90% deste montante estaria relacionado às atividades pecuárias.

³² Entrevista com assessor de entidade de representação agropecuária, Brasília (DF), 12 dez. 2016.

desmatamento na Amazônia Legal³³ — colocaram em evidência um conjunto de atores sociais que não conseguiam formalizar o direito de propriedade sobre as áreas que haviam ocupado.

Neste contexto, as narrativas em defesa do ordenamento fundiário foram angariando cada vez mais espaço nos debates envolvendo atores visíveis (políticos), e invisíveis (especialistas, assessores parlamentares, burocratas e analistas de grupos de interesses). Especialmente, aquelas propostas que buscavam solucionar o problema fundiário por meio do aumento da área passível de regularização fundiária (BARRETO *et al.*, 2008).

Como resultado dessa mobilização em prol de mudanças normativas, em novembro de 2005, foi sancionada a Lei federal nº. 11.196/2005, que alterou a Lei nº 8.666/1993 (de Licitações Públicas), autorizando o Incra a expedir concessões de uso e realizar a titulação definitiva de ocupações em terras públicas na Amazônia Legal, até o limite máximo de 500 ha, sem processo licitatório. No Incra, essa nova legislação foi regulamentada pelas Instruções Normativas (INs) nº 31 e 32 de 2006, que ajudaram a estabelecer a figura jurídica da regularização fundiária, um conceito até certo modo inédito, na medida em que está vinculado a ideia de preferência pela aquisição onerosa de terras públicas ocupadas que excedam ao tamanho de um módulo fiscal —MF

³³ Segundo dados do Prodes, a taxa anual passou de 27.772 km² em 2004 para 12.911 km² em 2008, uma redução de 53,51% em um intervalo de apenas 4 anos.

(BENATTI, ARAÚJO, GAMA, 2006).

Segundo Barreto *et al.* (2008), essas iniciativas buscavam responder às demandas de ocupantes que haviam se deslocado para a Amazônia Legal, a partir da década de 1970, atendendo ao chamado dos governos militares e que permaneciam em situação de insegurança jurídica, e cujas solicitações também não foram atendidas pela lei de regularização até 500 ha. Parte destes atores, por conseguinte, continuavam a promover ações judiciais contra a inibição dos registros fundiários e a exercer pressão política pela titulação imediata e sem ônus de suas posses.

O retorno das experiências de ordenamento fundiário da região também foi marcado pelo estabelecimento de um Termo de Cooperação Técnica envolvendo o Incra e o Exército brasileiro para a realização do georreferenciamento de 111 mil imóveis, num total de 16 milhões de ha na região da Terra do Meio (PA), que, naquele momento, era considerada um dos pontos mais críticos de conflitos fundiários na Amazônia (SAUER, 2005).

Esta iniciativa era composta por três etapas: i) levantamento ocupacional das glebas públicas federais; ii) georreferenciamento dos perímetros das glebas e áreas de apossamento; iii) vistorias e tramitação de processos para entrega do título de propriedade da terra (BRASIL 2008e), que buscavam dar massividade ao processo de regularização fundiária

promovido pelo Incra na Amazônia Legal³⁴.

Assim, foram realizados o levantamento ocupacional e o georreferenciamento de cerca de aproximadamente três centenas de lotes, com área até 15 MF. Estas terras teriam seus títulos emitidos pelo Programa Terra Legal e foram as primeiras áreas a serem tituladas de forma mais sistemática na região, num intervalo de aproximadamente três décadas³⁵.

Enquanto essas ações eram desenvolvidas, em março de 2008, o presidente Lula editou a MP n° 422, alterando novamente a Lei federal n°. 8.666/1993, para ampliar de 500 ha para 15 MF, o tamanho da área passível de concessão de título de propriedade ou de direito real de uso na Amazônia, com dispensa de licitação, desde que as ocupações fossem anteriores a 1° de dezembro de 2004³⁶ (BRASIL, 2008b).

O texto da Exposição de Motivos n° 21 – MDA, sugeria que o objetivo principal desta MP era promover um maior controle da ocupação e exploração sustentável da região por meio

³⁴ Entrevista com servidor do Incra, Brasília, 30 set. 2009.

³⁵ Entrevista com servidor do Incra, *Skype*, 11 jun. 2016.

³⁶ Essa MP possuía teor idêntico a um PL de autoria do então deputado federal Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), que posteriormente atuou como relator do produto dessa apropriação legislativa e também da MP n°. 458/2009, que originou o Programa Terra Legal. Isto pode ser compreendido a partir das relações diretas que ele possuía com o Executivo, sua biografia, especialização temática, experiência no parlamento e sua capacidade de articulação com distintos segmentos sociais e políticos, especialmente os ruralistas, em torno do tema da regularização fundiária (ANTELO, 2018).

da regularização fundiária de situações que estejam dentro da legalidade e sustentabilidade (Brasil, 2008c).

Outro argumento para a apresentação desta MP se assentava no fato de que a Lei federal nº 4.771/1965 (Código Florestal), então vigente, exigia que as propriedades rurais, situadas na Amazônia Legal, possuísem, no mínimo, 80% da sua área em reserva legal, de modo que a regularização no limite previsto pela legislação em vigor, de no máximo 500 ha, atingiria, em grande parte, apenas imóveis com a utilização máxima de 100 ha, o que fugia à realidade fundiária dessa região. Por isso, haveria necessidade de se ampliar a área regularizável para 15 MF (BRASIL, 2008c).

Pode-se depreender que a necessidade de publicação da MP nº. 422/2008 foi uma espécie de consequência não antecipada da convocação pelo governo federal para o recadastramento de imóveis nos municípios com maior índice de desmatamento na região e da obrigação dos bancos públicos e privados em exigirem a comprovação de regularidade ambiental e fundiária dos imóveis para obtenção de crédito. Em outras palavras, isto ocorreu porque os ocupantes de terras nesses municípios não possuíam condições de atender as regras de recadastramento estabelecidas pelo governo e o próprio Incra não possuía estratégia de ação e nem estrutura para fazer o reconhecimento dessas ocupações em tão curto espaço de tempo³⁷.

³⁷ Entrevista com ex-gestor do MDA, *Skype*, 1º e 16 jul. 2016.

No entanto, a MP. nº. 422/2008 não conseguiu atender as expectativas de todos os interessados na regularização fundiária das ocupações existentes sobre terras públicas na Amazônia.

Alguns atores argumentavam que, a estrutura institucional e a legislação então vigentes, eram incompatíveis com as características e a escala de ocupação irregular existente na Amazônia Legal³⁸ e que, caso o governo federal insistisse em realizar o processo de regularização fundiária dessa maneira, levaria algumas décadas para concluí-lo³⁹.

Foram alegadas diversas dificuldades para esse processo de regularização fundiária, tais como: a) a necessidade de vistoria no imóvel a ser regularizado; b) a demanda por certificação da gleba e, portanto, dos remanescentes da área original da qual o imóvel seria destacado; c) a obrigação de georreferenciamento com precisão de 50cm da posse a ser regularizada; e, d) e a necessidade de realização de um processo administrativo para verificação dos requisitos da legitimação de posses (FERREIRA, 2010).

A partir desses entendimentos, pode-se concluir que havia um grupo de atores – locais e extralocais; públicos e privados – que defendia a necessidade de se avançar nas alterações para além das mudanças obtidas pela MP nº. 422/2008, definindo critérios que estabelecessem distinções entre os atores regionais,

³⁸ Entrevista com servidor do Incra, *Skype*, 11 jun. 2016

³⁹ Representante de Casa Civil da Presidência da República, Brasília, 29 set. 2009.

diferenciando-os do resto do país e simplificando ao máximo a legislação para dar celeridade ao processo de titulação na Amazônia Legal.

Desse modo, as forças regionais organizadas (grupos de interesse, organizações representativas e sindicais, e opinião pública) juntamente com segmentos governamentais mais próximos ao setor ruralista passaram a pressionar o governo Lula para que este estabelecesse regras mais flexíveis visando permitir a regularização fundiária das ocupações consolidadas na Amazônia, transformando-as em propriedade privada, até porque o Incra não havia implementado as regularizações fundiárias decorrentes das alterações feitas em 2005 e 2008 na Lei de Licitações (Lei Federal nº. 8.666/1993), o que intensificou o “humor” e a pressão das forças políticas regionais organizadas.

Considerando ainda que o governo federal durante bastante tempo estimulou a colonização dessa região, mas nunca realizou uma ação sistemática de regularização fundiária dessas áreas ocupadas, emergiram narrativas relativas à existência de uma espécie de “dívida social” do Estado brasileiro para com os atores sociais que haviam se deslocado para a Amazônia.

Segundo esta linha argumentativa, as ocupações de áreas rurais e urbanas da região deveriam ser regularizadas pelo governo federal. Mas esta não era uma solução consensual e tampouco fácil, pelo fato de estas terras serem bens públicos dominicais e, portanto, a norma constitucional determinar que a sua alienação pelo poder público apenas poderia ser realizada por

meio de licitação pública (Arts. 183, §3º, e 191, § único).

“Janela de oportunidade” e ação dos “empreendedores de políticas” em favor de uma agenda de regularização fundiária

As ações até aqui descritas são nexos causais que configuram as dificuldades de implementação da política de prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia Legal concebida pelo governo Lula, bem como os seus desdobramentos, que são as pressões favoráveis a formulação de uma legislação para a regularização fundiária da região. No entanto, eles elementos não são suficientes para explicar a decisão do governo pela elaboração da MP nº. 458/2009.

No modelo de formação de agenda de Kingdon (2003), na “janela de oportunidade”, atuam os “empreendedores de políticas”, que são atores individuais ou eventualmente pequenos grupos de pessoas que possuem preocupações com determinados assuntos e que buscam colocá-los no topo da agenda por meio do estabelecimento de conexões com propostas de soluções de sua preferência⁴⁰.

⁴⁰ Segundo Kingdon (2003, p. 179), esses atores estão sempre dispostos a investir recursos — i.e. tempo, energia, reputação, especialidade em um determinado assunto, dinheiro etc. — visando promover uma ideia em troca de ganhos futuros esperados na forma de benefícios materiais, intencionais ou solidários.

Com a “janela de oportunidade” e a “convergência” dos três fluxos, problemas são unidos a soluções, dentro de um contexto político favorável, de modo que o problema ingressa na agenda decisória e pode se tornar uma política pública. Desse modo, a principal tarefa do “empreendedor de políticas” é perceber o momento oportuno para conectar ideias a respeito de problemas com as soluções e demonstrar que as propostas que defende representam a melhor resposta para determinado problema.

Considerando que “janelas de oportunidade” são transitórias e rápidas, caso uma oportunidade seja perdida, é preciso aguardar uma nova ocasião para que uma ideia possa ser transformada em política pública (KINGDON, 2003).

Em maio de 2008, o “clima” e as forças políticas regionais organizadas estavam cada vez mais receptivos às ideias relativas ao estabelecimento de regras mais flexíveis para a regularização fundiária de ocupações sobre terras públicas na Amazônia Legal, mas era preciso ainda um acontecimento que pudesse perturbar os arranjos e o equilíbrio de forças estabelecido entre a equipe coordenadora do PPCDAm, alguns setores do governo e a sociedade civil. Isto se deu com a chegada do ministro Mangabeira Unger na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e a transferência da Comissão Gestora do Plano Amazônia

Sustentável (PAS) para esta Secretaria⁴¹.

Com este Plano sob à responsabilidade da SAE, Marina Silva saiu do governo Lula e o ministro Unger aproveitou para promover uma reformulação ideacional do PAS. A partir de então a nova estratégia de ação regional se fundamentava na ideia de era necessário reduzir o vasto escopo de diretrizes e objetivos contidos nesse plano a um pequeno número de ações que, ao serem implementadas, pudessem demonstrar a sociedade que o PAS estava em andamento⁴².

Para coordenar esse processo de reformulação do PAS, Unger chamou a geógrafa Bertha Becker, que possuía uma extensa produção acadêmica e técnica sobre as dinâmicas econômicas e as estratégias espaciais na Amazônia, já tendo, inclusive, desenvolvido trabalhos voltados à elaboração de programas e projetos inovadores para essa região, seja no âmbito do Grupo Consultivo Internacional (IAG) do PPG-7, seja da Secretaria de Coordenação da Amazônia (SCA) do MMA.

Pode-se dizer que a professora Bertha já era uma participante veterana da comunidade de políticas, ou seja, da produção de propostas de políticas públicas que não estão diretamente relacionadas à percepção de um problema específico. Suas ideias sobre o território como um grande guia do planejamento nacional e a construção de um novo modelo de

⁴¹ Cf. entrevistas com ex-gestor do MDA, *Skype*, 8 jun. 2016, e com ex-assessor do MDA, *Skype*, 31 mar. 2016.

⁴² Entrevista com ex-gestor da SAE, Brasília, 11 dez. 2015.

desenvolvimento regional, com base na modernização de setores econômicos tradicionais e na criação de novas ações, produtos e serviços que possibilitassem a remuneração da “floresta em pé”⁴³, assim como as ideias de outros atores dentro e fora do governo — i.e. servidores públicos, assessores parlamentares, pesquisadores acadêmicos e analistas de grupos de interesse — faziam parte do “caldo primitivo de políticas” sobre a região.

Naquele contexto, o produto inicial dessa revisão apresentada por Unger não foi uma novidade para a maioria dos atores sociais locais, mas uma espécie de síntese do PAS, tendo como estratégia principal a execução do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) dos estados amazônicos. Este deveria servir de base para a formulação de três estratégias econômicas distintas para os diferentes ambientes regionais: uma para as sub-regiões mais preservadas ou frágeis; outra para as áreas degradadas; e outra para as áreas já urbanizadas da Amazônia Legal (BECKER; STENNER, (2008 [2015]).

Havia, no entanto, pelo menos três grandes óbices à execução desta tarefa e aos resultados esperados pela SAE: o primeiro dizia respeito ao fato dos estudos mais atualizados do Inpe indicarem uma inconsistência entre a metodologia concebida para a execução do ZEE e o estágio avançado de degradação de algumas subregiões amazônicas, o que poderia gerar prescrições incompatíveis com a realidade. O segundo era a

⁴³ Entrevista com diretor do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Brasília, 10 dez. 2015.

ideia de que algumas atividades previstas pelo zoneamento eram muito intensivas em conhecimento, o que esbarrava na assimetria entre a estrutura de conhecimento existente e instalada na Amazônia⁴⁴. Por fim, o terceiro (e o talvez maior) obstáculo era o fato de que a SAE buscava uma política pública que conseguisse provocar um grande impacto na região para ser o seu carro-chefe (ANTELO, 2018).

A partir deste diagnóstico, começou a ser formulada internamente uma proposta de regularização fundiária das ocupações sobre terras públicas na Amazônia. Conforme entrevistados, essa ideia teve origem no Subsecretário de Desenvolvimento Sustentável da SAE, Alberto Lourenço, que se contrapunha a ideia de realizar a um esforço de zoneamento e teria conseguido convencer o ministro Unger de que o tema crucial para a região era a regularização das terras⁴⁵, o que ia ao encontro do “humor” e dos interesses das forças políticas organizadas na Amazônia.

Percebendo a “janela de oportunidades” que surgira no cenário político, o ministro, o Subsecretário e outros gestores da SAE viajaram pelas principais cidades amazônicas, onde se reuniram com dirigentes políticos, representantes de sindicatos, movimentos sociais e organizações do terceiro setor, empresários, produtores e lideranças locais. Nessas localidades,

⁴⁴ Cf. depoimentos de três ex-gestores da SAE entrevistados em Brasília em 9 e 11 dez. 2015, e documento do CGEE (2008).

⁴⁵ Cf. depoimentos de três ex-gestores da SAE: os dois primeiros entrevistados em Brasília em 9 dez. 2015, e o terceiro, via *Skype*, em 1º. fevereiro de 2016.

eles se dedicaram a ouvir reclamações quanto à ausência de ordenamento fundiário⁴⁶, bem como a discutir sistematicamente a ideia de que a mudança na legislação fundiária era uma condição fundamental para se promover o desenvolvimento dessa região. Provavelmente, esses encontros foram promovidos no intuito de estabelecer a “conexão” entre os três fluxos” (problemas, soluções e política).

Compreende-se assim que Unger e Lourenço desempenharam o papel de “empreendedores de políticas” ao captarem as demandas manifestadas pelos atores políticos amazônicos e ajudarem a estruturar uma proposta que, de um lado, considerava um dos aspectos mais problemáticos da região: ocupação de terras públicas na região amazônica; e de outro, refletia as propostas de aumento do limite da área passível de titulação a partir da mudança legislativa que estavam em produção no “caldo primitivo de políticas”. Estas ideias, em grande parte, conquistaram o apoio de atores muito relevantes no processo decisório.

Foram também fundamentais as mediações promovidas pelo Fórum dos Governadores da Amazônia Legal e Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Coseplan). O primeiro, criado em maio de 2008, com o intuito formal de recolocar essa região no centro do projeto de desenvolvimento nacional; e o segundo, instituído em 2006, como parte do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento, visando

⁴⁶ Entrevista com ex-assessor do MDA, *Skype*, 31 mar. 2016.

efetuar a articulação entre as iniciativas estaduais de planejamento e a política nacional de desenvolvimento.

Nestas duas arenas, a regularização fundiária se afigurava como um dos temas prioritários para o desenvolvimento regional. Seja por seus atributos pragmáticos, por sua complexidade e tempo de maturação considerados baixos, e por sua capacidade de renovar a confiança de todos os envolvidos no caráter estratégico do PAS⁴⁷.

Este processo de disseminação de ideias — realizado por meio de fóruns, seminários, reuniões e publicações de documentos — ajudou a fornecer novas interpretações e sentidos para o problema da ausência de ordenamento fundiário na Amazônia Legal, bem como a disseminar, dentro do sistema político, a ideia de que a mudança na legislação fundiária era uma condição fundamental para se promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

Com a maior circulação dessas ideias, notou-se também que a veiculação da proposta sobre a regularização fundiária expedita foi ganhando mais espaço no debate público sobre as estratégias de desenvolvimento regional.

É muito provável que os governadores e secretários amazônicos tenham captado esse “humor” favorável pela

⁴⁷ Cf. entrevistas com servidor do Incra, Brasília, 10 dez. 2015, e com ex-gestor da SAE, Brasília, 11 dez. 2015.

regularização fundiária e, por conta disso, engrossaram as pressões sobre o governo Lula; ou então, que, alguns deles, como defensores ideológicos das propostas de flexibilização dos direitos de acesso à propriedade fundiária na região, encontram nesse “humor” uma maneira de empurrar suas ideias para dentro da agenda de qualquer maneira (KINGDON, 2003).

O problema fundiário estava posto na agenda decisória, sobretudo porque as medidas enérgicas do PPCDAm ajudaram efetivamente a reduzir o desmatamento na Amazônia Legal, mas também colocaram em evidência um conjunto de atores sociais que não conseguiam formalizar os seus direitos sobre as terras que estavam ocupando. As propostas para sanar esse problema por meio da elaboração de lei para regularização (titulação) de ocupações consolidadas eram debatidas e apoiadas com bastante empenho por distintos atores, como políticos, burocratas e pesquisadores. O momento político era propício pelo “humor” favorável e pela atuação de forças políticas organizadas.

Considerações finais

A luz do debate sobre construção de agendas de políticas públicas, este artigo contextualizou a mobilização e a articulação desenvolvidos em torno do tema da regularização fundiária na Amazônia Legal.

Visando compreender a configuração das agendas

governamental e decisória sobre regularização fundiária para essa região, partiu-se da concepção de política pública não apenas como um instrumento de resolução de problemas, mas, sobretudo, como uma construção social que mobiliza atores, ideias e interesses distintos, por vezes antagônicos.

Para analisar estes processos, foram considerados os antecedentes destas agendas que estavam relacionados às iniciativas do governo Lula, visando prevenir e combater o desmatamento nessa região, no intuito de identificar a construção de problemas e a escolha de alternativas de ação pública, bem como a atuação dos atores sociais concernidos e suas ideias, representações e interesses postos em movimento, assim como a dinâmica política em curso.

A análise empreendida indica o PPCDAm como um importante catalisador para o ingresso do tema da regularização fundiária nas agendas governamental e decisória do governo Lula para esta região.

Da construção do problema ao processo de tomada de decisão do governo pela construção de uma política específica foi necessário um trabalho articulado no intuito de convencer os agentes envolvidos nos processos decisórios que essa situação deveria ser priorizada e que existiam alternativas de ação pública. O processo pelo qual um tema se torna proeminente e ascende as agendas governamental e decisória está diretamente associado à capacidade dos seus defensores em mobilizar o interesse da opinião pública, incorrendo em bônus ou ônus políticos a ação ou

a inação por parte do Estado.

A análise dos momentos de construção dessas agendas indica também a forte proximidade de grupos organizados da sociedade da sociedade civil que, aproveitando-se de um período de permeabilidade da gestão pública fizeram grandes esforços para dominar ou, pelo menos, influenciar os processos que dão origem às políticas públicas em uma área de interesse específica.

Finalmente, considerando que as políticas públicas são construídas com o intuito de tratar de alguma situação da vida social que foi percebida como problemática, a permanência do tema da regularização fundiária na Amazônia Legal na agenda decisória indica a capacidade de renovação periódica da sua relevância na agenda geral de desenvolvimento regional e nacional.

Referências

ANTELO, Fernanda do Socorro Ferreira Senra. **Regularização fundiária na Amazônia**: uma análise de políticas de ordenamento fundiário a partir da abordagem cognitiva de políticas públicas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

ARAÚJO, R.; VIEIRA, Ima Célia Guimarães. Desmatamento e as ideologias da expansão da fronteira agrícola: o caso das críticas ao sistema de monitoramento da floresta amazônica. **Sustainability in Debate**. Brasília, v. 10, n.3, p. 366-378, dec/2019

ARAÚJO, Roberto *et al.* Territórios e alianças políticas do pós-ambientalismo. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 67-90, 2019.

ASSUNÇÃO, Juliano *et al.* Does Credit Affect Deforestation? Evidence from a Rural Credit Policy in the Brazilian Amazon. **Climate policy initiative**. CPI Technical Report, 2013. Disponível em: <https://climatepolicyinitiative.org/wp-content/uploads/2013/01/Does-Credit-Affect-Deforestation-Evidence-from-a-Rural-Credit-Policy-in-the-Brazilian-Amazon-Technical-Paper-English.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BARRETO, Paulo *et al.* **Quem é o dono da Amazônia?** Uma análise do recadastramento de imóveis rurais. Belém: Imazon, 2008.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Claudio. Um futuro para a Amazônia. In: VIEIRA, Ima Célia Guimarães (Org.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Vol. 3. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 7-199.

BRASIL. Banco Central (Bacen). Resolução nº. 3.545, de 29 de fevereiro de 2008. Altera o MCR 2-1 para estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 3 mar. 2008a. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/resoluo_cmn_bacen_n_3545_138.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Nota técnica sobre a Portaria Conjunta MDA/Incrá nº. 10/2004**, março de 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema2/2005_319.pdf. Acesso em 22 jul. 2020.

BRASIL Casa Civil da Presidência da República. Decreto nº. 6.321, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 21 dez. 2007 (Ed. Extra). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6321.htm. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. Medida Provisória nº. 422, de 25 de março de 2008. Dá nova redação ao inciso II do § 2o-B do art. 17 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 mar. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/422.htm. Acesso em: 25jul. 2020.

_____. **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2004a. Disponível em: https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/PPCDAM_fase1.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **BR-163-preservação ambiental e desenvolvimento econômico**: regularização fundiária na BR-163. Brasília: MDA/Incra, 2008. CD ROM.

BRASIL Ministério da Integração Nacional. **Plano Amazônia Sustentável**. Versão final para Consulta. Brasília: MIN, 2006a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Exposição de Motivos nº. 21 - MDA**, de 25 de março de 2008 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Exm/EM-21-MDA-MPV-422-08.htm. Acesso em: 25 jul. 2020.

_____. Portaria Conjunta Incra/MDA nº. 10, de 1º de dezembro de 2004. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados em relação aos imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação localizados nos municípios que menciona. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2 dez. 2004b. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--/portarias/portarias-de-2004/portaria_conjunta_10_011204.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Meio ambiente**: as ações do ministério para cuidar da biodiversidade brasileira. Brasília: MMA, 2006b.

_____. Portaria MMA nº. 28, de 24 de janeiro de 2008. Dispõe sobre os municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 jan. 2008d. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN44_180208.pdf. Acesso em: 17 jul. 2017.

CGEE — Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Relatório Final do Contrato de Gestão MCT – CGEE**. Brasília: CGEE, 2008.

FERREIRA, Fernanda do Socorro Santos. **Políticas públicas de**

ordenamento territorial no Baixo Amazonas (PA): uma análise a partir das políticas e programas dos governos federal e estadual na área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém). Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, RJ, 2010.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies.** 3.ed. Nova York: Harper Collins, 2003.

NEPSTAD, Daniel Curtis *et al.* Road paving, fire regime feedbacks, and the future of Amazon forests. **Forest Ecology and Management.** V. 154, n. 3, p. 395-407, dez. 2001.

PERES, Carlos. Expandindo as redes de áreas de conservação na última fronteira selvagem: o caso da Amazônia brasileira. In: TERBORGH, J. et al.; (Orgs.). **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora Ufpr/Fundação O Boticário, 2002, p. 163-174 (Série Pesquisa, 75).

SAUER, Sérgio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia:** conflito e violência na fronteira paraense. [Tradução: Phillippa Bennett, Julia Figueira-McDonough, Marsha Michel e Kristen Schlemmer]. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

UNGER, Mangabeira. Entrevista. Plano Amazônia sustentável: uma estratégia de desenvolvimento consistente. **Boletim**

regional: informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, n. 6, p. 7-10, jan.-abr. 2008.

Um novo perfil para os extensionistas rurais nos contextos brasileiro e francês: contribuições da agroecologia e da ajuda metodológica

Karine Nunes⁴⁸, Oscar José Rover⁴⁹

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

(Paulo Freire)

Introdução

A extensão rural esteve historicamente baseada na teoria de difusão de inovações, o que fez com que os extensionistas concentrassem sua atuação na transferência de tecnologias. No caso brasileiro, o objetivo era cumprir com as proposições do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, no qual a

⁴⁸ Estudante de Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Bordeaux Sciences Agro (França) e mestranda no Programa de Desenvolvimento dos territórios, origem e qualidade dos produtos na Universidade de Bordeaux Montaigne (França).

⁴⁹ Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professor no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas na UFSC.

agricultura apresentava-se como fornecedora de força de trabalho e consumidora de serviços e produtos industrializados (CAPORAL; RAMOS, 2006). De acordo com Caporal e Ramos (2006), este modelo baseado na Revolução Verde, processo também conhecido como “modernização conservadora da agricultura”, implementado no Centro-Sul do Brasil nas décadas de 1960-70, continua sendo responsável por processos de concentração da terra, êxodo rural, baixa escolaridade no campo, redução da biodiversidade, poluição, aumento na utilização de agrotóxicos e consequente contaminação dos alimentos, exclusão social, desvalorização do trabalho na agricultura, empobrecimento no meio rural, entre outros problemas.

Na França, também houve um processo de modernização da agricultura no contexto pós-guerra. De acordo com Ruault (2017), as primeiras atividades de extensão rural no país começaram neste período, sob o objetivo de reconstrução das economias e sociedades europeias. Tratava-se de produzir mais para alimentar a França e contribuir para a recuperação econômica. Concretamente, tratava-se de aumentar a produtividade do trabalho através da mecanização e do uso de novas tecnologias resultantes de pesquisas: sementes, seleção genética de animais, fertilizantes e produtos fitossanitários.

Diante das críticas feitas a esses modelos de desenvolvimento, novos desafios são colocados às instituições que prestam o serviço de extensão rural no Brasil e na França. Cabe a estas reverem sua atuação e adequarem-se a um novo perfil profissional, sensível e comprometido com as questões

ambientais e sociais (FAVERO; SARRIERA, 2009; MUSSOI, 2011). A este novo perfil, exige-se também que trabalhe de maneira participativa e democrática, desempenhando um papel educativo e atuando como animador e facilitador de processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; RAMOS, 2006; FAVERO; SARRIERA, 2009). Além disso, também se provoca o debate sobre a necessidade de repensar o papel dos serviços públicos de extensão rural (CASTRO; PEREIRA, 2017).

Embora a discussão sobre a necessidade de incorporar componentes de cuidado ambiental e social possa parecer superada e unânime entre as instituições que fornecem o serviço de extensão rural, dando a impressão de que se quer forçar portas que já estão abertas, Darré (1996) aponta grandes diferenças entre o discurso e a ação extensionista, e indica que proposições práticas ainda merecem ser discutidas.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir, em dois contextos diferentes, proposições de ordem metodológica e técnica, a partir das quais novos modos de ação e um novo perfil são exigidos aos profissionais da extensão rural. Para abordar estes temas, as próximas páginas estão organizadas em três partes. Na primeira, sob o objetivo de situar o leitor, se apresenta o histórico da extensão rural no Brasil e na França. Na segunda, abordam-se duas teorias que propõem mudanças práticas na ação extensionista. Por fim, sintetiza-se um perfil que os autores consideram necessário aos extensionistas e às instituições, o qual decorre de novos desafios postos ao mundo rural.

O histórico da extensão rural nos contextos brasileiro e francês

A extensão rural brasileira: uma trajetória em direção à incerteza institucional

A Extensão Rural teve duas fases distintas de implantação no Brasil: a primeira promovida por iniciativa do Grupo Norte Americano da Família Rockfeller, detentora de empresas dedicadas à exploração e comercialização do petróleo, e a segunda pelo Governo Brasileiro, em associação com o *Institute of Interamerican Affairs*, em conexão com o *United States Department of Agriculture* (USDA) (PINTO, 2008).

Ainda segundo Pinto (2008), a boa recepção do Governo Mineiro ao programa de extensão rural elaborado pelo Grupo Rockfeller culminou na criação, em 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), cujo objetivo era atuar em prol da melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural. Mais tarde, em 1956, o serviço de extensão rural é nacionalizado, através da fundação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que passou a coordenar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) até a sua extinção em 1974 (OLIVEIRA, 2013).

Neste mesmo ano, o Estado brasileiro instituiu a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) como empresa pública. Entretanto, ela foi extinta em 1990, delegando a competência dos serviços para os estados

e municípios e, com isso, desorganizando o sistema oficial e nacional de assistência técnica e extensão rural (Ater) (SILVA, 2016). De acordo com Silva (2016), com a consolidação dos sistemas agroindustriais, a partir dos anos 1980 ganha força o serviço privado de Ater, impulsionado pela falta de políticas públicas voltadas para essa área. O acesso ao serviço era limitado a cooperados e associados, a fim de garantir um produto de melhor qualidade seguindo um padrão de transferência de tecnologia e crescente mercantilização do agro brasileiro.

Além de limitar o acesso, o serviço privado de Ater não atendeu a um objetivo central da política pública, que consistia em visitas aos estabelecimentos para identificar necessidades e potencialidades de cada família e agroecossistema. Diante deste cenário e a partir da criação e consolidação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, aumentou a demanda de movimentos sociais por um serviço de Ater público, gratuito e de qualidade (SILVA, 2008).

Em 2003, se iniciou um processo de revalorização da Ater pública, com a retomada de diretrizes nacionais para sua formulação e implementação, delegando ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário a coordenação do Sistema Brasileiro de Ater (BRASIL, 2003).

Caporal (2007a) ressalta que, sem se dar conta de que estava contribuindo para o agravamento dos danos ambientais e para o acelerado processo de diferenciação social na agricultura, a Ater continuava propondo trabalhos de assistência técnica com

grandes e médios estabelecimentos, enquanto aos agricultores de baixa renda restava um trabalho de cunho social e assistencialista.

Nos debates acerca da extensão rural, os resultados negativos e os problemas decorrentes dos modelos convencionais de difusão de inovações são constantemente citados como críticas principais (FAVERO; SARRIERA, 2009; MUSSOI, 2011). A reflexão sobre essas críticas ditou os novos rumos da extensão rural no Brasil do início do século XXI.

Em 2004, surgiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que foi responsável por definir as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) em 2005. Desde então, o Governo Federal passou a estimular os estados a elaborarem programas estaduais de Ater (SILVA, 2008). Seguindo este processo, instituiu-se a lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (lei nº 12.188) em 11 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010). Tanto a PNATER quanto a lei de Ater procuram romper com a proposta difusionista historicamente praticada, além de basear seu paradigma tecnológico nos princípios da agroecologia. Assim, uma importante mudança de abordagem foi observada. Os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades rurais foram o público preferencial do serviço de Ater nesta nova fase (MDA, 2004; BRASIL, 2010).

Em 2014, a Presidência da República publicou o Decreto

Nº 8.252, que instituiu o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) (BRASIL, 2014). A partir da regulamentação desta agência, o Governo Federal ficaria responsável pela formulação da política de Ater e a ANATER cuidaria da sua implementação, sob o objetivo de:

“promover a execução de políticas de desenvolvimento da Ater, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais, para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e de desenvolvimento sustentável no meio rural e, ainda, promover, estimular, coordenar e implementar programas de assistência técnica e extensão rural, visando a inovação tecnológica e a apropriação de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica, ambiental e social.” (ANATER, 2020)

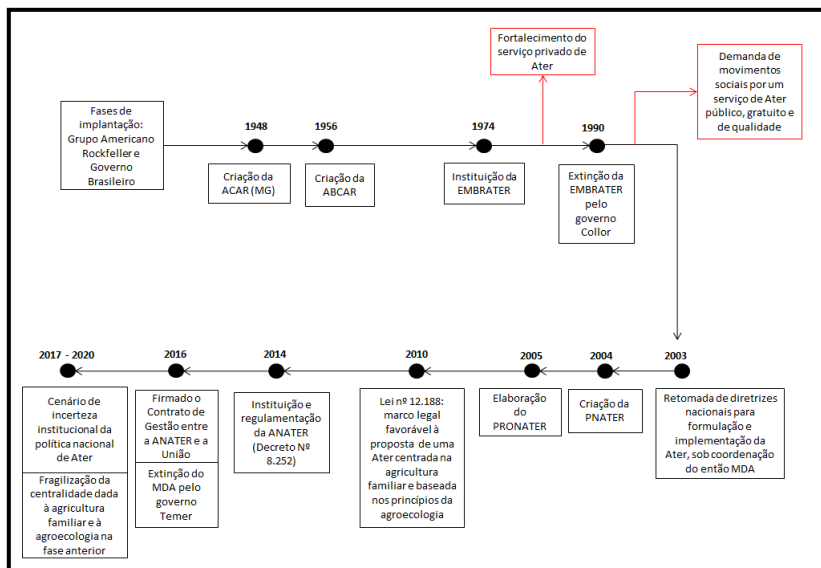
Apesar de sua regulamentação em 2014, somente em abril de 2016 foi firmado o Contrato de Gestão entre a ANATER e o Governo Federal. A partir de então, a ANATER iniciou o processo de contratação da equipe técnica, começou a construir os instrumentos e a se estruturar e planejar os projetos que seriam posteriormente lançados para serem executados de forma descentralizada (ANATER, 2020).

Após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em

agosto de 2016, foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, deixando incerto o futuro da política pública nacional de Ater. Além de uma incerteza institucional, a extensão rural oficial passou também por uma crise de identidade, pois houve um amplo processo nacional que culminou com a priorização da agricultura familiar e da agroecologia como chaves da Nova Ater. Com novos governos e novas prioridades, se passou a incorporar os médios produtores como público alvo, assim como reduzir o lugar da agroecologia na proposta nacional de Ater pública. Considerando os impactos ambientais e o déficit social deixados pelo modelo difusionista, o novo cenário nacional da Ater brasileira gera uma incerteza institucional.

A Figura 1 procura ilustrar uma linha do tempo da extensão rural brasileira, apresentando os principais pontos de sua evolução histórica.

Figura 1. Evolução histórica da extensão rural no Brasil.



Fonte: elaborado pelos autores a partir de pesquisa bibliográfica.

Extensão rural na França: do projeto de reconstrução pós-guerra à paisagem fragmentada

Conforme já mencionado, as primeiras atividades de extensão rural na França começaram no período pós-guerra, sob o objetivo de aumentar a produção de alimentos e contribuir para

a recuperação econômica do país (RUAULT, 2017). O investimento público na extensão rural foi massivamente realizado após a Segunda Guerra Mundial, sob o objetivo de modernizar a agricultura e promover as inovações resultantes da pesquisa agrônômica (FAURE et al, 2018).

Em 1955, os Centros de Estudo Técnico Agrícola (*Centres d'Étude Technique Agricole* - CETA) e os Centros de informação e divulgação agrícola e doméstica (*Centres d'information et de vulgarisation agricole et ménagère* - CIVAM) começaram a ser implantados no território francês através da iniciativa de professores itinerantes, num movimento de educação popular. Os CIVAM serão posteriormente conhecidos como Centros de iniciativas para valorizar a agricultura e o meio rural (*Centre d'Initiatives pour Valoriser l'Agriculture et le Milieu rural*) (RUAULT, 2017).

De acordo com Brives (2008), a originalidade dos CETA reside essencialmente no seu método pedagógico baseado em pequenos grupos autônomos de cerca de uma quinzena de agricultores, constituídos na Lei de Associação 1901⁵⁰, que “enfrentam seus problemas e compartilham suas experiências individuais em seus estabelecimentos agropecuários a fim de elaborar questões que serão posteriormente submetidas a um

⁵⁰ Lei francesa de 1º de julho de 1901 que institui a associação como a convenção pela qual duas ou mais pessoas compartilham, de uma maneira permanente, seus conhecimentos ou sua atividade sob o objetivo de compartilhar dos benefícios. A lei regulamenta e define as condições quanto aos contratos e obrigações das associações (FRANÇA, 1901).

profissional de extensão rural (geralmente um especialista) remunerado pelo grupo” (BRIVES, 2008).

Em 1959, por iniciativa do sindicalismo agrícola que criticava o elitismo dos CETA, criaram-se os Grupos de Divulgação Agrícola (*Groupes de Vulgarisation Agricole* - GVA), que pretendiam desenvolver grupos em todo o território francês. Cada GVA possuía cerca de cem membros, em associação, vinculados por convenção à Câmara de Agricultura (*Chambre d’agriculture*⁵¹ - CA). Estes grupos desenvolveram-se gradualmente até chegarem à marca de mais de 2000 em 1966. Em paralelo, os CETA e CIVAM continuaram se desenvolvendo. Com isso, observou-se significativo aumento da demanda por profissionais técnicos de extensão rural no país (RUAULT, 2017).

Durante os anos 1950 e 60 na França, a extensão rural contribuiu, por meio de suas instituições (Câmaras de Agricultura e sindicatos), para o desenvolvimento agrícola, primeiro em colaboração com o Estado, representado pela Direção departamental dos serviços agrícolas (*Direction départementale*

⁵¹As *Chambres d’agriculture* são estabelecimentos com o status de estabelecimento público, mas são gerenciados por representantes profissionais eleitos, representando os principais atores nos setores agrícola, rural e florestal. Como tal, possuem especificidade definida por lei, gozam de autonomia administrativa e estão sujeitas à supervisão do poder público (CHAMBRES D’AGRICULTURE, 2020).

*des services agricoles*⁵²) e depois de forma independente. Trata-se de um sistema de "co-gestão": o financiamento é fornecido pelo Estado e pelos sindicatos agrícolas (impostos cobrados sobre a venda de produtos) e o serviço é fornecido gratuitamente (RUAULT, 2017).

O decreto nº 59-531 de 1959 (FRANÇA, 1959) representa um importante marco legal nacional para a extensão rural francesa. De acordo com o decreto, seu papel é: "difundir conhecimentos técnicos, econômicos e sociais necessários aos agricultores para melhorar a produtividade dos estabelecimentos agropecuários e elevar o padrão de vida dos agricultores, (...) promover a adoção pelos agricultores de inovações resultantes da pesquisa fundamental". Esta concepção difusionista da mudança e linear dos vínculos entre pesquisa, desenvolvimento e implantação pelos agricultores foi responsável por estruturar a organização do desenvolvimento agrícola francês por trinta anos.

Este mesmo decreto é responsável por delegar para a profissão de extensionista a total responsabilidade pela extensão rural. Neste período, as Câmaras de Agricultura (CA) fortaleceram seus sistemas de extensão e consolidaram a profissão de extensionista. Os Serviços de utilidade agrícola e de desenvolvimento (*Services d'utilité agricole et de développement* - SUADs) gerenciavam os créditos departamentais, que eram parcialmente pagos aos grupos e que remuneravam os

⁵²Esse serviço representa, em cada departamento, a maior parte das direções do Ministério da Agricultura (FLATRÈS, 1963).

extensionistas. O extensionista do setor e seu grupo de trabalho formavam a espinha dorsal das ações realizadas localmente (RUAULT, 2017).

Ainda de acordo com Ruault (2017), no final da década de 1960, as Associações Departamentais para a Organização das Estruturas dos Estabelecimentos Agrícolas (*Associations Départementales pour l'Aménagement des Structures des Exploitations Agricoles*⁵³ - ADASEA), ou estruturas equivalentes, são criadas em cada departamento, em aplicação à lei nacional de orientação agrícola de 5 de agosto de 1960⁵⁴, para promover o aumento no tamanho dos estabelecimentos agropecuários e a organização da produção e dos mercados (FNCIVAM, 2011). Uma indenização foi implantada para incentivar os agricultores a se aposentarem e a terra liberada era orientada à reestruturação dos estabelecimentos de médio porte (aqueles com renda bruta anual entre 25.000 e 100.000 €, de acordo a INSEE (2016)) vizinhos ou para a instalação de jovens agricultores.

Durante a década de 1960, foram implementados institutos técnicos, focados na produção de referências e

⁵³As ADASEA atuam como interface entre os agricultores, a administração e as autoridades locais: informam, aconselham e apoiam os agricultores na preparação de seus dossiês de solicitação de ajuda pública (ADASEA, 2020).

⁵⁴Entre os objetivos desta lei estava o de “aumentar a produtividade agrícola, desenvolvendo e popularizando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção de acordo com as necessidades e o uso ideal de fatores de produção, em particular mão-de-obra, e determinando preços justos” (FRANÇA, 1960).

ferramentas, servindo à disseminação de técnicas e ao desenvolvimento de fazendas de referência. Já na década de 1970, a extensão de gestão se desenvolveu com o estabelecimento de centros de gestão (RUAULT, 2017).

Em 1983, em decorrência da observação do baixo número de agricultores que se beneficiavam do serviço de extensão (apenas 20%) e da crítica à especialização, questionou-se, durante a Assembleia dos Estados Gerais do Desenvolvimento Agrícola⁵⁵ (*États Généraux du Développement Agricole*), o modelo praticado até então (RUAULT, 2017).

Segundo Ruault (2017), é nesta época que surgem os conceitos de agricultura diversificada, de diversificação e de abordagem global (sistêmica) do estabelecimento agropecuário. A autora resume esse período dizendo que ele focou no desenvolvimento da extensão para o conjunto das atividades dos estabelecimentos, assim como em operações em massa promovidas por institutos técnicos, a exemplo dos programas “*blé conseil*” (“trigo extensão”) e “*lait plus*” (“leite mais”), sob o objetivo de expandir o público dos programas de desenvolvimento agrícola.

Nos anos 1990, o reconhecimento da natureza multifuncional da agricultura e sua contribuição para o

⁵⁵ As Assembleias dos Estados Gerais do Desenvolvimento Agrícola reuniram, entre maio de 1982 e fevereiro de 1983, agricultores em reuniões e sessões plenárias sob o objetivo de discutir as principais questões ligadas à atividade agrícola na época (CIVAM, 2020).

desenvolvimento de cada território local surgiu em toda a Europa, corolário do surgimento de novas expectativas da sociedade em relação à agricultura. Ao mesmo tempo, assistiu-se ao desenvolvimento da extensão estratégica⁵⁶ e de uma oferta individualizada do serviço que responde a um processo de segmentação da profissão (RUAULT, 2017).

Durante a década de 2000, surgiu a noção de "extensão rural territorial". As CA se reorganizaram para serem interlocutores das comunidades locais e se beneficiarem de recursos que compensassem uma diminuição nas contribuições financeiras do Estado na área. As autoridades locais, por sua vez, investiram em projetos territoriais que respondessem a novos desafios do desenvolvimento sustentável e na criação de empregos de animador agrícola. A profissão de animador agrícola é responsável pela ajuda metodológica junto a um grupo de agricultores. O seu principal objetivo é contribuir com a organização e produção de um grupo, incentivando seus membros a se expressarem, favorecendo o debate e assegurando os objetivos coletivos (FNSEA, 2016). Nas CA, a extensão rural técnica especializada diminuiu, sendo então ofertada por empresas ou por particulares. Ao mesmo tempo, grupos locais (como os GVA ou os CETA) perdem força, principalmente devido à redução no número de extensionistas da CA que os apoiam

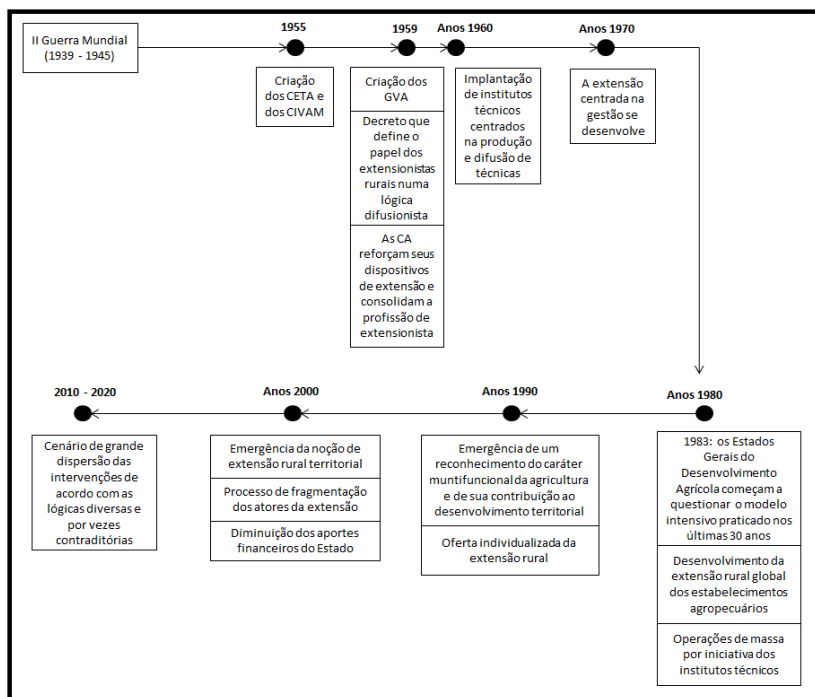
⁵⁶ Sob o objetivo de busca da estabilidade estrutural diante de distúrbios no sistema produtivo, a extensão estratégica baseia-se na co-construção *bottom-up* de soluções personalizadas adaptadas ao projeto específico do agricultor (GAGNEUR; THIERY, 2020).

(RUAULT, 2017).

Ruault (2017) ressalta que esta dispersão de intervenções de acordo com lógicas diversas e às vezes contraditórias continua na década de 2010, com três figuras principais: extensionistas trabalhando com a extensão de abordagem global, levando em consideração aspectos econômicos, técnicos, ambientais e sócio-territoriais, frequentemente no contexto de projetos (instalação, conversão para agricultura orgânica); técnicos especializados; e animadores de grupos de agricultores. Num cenário de pouca ou nenhuma coordenação destes atores nos territórios e intensa concorrência entre estes atores, cabe ao agricultor encontrar a melhor opção para o seu caso dentro dessa paisagem fragmentada e, por vezes, contraditória.

A Figura 2 resume este histórico da extensão rural francesa, apresentando os principais marcos institucionais e legais.

Figura 2. Evolução histórica da extensão rural na França.



Fonte: elaborado pelos autores a partir de pesquisa bibliográfica.

Novas proposições: uma extensão rural adaptada aos novos desafios do mundo rural

A extensão rural agroecológica

Diante das críticas à extensão rural quanto ao seu caráter difusor e economicista, no contexto de reflexão sobre a Nova Ater brasileira, Caporal (2007a) apontou como necessário revolucionar suas bases teóricas, rever seu público prioritário e apoiar-se de um novo referencial metodológico. Ele indica estes mecanismos para gerar uma extensão rural apta a ocupar o espaço no qual ainda poderá mostrar-se socialmente útil. Em cenários de fragmentação da ação extensionista não se poderia esquecer o papel articulador que deveria ser desempenhado para fazer chegar ao público outros serviços do Estado, tais como alfabetização, distribuição de alimentos, orientações à saúde e habitação (CAPORAL, 2007a). Se viu, no caso brasileiro, uma Ater predominantemente difusionista para aqueles já integrados a lógicas mercantis e assistencialista para os outros, mormente os pequenos agricultores. Para estes e demais agricultores familiares se propõe uma prática sócio-técnica transformadora, que articule demandas sociais, condições ambientais e capacidades locais, gerando uma economia do cuidado com a natureza e as pessoas.

Evidencia-se a necessidade imediata de um enfoque extensionista orientado a contribuir para o enfrentamento da problemática socioambiental decorrente da aplicação do modelo convencional de desenvolvimento. Os ensinamentos da Agroecologia, neste sentido, poderiam se tornar necessidades

inadiáveis, com vistas a promover a recuperação e a conservação dos recursos naturais no âmbito das unidades familiares de produção (CAPORAL; COSTABEBER, 1994).

De acordo com Altieri (1989), um dos principais ícones neste tema, a agroecologia pode ser definida como:

“uma ciência que fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos, que conservem os recursos naturais, que sejam culturalmente apropriados, socialmente justos e economicamente viáveis.”

Neste sentido, Caporal e Ramos (2006) propõem a reflexão sobre uma nova extensão rural, que “pode contribuir para a revalorização do espaço rural e ajudar a reverter o quadro de crise socioeconômica e ambiental”. Esta Nova Ater deveria basear-se em outros princípios e enfoques técnicos e metodológicos, “direcionando suas ações e atividades em apoio à promoção de novos estilos de desenvolvimento rural e de agricultura, que respeitem não só às condições específicas de cada agroecossistema, mas também a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural” (CAPORAL, 2007b, p. 93).

Para isto, Caporal (2007b), baseando-se na experiência do estado do Rio Grande do Sul, propõe uma “Extensão Rural Agroecológica”, também chamada “Nova Extensão Rural” pelo autor. O objetivo deste novo enfoque seria buscar a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente

sustentáveis, através de um esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na agricultura familiar, na participação popular e nos princípios da agroecologia.

Nesta nova proposta, as ações extensionistas deveriam orientar-se no sentido de buscar a segurança alimentar e a produção de alimentos limpos para as populações urbana e rural, e fazê-lo a partir da construção de uma plataforma de negociação que assegure a participação popular e o diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo (CAPORAL, 2007b).

Baseada nos conceitos da agroecologia e nas proposições de Paulo Freire (1969), a missão da Nova Ater seria de atuar em apoio à construção do desenvolvimento rural sustentável, através de ações continuadas de assistência técnica e extensão rural e que, através de processos educativos e participativos, contribuíssem para o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, buscando melhor qualidade de vida e incentivando o pleno exercício da cidadania (CAPORAL, 2007b).

Trata-se, portanto de uma Extensão Rural Agroecológica, que pode ser conceituada como:

“uma intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos

que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo.” (CAPORAL, 2007b)

Este conceito inclui a necessidade de uma práxis distinta da convencional e implica reconhecer a existência de diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento e de implantação de agriculturas mais sustentáveis (CAPORAL; DAMBRÓS, 2017). Segundo Caporal (1998), a adoção deste conceito apresenta um potencial de contribuição para o fortalecimento dos processos de resistência que caracterizam as lutas históricas dos camponeses, frente às tendências gerais e ameaças do desenvolvimento capitalista no meio rural.

Um dos objetivos desta nova estratégia seria implantar nos territórios as agriculturas conhecidas como alternativas, que são potencializadoras das diversidades ecológica e socio-cultural. Estas, estreitamente relacionadas com a noção do desenvolvimento sustentável, não podem ser implantadas através da simples transferências de tecnologias, uma vez que elas carregam em seus princípios fundadores os aspectos local e humano. Por isso, para Caporal (2007b), a dimensão local ocupa um papel central, enquanto portadora de um potencial endógeno

que, por meio da ação social coletiva, de caráter participativo, e da articulação do saber local com o conhecimento científico, permite a implantação destas agriculturas alternativas.

De acordo com Caporal (2007b), a Nova Extensão Rural deve levar alguns fatores em conta:

- 1) a ideia de “sistemas” e o “enfoque holístico” requerido pela Agroecologia: a necessidade de uma visão dos agroecossistemas como uma totalidade, implicando não somente na exigência de uma abordagem interdisciplinar e uma nova formação técnico-social dos extensionistas, mas também numa consciência sobre a importância dos atores sociais como parte desse todo.
- 2) a existência de uma estreita relação entre a evolução das diferentes culturas (dos grupos humanos) e do ambiente natural: a partir deste reconhecimento, as ações extensionistas deveriam partir de estudos das realidades locais, elaborados a partir da recuperação da história de vida dos diferentes grupos sociais com que estabelece uma interface. Evidencia-se, através deste fator, a importância da preparação do agente de extensão no que diz respeito à diversidade social do meio rural no qual ele será inserido profissionalmente.
- 3) o desenvolvimento de um tipo de conhecimento próprio das sociedades (grupos ou comunidades): este conhecimento deriva de suas experimentações e segundo suas necessidades históricas e modos de vida específicos. Nesta proposição, o conhecimento local surge como base de um potencial endógeno capaz de impulsionar um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

- 4) a natureza do desenvolvimento proposto pela Agroecologia: esta noção de desenvolvimento deve estar incorporada na prática dos extensionistas, começando pelos elementos que oferece para estabelecer-se uma crítica “científica” à simplificação da diversidade biológica e cultural, proposta pelo processo de modernização da agricultura.

As estratégias de desenvolvimento de uma Extensão Rural Agroecológica não podem orientar-se simplesmente pela acumulação de metas de crescimento econômico, de produção e produtividade, mas devem assumir uma orientação “pluridimensional”, que inclua:

“os desejos e necessidades de mudança das condições econômicas, ao mesmo tempo ocupando-se das condições que levem à segurança alimentar, a melhores níveis de educação, de saúde e de bem estar, ao mesmo tempo em que introduzem uma maior equidade social e sustentabilidade ambiental no manejo dos sistemas agrícolas.” (CAPORAL, 2007b).

Caporal (1998) ressalta ainda que, para que esta nova Ater seja eficiente, seria necessária a imersão por parte do agente na realidade das famílias envolvidas no processo de desenvolvimento. Isto impõe um grande desafio tanto aos extensionistas rurais quanto às instituições que fornecem o serviço, já que o estabelecimento de estratégias e práticas compatíveis com a realidade só é possível se o agente de extensão dispuser de tempo suficiente para explorar esta realidade e

dedicar a atenção que exige cada situação concreta.

Para Paulo Freire (1969), a prática da extensão rural deve ainda assegurar a existência de um processo educativo capaz de emancipar os sujeitos. Assim, os atores participantes poderão ver fortalecidas suas capacidades individuais e coletivas de reflexão e ação, que permitirão a este compreender e transformar sua própria realidade. Para isso, o extensionista desempenhará um importante papel como animador e problematizador, a fim de potencializar o diálogo de saberes.

O dispositivo Gerdal e a ajuda metodológica

Diante da imposição de novos desafios à extensão rural, Diniz (2018) considera a formação de redes constituídas a partir da coletividade de distintos atores sociais, oriundos de diferentes contextos socioespaciais e socioeconômicos e articulados com diversos outros atores e agentes sociais. Ele indica isto como uma potencial estratégia para auxiliar os produtores rurais a superarem as dificuldades encontradas durante a implantação de projetos que visam à manutenção, o aprimoramento e a expansão de suas atividades produtivas e à transição para modelos de produção mais ecológicos. O papel do extensionista rural na consolidação destas redes de cooperação entre atores é amplamente discutido por Claire Ruault e Jean-Pierre Darré a partir da experiência do dispositivo Gerdal.

O Grupo de Experimentação e Pesquisa: desenvolvimento e ações localizadas (*Groupe d'expérimentation et de recherche* :

développement et actions localisées – Gerdal) foi criado em 1984 no departamento do Cantal na França por pesquisadores em sociologia (RUAULT, 1996). O grupo tem por objetivo permitir a participação do maior número possível de agricultores enquanto atores do desenvolvimento e aumentar suas capacidades e possibilidades individuais e coletivas (RUAULT, 1994). De acordo com Trébuil (2018), o Gerdal foi criado num contexto no qual a pesquisa agrônômica e as organizações agrícolas sinalizavam a necessária diversificação dos modelos de desenvolvimento em agricultura, em resposta aos impasses da modernização agrícola e da organização da extensão rural aos agricultores.

De acordo com Ruault (1994), os objetivos do dispositivo são de:

“aumentar a participação e a proporção dos agricultores que se envolvem no processo de desenvolvimento; dirigir-se aos agricultores enquanto membros de grupos profissionais locais, produtores de conhecimentos através de redes de relações profissionais, cuja dimensão local permanece sendo um fator de estruturação essencial; desenvolver sua autonomia de reflexão para a resolução de um problema e para a criação e implantação de um projeto; aumentar suas capacidades de negociação com o seu meio, de discutir com especialistas e de utilizar-se das informações disponíveis.”

Além dos objetivos, Ruault (1994) também ressalta os três princípios fundantes do dispositivo:

1. “os agricultores são os mais bem colocados para falar das suas preocupações e para resolverem seus problemas, por isso seu discurso ocupa um lugar central no dispositivo; 2. o interlocutor dos agentes de desenvolvimento é constituído por um grupo de agricultores constituindo uma rede estável de interconhecimento, que correspondente geralmente a uma escala local; 3. o papel dos extensionistas membros da chamada “equipe de ajuda” é antes de qualquer outra coisa de um apoio metodológico baseado na ajuda à formulação dos problemas, à reflexão, à busca e à utilização das informações, até a implantação das soluções.”

Para a constituição do Gerdal, seus membros partiram de uma análise crítica sobre a divisão social do trabalho na organização do desenvolvimento agrícola (separação entre os que pensam e os que executam) e da constatação de que os agricultores sofrem uma forma de dominação exercida pelos extensionistas rurais, difusores de conhecimentos técnico-científicos (DARRÉ, 1996). A partir desta constatação, a abordagem proposta e aplicada pelo grupo procura reforçar, através do diálogo e da reflexão coletiva entre pares, a atividade de produção e de transformação de conhecimentos, a fim de elaborar pistas de soluções adaptadas e ser capaz de discuti-las com outros atores (TRÉBUIL, 2018).

De acordo com Ruault (1994), esta reflexão coletiva

potencializa uma dupla forma de cooperação: uma cooperação no plano material, que pode se traduzir em estratégias coletivas de melhoria das condições de trabalho e rendimento dos agricultores (compras e vendas coletivas, ajuda mútua, entre outras iniciativas) e também no plano das ideias, já que possibilita trocas de ideias. O potencial transformador desta troca não deve ser negligenciado, já que constitui um modo essencial de passar de uma situação na qual os agricultores não sabem como agir a uma situação onde eles sabem, podendo ou não terminar por uma ação coletiva.

Diante disso, Ruault (1994) reforça a razão de ser do grupo, que repousa sobre o fato de que a troca de ideias e a consequente confrontação de argumentos ou a simples expressão oral de desejos, dúvidas e preocupações através do diálogo constituem a base da construção de conhecimentos. Esta produção de conhecimentos e soluções não é resultado da soma do que pensa cada um dos membros do grupo, mas resultado de um novo discurso enriquecido, produzido através da interação verbal entre os membros. Esses conhecimentos permitirão, por sua vez, refletir e analisar as possíveis soluções, desenvolvendo-as ou adaptando proposições que vêm do exterior à sua realidade. O papel desempenhado pelo extensionista neste contexto é de intervir e organizar os discursos de modo a formular questões ou pistas de reflexão, provocando novas interrogações ou decisões, colocar em evidência os impasses e propor maneiras de continuar, de modo geral, caminhando no sentido dos objetivos do grupo.

Cabe ainda ao extensionista levar em conta o quadro

social e cognitivo do grupo no qual ele age. Deste modo, o profissional será capaz de repousar sua ação, de uma parte, sobre a expressão das preocupações dos agricultores e sobre o seu sistema de referências e, de outra parte, sobre os sistemas de relações próprios ao grupo local, levando em consideração a organização dessas relações, além das posições dos agricultores do seio da estrutura social (RUAULT, 1994). Não se trata mais de “como fazer passar a mensagem” (DARRÉ, 1996), mas de como assegurar uma ajuda metodológica adaptada à realidade do grupo local de agricultores.

O dispositivo Gerdal recomenda que os grupos de trabalho sejam constituídos levando em consideração as estruturas sociais já estabelecidas nos territórios. Quanto mais o que se passa nos grupos é próximo das preocupações dos agricultores em seu cotidiano, maior será a chance de existir uma participação importante e durável (RUAULT, 1996).

Para isso, Jean-Pierre Darré propõe os conceitos de “Grupo profissional local (GPL)” e “rede de diálogos profissionais”. O GPL é definido pelo autor como “o conjunto dos agricultores que trabalham em condições semelhantes e que têm numerosas e repetidas ocasiões de se encontrar, conversar, cooperar em ações diversas e que têm um conhecimento compartilhado da composição e dos limites do grupo”. A rede, por sua vez, é o meio de descrever o sistema de relações de diálogo no grupo, procurando saber quem fala com quem sobre questões profissionais (ideias e experimentações), podendo qualificar as relações em “fortes”, “fracas” ou “atípicas”,

conforme proposto por Françoise e Coquereau (1994). De acordo com DARRÉ (1996), a forma da rede de diálogo é, de modo condensado, a forma social da produção de conhecimento para a ação.

Além dos potenciais já mencionados de reflexão coletiva e busca por soluções adaptadas, Ruault (1996) afirma que a implantação e funcionamento dos grupos locais possuem potencial de evolução da estrutura socio-profissional local. De acordo com a autora, nas pesquisas de campo conduzidas pelo grupo Gerdal, foi possível observar um reequilíbrio das posições sociais no seio das redes de relações, o estabelecimento de novas relações de cooperação local entre os agricultores, favorecendo um aumento do campo da reflexão e das possibilidades de iniciativa.

Além disso, o clássico sentimento de que “juntos somos mais fortes” também é favorecido numa condição de trabalho de grupo, sobretudo no caso de processos que envolvem riscos, como os de transição ou diversificação produtiva, ou quando a solução depende de processos de negociação com organizações exteriores. Embora subjetivo, este fator não pode ser negligenciado no contexto no qual os agricultores são cada vez menos numerosos face a parceiros econômicos cada vez mais organizados e poderosos (RUAULT, 1996).

O acompanhamento por um técnico, por sua vez, pode contribuir para a capacidade de iniciativa dos agricultores, através de dois elementos: o trabalho em grupo e a escala local de

intervenção. Neste contexto, o grupo de trabalho não constitui uma estrutura formal com limites e funcionamento definidos, mas um espaço de diálogo em interseção com o espaço onde se desenvolve o debate profissional (conjunto dos agricultores da comunidade ou outra escala territorial correspondente à rede local de relações) (RUAULT, 1996).

De acordo com Ruault (1996) o que muda concretamente para os extensionistas é:

a) “prestar atenção e dar valor à maneira dos agricultores de dizer as coisas que geralmente não se expressam, num primeiro momento, sob forma de proposições construídas e argumentadas que poderiam levar a ações possíveis, mas sob forma de constatações mais ou menos negativas, que podem também ser chamadas de “preocupações”; b) ir mais longe do que a simples “escuta”, para intervir de maneira ativa, não sobre o conteúdo da solução, mas sobre os meios de fazer avançar a busca pelas soluções. Este é o aspecto que exige uma maior formação metodológica pelos profissionais, para além dos conhecimentos técnicos e econômicos de base”.

Este modo de acompanhar os agricultores exige o exercício do respeito ao seu modo de conceber as coisas, o que constitui a base de uma modificação das relações entre agricultores e profissionais da extensão rural, no sentido de uma cooperação (RUAULT, 1996).

Finalmente, a avaliação da evolução do trabalho

extensionista também deve mudar. Para Ruault (1996), o sucesso do grupo não deve mais ser medido pelo fato de que os agricultores passam a pensar seus problemas como os profissionais da extensão ou a propor soluções conformes às normas do “progresso”, mas pela passagem progressiva de um modo negativo de considerar uma situação, sem saber por onde começar, a um modo mais positivo no qual o grupo sabe o que fazer e onde se constrói paralelamente uma argumentação para explicar e defender o projeto correspondente à solução.

Novos modos de ação e novas atribuições: qual perfil para os extensionistas rurais e quais desafios para as instituições?

A orientação pluridimensional da extensão rural proposta por Caporal (2007b) demonstra a coerência e complementaridade das abordagens propostas por este e pelo dispositivo Gerdal. Entre levar em consideração os desejos e necessidades de mudanças dos agricultores e a preocupação com aspectos como a segurança alimentar, a educação, a saúde, o bem estar, a equidade social e a sustentabilidade ambiental, situa-se o novo perfil do extensionista rural.

A busca pela segurança alimentar e a produção de alimentos limpos deve contar com a participação e diálogo entre os sujeitos envolvidos. Para que isto ocorra, baseando-se na interface entre as proposições de Darré (1996) e a abordagem Freiriana da extensão rural, deve-se assegurar o caráter

pedagógico do trabalho extensionista, baseado no diálogo de saberes e experiências entre agricultores e agentes de extensão rural. Este processo contribui para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas dos agricultores, para potencializar seu crescimento como cidadãos, além de inserir os extensionistas como agentes ativos num processo de transformação dialogada.

Neste sentido, o exercício de uma função de ajuda metodológica à reflexão em grupo, como a proposta pelo dispositivo Gerdal, supõe que o extensionista disponha ele mesmo de uma real autonomia, de uma liberdade de pensar e de agir, tanto em relação aos agricultores quanto no seio de sua instituição. Em relação aos agricultores, se coloca a capacidade do extensionista de afirmar seu ponto de vista, enquanto agente de desenvolvimento, sobre as questões que dizem respeito ao desenvolvimento rural do território no qual ele trabalha (RUAULT, 1996). Em relação à instituição na qual ele trabalha, sua autonomia estará expressa por sua posição e liberdade de atuação. Sua autonomia se refere à possibilidade e à capacidade do agente de extensão rural conceber e colocar em prática os meios que lhe permitem participar na definição de seu trabalho, das ferramentas metodológicas e da organização material das tarefas cotidianas (RUAULT, 1996). A dificuldade de participação na definição destas orientações e de seus próprios métodos de trabalho dificulta uma mudança mais substancial do trabalho do extensionista rural, mesmo que esta seja de sua vontade. Neste sentido, a instituição tem um papel central a desempenhar. Cabe a ela convidar o extensionista a participar das

decisões e definições sobre as orientações para o seu trabalho, dando a ele a oportunidade de se posicionar em relação à sua realidade profissional. A instituição deveria ainda promover espaços de diálogo entre os colegas extensionistas, incentivando a troca de ideias entre colegas que trabalham com grupos diferentes de agricultores, e com outros agentes de desenvolvimento externos, possibilitando uma organização concreta do desenvolvimento local.

A dimensão local para a ação coletiva figura no centro das duas proposições teóricas aqui discutidas. Diante disso, para o trabalho junto aos agricultores, é aconselhável ao extensionista se apoiar sobre dinâmicas sociais locais, inicialmente reunindo os agricultores sobre a base de suas redes de relações já existentes. No que diz respeito à dimensão local da intervenção extensionista, o objetivo é situar o grupo numa escala que corresponda a um nível sobre o qual os atores podem se mobilizar massivamente. Esta é também a melhor estratégia para alcançar agricultores que estão em diferentes estados de reflexão, considerando que, neste caso, o extensionista é conduzido a trabalhar com todos os membros de um determinado território. Além disso, Ruault (1996) relata que esta metodologia de mobilização revelou-se, na experiência do dispositivo Gerdal, um método para aumentar a participação e a diversidade das iniciativas.

Estes grupos, necessariamente locais e de pequeno tamanho, só podem funcionar através de novas regras, diferentes das regras definidas pelos projetos de desenvolvimento

convencionais. Estas novas regras devem inicialmente permitir a preservação de uma grande flexibilidade quanto à participação de seus membros, à forma e ao conteúdo do trabalho (RUAULT, 1996). Caberia ao extensionista estar atento e promover a atenção coletiva a elementos naturais, sociais e econômicos locais, assim como à disponibilidade ou limitação de diferentes fatores de produção. Além disso, tendo em vista as mudanças contextuais dos territórios rurais tanto brasileiros como franceses, evidenciadas pelo grande número de organizações, movimentos e instituições, bem como, uma grande diversidade de caminhos e enfoques tecnológicos e organizativos, animar processos e mediar relações sociais e conflitos são também funções dos extensionistas rurais.

De acordo com Ruault (1996), um grande obstáculo à atividade extensionista proposta pelo dispositivo Gerdal é a dificuldade do extensionista em se posicionar como ator permanente e em longo prazo do desenvolvimento do território no qual ele intervém. Um dos possíveis motivos dessa dificuldade é a ausência de uma imersão mais intensa na realidade onde trabalha, condição proposta por Caporal (1998). Deste modo, entre a profissão e a instituição que ele representa, geralmente percebido como simples fonte de informações ou como intermediário entre os conhecimentos produzidos pelas instituições de pesquisa e sua aplicação pelos agricultores, ele é conduzido a se identificar com os pesquisadores ou com os agricultores (RUAULT, 1996). Diante deste cenário, a instituição e o extensionista devem agir conjuntamente procurando maneiras de assegurar uma maior imersão do agente no seu território de

ação. Isto pode se dar pela divisão de territórios de trabalho entre os extensionistas, pela proposição de estágios e formações juntos aos agricultores, entre outras estratégias.

No que diz respeito à prática extensionista, caberá ao agente buscar um enfoque holístico desde o início, através de uma visão de cada agroecossistema como uma totalidade e convidando os agricultores a explorarem aspectos não só produtivos e econômicos da sua realidade, mas também ambientais, sociais e culturais. Diante disso, é exigida do agente uma abordagem interdisciplinar, além de uma nova formação técnico-social (CAPORAL, 2007b). Para isto, as mobilizações para a mudança devem ser feitas desde a base, assegurando o aperfeiçoamento destas capacidades desde o início da formação profissional do extensionista, envolvendo universidades e instituições neste processo.

Conforme já mencionado anteriormente, as coisas são raramente expressas pelos agricultores sob forma de objetivos e de proposições de ações, mas através de preocupações e desejos. São precisamente estas preocupações e desejos, associadas a uma vontade de melhora, que constituem uma das bases da ação (RUVAULT, 1996). Por esta razão, espera-se do extensionista rural uma capacidade de escuta, provocação e reformulação do discurso dos agricultores. Este processo exige respeito pelo ponto de vista dos agricultores, a fim de evitar que seu discurso seja diminuído em detrimento do que pensa o extensionista. De acordo com Ruault (1996), a valorização dos diferentes pontos de vista é muito importante, considerando que numa situação

artificialmente consensual, quando se apagam as diferenças de pontos de vista, apagam-se também as bases conceituais e sociais sobre as quais repousa um potencial de ideias e de ação.

Neste processo de escuta e provocação, é importante tentar incluir também os agricultores que não ocupem posições de liderança, ou seja, aqueles que, de modo geral, se posicionam menos no seio do grupo. Para isso, o extensionista pode fazer uso de técnicas como as metodologias participativas, nas quais todos devem contribuir. Grupos que, historicamente, têm seus discursos negligenciados, como mulheres e jovens, também devem ser convidados e instigados a falarem.

Todavia, não se trata de propor aos agricultores que falem por falar (RUAULT, 1996). Cabe ainda ao extensionista provocá-los através de bons questionamentos, convidando-os a argumentar e explorar ainda mais suas concepções sobre a realidade na qual estão inseridos.

Outro papel desempenhado pelo novo perfil do extensionista é o de mediação dessas trocas, conduzindo o diálogo em direção aos objetivos definidos coletivamente no seio do grupo. É nesta ocasião que o extensionista passa a desempenhar também a função de coordenação do grupo, favorecendo a troca entre os atores e a coerência dos múltiplos projetos que possam existir em torno de um programa comum.

A transformação das constatações avaliativas (desejos, preocupações, problemas, arrependimentos) em questões tratadas

visando a ação, representa um nível de apoio metodológico essencial que condiciona a continuação do trabalho (RUAULT, 1998). Isto porque as questões tratadas pelo grupo possibilitarão a busca por soluções, que será, por sua vez, baseada na troca de saberes e conhecimentos científicos entre os agricultores e o agente de extensão.

De acordo com Ruault (1996), para os extensionistas rurais, a evolução de suas funções pode ser traduzida pela mudança de uma competência em termos de saber técnico especializado para uma competência metodológica, ainda que esta competência corresponda a funções e a saberes técnicos. A ajuda metodológica e o aporte de informações técnicas especializadas não são contraditórios, sendo, pelo contrário, complementares.

Conclusão

As evoluções históricas da extensão rural, em termos legais e institucionais, no Brasil e na França, bem como as críticas levantadas sobre seu caráter difusionista e desenvolvimentista, indicam a necessidade da continuação do processo de mudança que vem sendo discutido e aplicado em maior ou menor medida nos dois países. Esta transformação da extensão rural passa necessariamente por aspectos técnicos, mas também por aspectos da interação dos atores que contribuem com os processos de desenvolvimento local. Diante desta realidade desafiadora, exige-

se um novo perfil aos agentes de extensão rural. Escuta, interdisciplinaridade, organização, mediação, questionamento e coordenação são algumas das capacidades que fazem parte deste perfil adaptado aos novos desafios dos territórios rurais.

Este processo de transformação também depende de uma nova organização institucional, na qual se permita ao agente se posicionar e participar ativamente das decisões que dizem respeito à sua prática profissional no seio da instituição, além de permitir certo grau de autonomia no seu trabalho junto aos agricultores. Tanto na dimensão individual como na institucional, um longo caminho ainda precisa ser trilhado e é necessário encontrar formas de encurtá-lo.

Referências

ADASEA. **Qui sommes-nous ?** Disponível em: <https://adasea07.net/> Acesso em: julho de 2020.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ANATER. **Histórico da ANATER.** Disponível em: <http://www.anater.org/historia.jsp> Acesso em: julho de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.252 de 26 de maio de 2014:** institui o serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater. Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010:** institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, 2010.

_____. **Decreto nº 4.739 de 13 de junho de 2003:** transfere a competência que menciona, referida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRIVES H. L'évolution du conseil agricole et du rôle des chambres d'agriculture. **Revue POUR** nº196-197, mars 2008. p. 208-219.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites. **Revista Redes.** Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017. p. 275-297.

_____. **Agroecologia e Extensão Rural:** Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER, 2007a.

_____. A Extensão Rural no Rio Grande do Sul: do modelo “*made in USA*” ao paradigma agroecológico. In: CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. Brasília: MDA, 2007b. p. 83-101.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D.; MONTEIRO, M. **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**. Belém: UFPA, 2006.

_____. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 516f. Tese de Doutorado. (Instituto de Sociología y Estudios Campesinos). Universidad de Córdoba, Córdoba: Espanha, 1998.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Rev. Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, v. 24, n. 3, set./dez. 1994.

CHAMBRES D’AGRICULTURE. **Le réseau des Chambres d’agriculture**. Disponível em: <https://chambres-agriculture.fr/chambres-dagriculture/nous-connaitre/le-reseau-des-chambres-dagriculture/> Acesso em: julho de 2019.

CIVAM. Histoire et valeurs. Disponível em: <http://www.adarcivam.fr/presentation/histoire-et->

de Psicologia Social do Trabalho. v. 12, n. 1, 2009. p. 1-16.

FLATRÈS, P. Coup d'œil sur les institutions agricoles françaises.
L'Information Géographique. 1963. p. 93-104.

FNCIVAM – Fédération Nationale des CIVAM. **Le réseau CIVAM : un demi-siècle d'innovation et de développement en milieu rural.** Ministère de l'agriculture, de l'alimentation, de la pêche, de la ruralité et de l'aménagement du territoire, 2011.

FNSEA - Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles. **Guide de l'animateur.** Janvier 2016.

FRANÇA. **Loi n° 60-808 du 5 août 1960 d'orientation agricole.** Paris, 1960.

_____. **Décret n° 59-531 du 11 avril 1959 portant statut de la vulgarisation agricole.** Paris, 1959.

_____. **Loi du 1^{er} juillet 1901 relative au contrat d'association.** Paris, 1901.

FRANÇOISE; COQUEREAU, J.-A. Réseaux de dialogues et utilisation des prairies. Étude comparative dans deux communes du pays d'Auge. In: DARRÉ, J.-P. **Pairs et experts dans l'agriculture : dialogues et production de connaissance pour l'action.** Ramonville-Saint-Agne : Éditions Erès, 1994. p. 31-48.

FREIRE, P. **Extensión o Comunicación?** Santiago: Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria. 1969. 76 p.

GAGNEUR, C.-A.; THIERY, O. **Le conseil stratégique aux agriculteurs : outils, pratiques et perspectives.** Analyse, n° 150. Centre d'étude et de prospective, Ministère de l'Agriculture et de l'Alimentation. Juin 2020.

INSEE - Institut National de la Statistique et des Études Économiques. Tableaux de l'Économie Française : Édition 2016. 2016. 268 p.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:** versão final: 25/05/2004. Brasília, 2004. 22 p.

MUSSOI, E. M. **Política de Extensión Rural Agroecológica en Brasil: avances y desafíos en la transición em las instituciones oficiales.** 2011. 413 f. (Pós-Doutorado em Extensão Agroecológica) – Universidade Internacional de Andalúcia e de Córdoba, Espanha, e Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2011.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil:** uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). 2013. Dissertação (Doutorado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2013. 163 p.

PINTO, E. S. L. A Extensão Rural no Brasil. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica.** Vols. 5 e 6, p.35-43. Recife, PE, 2008-2009.

RUAULT, C. L'évolution du conseil en agriculture et les enjeux d'aujourd'hui. IN: **SÉMINAIRE INTERNATIONAL « CONSEIL AGRICOLE : COOPÉRER POUR AMÉLIORER LA RÉSILIENCE DES EXPLOITATIONS »**. CSA e FWA-UAW-FJA, nov. 2017.

RUAULT, C. et al. Groupes d'éleveurs en santé animale et partage des savoirs entre éleveurs. **Innovations Agronomiques**, n° 51, 2016, p. 89-103.

RUAULT, C. et LEMERY, B. Le conseil de groupe dans le développement agricole et local : pour quoi faire et comment faire. In: COMPAGNONE, C.; AURICOSTE, C.; LÉMERY, B. (Coord.) **Conseil et développement en agriculture : quelles nouvelles pratiques**. Educagri et Éditions Quæ. 2009.

_____. Démarche participative, de la rhétorique à la pratique. **Revue Pour**, n° 192, dez. 2006.

_____. **L'invention collective de l'action : initiatives de groupes d'agriculteurs et développement local**. Paris; Montréal: L'Harmattan, 1996.

_____. L'aide à la production de connaissance dans les groupes de pairs, un nouveau rôle pour le technicien. L'exemple du Cantal. In: DARRÉ, J.-P. **Pairs et experts dans l'agriculture : dialogues et production de connaissance pour l'action**. Ramonville-Saint-Agne : Éditions Erès, 1994. p. 155-172.

SILVA, R. O. P. Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um pouco de sua história. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. V. 11, n. 5. São Paulo, SP, maio/2016.

TRÉBUIL, G. et al. Les démarches ComMod et Gerdal d'accompagnement de collectifs multi-acteurs pour faciliter l'innovation dans les agro-écosystèmes. In: FAURE et al (Coord.). **Innovation et développement dans les systèmes agricoles et alimentaires**. Versailles: Éditions Quæ, 2018. p. 179-193.

O papel da extensão rural frente aos desafios da segurança alimentar

Ana Cecília Guedes⁵⁷; Adevan da Silva Pugas⁵⁸; Elicardo Heber de Almeida Batista⁵⁹; Paulo Roberto Cardoso da Silveira⁶⁰

Introdução

Atualmente a temática da segurança alimentar tem sido amplamente discutida devido ao agravamento dos índices de fome e desnutrição no Brasil, tendo recebido destaque cada vez maior no cenário político nacional e internacional. No entanto, existe uma disputa em torno do conceito de segurança alimentar tanto em termos de definição como de estratégias para atingi-la, como também pela necessidade de se explicar o enfoque de

⁵⁷ Doutora em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. E-mail: ana.cecilia@uemg.br

⁵⁸ Mestre em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF/UFSC. E-mail: vanpugas@gmail.com.

⁵⁹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista- FCT/UNESP. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: elicardo.batista@uemg.br

⁶⁰ Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Professor da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA- Campus de Itaqui. E-mail: prcs1064@yahoo.com.br

segurança alimentar a ser adotado em cada trabalho (MALUF, 2007).

Dessa forma, este trabalho visa discutir sobre esse debate, no sentido de explicitar alguns pontos que se julga importante sobre o tema, mas, sem a pretensão de esgotar o assunto, pois reconhece sua complexidade. Busca-se então, apontar em que medida a Extensão Rural vem trabalhando aspectos relacionados à segurança alimentar e quais políticas governamentais voltadas à população rural são efetivas na temática.

Para dar conta dessa proposta primeiramente, serão destacados alguns conceitos e noções que darão base a este trabalho. Assim, debater-se-á segurança e soberania alimentar, mais especificamente quando e porque surgiram estes conceitos. Em seguida, discute-se a questão referente às políticas públicas que contemplam esta temática e por fim, as relacionar com o trabalho da Extensão Rural, discutindo questões referentes às práticas educativas de educação popular, para viabilização da segurança e soberania alimentar.

Para tanto, será apresentada brevemente a experiência realizada pela Universidade Federal de Santa Maria em parceria com a EMATER/ASCAR- RS no “Projeto Erosão Cultural Alimentar: espaços de aprendizagem em escolas rurais e urbanas”, identificando, de que forma essa é uma experiência válida para o debate do papel da Extensão Rural frente às ações que visem à garantia da segurança alimentar.

Conceituando Segurança e Soberania Alimentar

De maneira geral pode-se afirmar que a humanização do homem se deu a partir da socialização de suas estratégias de sobrevivência coletiva e, nesse sentido, a quantidade e qualidade da alimentação sempre tiveram um papel fundamental no desenvolvimento de formas sociais mais avançadas. A história nos mostra que grandes impérios se formaram condicionados pela segurança alimentar de toda sua população.

Segundo Belik (2003), há diferentes origens e interpretações para o conceito de segurança alimentar. Em países desenvolvidos e com grande produção agrícola o termo pressupõe aumentar barreiras a importações e aumentar os preços dos alimentos. Já em países subdesenvolvidos utiliza-se este conceito para tabelar preços e impor pesadas perdas aos produtores agrícolas. Também a segurança alimentar é referenciada para legitimar interesses particulares como aumentar a destruição do meio ambiente ou a destruição de hábitos culturais de uma população.

Realizando-se então, um resgate cronológico do conceito de “Segurança Alimentar” contata-se que ele surge na Europa durante o final da Primeira Guerra Mundial ligado à segurança nacional frente à situação de guerra que estava instaurada no continente, evidenciando que o fornecimento de alimentos poderia ser uma arma poderosa na dominação de um país sobre o outro, visto que se apontava “[...] para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de

que a soberania de um país dependia de sua capacidade de auto-suprimento de alimentos” (MALUF, et al., 2006, p. 35).

No ano 1943, durante a Conferência das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, que ocorreu nos Estados Unidos, foi proposto a criação de uma organização governamental de apoio a agricultura e alimentação, que deu origem à *Food and Agriculture Organization*- FAO. Cabe ressaltar, porém, que durante este período a questão alimentar esteve intimamente ligada à capacidade de produção de um país o que se manteve até a década de 1960 (BONFIM, 2006).

Entretanto, o conceito de Segurança alimentar se consolidou mundialmente apenas a partir do período da escassez de alimentos entre os anos de 1972 e 1974 e dos acordos estabelecidos na I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO, em 1974. Nesta época, argumentava-se que a diminuição da fome e da desnutrição seria vencida apenas com um aumento intensivo da produção de alimentos, o que ajudou a fortalecer o uso intensivo de máquinas agrícolas e adubos químicos durante a Revolução Verde (MALUF et al., 2006).

Segundo Chonchol, além destes elementos, os conflitos políticos também ajudaram a agravar a situação alimentar em diversos países como destaca abaixo o autor (2005, p. 35):

Nos anos 1980, considerava-se que os grandes déficits alimentares eram influenciados, sobretudo por razões climáticas excepcionalmente negativas, e

secundariamente por conflitos políticos. Nos anos 1990, os conflitos políticos convertem-se na causa primeira da necessidade de ajuda alimentar de urgência. Por outro lado, comprova-se que os conflitos que se eternizam podem agravar as condições de produção e abastecimento de numerosas populações.

Em virtude de fatos como este, no ano de 1983, a FAO redefiniu o conceito de segurança alimentar baseado em três pilares: oferta de alimentos, estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos e a segurança no acesso aos alimentos. Já no início da década de 90, o termo segurança alimentar volta a ser redefinido, incorporando a ideia de alimento não contaminado, ressaltando a dimensão da qualidade. Isso ocorre tanto no plano governamental como no universo teórico, seja no Brasil ou no âmbito internacional, tratando-se de um conceito em construção no decorrer do tempo (SILVA, 1995).

No Brasil, os primeiros subsídios ao tema da segurança alimentar vieram da proposta intitulada Política Nacional de Segurança Alimentar, formulada por Luiz Inácio Lula da Silva, no âmbito do chamado Governo Paralelo, através de um projeto do Partido dos Trabalhadores (MALUF, et al., 1996) e da Campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, lançada em 1993.

Ao conceito de segurança alimentar, formulado neste documento inicial, foram agregadas propostas, as quais permitiram a elaboração de uma abordagem onde se

consideravam as causas históricas da fome e sua relação com os padrões de desenvolvimento macroeconômico, particularmente na observação dos níveis de emprego e salários vigentes na sociedade (MALUF, 1996).

Diante das indefinições do conceito, no ano de 2006 é instituída a Lei Nº 11.346, a qual definiu que a Segurança Alimentar e Nutricional consiste:

[...] na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Já o conceito de soberania alimentar começa a ganhar destaque no início da década de 1990, surgindo como uma proposta dos movimentos sociais a fim de direcionar a produção de alimentos e a agricultura. Tais movimentos não concordavam com as políticas agrícolas impostas pela Organização Mundial do Comércio – OMC e Banco Mundial (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Este movimento ganhou força principalmente a partir da Cúpula Mundial da Alimentação que ocorreu no ano de 1996, no qual se buscou uma definição para o que seria soberania alimentar, chegando-se a este conceito:

É o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades (VANKRUNKELSVEN, 2006, p. 1).

Deste modo, pode-se afirmar que alimentação saudável e de qualidade é um direito de todos os seres humanos, devendo ir além de aspectos econômicos, políticos ou culturais. A luz deste direito vislumbra-se o conceito de Soberania Alimentar, o qual remete a um conjunto de relações que permita a população o direito de definir suas políticas agrárias e alimentar, garantir o abastecimento dos povos e proteger o meio ambiente e sua produção (MEIRELES, 2004).

O que se pode observar é que as questões ligadas à segurança ou soberania alimentar possuem um foco de interesse diferente quando se trata do modelo econômico e de agricultura. Verificando-se assim que há certa disputa e confusão teórica na formulação dos conceitos de segurança e soberania alimentar. Mas, de um modo mais específico esses conceitos se relacionam por tratarem da produção e consumo de alimentos, questões estas que têm vínculo político, econômico e social (MAZZEI, 2007).

Políticas Públicas para Segurança Alimentar no Brasil

Políticas Públicas anteriores a 1990

No Brasil, na década de 1930 foram elaborados os primeiros inquéritos alimentares, coordenados por Josué de Castro - um dos fundadores da FAO – o qual denunciou a situação de fome, apontando causas (econômicas) e efeitos desse fenômeno. Segundo ele, no Brasil, “a fome é endêmica (e não epidêmica): alimentação abaixo do necessário por falta de alimentos vitais, embora os famintos vivam em ambientes com abundância de tais alimentos” (BONFIM, 2000, p.1).

A partir das conclusões do estudo de Josué de Castro, foi criado o Serviço Central de Alimentação, pelo decreto lei nº1. 469 de 1 de agosto de 1939. Já no ano de 1940 foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, que tinha como foco central ajudar a melhorar a alimentação dos trabalhadores, visando melhorar sua capacidade no trabalho, através da uma nacionalização de hábitos alimentares com baixo custo (ANDRADE, 2008).

No ano de 1945, com a função de definir a Política Nacional de Alimentação foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA). Em janeiro de 1946 fundou-se o Instituto Nacional de Nutrição (INN), o qual era dividido em quatro seções: Pesquisa Biológica, Pesquisa Social, Educação Alimentar

e Patologia Clínica (SILVA, 1995).

Em 1952, visando auxiliar na expansão da merenda escolar, assistência alimentar a adolescentes, programas regionais, enriquecimento de alimentos básicos e no apoio à indústria de alimentos, elaborou-se o Plano Conjuntura Alimentar e Problemas de Nutrição (ANDRADE, 2008).

No ano de 1962 foi fundada a Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL que tinha como função a execução dos planos e programas de abastecimento oferecidos pelo governo, os quais previam a comercialização de gêneros para suprir áreas insuficientemente atendidas, competindo com o regime privado. No ano de 1972, foi criado o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), o qual tinha como função auxiliar o governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, (SILVA, 1995).

E no ano de 1979 foi criado o mais antigo programa de alimentação escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – o qual até no ano de 1988 tinha um aspecto assistencialista e assegurava alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental público.

Políticas Públicas para alimentação pós 1990

No início dos anos 90 se ampliou a adoção da noção de

Segurança Alimentar como referência das políticas nos vários níveis da administração pública em nosso país. A partir de 1991, o Governo Paralelo, coordenado pelo Partido dos Trabalhadores, elaborou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, visando gerar propostas alternativas para a obtenção da segurança alimentar, tal proposta foi assumida no ano de 1993 pelo então presidente Itamar Franco, tendo como consequência a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), contribuindo então para a introdução da questão agroalimentar e da fome na agenda prioritária da política nacional (MALUF, 1996). O CONSEA foi extinto nos primeiros dias do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC sendo que, esta pausa na experiência atrasou sua consolidação e o aprofundamento da proposta política.

O presidente FHC lança então, o *Programa Comunidade Solidária*, alterando a forma de enfrentamento do problema da fome e da miséria no país. Uma das principais características deste programa era a compreensão de que era necessário mobilizar a população e gerar ações coletivas visando melhoria da renda. Em detrimento disto, foi colocada uma enorme expectativa sobre este Programa, entretanto com o agravamento da crise social de meados de 1996, ficavam evidentes os limites desta ação governamental em garantir o direito à alimentação. Esta ineficácia se deu diante do descompasso e falta de diálogo entre diferentes setores do governo da época. De um lado, o Conselho da Comunidade Solidária, recusava-se a avaliar, debater e propor políticas de Governo, e de outro, a Secretaria Executiva promovia a articulação e a extensão de um conjunto de

programas federais, para municípios considerados carentes utilizando critérios baseados em indicadores econômicos e de saúde infantil (VALENTE, 2001).

No ano de 1999, é aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) como integrante da Política Nacional de Saúde. Os eixos de ação, definidos foram: produção e acesso a uma alimentação de qualidade; necessidade de programas de alimentação e nutrição para grupos populacionais nutricionalmente vulneráveis; controle de qualidade dos alimentos; promoção de hábitos alimentares e estilos de vida saudável (MALUF, 1996).

Os governos de Luis Inácio Lula da Silva que tiveram início no ano de 2003 assumiram entre as pautas principais de sua gestão a Segurança Alimentar e Nutricional e o combate à Fome. O projeto destaque durante seu primeiro governo foi o *Programa Fome Zero*, que visou assegurar, a pessoas com dificuldade de acesso, o direito humano a uma alimentação adequada (TAKAGI, 2010).

Outra ação do governo que mereceu destaque foi a criação, em 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – (MDS) buscando combater a fome, além de visar a inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional. Além destes, outro programa que merece destaque é o *Bolsa Família* o qual fornece uma renda adicional que permite maior consumo de alimentos em quantidade e qualidade, resultando em índices positivos na

questão da segurança alimentar dos seus beneficiários (BAPTISTELLA, 2012).

Também no ano de 2004, foi realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, onde foram apresentadas as diretrizes que promoveriam uma mudança no campo político. Uma ressalva importante sobre as políticas de segurança alimentar é o fato de que durante o governo Lula o CONSEA foi restituído, visando ampliar o debate setorial sobre essa temática e convocar a II Conferência de SAN, a qual deliberou pela criação, em setembro de 2006, da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006). A LOSAN é resultado de uma grande mobilização que envolveu a sociedade, o Governo e o Parlamento.

No ano de 2007, realizou-se a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual aprofundou a discussão sobre um modelo de desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar no país. A IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi realizada no ano de 2011, abordando a temática “Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos”, momento em que, mais uma vez, foram contextualizadas as diretrizes da PNSAN para promover o direito efetivo de todos à alimentação.

O Enfoque da Segurança alimentar na Extensão Rural

No Brasil os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater tiveram início no final da década de 1940, objetivando a melhoria das condições de vida da população rural e o apoio ao processo de modernização da agricultura (BRASIL, 2004). Durante o período da ditadura militar sob a presidência de Ernesto Geisel foi implementado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Sibrater serviço este que era coordenado pela Embrater. No início da década de 1990, sob a presidência de Fernando Collor, a Embrater acabou sendo extinta devido a crises financeira do país e da extensão rural, o que acarretou a ausência de coordenação nacional da Sibrater. Com o processo de afastamento do Estado do serviço de Ater, houve uma diminuição da oferta de serviços públicos aos agricultores familiares, principalmente nas áreas de maior precariedade econômica, contribuindo para ampliar a diferenciação e a exclusão social no campo.

No ano de 2003, sob o governo do presidente Lula, os serviços de Ater passaram a ser coordenados pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Pode-se destacar que neste período surge uma nova Ater preocupada com assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana. Para isto, a Política Nacional de Ater foi:

(...) construída de forma participativa, em articulação com

diversas esferas do governo federal, (...) tem-se, agora, um cenário bastante favorável para a implementação de uma Política de Ater que atenda aos anseios da sociedade e, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar, seja na agricultura, na pesca, no extrativismo, no artesanato ou em outras atividades rurais (PNATER, 2004).

Neste sentido, as ações da Ater pública devem auxiliar na viabilização de estratégias que levem à geração de novos postos de trabalho agrícola e não agrícola no meio rural, à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, à participação popular e, conseqüentemente, ao fortalecimento da cidadania.

No Rio Grande do Sul, a EMATER/RS - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e a ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, enquanto agentes de extensão rural, atuam como instrumentos de implementação destas políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, agindo em parceria com universidades, prefeituras, escolas e comunidade em geral (EMATER, 2006).

O objetivo do trabalho de ATER é buscar a segurança e a soberania alimentar, a partir de ações que viabilizem a geração e a distribuição da produção agrícola em quantidade e qualidade suficientes e preservando o meio ambiente. Além de “informar, orientar e qualificar agricultores familiares e públicos especiais sobre os cuidados que devem ser tomados com relação ao

alimento e à alimentação, tanto o consumido por eles quanto os alimentos que serão comercializados” (TONIAL, 2006, p. 27).

Segundo Tonial (2006) as ações desses agentes de Ater no estado visam educar para a produção e o aproveitamento integral dos alimentos, o resgate e a manutenção das culturas alimentares, orientar para produção orgânica, aumentar o consumo de alimentos saudáveis e a manutenção da biodiversidade, criando e executando espaços e políticas públicas estruturantes de segurança alimentar e nutricional sustentável.

Além disso, estas ações visam influenciar na qualidade dos alimentos e na sustentabilidade das práticas de produção, bem como estimular o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. Já no que se refere à educação alimentar, incrementaram-se as capacitações de merendeiras, prática que, por hora, contempla as perspectivas de educação nas escolas em consonância com a Alimentação Escolar e o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA (RELATÓRIO EMATER, 2012).

Entre as políticas públicas que visam garantir a segurança alimentar e nutricional, assume destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o qual serve de estímulo à produção dos agricultores familiares, pois incentiva a diversidade de alimentos e o incremento na qualidade, os quais devem enriquecer o acesso a uma alimentação mais saudável aos alunos das escolas públicas. De acordo com Maluf (2006, p.31),

(...) O potencial do PNAE, quando dirigido para os pequenos e médios fornecedores locais (entre os quais se encontra a agricultura familiar), torna-o um poderoso instrumento promotor de dinâmicas econômicas locais. Para tanto, é preciso que o programa seja orientado nessa direção e que haja instrumentos adequados [...] assim, como se requer que as esferas estadual e municipal de governo se comprometam com o referido enfoque de direito de cidadania das crianças atendidas pelo programa.

A EMATER trabalha como parceira no desenvolvimento das ações do PNAE, realizando capacitações com extensionistas e produtores, orientação aos agricultores e suas organizações de como acessar aos programas, bem como no planejamento do processo de produção, logística do transporte e da comercialização. É neste contexto de trabalho de ação integrada da EMATER com outras instituições (neste caso a Universidade), que busca-se resultados tanto na educação quanto na reeducação alimentar, no aproveitamento integral dos alimentos e na inclusão de produtos tradicionais da agricultura familiar na alimentação dos estudantes das escolas públicas. A este respeito, podemos destacar o projeto “O desafio da erosão cultural alimentar: espaços de aprendizagem em escolas urbanas e rurais”, o qual foi desenvolvido no âmbito dessa política pública.

Parcerias institucionais em busca da segurança e soberania alimentar

O Processo de Erosão Cultural Alimentar

As mudanças societárias tiveram grande impacto nos hábitos alimentares. A diminuição do tempo dedicado às refeições e o apelo comercial das empresas agroalimentares para o consumo de produtos industrializados têm causado um empobrecimento na dieta da população. O elevado consumo de gorduras, principalmente as saturadas, alimentos de origem animal e açúcar simples, a diminuição do consumo de carboidratos complexos, grãos, leguminosas, hortaliças e frutas, entre outras incoerências alimentares, acabam por acarretar uma série de complicações para a saúde da população, com destaque para problemas cardíacos, circulatórios e principalmente a obesidade, considerada o principal problema de saúde pública no Brasil (FRANCISCHI et al., 2000). Em decorrência disso, os problemas associados a dietas inadequadas acabam por onerar também o sistema público de saúde.

Entre os agricultores, que a priori são produtores de alimentos, a insegurança alimentar não é uma questão irrelevante. Balem e Silveira (2005), enfatizam dois aspectos centrais da precarização dos hábitos alimentares dos agricultores, particularmente os agricultores familiares: a) o fenômeno que se convencionou chamar de urbanização do rural e; b) o modelo agrícola adotado nas últimas décadas no Brasil. Como consequência destes dois processos temos que os agricultores

priorizam cultivos para o mercado, geralmente *commodities*, que relegam a segundo plano, ou mesmo abandonam, a produção para o autoconsumo da família agricultora.

Neste contexto, forma-se o que os autores acima, conceituam por erosão cultural alimentar, como sendo:

“O processo de simplificação da dieta pelo abandono da produção para subsistência gera o que denominamos de erosão cultural alimentar, definida como a perda gradativa de uma alimentação variada, mais complexa nutricionalmente e alicerçada na cultura do agro e a adoção de práticas e hábitos alimentares urbanos.” (BALEM E SILVEIRA, 2005, p. 4).

O cenário que se desenha é de uma crescente insegurança alimentar causada pela erosão cultural alimentar, tanto no meio rural como no urbano. É aconselhável que sejam tomadas atitudes no sentido de reverter esse quadro, através da informação e formação das novas gerações, tanto para o resgate dos valores perdidos como para criação de novos valores relativos à alimentação. Essa é a questão principal deste trabalho desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria e a EMATER.

As atividades desenvolvidas

O Projeto “O Desafio da Erosão Cultural Alimentar:

espaços de aprendizagem em escolas rurais e urbanas” vem sendo executado desde o ano de 2011 pelo Núcleo Interdisciplinar de Extensão e Pesquisa em Alimentação e Sociedade – NEPALS, coordenado pelo Prof. Paulo Roberto Cardoso da Silveira, em parceria com a EMATER/ASCAR-RS, (a qual atua através de seus extensionistas, acompanhando e assessorando a comunidade) e com participação das prefeituras municipais (representada secretarias de educação e nutricionistas). A iniciativa é desenvolvida junto às escolas urbanas e rurais dos municípios de Faxinal do Soturno, Novos Cabrais e Santa Maria.

A escolha do espaço escolar deu-se pela capacidade do projeto, desenvolvido nas escolas, de atingir diferentes públicos, alunos (contestar hábitos e práticas alimentares), professores (para prepará-los ao agir pedagógico diferenciado que incorpore o conteúdo alimentação nas diferentes disciplinas) e comunidade – mães (para resgatar e valorizar práticas do passado e incentivar uma produção diferenciada). E porque nesses espaços, a utilização de pequenos recursos, como adoção de hortas e sementeiras, pode auxiliar na educação alimentar, e permitir a troca de conhecimentos e sensibilização para ação escola-comunidade.

O objetivo central deste projeto consistiu em educar as comunidades escolares urbanas e rurais no sentido de compreender o processo de erosão cultural alimentar e suas consequências na dieta contemporânea, sensibilizando o público para ações em prol da qualificação das práticas alimentares e de segurança alimentar. A iniciativa foca nas mudanças dos hábitos

e práticas alimentares ocorridas ao longo das últimas décadas, processo no qual a alimentação têm se aproximado progressivamente a práticas antes consideradas urbanas, com a predominância dos produtos industrializados (processados e ultraprocessados) e abandono dos produtos “*in natura*”.

Para a viabilização da iniciativa, muitas ações foram desenvolvidas utilizando-se da metodologia de pesquisa-ação, a qual segue o conceito de simetria discursiva (o diálogo entre os pares ou grupos), desenvolvido por Paulo Freire. A partir desta noção, tem-se que as práticas ocorrem através de diálogos, interações entre os educandos e conhecimentos partilhados com o educando e não somente direcionado a ele, ao passo em que priorizaria a sua inserção no processo educativo (FREIRE,1960).

As atividades começaram a ser desenvolvidas no primeiro semestre de 2011. A primeira etapa foi de apresentação do projeto e visou à explicação das ações por meio de espaços de debate, oficinas pilotos e seminários, além do planejamento e agendamento para os próximos encontros. No mesmo ano realizou-se também aplicação de oficinas, para a geração de materiais didáticos a fim de que as escolas pudessem trabalhar a questão da erosão cultural alimentar com a sua comunidade escolar. Ao final deste ano, na Universidade Federal de Santa Maria, foi realizado um seminário de integração, contando com a participação dos professores de todas as escolas envolvidas no projeto.

Já no ano de 2012, visando retomar as atividades do

projeto, foi realizada uma reunião de planejamento a qual teve por objetivo central a idealização das ações pelo coletivo para o ano e a escolha dos temas a serem abordados nas oficinas, que foram: “Alimentação e Saúde”, “Agricultura Orgânica” e “Agrotóxicos”. Neste ano também foram realizadas mais atividades práticas abordando a alimentação e a criação de uma horta, visto que o coletivo entendeu como mais adequado trabalhar com atividades práticas do que com atividades teóricas, considerando que os alunos eram de séries iniciais. A metodologia utilizada em cada oficina buscou seguir os três momentos pedagógicos Freireanos, que são:

A problematização-sensibilização: visou dialogar com as expectativas da comunidade escolar, propondo questões relativas à dieta contemporânea, sua composição, os hábitos alimentares e os diferentes tipos de alimentos.

A abordagem de conteúdos: visou compartilhar com o público-alvo conhecimentos disponíveis na academia e na cultura popular sobre alimentação e segurança alimentar, ampliando o universo de informação sobre os eixos de ação.

A aplicação do conhecimento: visou gerar experiências práticas de produção ou aproveitamento integral dos alimentos, educação alimentar nas comunidades do entorno e novas práticas e hábitos alimentares. Neste sentido, este momento contribuiu para a construção de hábitos e práticas alimentares comprometidas com a saúde e segurança alimentar. Esses momentos foram planejados e executados a partir da realização

de oficinas com o público alvo.

Segundo Weitzman (2008), oficina é uma experiência de atividade realizada num encontro de pessoas, ou seja, uma vivência coletiva e um saber. Ela possui uma dimensão pedagógica, onde a informação deve ser repassada como um bem simbólico e não como uma verdade absoluta. As oficinas realizadas pelo projeto trataram dos seguintes temas: “Compreender a cultura alimentar para resgatá-la I e II”; “Alimento e saúde I e II”; “O desperdício e o re-aproveitamento de alimentos”; “A alimentação na escola”. Tais atividades orientaram-se por temas geradores e o uso de um conjunto de técnicas participativas, com as quais se procurou despertar o interesse dos participantes, valorizar as suas experiências e ampliar a visão de problemas norteadores do projeto.

Já o ano de 2013, as atividades desenvolvidas objetivaram avaliar do projeto e a consolidação da aprendizagem, onde se desafiou o público participante (alunos, professores e mães) para que resgassem receitas trabalhadas anteriormente e as executassem em reuniões com a comunidade, visando à socialização dos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos anteriores. Resgatou-se também a importância do trabalho realizado onde os presentes lembraram os temas que tiveram maior destaque entre o coletivo.

Ao trazer diferentes estratégias para o enfrentamento do processo de erosão cultural alimentar, o processo ganhou diferentes dimensões despertando no público participante um

novo olhar sobre temas como agricultura, agroecologia, alimentação e saúde, e pôde-se perceber o empenho dos participantes na construção de um futuro mais saudável. O que pode ser percebido na avaliação das extensionistas sobre a importância do projeto para a comunidade em geral:

O projeto oportuniza a interação dos pais, mães, escolares e professores na reflexão e construção de estratégias que promovam a segurança e soberania alimentar das famílias rurais. Ainda percebemos o interesse da comunidade escolar que participa ativamente das avaliações e replanejamento das ações do projeto erosão cultural alimentar. Cabe destacar também a importância da integração interinstitucional (EMATER e Universidade), na aproximação com as comunidades rurais, contribuindo nos processos de desenvolvimento rural (EXTENSIONISTA A).

Já de acordo com outra extensionista:

O resgate e a preservação da história e costumes da cultura local é um importante tema a ser tratado com vistas a valorização das diferenças e do ambiente rural. O desafio de conter a erosão cultural alimentar é um compromisso de todos educadores, técnicos e de toda a sociedade, somos parceiros neste processo que deve ser contínuo e permanente para que haja realmente as transformações desejada (EXTENSIONISTA B).

Deste modo, pode-se afirmar que um trabalho que vise

discutir e resgatar a cultura alimentar num contexto de erosão cultural alimentar é bastante desafiador. Este desafio torna-se ainda maior quando os participantes do trabalho é o público jovem, o qual é intensamente bombardeado com propagandas das grandes corporações para o estímulo ao consumo dos alimentos industrializados. Este processo torna-se ainda mais desafiador com as novidades tecnológicas da atualidade, visto que as redes sociais e a mídia são grandes parceiras das indústrias agroalimentares e atuam visando induzir prazeres momentâneos e viciantes na nossa alimentação.

Além disso, todas estas ações foram complementadas pela parceria entre a UFSM e a EMATER, principalmente no que tange ao PNAE que constitui um dos maiores e mais antigos programas públicos de alimentação e nutrição com vistas à segurança alimentar financiando pelo ministério de Educação e gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação – FNDE, que recomenda que 30% dos recursos para alimentação escolar devem ser usados na compra de produtos da agricultura familiar, propiciando assim a diversificação e qualidade na alimentação de educandos e valorizando assim o resgate de hábitos alimentares típicos de cada região.

Considerações Finais

As reflexões acerca da temática da segurança e soberania alimentar estão longe de se esgotar apenas por este trabalho. Os

conceitos e atuações práticas aqui apresentadas instigam ao estudo de métodos que resgatem a diversidade cultural alimentar. Eles, por sua vez, buscam promover a qualidade dos alimentos consumidos pela família rural, a qual tem perdido sua identidade pela forma como os seus hábitos alimentares têm sido urbanizados. Esta iniciativa não buscou o retorno às práticas e hábitos do passado, mas sim, de um reconhecimento da existência de uma cultura alimentar que no passado enriquecia as dietas, levando às mesas diversidade e identidade ao agricultor e a família rural.

Nesse sentido, torna-se importante que a escola auxilie na formação dos hábitos alimentares das crianças. É nessa fase que elas tendem a aprender sobre e gostar de uma grande variedade de alimentos. Nesse sentido, atividades que visem a construção e compartilhamento de conhecimentos e práticas sobre a alimentação contribuem para o aprimoramento dos hábitos alimentares, seja das crianças ou mesmo de suas famílias.

Então, pode-se afirmar que quando trabalhamos a qualidade da dieta buscamos segurança alimentar. E quando falamos de resgate de cultura alimentar, buscamos soberania alimentar, pois propomos valorização do saber local. Além de, criar um ambiente favorável para qualificação da alimentação (hortas, sementes crioulas, produção de alimentos vinculados a cultura alimentar local).

Em relação ao projeto aqui abordado, houve algumas dificuldades principalmente em função da disponibilização de

recursos financeiros e humanos, o que acabou impedindo uma atuação mais presente junto às escolas. E também um dos principais objetivos não foi conseguido ainda: inserir a temática da Segurança Alimentar e Nutricional nos conteúdos programáticos das disciplinas.

Referências

ANDRADE, Sonia Lucia Lucena Sousa de. Curso de formação continuada para agentes de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. **Histórico de movimentos de SANS no Brasil**, 2008. Disponível em: www.consea.mg.gov.br/siteconsea/Arquivos/Proposta%20curso%202008.pdf – Acesso em: Setembro 2013.

BALEM, T. A., SILVEIRA, P. R. C. A Erosão Cultural Alimentar: Processo de Insegurança Alimentar na Agricultura Familiar. In: Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural, 2005, Porto Alegre. **Anais**. Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre: 2005.

BAPTISTELLA, J, C. **Avaliação de Programas Sociais**: uma análise do impacto do bolsa família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias. 2012. 101 paginas. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba – SP.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: USP, 2003.

BONFIM, João B. B. A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/artigos/especiais/afomenobrasil.pdf> Acesso em Agosto de 2013.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o **Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN** com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em agosto de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 2005.

CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm> . Acesso em: Agosto de 2013

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR - CONSEA. II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional : Relatório final – 2º versão. Olinda, 2005.

EMATER. Relatório de Atividades do ano de 2012. Disponível em:

<http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/sobre/Relatorio%20de%20Atividades-2012.pdf>. Acesso em setembro de 2013.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR** / EMATER/RS-ASCAR. – 2. ed. rev. aum.- Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006. 83 p.

FRANCISCH R.P.P.et.al. **Obesidade:** Atualizaçã Sobre Sua Etiologia, Morbidade e Tratamento. *Revista de Nutrição*. v.13. n.1. 2000.

FREIRE, P. R. **Política e Educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P.R, **Pedagogia do Oprimido**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P,R . **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

LEFF,H. **La complejidad ambiental** Mexico: Siglo XXI, 2 ed. 2003 .

MALUF, R. S; MENEZES, F e VALENTE F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**,1996.

MALUF, R. O Novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar In: Belik, W & Maluf, R. **Abastecimento e Segurança Alimentar**. Campinas: Unicamp, 2000.

MALUF, R. S. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Conceitos fundamentais, 2007.

MALUF, R. S; MENEZES, F. Caderno ‘segurança alimentar’. Disponível em: www.forumsocialmundial.org.br/.../tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf. Acesso em: Agosto de 2013.

MALUF, Renato S. SEGURANÇA ALIMENTAR E FOME NO BRASIL - 10 ANOS DA CÚPULA MUNDIAL DE ALIMENTAÇÃO. Relatórios Técnicos, 2 Agosto – 2006. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/relatoriotecnico2.pdf>. Acesso em setembro de 2013.

MAZZEI, Umberto. Diferencias entre seguridad y soberania alimentaria. **Territórios**. Guatemala, Soberania alimentaria, 2007.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia: AS-

PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2004.

ROSSET, P. **Soberania Alimentar: manifesto global dos movimentos campesinos**. Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003. Tradução Livre.

SILVA, A. C. **De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição**. Estudos Avançados, 1995.

TAKAGI, M. **Segurança alimentar e nutricional e programas de transferência de renda**. IN: SILVA, J, G. ; GROSSI, M. ; FRANÇA, C (ORG). Fome zero: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

TONIAL , M.A. **A trajetória de mobilização e organização em busca da Segurança Alimentar**. Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, v.2, 2006. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/publicacoes/vol2/n3/acessopg70-72.pdf>. Acesso em: outubro de 2013.

VALENTE, F. **O combate à fome e à desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do Direito Humano à Alimentação** - um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável", 2001, Mimeo. Disponível em: http://www.fea.unicamp.br/servicos/materias/ta040/CDSegAlimentar/DOCUMENTOS/Valente_Direitos.pdf. Acesso em: Outubro 2013.

VANKRUNKELSVEN, L. **Soberania alimentar:** por uma democracia nos sistemas locais de alimentos. 2006. Disponível em: http://www.fetrafsul.org.br/downloads/Artigos-Cronicas/Soberania_Alimentar.pdf. Acesso em: setembro de 2013

WEITZMAN, Rodica. **Educação popular em segurança alimentar e nutricional:** uma metodologia de formação com enfoque de gênero. Coordenação: Rodica Weitzman. Belo horizonte: Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas, 2008.

As estratégias de manutenção e permanência da agricultura familiar no município de tabapuã, sp nas sucessivas expansões de monoculturas de café, laranja e cana-de-açúcar

Guilherme Valagna Pelisson⁶¹

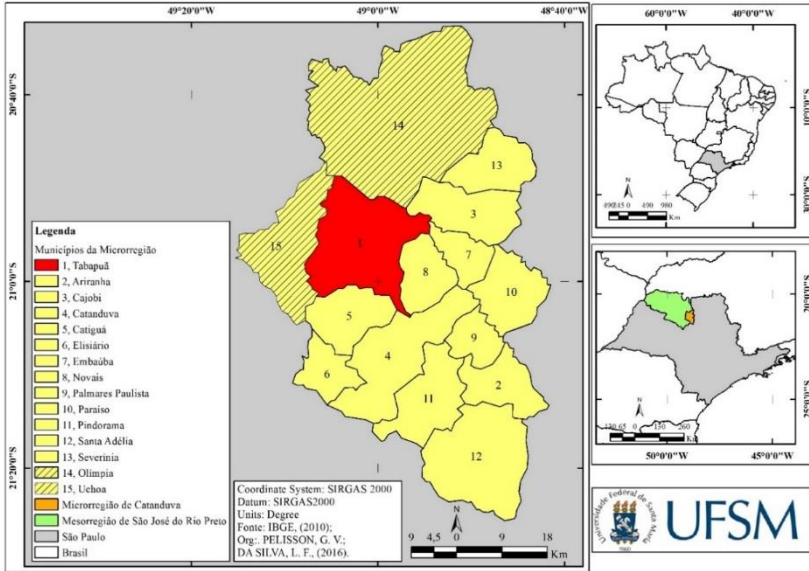
Introdução

Esse manuscrito remete-se à conclusão da dissertação de mestrado em Geografia “As alternativas da agricultura Familiar como estratégia de manutenção e permanência no espaço rural do município de Tabapuã, SP nas sucessivas expansões de monoculturas de café, laranja e cana-de-açúcar”, desenvolvida na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO/UFSM). E tem por finalidade abordar as transformações socioespaciais ocorridas no espaço rural do município de Tabapuã/SP (figura 1) desde sua emancipação política-administrativa até os dias atuais. Para tanto foi selecionado para análise três cultivos (café, laranja e cana-de-açúcar) que expandiram no município de forma expressiva,

⁶¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí – UFJ/ gvpelisson@yahoo.com.br

proporcionado pelo desenvolvimento regional.

Figura 1: Localização do município de Tabapuã, SP



Fonte de dados: IBGE (2010) Organização: PELISSON, G. V.; DA SILVA, L. F. (2016)

Justifica-se a escolha desses cultivos para análise, devido aos impactos ocasionados que se sucederam no espaço rural dessa unidade territorial, os quais permitiram um crescimento no setor econômico, político, espacial, ambiental e cultural desta unidade territorial, mas também proporcionaram uma organização/reorganização principalmente para a agricultura

familiar.

Ao tratar nesse estudo sobre agricultura familiar, preocupou-se para melhor entendimento, selecionar alguns indivíduos que se enquadrassem nos seguintes critérios: a) indivíduos que constituem uma base familiar para manter a propriedade rural; b) que se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006; c) possuem até quatro (4) módulos fiscais, o que em Tabapuã corresponde a 64 hectares.

De acordo com a lei, a mesma não só se refere a área, por isso atentou-se também a renda familiar e a condição da propriedade, sendo ela do proprietário, cedida por empregador ou até mesmo ocupada⁶². Sendo assim, busca-se a partir desses critérios entender a unidade familiar que é a que perpetua no desenvolvimento da agricultura familiar, com a produção de alimentos e pecuária no município.

Ao conhecer o agricultor familiar e suas realidades, vivência, e confrontar com a base de dados estatísticas obtidas pelos órgãos de pesquisa censitária e também com o referencial bibliográfico. Têm-se a noção desse empasse entre teoria e prática. Onde pôde-se constatar que no caso dos estudos referente a agricultura familiar a categoria de análise lugar e território em uma abordagem local e territorial são essências para o entendimento das especificidades, necessidades e estratégias

⁶² No caso de ocupado ou cedido por empregador não necessariamente precisa estar dentro da delimitação de 64 hectares.

desses indivíduos.

Com esse conjunto de fatores este trabalho contribui para ampliar os estudos e dar margem a novos pesquisadores sobre a temática que ainda é pouco explorada, principalmente no município em estudo.

Sobre o objeto de estudo, fica constatado algumas alternativas que os agricultores familiares têm, que são: os sujeitos da pesquisa se organizam e articulam para permanecerem e se manterem no espaço rural. Essa “organização” é reflexo de políticas públicas de desenvolvimento regional e não é uniforme, é decorrente de processos as vezes longo de transformação da paisagem. Sendo que uma delas refere-se a expansão da monocultura de café, a meação, ou melhor, os meeiros.

Os meeiros eram indivíduos que viviam nos interstícios das fazendas de café e plantavam café, porém o lucro ou mesmo o produto bruto era dividido entre os membros, geralmente um desses era proprietário da terra e os demais tinham participação para plantar o fruto. E assim plantavam, colhiam e repartiam como combinado entre os mesmos. Desse tipo de organização, surgiu em algumas propriedades, as colônias, casas germinadas que serviam de abrigo para esse povo e eram construídas de forma de mutirão.

Em seguida com a laranja, houve auxílio de trabalhadores volantes (boias-frias), alternativa encontrada para adequarem aos contratos com as agroindústrias cítricas, os mesmos eram

contratados em períodos de colheita.

O objetivo geral desse trabalho consiste em compreender e identificar as estratégias dos agricultores familiares frente a expansão das monoculturas do café, da laranja e da cana-de-açúcar no espaço rural do município. Os específicos são: 1) compreender como sucedeu as expansões das monoculturas de café, laranja e cana de açúcar; 2) caracterizar a agricultura familiar e agricultura industrial; 3) investigar as articulações entre agricultura familiar e agricultura industrial no município; 4) avaliar as sucessões de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

A problemática consiste na seguinte questão: A agricultura familiar sempre esteve presente no espaço rural do município de Tabapuã, mesmo nos períodos de grande expansão das monoculturas do café e da laranja. No entanto, a intensa e acelerada expansão recente da cana-de-açúcar, pode romper o frágil equilíbrio que havia entre agricultura familiar e agricultura industrial?

Para alcançar esses objetivos e responder a problemática, o trabalho será desenvolvido de acordo com os procedimentos metodológicos.

Procedimentos metodológicos

Neste trabalho realizou-se uma pesquisa quanti-qualitativa, em que os dados quantitativos coletados, foram utilizados para apresentar um panorama geral do município, abordando dessa forma temáticas de grande importância que adquirem grande visibilidade através de informações estatísticas. Os métodos quantitativos de acordo com Richardson (2008) são utilizados no desenvolvimento da pesquisa e fornecem uma precisão dos resultados, ou a intenção, evitando distorções de análise e interpretação, contribuindo, portanto para uma melhor margem de segurança quanto às deduções.

Nesse sentido, os dados quantitativos utilizados foram obtidos através dos Censos Demográficos e Agropecuários do IBGE⁶³, projeto LUPA da Fundação Seade, CANASAT⁶⁴ e consultas em órgãos públicos e em outros estudos da região que apresentassem dados estatísticos de interesse para este trabalho.

Dessa forma, destaca-se que foram realizadas visitas a unidade de Catanduva e São José do Rio Preto, SP, no IBGE, na qual realizou-se uma pesquisa documental de cunho quantitativo, onde buscou-se dados sobre a composição da população do município de Tabapuã nos Censos Demográficos (que estavam disponíveis nestas unidades) dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (tabela 1). E dos cultivos de café, laranja

⁶³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁶⁴ Mapeamento de Cana via imagens de satélite e Observação da Terra.

e cana-de-açúcar, nos Censos Agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995 e 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.

Tabela 1: População Urbana e Rural de Tabapuã⁶⁵ (1940-2010)

ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
URBANA	2357	2112	3066	3440	5412	9610	8348	9017	10522
RURAL	18293	13636	12254	7791	6892	3441	1806	1476	844
TOTAL	20650	15748	15320	11231	12304	13051	10154	10493	11366

Fonte: Fundação Seade. / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.Org.: PELISSON, G. V. (2014)

A obtenção desses dados foi necessária para que se pudesse fazer uma análise da população que ocupava a área atualmente pertencente ao município de Tabapuã, já que durante a realização destes Censos na área desse município haviam

⁶⁵ “Pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30-12-1938, o Município de Tabapuã adquiriu o Distrito de Novais do Município de Catanduva; perdeu o território do extinto Distrito de Ibarra para o novo Distrito de Catiguá, do Município de Catanduva. A mesma Lei que extingue o Distrito de Ibarra cria o Distrito de Novais. Em 1939-1943, o Município de Tabapuã é composto dos Distritos de Tabapuã e Novais - e pertence ao termo e comarca de Catanduva” (HISTÓRICO/IBGE, 2014).

Até 1995 Novais era distrito de Tabapuã, com a Lei Estadual nº 7664, de 30 de dezembro de 1991, desmembra do Município de Tabapuã o Distrito de Novais. Sendo assim, pode-se considerar com um fato de crescimento populacional principalmente na década de 1940 e de decréscimo populacional em 1996.

distritos, que hoje estão emancipados.

Também, buscou-se informações em primeira mão na Prefeitura Municipal de Tabapuã e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais que complementassem as já existentes. Contudo, as informações quantitativas serviram para explicar uma determinada realidade, mas a compreensão da mesma fundamentou-se nas informações qualitativas.

Dessa forma, utilizou-se de fontes primárias e secundárias na pesquisa sobre a história do município de Tabapuã e do Noroeste Paulista. As fontes primárias referem-se a relatos de moradores do município e da região, além de fotografias antigas e visitas aos Museus e órgãos do município que contribuíram para o entendimento das informações obtidas através das fontes secundárias, em livros e trabalhos acadêmicos sobre a temática. A observação representou outra etapa de fundamental importância nesta pesquisa.

Concomitantemente realizaram-se entrevistas com informantes qualificados. Para a seleção dos entrevistados e dos critérios para serem analisados, buscou-se trabalhos de autores que têm publicações acadêmicas voltadas para a agricultura familiar. E concluiu que os informantes selecionados (os sujeitos) seriam de participação ativa, escolhidos de forma aleatória, que fossem agricultores familiares, que as propriedades se enquadrassem na lei 11. 326 de 24 de julho de 2006, a mão de obra fosse familiar e que a propriedade fosse própria, cedida, alugada ou ocupada. Também foram selecionados, sujeitos

influentes nas tomadas de decisões políticas e sociais no município, além de pessoas externas ao local que tivesse informações de grande valor para a temática estudada.

A escolha pela entrevista deu-se por esta representar uma técnica que possibilita obter do entrevistado suas descrições pessoais, como ele identifica os problemas e o contato com o sujeito da pesquisa. Todas as entrevistas realizadas neste estudo foram entrevistas guiadas.

Portanto, foram realizadas diversas visitas ao município de Tabapuã nos meses de julho e dezembro de 2014 e janeiro, fevereiro, março, abril, junho e julho de 2015, objetivando coletar informações através de entrevistas, observações, conversas informais com membros da comunidade e representantes dos poderes públicos, além de pesquisas documentais na Biblioteca Municipal e Museus. Todos os indivíduos entrevistados não recusaram fornecer informações muito pelo contrário foram muito hospitaleiros.

As propriedades escolhidas para a aplicação dos questionários foram as da margem da Rodovia Vicinal Jerônimo Inácio da Costa, Rodovia Tab / Olímpia Antônio Ricardo de Toledo e Estrada Vicinal Guilherme Valagna por serem de melhor acesso.

Figura 1: Localização dos estabelecimentos rurais das famílias que foram entrevistadas em Tabapuã



Fonte: Google Maps (2015) - **Org.:** PELISSON, G. V. (2015)

Foram entrevistados 20 agricultores, do número de 30 propriedades proposta, apenas 20 propriedades foram encontradas com moradores, as demais tinham anexado a propriedades maiores ou mesmo não morava mais ninguém.

Com o campo pretendeu-se entender a lógica predominante que se estabeleceu e estabelece no meio rural tabapuãense, o perfil dos estabelecimentos rurais e as condições atuais dos estabelecimentos selecionados para as entrevistas.

O contato com a realidade por meio da observação, diálogo e registro fotográfico proporciona uma dialética com outros registros de outros pesquisadores ocasionando no debate que fundamentam a pesquisa. No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar

uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto (SUERTEGARAY, 2009, p.2).

As dinâmicas dos agricultores familiares e as especificidades da agricultura patronal

Para entender as dominações da agricultura patronal e as articulações da agricultura familiar, busca-se explicações por meio da abordagem territorial. A qual, segundo Bernadelli (2004), permite compreender nas pesquisas, a dinâmica dos conflitos de luta na terra contra a supremacia da agricultura patronal, corroborando com o domínio exercido pelas grandes empresas do setor agroindustrial canavieiro, que visam novos mercados para produzirem e reproduzirem seu capital.

De acordo com Saquet “[...] a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida”. (SAQUET, 2007, p. 183).

Para Santos (2011, p.322) a utilização da abordagem territorial na compreensão do espaço agrário do território e da agricultura familiar faz sentido na medida em que contribui para uma visão mais integrada do espaço, percebendo suas multifacetadas, ao mesmo tempo em que tem na sua identidade

territorial um elo que permita sua dinamização.

Com isso ao refletir nos motivos que conduziram os produtores familiares arrendarem suas terras à produção canavieira, sobre o avanço do capital monopolista no campo brasileiro e referente a pluriatividade como alternativa de permanência do produtor familiar no campo, observa-se que o processo de territorialização do monopólio na ótica de Thomaz Jr (1988) é evidenciado pela apropriação crescente da renda fundiária dos grupos usineiros, os quais têm o controle do processo produtivo e conseqüentemente o de determinação do preço da cana-de-açúcar.

O autor deixa explícito que “este processo se desenvolve não uniformemente, mas sim de forma diferenciada, porque não necessariamente os grupos usineiros compram terras. Utilizam em alguns casos a prática do arrendamento. [...] Assim, passa-se a ter uma nova configuração do território (THOMAZ JR., 1988, p. 99), expressada pelas territorialidades. Que de acordo com Ross (2015) expressam relações de poder que determinam as configurações territoriais. Elas contribuem na identificação de quem domina e quem é dominado nos territórios. As territorialidades também estão expressas nas paisagens de modo que seus componentes revelam as relações sociais, políticas e econômicas.

Porém essa dominação pode esconder a realidade expressiva da agricultura familiar, uma vez que a expressão “mar de cana” utilizada, por exemplo, por Silva (2005) e Gonçalves

(2005), tem a intenção de demonstrar a expansão desse cultivo e suas consequências seja ela relacionado ao tipo de mão-de-obra que as usinas utilizam ou pela questão ambiental como coloca o último autor citado, que chama a questão de “deserto verde”, é também uma forma de afirmar a supremacia das agroindústrias sucroalcooleiras. Mas não se pode generalizar pois por exemplo no município em estudo apesar da cana-de-açúcar ser o maior cultivo plantado e colhido à agricultura familiar tem uma contribuição muito importante e significativa na produção de alimentos e derivados.

No Brasil, segundo Schneider (2009, p. 28), “o debate sobre agricultura familiar ainda é recente e não possui contornos definido”. E destaca alguns estudos publicados em português como o de Veiga (1991), Abramovay (1992), e de Lamarche (1993,1999), que deram impulso decisivo a esta temática.

O autor ainda complementa colocando que ao se retomar a bibliografia brasileira (recente) sobre os processos sociais rurais e agrários pode-se perceber que a incorporação da expressão agricultura familiar ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de 1990.

Na década de 1990 no Brasil foi inserido um conceito (agricultura familiar) ligado a campos temáticos e bibliográficos constituídos a partir dos modos de organização dos agricultores estadunidenses – *Family farm* - estes se diferenciavam por critérios de utilização da força de trabalho e modo de gestão da

produção social. No Brasil esse termo foi absorvido e traduzido como “Agricultura Familiar”, e promulgado através de políticas públicas para com esses sujeitos. Como coloca Neves (2008, s.p.).

Têm-se então que é difícil pensar a agricultura familiar como homogênea devido a diversidade (características sociais, econômicas, físicas). Porém deve se analisar as especificidades e o fio condutor que é em comum.

Para compreender o espaço de reprodução da agricultura familiar no Brasil não basta, entretanto, desenhar os seus contornos, calculando sua dotação em recursos produtivos (WANDERLEY, 1995, p. 40). Será preciso, igualmente, entender que este é um espaço em construção, na maioria das vezes, precário e instável, cuja viabilidade depende frequentemente da tenacidade dos agricultores e da adoção de complexas estratégias familiares (WANDERLEY, 1995, p. 40). Como uma delas, as atividades não agrícolas, que segundo Carneiro (2008), as mesmas não são recentes, mas se resignificam.

Em resumo, no Brasil, o termo agricultura familiar para NEVES (2008, s.p.) corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Na perspectiva de Guanzirolí sobre a agricultura familiar na região Sudeste, que é a região que este estudo ocorreu. O autor enxerga que há um peso reduzido na região Sudeste. “Ainda assim, em termos absolutos sua contribuição não pode ser menosprezada, inclusive porque registra níveis elevados de capitalização e dinamismo” (GUANZIROLI, 2001, p. 157).

Guanzirolí (2001) afirma que na região Sudeste as histórias apresentam tantas particularidades locais que seria inútil delas se abstrair em busca de um padrão comum ao contrário das demais regiões, onde a dinâmica da agricultura familiar é diversificada mas segue um padrão que pode ser generalizado (ocupação de fronteira, migração europeia, etc).

Em todo caso, é possível apontar que também no Sudeste a dinâmica da agricultura familiar está intimamente ligada ao movimento da agricultura patronal, seja a cultura do café, algodão, cana-de-açúcar ou fazendas de gado em Minas. Ao contrário do que ocorreu no Sul, onde a agricultura familiar constitui um segmento próprio, autônomo, na maioria dos estados da região Sudeste os produtores familiares estão nos interstícios da grande propriedade, sujeitos aos movimentos de expansão e crise que vem afetando as principais atividades exploradas pela agricultura patronal (GUANZIROLI, 2001, p. 157).

Entende-se então que ao analisar a categoria analítica e a construção da categoria normativa da agricultura familiar, do agricultor familiar, percebe-se e entende-se que não é recente a preocupação com esses indivíduos menos favorecidos e excluídos

de um processo capitalista, que a busca pela compreensão é constante e que existem períodos onde autores renovam suas interpretações e criam novas perspectivas positivas e negativas, identificando acertos e erros governamentais por meio de políticas públicas.

E que os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação (SCHNEIDER, 2009, p. 36). A afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. (SCHNEIDER, 2009, p. 36).

Como forma de alternativa de articulação com uma lógica capitalista de agricultura que vinha se desenvolvendo. Candiotto (2011) acredita que apesar de haver a existência dessa polaridade no cenário rural entre agricultura não-familiar (agricultura patronal, agricultura industrial, agronegócio) e agricultura familiar. O autor não vê duas realidades como contrapostas, para o mesmo é possível à incorporação de técnicas e métodos de cultivo e manejo agropecuário provenientes do agronegócio, por parte de diversas unidades produtivas familiares, como por exemplo: “a integração dos agricultores familiares com grandes agroindústrias, para a criação de aves, suínos, leite, fumo, entre outros produtos”.

Fica evidente em contato com os agricultores familiares do estudo que o agronegócio vem influenciando as atividades e o modo de vida familiar e, que há uma tendência de ampliação desta influência já descrita por Candiotto (2011, p. 277).

Passa então a conhecer essa realidade e quem são esses agricultores.

Os agricultores familiares

Caracterizar e reconhecer os sujeitos que vivem e trabalham nos estabelecimentos rurais do município contribui para melhor entendê-los.

Dentre os entrevistados verificou-se que os mesmos possuem a responsabilidade pelo domicílio e que na maioria deles é de mais de uma pessoa, desses apenas um não reside no estabelecimento. 12 fazem de dois a 30 anos que moram na propriedade, seis de 31 a 60 anos e dois acima de 61, verifica-se que esses residentes estão nos devidos estabelecimentos a mais de uma década e que já colhem frutos de políticas públicas voltadas a agricultura familiar.

Nos diálogos com os sujeitos, fica evidente em suas falas que parentes, familiares que residiam no estabelecimento saíram do mesmo por fatores como: estudo, casamento, ter ido trabalhar na cidade ou até mesmo em municípios que oferecem mais

empregos. A maior parte tem familiares que moram na cidade de Tabapuã ou demais cidades do estado de São Paulo. 18 dos entrevistados vão para cidade diariamente ou semanalmente.

O município não tem uma extensão territorial grande, isso facilita a relação cidade-campo.

Os motivos por permanecerem no espaço rural do município se divergem, porem em todas as falas fica evidente a questão cultural de pertencimento ao lugar/local, ligada a um passado de nostalgia, de lembranças, seja do modo de vida, de familiares, de vizinhos de estabelecimento. E também da necessidade do trabalho. Destaca-se algumas falas: “É melhor, mais sossegado”; “trabalho”; “pois os pais não querem ir para cidade”; “as crianças”; “porque gosto e foi onde eu fui criado”; “para não abandonar o sítio”; “porque somos donos”; “porque meu marido sempre trabalhou na roça (serviço dele)”; “vivo do sítio”; “financeiro” e “paixão pela terra”.

Perfil da agricultura familiar

Pode-se assim entender a partir da compreensão dos estabelecimentos de agricultura familiar, se são menos ou mais capitalizados e como se estabelecem no meio rural.

Sobre o tamanho dos estabelecimentos pode-se constatar que dentre os entrevistados a área em hectares variava entre dois

a 150, desses 14 famílias são donas e possuem escritura de seus estabelecimentos e as outras residem e trabalham em estabelecimentos cedidos, este fato é evidenciado nos estabelecimentos a cima de quatro módulos fiscais, onde o dono do imóvel não reside, apenas essas famílias, que acabam tendo a função de zelar pelo bem imóvel.

As figuras 2, 3, 4 e 5 representam alguns dos estabelecimentos que foram realizadas as entrevistas, por meio dessas fotografias destaca-se o estilo da arquitetura da estrutura da construção das casas desses estabelecimentos, a infraestrutura e a organização.

Figura 2: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento



Figura 3: Moradia cedida pelo dono do estabelecimento

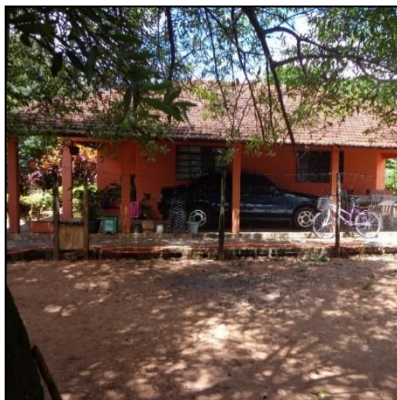


Figura 4: Moradia Própria



Figura 5: Moradia Própria



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Dos 20 entrevistados, quatro já fizeram financiamento pelo PRONAF, quatro tem ao menos um funcionário empregado

recebendo em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.400,00 e com carteira assinada.

Infraestrutura do estabelecimento

Conhecer a infraestrutura, é um passo para ter noção do desenvolvimento e as causas e efeitos do mesmo, podendo assim conhecer as realidades do agricultor e entender as dificuldades do mesmo para permanecer no campo.

Sobre a infraestrutura dos estabelecimentos, 100% das propriedades analisadas tem condição mínima de sobrevivência, ou seja, há esgoto por fossa séptica ou fossa rudimentar, possuem abastecimento de água canalizada por poço ou nascente na propriedade e energia elétrica por companhia distribuidora.

A instalação de fossa séptica e de poços artesianos (figura 7) é comum no meio rural, é o recurso mais utilizado, porém pode-se detectar que há falta de conscientização com o meio ambiente em alguns casos, como pode ser visualizado na figura 6, onde a fossa está a céu aberto. Outra pratica muito utilizada é a queima do lixo na propriedade (figura 8), dependendo do material que estar a ser queimado pode a vir a contaminar o solo, trazendo risco para a família que está inserida naquele local, por isso o mais indicado seria o descarte em locais especializados ou levar para cidade.

Figura 6: Fossa séptica em má conservação



Figura 7: Abastecimento d'água por poço artesiano



Figura 8: Local destinado para o descarte e queima do lixo do estabelecimento



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

E referente ao trabalho realizado pela prefeitura em favor da realização de atividades agrícolas, tais como conservação de estrada e pontes, a maioria acredita que está bom, porém há os que acham que está péssimo devido à má conservação das estradas.

Produção e comercialização agrícola

Saber sobre a produção que esses agricultores estão realizando, poderá ajudar a entender a dinâmica agrária instalada no momento. E se há retorno financeiro que contribua para continuarem a plantar e mercado para esses produtos.

Os principais cultivos produzidos nas propriedades são: 66% Cana-de-Açúcar, 16% Seringueira, 16% Laranja, 16% Milho, 16% Limão, 5% Mamão, 5% Abacate, 5% Mandioca, 5% Banana, 5% sorgo, 5% horta, 5% pecuária, 5% suinocultura (figuras da 9 a 20).

Figura 9: Cultivo de cana-de-açúcar



Figura 10: Cultivo de Seringueira



Figura 11: Cultivo de Limão



Figura 12: Cultivo de Mamão



Figura 13: Cultivo de Mandioca



Figura 14: Cultivo de Abacaxi



Figura 15: Cultivo de Laranja



Figura 16: Cultivo de banana



Figura 17: Cultivo de Abacate



Figura 18: Horta



Figura 19: Suinocultura



Figura 20: Pecuária



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

A cultura da cana que é o cultivo que mais se destaca no município, chega a estar plantada em 98 hectares em uma propriedade visitada, mas a mesma não está no mesmo estabelecimento que se encontra o agricultor familiar (que é onde o agricultor diversifica suas culturas, ou seja, policultura), a cana está arrendada a usinas sucroalcooleiras e por isso é uma monocultura.

14 propriedades responderam que sim, já produziram laranja ou café, dessas sete produziram café e laranja e seis só laranja. Os que plantaram café alegaram o produto era vendido para as máquinas de beneficiamento de café ou na cidade. E a laranja havia contrato com empresas (agroindústrias) e em um primeiro momento essas empresas mandavam mão-de-obra para

a colheita e no final era terceirizado (por cooperativa), porém em um segundo momento passa ser de responsabilidade do produtor a colheita.

Os proprietários que têm estabelecimentos arrendados para o cultivo da cana, com as usinas sucroalcooleira, são elas: Usina Cerradinho (atualmente pertence ao grupo Noble), São Domingos e Catanduva. Em contrato de em média de quatro a seis anos e recebem mensalmente em torno de R\$ 50 a R\$ 65 a tonelada por hectare, apesar de cada mês haver uma alteração no valor, mas na média são esses valores. Apenas um entrevistado alegou que a usina não paga no dia certo.

Oito criam gado, tendo de três a 31 cabeças no pasto, sendo nelore e de raças cruzadas, todos de forma extensiva. Têm-se em 80% dos casos criação de animais ou mesmo produto de origem animal como ovo, leite para consumo humano. Possuem de maquinários, como tratores, pulverizador, siladeira para a realização da produção (figuras 21, 22, 23 e 24).

Figura 21: Maquinário Agrícola



Figura 22: Maquinário Agrícola



Figura 23: Maquinário Agrícola



Figura 24: Maquinário Agrícola



Fonte: PELISSON, G. V. (2015)

Nas figuras 21 e 23 têm-se veículos agrícolas, tratores e carretas que serve para transportar a colheita da roça até a propriedade, como o milho, a laranja. Os tratores ficam guardados em uma espécie de garagem e se vê tanques, denominados de “jumbinho”. Na figura 22 o veículo aparente é utilizado para passar veneno na laranja, ele é abastecido com água e agrotóxico na parte traseira vão duas pessoas segurando as mangueiras que esguicham o produto nas laranjeiras.

No caso da figura 24, na imagem têm-se o antigo terreirão sendo utilizado para guardar o maquinário da propriedade e a casa ao lado onde residem os responsáveis pela propriedade, a qual foi cedida por empregador, no caso o dono do estabelecimento. Pode se perceber que há estabelecimentos mais capitalizados do que outros, principalmente os mais antigos que permaneceram a todos os ciclos econômicos do município.

Há presença de animais de estimação em quase todas as propriedades visitadas. A maioria produz algum tipo doce, queijo, artesanato para consumo próprio, apenas em dois casos produz para venda, o excedente.

Percepção da paisagem e do turismo

Quando perguntado se já haviam pensado na possibilidade de agregar renda a partir de atividades diferentes das já realizadas na propriedade ou na região, tais como turismo, lazer rural, 60%

respondeu que não. No geral alegaram que não há atrativo natural nas propriedades, os que responderam sim, contestaram pelo fato da “mata nativa” e “córrego”.

Nesse sentido, percebe-se que a implantação do turismo rural teria que ser melhor trabalhada pelos órgãos responsáveis, instruindo a população local e verificando se há realmente possíveis potencialidades naturais no município para esta atividade.

O turismo é um assunto ainda pouco propagado dentre os entrevistados, percebeu-se que há um certo desconforto sobre o assunto e receio em receber visitantes. Apesar do município adentrar ao circuito do noroeste paulista recentemente ainda há muito que ser trabalhado referente a conscientização de turismo para com a população.

80% acham boa a experiência de viver na propriedade que residem e o restante excelente. E os argumentos dos que acham que precisaria haver alguma mudança para melhorar suas condições de vida, foram relacionados ao governo, a falta de crédito (e um dos motivos é a burocratização), a valorização do agricultor e o aumento da oferta de emprego no espaço rural por meio de cultivos que empregasse mais. Destaca-se algumas das falas: “mais ajuda do governo”; “plano para agricultura”; “mais crédito para o agricultor”; “o patrão dar valor aos empregados, melhorar o ordenado (valorizar)”; “política agrícola melhor e garantia de venda”; “mais valorização do agricultor que produz alimento”; “incentivos de produção de cultivos para ter

emprego”; “ aumento do emprego no campo, se plantassem culturas que empregasse mais”; “aposentadoria”. “As estradas e falta de incentivo do governo em todas as escalas para fixar o morador no sítio”.

Nessa parte da entrevista ficou claro a falta de uma assistência técnica⁶⁶ efetiva que auxilie esses indivíduos a conseguirem crédito e uma melhor garantia de venda.

O estado de São Paulo é a única unidade da Federação não filiada ao sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, coordenado pela Empresa brasileira de Assistência Rural (EMBRATUR) (REYDON, 1989, p. 1).

Nesse Estado, a assistência técnica à agricultura esteve e ainda está a cargo da Secretaria de Agricultura, que mantém um conjunto de órgãos e entidades voltados para esse fim (REYDON, 1989, p. 1).

O papel da tecnificação da agricultura paulista no processo evolutivo da assistência técnica oficial em São Paulo, a partir da década de 40, se distingue em quatro fases, segundo Reydon (1989): fomento agrícola (1942 -48), prestação de serviço (1949 – 58), extensão rural (1959 – 67) e assistência técnica (a partir de 1967), com a criação da Coordenadoria de

⁶⁶ O sindicato dos trabalhadores rurais realiza curso e atividades voltadas para a população rural, porém nas propriedades visitadas, todas alegaram que não há visitação para instruí-los sobre os programas do governo de financiamento ou mesmo no plantio de determinadas lavouras.

Assistência Técnica Integral (CATI).

As mudanças institucionais transcorreram paralelamente a modificações no conteúdo ou significado da própria assistência técnica. Tais mudanças expressam a evolução da agricultura paulista do ponto de vista das transformações capitalistas que nela tiveram curso (REYDON, 1989, p. 1).

E quando perguntado, se eles acham que o turismo pode ser o caminho para essa melhoria e o porquê. Os que acreditam que sim usaram do seguinte argumento: “sim, melhora a infraestrutura, traz dividendo”; “sim, pois poderia ter mais infraestrutura” e “sim, o pessoal da cidade grande quer entretenimento, passeios”. Dois responderam que não, porém a maioria não quis opinar. Ao serem questionados se teriam receio de receber visitantes, a maioria também não quis opinar, apenas três disseram que sim e dois que não.

Por fim, comprova-se que há dificuldades em residir nesses espaços rurais, há uma precarização, devido as territorialidades do agronegócio, ao fechamento das escolas rurais, a falta de assistência técnica e de saúde, porém, os moradores que residem nesses diversos locais até o presente momento desta pesquisa não pensam em se mudar (ir para a cidade), e o motivo é porque gostam de onde moram.

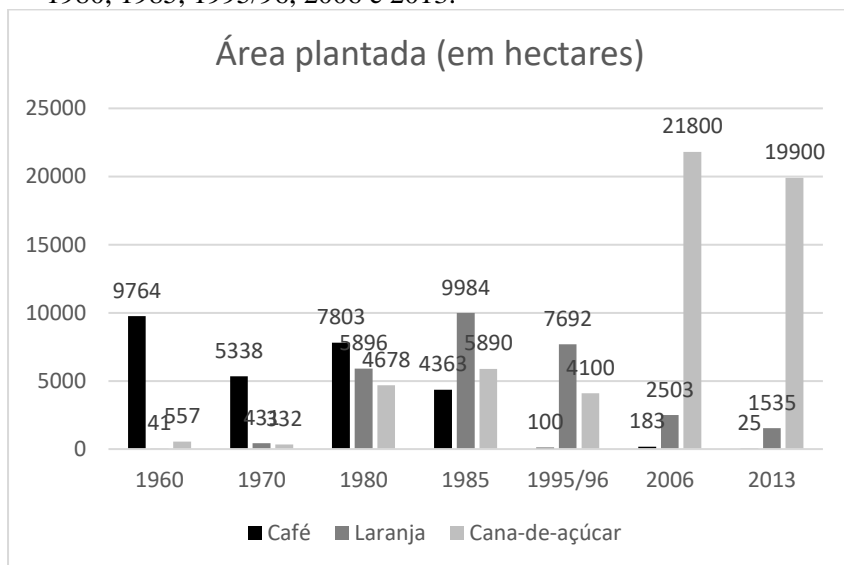
Sobre a manutenção dos mesmo no rural, pode-se dizer que as estratégias adotadas pelos produtores familiares são distintas, em virtude de vários fatores, como por exemplo: a quantidade limitada da terra; o número de filhos; as adversidades

edafoclimáticas; e, sobretudo, a dinâmica econômica local e regional em que essas unidades se encontram inseridas. Entretanto, mesmo conseguindo adaptar-se às adversidades, “no plano individual, os desvios e os fracassos são sempre numerosos. A própria adaptação não segue uma trajetória linear” (LAMARCHE, 1993, p. 17).

Lamarche (1993, p. 184) descreve que “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

Devido a um caráter “conservador” proposto pela agricultura patronal, os gráficos 1 e 2 que contêm informações da área plantada (em hectares) e quantidade produzida nos anos dos censos agropecuários de 1960, 1970, 1980, 1995/96, 2006 e da produção agrícola municipal de 2013, dados esses obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE demonstram um aumento expressivo do cultivo de cana frente aos demais analisados.

Gráfico 1: Área plantada (em hectares) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013.

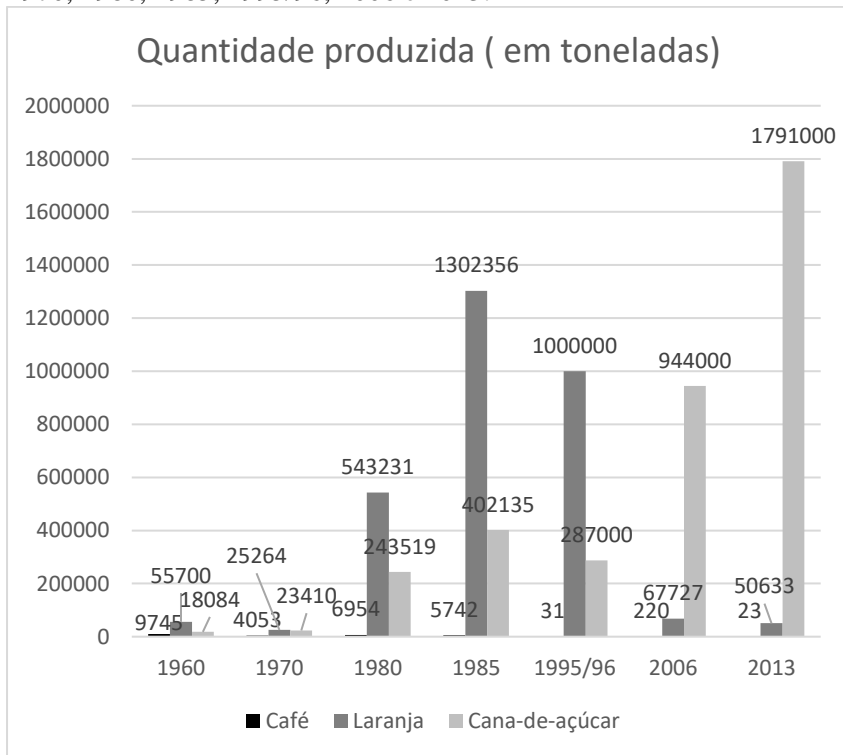


Fonte de dados: Censo Agropecuário do IBGE⁶⁷ de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 e PAM⁶⁸ de 2013 – Acessado em maio de 2015 Organização: PELISSON, G. V. (2015)

⁶⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁶⁸ Produção Agrícola Municipal.

Gráfico 2: Quantidade produzida (em toneladas) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013.



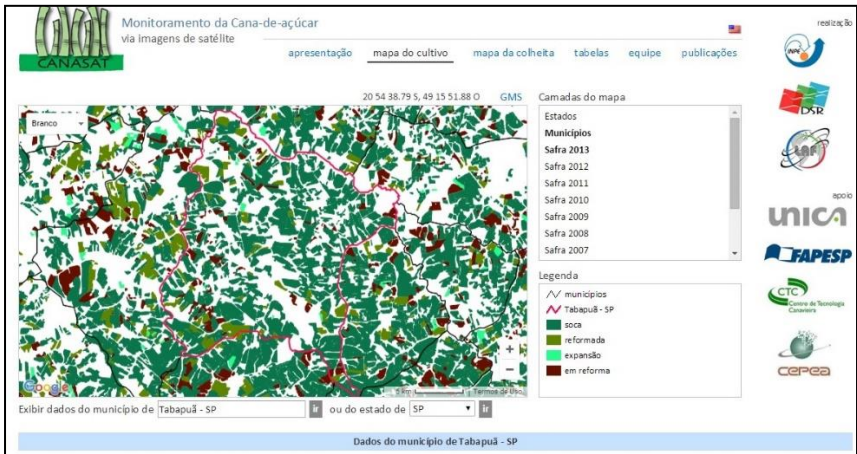
Fonte de dados: Censo Agropecuário do IBGE de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 e PAM de 2013 – Acessado em maio de 2015
 Organização: PELISSON, G. V. (2015)

Todo o dinamismo da cultura canavieira comprovado pelos dados apresentados foi resultado, sem dúvida, de um processo de transformações agrícolas, provocados principalmente, pelo aumento na demanda por cana. O aumento da cana deveu-se ao pioneirismo na década de 1950, que abriu caminhos para a implantação de outras unidades e formou um complexo agroindustrial na região.

E dentre os fatores que proporcionam o aumento dos agricultores em arrendar suas terras, está a falta de mão-de-obra no campo, a mecanização e a comodidade em ter uma “renda” fixa por um determinado prazo sem ter que se preocupar com o processo de desenvolvimento da produção, pois a responsabilidade do estabelecimento arrendado é totalmente da usina.

Essa influência ou controle que a usina tem sobre o agricultor é uma estratégia da territorialidade que afeta um indivíduo ou um grupo, como reportado na figura 26.

Figura 26: Mapa do monitoramento do cultivo da cana-de-açúcar via imagens de satélite: dados do município de Tabapuã - SP, safra 2013



Fonte: CANASAT⁶⁹, 2015

O pequeno proprietário rural⁷⁰ se encontra pressionado pelo grande capital e acaba arrendando suas terras para as usinas, e se deslocando para a cidade. Os que persistem, utilizam seus poucos hectares do seu estabelecimento, ou o que resta próximo a suas residências, para cultivar hortaliças ou lavouras de frutas

⁶⁹ Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/cultivo.html>. Acesso 19 jan 2016.

⁷⁰ Entende-se pequeno produtor rural o indivíduo que tem até quatro módulos fiscais.

para o consumo próprio ou atendendo o mercado local (como restaurantes e mercados).

Segundo Mussoi (2006, p. 101), a agricultura familiar, pelas suas características “como produtora de alimentos básicos baratos, como reserva de mão-de-obra, como consumidora de insumos industriais, e como geradora de um movimento econômico considerável é, ao mesmo tempo, importante para o modelo geral, e gradativamente excluída dele”.

Por isso, os agricultores que persistem em ficar no campo, diversificam a área cultivada, não destinada à cultura da cana, ou melhor, o estabelecimento que não está arrendado, com outros cultivos.

Uma explicação plausível que torna difícil a permanência do agricultor familiar no campo, e um dos fatores atribuídos é o fato de que as famílias já não são tão numerosas quanto no século XX e anteriores, diminuindo assim a mão-de-obra, além do fato de que as famílias buscam na cidade melhores condições de vida, seja o consumo, seja oportunidades de trabalho ou estudo. No município de Tabapuã, onde é baixa a quantidade de habitantes na área rural, fica evidente o envelhecimento da população que permanece no campo.

De acordo com levantamentos realizados na década dos noventas, a população residente nos imóveis rurais paulistas, vem diminuindo gradativamente. Ao se considerar o final e o início da década, observa-se uma diminuição de 19%, ou seja, 285,5 mil pessoas que deixaram de residir no campo, reforçando a constatação de que tem sido mantida nos imóveis rurais apenas as famílias necessárias à realização de parte do processo produtivo,

sendo o restante arrematado fora da propriedade, sempre que necessário (AMARO, et al., p. 24-25, 2001).

E têm-se outro fator que Amaro, et al. (2001) coloca que a própria estrutura produtiva vem necessitando cada vez menos de braços. “No final dos anos de 1980, novos componentes passaram a atuar no cenário do trabalho rural, destacando-se a crescente adoção de colheitadeiras em importantes culturas, como a cana-de-açúcar e o algodão” (AMARO, et al., p. 29, 2001).

O contexto atual do campo brasileiro é marcado pelo quadro de exclusão social e exige uma readequação das políticas voltadas ao desenvolvimento rural.

É fundamental criar políticas e programas orientados para um desenvolvimento combinado com a distribuição de renda e de riqueza. (...) Adotar políticas agrícolas e sociais direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, associadas à efetiva reforma agrária, capaz de promover a desconcentração da propriedade da terra, garantindo o trabalhador rural, acesso à terra e ao trabalho” (DAVID, 2008, p. 16-17).

As políticas públicas têm o papel de desenvolver a agricultura. Devido à importância que a agricultura brasileira possui, seja pela manutenção do homem no campo, seja pela produção de alimentos, torna-se importante compreender a dinâmica das políticas públicas no contexto da agricultura familiar, para que, assim, seja possível verificar os aspectos

positivos e negativos referentes às mesmas. Neste sentido, este trabalho menciona/destaca algumas delas: Pronaf, PAA e PNAE.

Ao se analisar as políticas públicas realizadas no Brasil, especialmente as políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar, conclui-se que essa categoria começou a ser lembrada em 1994 a partir da criação do Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural) (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 209).

Os autores descrevem ainda que o Pronaf foi fruto da organização e reivindicação dos trabalhadores rurais, que, no final da década de 1980, faziam diversas pressões sobre o Estado. Foi formulado baseado nos estudos realizados pela FAO/Incrá (1994 e 2000).

Outro programa é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que por meio de mecanismo de estímulo e de garantia de melhores preços para os alimentos oriundos da agricultura familiar, cria um mercado institucional para tais produtos estimulando e fortalecendo a agricultura familiar por meio da utilização de compras governamentais.

Deste modo, o PAA faz parte das políticas de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também do Plano Safra para a Agricultura Familiar. A fonte de recursos para o desenvolvimento do PAA é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do MDA. Os executores do programa são a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estados e municípios.

“Em termos operacionais, o PAA possui seis modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite-PAA Leite, Compra Institucional e, mais recentemente a modalidade Aquisição de Sementes. Desde a sua criação, em 2003, o PAA vem recebendo incremento no volume de recursos, embora ainda sejam muito inferiores às demandas da agricultura familiar” (SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 211).

E também o programa PNAE, que foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e, ao mesmo tempo, melhorar os hábitos alimentares dos alunos.

Apesar de historicamente o PNAE apoiar a agricultura familiar, uma vez que adquire alimentos para a alimentação escolar, foi apenas com a Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional.

“De acordo com o artigo 14 dessa lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos estados e municípios para a compra de alimentos para o PNAE deverão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações”

(SOUZA-ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015, p. 211 e 212).

Além de criar um novo mercado, o da alimentação escolar, essa iniciativa colabora para que a agricultura familiar se organize cada vez mais. O PNAE tem como órgão gestor o Ministério da Educação, com a coordenação e recursos do FNDE.

Dentre os agricultores familiares entrevistados constatou-se que a minoria está associada a algum programa desses mencionados. E os que estão, utilizam do Pronaf e mencionam sobre a parte burocrática, que é um fator que os desestimulam. Essa situação também faz com que muitos não participem do PNAE, um programa importante tanto para o município que conseguiria comprar toda a merenda de produtores locais quanto aos agricultores que teriam uma venda garantida.

Esses agricultores visitados ou até melhor essas unidades familiares estão conectadas a lógica de uma agricultura voltada a produção de commodities, uma vez que compactuam com o que Candioto (2011) coloca: que ambas se combinam e articulam de forma específica e diferenciada no espaço geográfico. Como alternativa para sua própria manutenção e permanência no espaço rural.

As políticas públicas voltadas a ambos os setores têm o intuito de proporcionar o equilíbrio entre esses dois tipos de produção. Porém lembra-se que a agricultura familiar tem um importante papel na produção de alimentos, na preservação da

cultura local e manutenção da unidade familiar, da renda familiar ao contrário dos demais tipos de agricultura que visam atender a um mercado em uma escala maior, visam o capital, a mecanização, industrialização, exploração, especialização e homogeneização a partir das expansões das fronteiras agrícolas.

E com isso a falta de conhecimento por parte de alguns agricultores familiares menos esclarecidos e pelo domínio exercido pela territorialização do agronegócio faz com que esse equilíbrio fique fragilizado e impactue na agricultura familiar, sobrepondo-se nessa unidade territorial, principalmente com a última expansão de monocultura analisada, a cana-de-açúcar.

Considerações Finais

A agricultura familiar no município de Tabapuã sempre esteve presente, desde o colonato paulista, porém pode-se constatar que sempre houve também uma articulação com uma agricultura industrial por meio da exploração de monoculturas. O café, foi um grão que foi muito bem aceito na região desse estudo devido ao solo e fatores climáticos. A mão-de-obra para este cultivo não foi escravocrata como em outras partes do estado, grande parte foi de imigrantes europeus.

Com o baixo preço do café, dá-se abertura a novos cultivos como o algodão, arroz, feijão e a laranja. Essa fruta (a laranja) que tinha como principal país vendedor o Estado Unidos,

devido a uma forte geada, proporciona à Brasil abertura para explorá-la, tanto foi que o setor de agroindústria de suco de laranja cresceu tanto que tornou o estado de São Paulo o maior produtor nas últimas décadas do século XX, fato este que fez com os agricultores sem perspectivas com o café aderissem a esta cultura.

A indústria contribui de forma direta, uma vez que as primeiras décadas da metade do século XX faziam contratos que facilitavam a vida do produtor rural pois os mesmos não tinham de se preocupar pela colheita da fruta mesmo que isso fosse descontado do rendimento do valor final, via-se vantagens. Com as mudanças nos contratos na última década desse mesmo século, o agricultor viu-se prejudicado, onde o mesmo tinha que reinvestir na sua lavoura, com o dinheiro que havia ganhado na safra anterior, com o veneno e mão-de-obra volante (boia-fria) para a colheita.

Nesse modo capitalista das empresas lucrarem em cima dos agricultores, muitos dos mesmos quase faliram e/ou perderam terras, principalmente os agricultores familiares pouco capitalizados em propriedades pequenas. Muitas histórias foram citadas durante o período de entrevistas, referente a conhecidos dos agricultores ou mesmo os próprios, que acabaram se endividando com bancos e perdendo terras.

Porém a dominação do agronegócio não para por aqui, pois muitos querendo sair desse modo de vida e terem uma renda garantida, sedem suas terras agora para as usinas sucroalcooleiras

devido ao fato da comodidade e terem uma renda garantida todo o mês, ou até mesmo por endividamento com outra lavoura.

A mecanização, a especialização da mão-de-obra e a expansão da monocultura proporcionam o desequilíbrio entre os agricultores familiares, que no caso dos desse estudo, são desarticulados e não são assistidos por uma assistência técnica, provocando a saída do campo.

Pode-se constatar que um outro fato que implica na permanência desses indivíduos refere-se aos estudos dos filhos, pois com a implantação do ensino apostilado do Ensino Positivo, que consiste na mesma dinâmica que em escolas privadas, com apostilas. Houve fechamento das escolas rurais devido as mesmas terem números reduzidos de alunos e proporcionarem gastos. Conseqüentemente esse fato pode ser considerado sim, como um fator do aumento do êxodo rural no município.

Pois ao fecha-las, o governo local preferiu recolher esses alunos diariamente em suas residências por meio de um transporte público e leva-los para estudar na cidade. Com isso muitos pais preferem mudar para a cidade para que seus filhos não tenham que madrugar para pegar o transporte e chegarem tarde em suas residências, também.

Outro fator é a saúde, esses estabelecimentos, principalmente os mais distantes da área urbana não recebem visitas dos agentes da saúde, um fato que ficou em evidência é o fechamento também de posto de saúde, como por exemplo o do

bairro rural da serrinha.

O município de Tabapuã consta de três bairros rurais. Esses bairros rurais apesar de não terem sido trabalhados de uma forma mais aprofundada neste trabalho, são de extrema importância no espaço rural do município de Tabapuã, pois são pontos de encontro, de lazer, de religiosidade (capelas e festas típicas como quermesse) das famílias rurais quanto urbanas que visitam.

Contudo a agricultura familiar não está acabando no município isso pode ser constatado pelos levantamentos do projeto LUPA, SIDRA e PAM e trabalhos de campo, onde pode-se constatar que há produção de alimentos, que a unidade familiar permanece se organizando e achando meios/técnicas para se manterem no espaço rural. A pluriatividade é uma delas.

O turismo é uma nova atividade que vem adentrando os espaços rurais na busca tanto da preservação cultural do contexto histórico quanto como um novo meio de renda. Como essa atividade ainda é atividade, é complexo o entendimento ao tentar fazer uma análise, pois os primeiros resultados surgirão nos próximos anos.

Porém têm-se uma preocupação como o indivíduo que em sua trajetória de vida as atividades de agricultor, pecuarista, e ao diversificar com as do turismo, deixe de se reproduzir como agropecuarista (abandone as técnicas usuais de reprodução social) e passa a ser empreendedor. O perigo consiste quando esse

indivíduo não é bem instruído e não há um bom planejamento, deixando de ser pluriativo, tendo que contratar funcionários e os lucros pode ser que não cubram os gastos, levando-o ao endividamento.

Cabe ressaltar que o turismo é algo benéfico na reprodução e manutenção desses membros familiares então cabe aos mesmo se organizarem e estruturarem essa ideia como aparentemente vem acontecendo.

A burocracia e falta de instrução fazem com que muitos agricultores não tenham mercado de venda e é nesse aspecto que este membro familiar é dominado pelas tentações da agricultura patronal.

Constatou-se que nenhum dos entrevistados vendem seus alimentos para a prefeitura do município para servir como merenda escolar e que nem toda a merenda é comprada dos agricultores familiares do município (por não haver demanda, isso pelo fato de que devido a burocracia muitos não procuram saber como funciona ou não terminam o processo).

Já algumas famílias confirmaram a utilização do Pronaf, apesar de argumentarem que deve haver melhorias nas políticas de créditos e nas de garantia de venda. Têm-se então que na maior parte das propriedades visitadas o grupo familiar arrenda para usinas sucroalcooleiras um estabelecimento e em outro tem a maior parte com um cultivo predominante (laranja, limão ou seringueira) e o restante diversifica com outras frutas e/ou horta.

Essa é a atual estratégia de manutenção e permanência que os agricultores familiares do município de Tabapuã utilizam como alternativa.

Por fim considera-se que para entender a produção familiar e as estratégias da agricultura familiar para se manter no campo é preciso estudar/compreender a agricultura patronal, agricultura empresarial e até o complexo do agronegócio, pois este “sombreamento” permitirá compreender as estratégias de permanência do agricultor nos espaços rurais.

Agradecimentos

Fica aqui registrado a oportunidade concedida a mim pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria e a CAPES pela bolsa de mestrado que foi fundamental para a realização dos campos e também da minha manutenção e permanência no programa. E ao meu orientador Prof. Dr. Cesar de David por suas contribuições e pôr fim aos sujeitos da pesquisa, que sem eles a mesma não seria realizada.

Referências

AMARO, A.A.; VICENTE, M.C.M.; BAPTISTELLA, C.S.L. Citricultura paulista: tecnologia e mão de obra. **Laranja**. 2001, p. 1- 37.

BERNARDELLI, M. L. F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias.** Tese (doutorado em geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275 – 298.

DAVID, C. D. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuição à dinâmica regional do sul do estado do rio Grande do Sul. In.: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano.** Uberlândia: Assis editora, 2008, p. 15-38.

GONÇALVES, D. B. **Mar de Cana, deserto verde?** Dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista. São Paulo: UFSCAR, 2005. 256p.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 284.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. In:

LIMA, J. R. T. de; FIGUEIREDO, M. A. B. (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos:** agroecologia e Sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006.

NEVES, Dilma P. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In.: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. de M. (Orgs.) **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil:** formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: EDUNESP, Brasília: NEAD, 2008, p. 137-161.

REYDON, B. P. **A assistência técnica à agricultura paulista.** Brasília: Cad. Dif. Tecnol., 1989.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 334.

ROSS, J.L.S.; MOROZ, I.C. **Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo.** São Paulo: Laboratório de Geomorfologia Depto de Geografia FFLCH-USP/Laboratório de Cartografia Geotécnica - Geologia Aplicada - IPT/FAPESP, 1997, p. 63.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo, Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da Agricultura Familiar.** – 2ª ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, M. A. de M. Trabalho e trabalhadores na região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”. n° 2, **AGRÁRIA**: São Paulo, , 2005 p. 2-39.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). Vol. 52, Supl. 1. **RESR**: Piracicaba – SP, 2014 p. 205 – 222. Disponível em: www.scielo.br/pdfresr/v52s1/a11v251.pdf.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. 2009. Disponível em:<
<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78/76>>. Acesso em 26 Jan 2015.

THOMAZ, JR, Antônio. **A territorialização do monopólio**: o caso das agroindústrias em Jaboticabal. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1988.

Complexo rural, complexo agroindustrial e agronegócio: distintas experiências nos espaços agrícolas brasileiro⁷¹.

Maria Beatriz Silva Araújo⁷²; Elicardo Heber de Almeida
Batista⁷³

Introdução, com síntese da bibliografia fundamental

Esse artigo tratará desde o complexo rural, passando pelo complexo agroindustrial até o que se convencionou denominar de agronegócio, ou seja, distintas dinâmicas nos espaços agrícolas brasileiro em diferentes tempos. O estudo é de cunho qualitativo, cuja investigação adota uma abordagem baseada no estado da arte (revisão de literatura) considerando as temáticas tratadas no decurso do texto e posteriormente um estudo de caso: a dinâmica sucroalcooleira na Microrregião de Ituiutaba (MG). No decurso do texto, haverá uma discussão sobre conceitos caros as Ciências

⁷¹ Esse texto é resultado do projeto de pesquisa Impactos socioambientais do agronegócio em Ituiutaba (MG): a experiência da indústria sucroalcooleira.

⁷² Graduanda em Agronomia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG Unidade Ituiutaba). E-mail: maria_bearaujo@hotmail.com

⁷³ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-FCT/UNESP. Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: elicardo.batista@uemg.br

Agrárias (podendo ser ampliado para os estudos rurais), sobretudo sistema de produção, cadeias produtivas e sistemas agroindustriais, mas que geralmente são empregados em distintas pesquisas de forma truncada ou até mesmo com erros recorrentes. Por fim, o texto tratará de um estudo de caso na Microrregião de Ituiutaba para compreender o fenômeno da territorialização das usinas sucroenergéticas.

Desde o século XIX, a agricultura “moderna” vem sendo discutida pelos agricultores, pecuaristas, empresas agropecuárias, pelos agentes estatais, etc. Porém, sobretudo o período pós-segunda guerra mundial, significativas mudanças tem ocorrido nos espaços rurais, dentre elas, a ampliação de “agricultura capitalista” e projetos de modernização do território, que significava uma modernização das estruturas produtivas do campo, que representou (e ainda e representa) um processo desigual de expansão do capital entre produtores e as distintas regiões brasileiras com ampliação (desigual) da mecanização da atividade agrícola, ampliação do uso de insumo, ampliação do crédito para determinadas commodities, dentre outras (GRAZIANO DA SILVA, 1991; KAGEYAMA ET AL., 1990; MULLER, 1981,1982).

A “agricultura capitalista” ganha força no Brasil no contexto de modernização como um processo altamente induzido pela ação estatal e do capital privado que definiu novos e distintos usos para os territórios. A modernização da agricultura foi amplamente difundida no Brasil desde a metade do século XX com o objetivo principal de aumentar a produção e a produtividade de produção animal e vegetal de interesse internacional através da inserção de inovações

tecnológicas. Oliveira (1987, p. 52) afirma que a agricultura foi subordinada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, isto é, pelos altos preços que teve que pagar pelos produtos industrializados (máquinas e insumos produzidos pelas indústrias) que praticamente obrigava a comprar para poder desenvolver suas atividades agrícolas e aumentar a produção, e na circulação, onde comercializava sua produção por preços baixos aos comerciantes intermediários e as indústrias.

Todavia, a modernização da agricultura tem se expandido em uma escala planetária, apesar de grandes áreas do mundo ainda praticarem uma agricultura tradicional rudimentar, ou seja, trata-se de um processo desigual e altamente excludente. A modernização tem provocado a subordinação do campo à cidade e a dependência cada vez maior das atividades agrícolas às máquinas, agrotóxicos, tecnologia, sementes etc., produzidos pelas indústrias, formando verdadeiros agronegócios. Este fenômeno corresponde ao conjunto de negócios relacionados à agricultura sob o ponto de vista econômico (OLIVEIRA, 1987, p. 43).

Já em 1980, autores com várias formações e ideologias passaram a chamar de “agroindústria” o que antes era “agricultura moderna” substituindo o complexo rural. A substituição da economia natural (complexo rural) por atividades agrícolas integradas a indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo produtivo interno como elemento central da alocação de produtivos no setor agropecuário. Trata-se uma mudança, ou seja, dos complexos

rurais para os chamados complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Desse modo, reforçam-se as determinações exógenas ao lugar de produção, especialmente no tocante aos mercados cada vez mais longínquos e competitivos. Fato semelhante ocorre em relação aos preços, internacionais e nacionais, comandados pelas principais bolsas de mercadorias do mundo, sobre os quais não há controle local. Da mesma forma, aumentam as distâncias entre os produtores e os centros de decisão e de pesquisa. Tudo isso tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas, que passaram desde então, por um processo acelerado de reorganização (SANTOS, 1994).

Abaixo o quadro 1 (um) com uma síntese das principais características de cada termo que será desenvolvido e aprofundado ao longo do texto:

Quadro 1: Características da dinâmica agrícola brasileira.

Complexo Rural	Divisão do trabalho dentro de unidades produtivas (PAIM, 1957, In: GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 07).
Complexo Agroindustrial	Relações entre indústria e agricultura (KAGEYAMA, 1990).
Agronegócio	Conjunto de operações de produção e distribuição de suprimentos (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

O complexo rural era caracterizado pelas divisões do trabalho no interior das unidades produtivas. Não só visavam apenas o mercado externo, mas também produzia bens intermediários que eram necessários para produzir determinado produto (PAIM, 1957). Desse modo, pode-se dizer que as

várias economias regionais como o Centro-Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás); Nordeste (Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão) e Amazônia (Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amapá, Rondônia, Amazonas, Acre e Roraima) se articulavam mais à lógica do mercado externo do que entre si em território nacional, sendo assim, a essência do complexo rural brasileiro era associado a uma economia agroexportadora e à demanda externa por produtos agropecuários (OLIVEIRA, 1981).

A proibição do tráfico negreiro e a implantação da Lei de Terras no Brasil marcaram o início da desestruturação do complexo rural brasileiro a partir de 1850. Porém, o marco principal da desestruturação se deu com a expansão da agricultura “moderna” em meados de 1960. Nas últimas décadas, percebe-se um reordenamento do espaço do ponto de vista da organização das atividades econômicas. As cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial e, nem os campos, com as atividades de agricultura e da pecuária, pois no campo se instala uma agricultura propriamente científica responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2000, p. 88).

O café sendo o principal produto de exportação e a transição para o trabalho livre assumindo um amplo resultado em território nacional que, se engendrou a formação do complexo cafeeiro em substituição ao complexo rural, através da ampliação da divisão social do trabalho e da separação campo/cidade e agricultura/indústria na economia brasileira (KAGEYAMA,

1990).

Os anos de 1890 a 1930 foi o auge do complexo cafeeiro e a ampliação da divisão do trabalho, com desenvolvimento de atividades urbanas e de outros setores ligados à economia cafeeira, como os têxteis (produção de tecido), os de bebidas e os de alimentos, além de marcar o início do processo de substituição de uma gama de bens de consumo na economia brasileira.

Agora, complexo agroindustrial (CAI), agricultura moderna e agronegócio, não são termos que possuem o mesmo significado. Exportação envolve muito mais o agronegócio do que os dois primeiros termos. Por isso, que o boom das exportações agroindustriais quanto agrícolas levou a utilização mais constante do termo “agronegócio”. Assim, esse, era uma ideia do lado “industrial” que estaria superior ao lado “agrícola”. Esse lado “industrial” seria o conjunto de atividades mais as formas de gerenciamento de um grupo (KAGEYAMA, 1990).

Explanando mais sobre o CAI, tem-se que as relações entre indústria e agricultura sofreram transformações em meados dos anos 60. Agroindústrias aumentaram o consumo de produtos agropecuários e novas agroindústrias surgiram ligadas ao mercado internacional.

Já no final da década de 70, a ligação entre indústria e agricultura apresentava alto grau de integração intersetorial, com quase todos os ramos das distintas atividades econômicas. Essa integração trata-se de setores industriais e agrícolas que possuem um mesmo objetivo em comum. Entretanto, a agricultura dos anos 70 e 80 são distintas da dos anos 60 e décadas passadas. Não se tratando da agricultura regional, mas sim da agricultura como “um projeto nacional”. Constituiu-se um padrão agrícola

concentrado e moderno, pautado nas relações entre indústria e agricultura. Entre 1870 e 1930 houve dissolução desse padrão com o surgimento de conexões mais acentuadas entre agroindústria e agricultura. Por último, entre 1960 e 1980, o setor agrícola era mais moderno e industrializado com características bastante distintas dos outros padrões.

A agricultura hoje é uma estrutura bastante complexa e heterogênea, além de ser multideterminada, ou seja, possui várias finalidades, desde levar alimento à população até o lucro para como elemento central. Entende-se que a partir dos variados segmentos constitutivos, como os complexos agroindustriais, com suas dinâmicas específicas, atividades relacionadas entre a indústria e a agricultura, e ligadas aos setores industriais (multinacionais) que, fornecem produtos agrícolas. Assim, de um modo mais direto, o CAI é a relação na qual as atividades entre agricultura e indústria ficaram para trás enquanto as agroindústrias cresceram. Também é a unidade de análise na qual a agricultura, pecuária e reflorestamento se vinculam com a atividade industrial de uma maneira: com a de máquinas e insumos para a agricultura e com as de beneficiamento e processamento; com o comércio atacadista e varejista interno; e com o comércio externo tanto de produtos agrários quanto agroindustriais, e da indústria para a agricultura (MULLER, 1989).

O processo de industrialização da agricultura não se baseia somente na utilização de insumos industriais na produção agrícola. É um momento específico do processo agricultura-indústria o qual está em um patamar mais elevado do que o consumo de bens industriais para a agricultura. Por isso, a

agricultura industrializada é caracterizada pela mecanização do trabalho agrícola e dependente de fatores externo bem como combustíveis fósseis, fertilizantes e pesticidas. A modernização da agricultura baseia-se na perspectiva de que o setor agrícola não se difere significativamente de outras indústrias, sendo preciso racionalizar o uso de recursos com vista a alcançar uma maior eficiência nos processos de produção (SEDLMAYR, 2005).

Além disso, o Estado tem um papel que influencia no preço dos produtos agrícolas. Isso acontece porque o Estado orienta, regula e ampara a produção agrícola nacional, já que a agricultura é o setor econômico que apresenta maior risco devido ao clima e ao mercado, e é fornecedora de matéria prima e alimentos para a nação. Existem políticas ligadas à agricultura, como a política agrícola, que visa afetar o comportamento conjuntural dos agricultores e dos mercados agropecuários além de terem fatores estruturais como tecnologia e uso da terra que determinam seu comportamento de longo prazo. A política agrária visa intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privadamente e influência no processo de ocupação de novas terras, consideradas pelas agências estatais, como de fronteira agrícola. Por último, a política ou programas diferenciados de desenvolvimento rural, dirigidas a segmentos empobrecidos do campesinato, não integrados à modernização produtiva, e muitas vezes assumem ou assumiram um caráter de políticas de desenvolvimento rural COSTA, 2013).

Já o agronegócio é um termo utilizado para citar o conjunto de operações de produção e distribuição de suprimentos

agrícolas (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

Os fenômenos que possuem relação com o “agronegócio” é algo que ultrapassa o crescimento agrícola e o aumento da produtividade. Dados do IBGE (2012) diz que o agronegócio é o responsável por quase um terço do PIB brasileiro envolvendo também as exportações totais do país. Além disso, é um setor que gera em torno de 30% do emprego da população economicamente ativa do Brasil e tem uma capacidade imensa de produção, principalmente pelo solo fértil e clima favorável. Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil é um dos principais fornecedores de produtos agropecuários para o mundo. Os grãos são os itens que mais pesam na exportação, e se destaca pela produção de soja, seguido da carne.

O agronegócio possui algumas etapas importantes. A inicial é representada pelas indústrias e comércios que fornecem produtos para os negócios agropecuários; o meio é representado por produtores e a pequena produção, médios ou grandes e o final, são os negócios que compram produtos agropecuários que beneficiam, transportam e vendem para consumidores finais como os laticínios, supermercados e fábricas de calçados (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

Sendo o agronegócio um termo mais técnico, ele controla e gerencia atividades que podem se desenvolver dentro de cada setor agropecuário buscando sempre o lucro. Para isso, tem de haver alguns fatores que ajudam a atingir o lucro, sendo eles a administração de uma propriedade rural com sabedoria e o uso de

tecnologias (DAVIS & GOLDBERG, 1957).

Porém, existem desafios que podem prejudicar o agronegócio em uma empresa rural. Os impactos ao meio ambiente é um deles, pois há o desmatamento, as queimadas, as pragas, os defensivos agrícolas, a contaminação de mananciais e até mesmo o empobrecimento do solo. Outro desafio é a tecnologia da cidade que envolve a infraestrutura de transporte do país em relação às ferrovias, mas é algo que mesmo que tenha recebido investimento com a privatização ainda não conseguem suprir a demanda do setor de agronegócio e se consolidar como uma alternativa ao transporte rodoviário (PRADO JUNIOR, 1970).

Ademais, o agrobusiness (termo em inglês para o agronegócio) é responsável por 35% de empregos no país e 12% da população economicamente ativa, segundo a CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

O gerenciamento de sistemas agroindustriais ganhou importância devido à alta demanda de produtos, abertura comercial, crises mundial, desregulações de cadeiras agroindustriais e fatores macroeconômicos externos e internos que levaram a balança comercial do Brasil ao desequilíbrio. Para ocorrer o gerenciamento, existem ferramentas como a gestão pela qualidade e o planejamento estratégico que ajudam a equilibrar o sistema agroindustrial. O quadro abaixo exemplifica melhor os termos citados acima:

Quadro 2: Conceito de sistema de produção, cadeias produtivas e sistemas agroindustriais.

Sistema de produção	Cadeias produtivas	Sistemas agroindustriais
Composto pelo conjunto de sistemas de cultivo ou criação no âmbito de uma propriedade rural, definidos a partir de fatores de produção (terra, capital e mão-de-obra) e interligados por um processo de gestão (BERTALANFFY, 1973; CHIAVENATO, 1993).	Termo utilizado em geral para determinação do conjunto de atividades de um segmento de mercado, por exemplo, a cadeia produtiva do leite, farmacêutica, têxtil (MARTINS; LAUGENI, 2006).	Também conhecido como SAGs tem em sua essência a noção de conjunto, a visão de todo, de que as indústrias de insumo, produção agropecuária, indústrias de alimentos e o sistema de distribuição apresentam relações de dependência entre eles (ZYLBERSZTAJN, 2005).

A cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que valoriza os meios de produção e asseguram a articulação das operações, como a produção de um material até o seu destino final. Possui três macrossegmentos com a comercialização que é a empresa final que terá contato com o cliente, a industrialização que transforma matéria prima em produto para o consumidor e a produção de insumos que são empresas que fornecem a matéria prima para o processo de produção do produto final. Já que o sistema agroindustrial é composto por atividades que permite a

produção de produtos agroindustriais através da produção de insumos até a chegada do produto final ao consumidor (BAER).

Houve, sem dúvidas, transações econômicas entre o setor agrícola e o setor industrial no período proposto como “modernização agrícola”. A produção de soja, antes concentrada na região Sul, passou para as áreas de Cerrado e possivelmente para a região amazônica. Desse modo, notou um desdobramento de empresas como as multinacionais (*tradins*), em especial o chamado grupo A, B, C, D, (ADM, Bunge, Cargil, Dreyfus) para o Centro-Sul, onde havia novos projetos de plantação. A ADM (Archer Daniels Midland Company) é uma das maiores empresas de agronegócio no Brasil. A empresa processa soja em quatro instalações e comercializa as marcas de óleo de soja Concórdia e Corcovado, além da linha de óleos vegetais especiais Vitaliv.

Presente em toda a cadeia do agronegócio, a companhia, por mais de um século, tem transformado culturas agrícolas em produtos que atendem as necessidades vitais de um mundo em crescimento. A Bunge, também é considerada uma das principais empresas de agronegócio e alimentos. Origina grãos e processa soja e trigo; esmaga as oleaginosas para produção de farelos para a alimentação animal e óleo para produção de alimentos; produz maionese, atomatados, margarinas; processa cana para produção de açúcar, etanol e energia, e faz moagem de trigo para indústria de alimentos, padarias e outros clientes comerciais. Desde 2006, atua no segmento de açúcar e bioenergia. Já a Cargil oferece maiores quantidades de produtos para comércio, como: grãos, sementes, rações, óleos, milho, cacau, café, algodão, ovos, fertilizantes, serviços financeiros, farinha, sucos, malte, carne, melão, amendoim, petróleo, porcos, aves, borracha, sal, aço,

perus e lã. Em 2011 ela expande significativamente seu negócio global de nutrição animal com aquisição da empresa Provimi, adicionando premixes e aditivos ao seu portfólio de produtos. Por último, a Dreyfus (LDC – Louis Dreyfus Company) atua nos produtos agrícolas do Brasil há quase 80 anos originando, processando, armazenando, transportando, pesquisando, customizando e distribuindo café, algodão, grãos, suco, oleaginosas, arroz, e açúcar.

No ano de 1970, foi sistematizada a importância de intervenção do Estado no “agronegócio”. Vários programas foram criados, como o Proceder (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados), Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) etc. Por conseguinte, percebe-se que não se pode falar de agronegócio sem pensar no Estado, tudo isso devido à bibliografia e visitas às áreas de campo. Além disso, o agronegócio movimenta certa de 458 bilhões de reais por ano (1/3 do PIB-Produto Interno Bruto) se tornando em três décadas o setor econômico mais importante do país. Sua grande exportação gira em torno do suco de laranja, soja em grão, açúcar, café, tabaco, frango, álcool, couro curtido e carne bovina. Este aparato de produtos é o que colabora decisivamente no superávit comercial brasileiro e cria condições de desenvolvimento e de investimentos em outros setores fundamentais como a indústria, comércio e serviços. A proximidade que estas divisas trazem para o mercado torna-a uma fonte geradora de empregos nos outros setores, que com a entrada de recursos acaba também gerando uma maior demanda no comércio, maior arrecadação de impostos pelos órgãos. Está é a capacidade que o mercado tem de transferir

riqueza para os mais variados setores da economia, de uma forma consistente e sustentável, possibilitando ainda a oportunidade de se abrir novos mercados, propiciando modelos adequados de crescimento. Desse modo, a colaboração do sucesso do agronegócio, como um todo, faz bem mais do que simplesmente enriquecer fazendeiros produtores, pois os setores que estão ancorados na economia gerada por estas divisas, beneficiam-se como exemplos de qualidade de vida, e como módulos propiciadores de empregos e de oportunidades. O aumento do poder de consumo de quem se envolve na atividade agropecuária movimentou o mercado local e atrai empresas, que geram empregos e realimentam a riqueza originada no campo. A atividade tem um efeito multiplicador, alavancando o crescimento e a prestação de serviços, correspondendo a uma melhoria concreta nas condições de vida da população, e nos índices de inclusão social, de acesso dos cidadãos aos serviços básicos (ZYLBERSZTAJN, 2005).

Antigamente as terras eram inadequadas para alguma atividade agrícola. Por exemplo, o Centro-Oeste que não era apropriado para a agricultura e o Triângulo Mineiro que era ocupado somente por gados. Hoje essa perspectiva mudou, as terras do Centro-Oeste são cobertas por soja devido ao aumento da ciência e tecnologia que permitiram a maior produção dos solos por meio da calagem, adubação, aração, irrigação e correção de nível. Trazendo um amplo desenvolvimento para o Brasil e permitindo o crescimento do agronegócio (MATOS, 2011).

Algumas empresas como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) através da tecnologia fizeram tornar realidade o que muitos agricultores sonhavam em suas terras.

Criaram projetos como mapeamento de níveis de degradação de pastagens no bioma Cerrado por meio de geotecnologias; desenvolvimento de protótipo de detecção precoce do estresse de plantas e armadilhas feromonais para manejo integrado de pragas no cultivo de milho; melhoramento genético do guandu forrageiro insensível ao fotoperíodo para o semiárido e outros que causaram mudanças de pessoas e familiares do seu lugar de origem para localidades que estavam ficando ricas pela agricultura, como o Sul, Centro-Oeste e Triângulo Mineiro. Além disso, as plantações modernas e as operações agrícolas são realizadas de maneira muito diferentes quando comparadas às praticadas algumas décadas atrás. Inicialmente poderemos relacionar este salto em produtividade e gerenciamento das plantações aos avanços tecnológicos que vem sendo aplicados à agricultura. Desse modo, agricultores conseguiram aumentar sua produtividade, reduzir os impactos ambientais no ecossistema, aumentar a segurança dos funcionários, detectar escassez de nutrientes no solo e até mesmo reduzir gastos na produtividade (GOMEZ, 2006).

Mas, como todo ponto positivo tem o seu negativo, o agronegócio ao mesmo tempo em que gera lucro e emprego para outros, gera também excedente populacional em certas regiões. Esse problema é acarretado devido a maiores concentrações de emprego em certas localidades, à melhor estabilidade financeira, ao maior uso de tecnologias que dão suporte ao agricultor entre outros. O estado de São Paulo, por exemplo, tem alta concentração de pessoas trabalhando no meio urbano na área do comércio e da agricultura que poderiam migrar para as outras regiões do Brasil, mas por ser uma localidade com alto desenvolvimento e tecnologia, muitos indivíduos optam pelo

emprego onde tem bastante demanda.

Portanto, de tudo que foi dito acima se pode levar em conta que o Estado interfere muito no agronegócio devido às suas políticas agrícolas que são relacionadas ao meio rural/agroindustrial, estabelece relações do campo com trabalho e meio ambiente, fornece capital para produtores rurais, fiscaliza determinada localidade, além de poder também causar conflitos indiretamente entre os trabalhadores urbanos e os produtores rurais.

Materiais e Métodos

O estudo é de cunho qualitativo, cuja investigação adota uma abordagem baseada no estado da arte (revisão de literatura) considerando as temáticas tratadas no decurso do texto. Posteriormente o texto se baseou na proposta de um estudo de caso para entender a dinâmica sucroalcooleira na Microrregião de Ituiutaba.

Resultados e Discussão

Essa parte tratará do Setor sucroenergético na experiência brasileira. A evolução da cultura da cana-de-açúcar no Brasil teve significativas transformações, assumindo certa importância para

o ciclo evolutivo da economia nacional, principalmente no início da economia brasileira, observada desde o período colonial (BAER, 1965).

Dessa maneira, a negociação dos produtos oriundos da cana-de-açúcar mostrou uma tendência constante de grandes transformações em toda a sua cadeia produtiva, ao longo da comercialização do mercado interno e âmbito internacional. Era um momento de grande desenvolvimento econômico do Brasil. O açúcar representou a maior primeira grande riqueza agrícola e industrial do país e, durante muito tempo, foi a base da economia colonial. Assim, diversos procedimentos adotados na atividade canavieira, dando ênfase para as importantes inovações tecnológicas por qual passou a cultura da /cana, foram observadas ao longo do seu desenvolvimento em todo o contexto histórico da cultura (FURTADO, 1986).

Sobre a implantação e ciclo evolutivo da indústria da cana-de-açúcar no Brasil tem-se que o início da cultura veio com antecedência à chegada da coroa portuguesa em solo brasileiro e em consonância à fase de colonização do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1970).

A principal atividade econômica na época da colonização brasileira era a extração de metais preciosos. Nesse período era proibida qualquer outra atividade diferente dessa, por meio de decretos. Não obstante, a cultura da cana-de-açúcar ganhou proporção importante na economia colonial tornando-se um dos principais produtos agrícolas garantindo incremento à economia nacional juntamente com a exploração de minérios (HOLANDA,

1995).

Com a crise do petróleo ocorrido na década de 1970, diversas nações tiveram suas economias afetadas em maior ou menor grau, pois o aumento do barril colocou o mundo em estado de alerta uma vez que o controle sobre a produção e distribuição dessa matéria-prima pelos países árabes além de possuir grande importância comercial era utilizado como estratégia política pelos países do Oriente Médio. Desse modo, houve o aumento de dívidas e retração do crescimento aumentando débitos externos e o desemprego de suas populações gerando a queda do PIB. Os Estados Unidos tiveram uma contração de 6% entre 1973 e 1975 e o número de pessoas desempregadas chegou a dobrar atingindo 9% nesse período, já as economias europeias, como a alemã e a inglesa contraíram o que ficou conhecido como “estagflação” (aumento da taxa de emprego combinado com o aumento contínuo do preço) (PIMENTEL, 2011).

Os países em questão organizaram-se para buscar alternativas ao petróleo, pois não possuíam reservas suficientes para abastecerem seus mercados. Os principais fornecedores estavam no Oriente Médio, região de constantes conflitos entre seus membros. Além disso, o preço do barril desse produto no mercado internacional dependia de diversas variantes, entre elas o crescimento econômico, estratégias do mercado adotadas pelos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), momento geopolítico etc. Após o choque petrolífero ocorreu uma busca visando à substituição do petróleo e seus derivados na indústria, na geração de energia e no setor de transporte. Segundo a IEA (Agência Internacional de Energia), em 1973 o consumo final de derivados no mundo correspondia a

45,4% no setor de transportes, enquanto a indústria ficava com 19,9 %, o uso não energético somava 11,5% e os demais setores como agricultura, serviços e residencial totalizavam 23,2%.

O Brasil devido à escassez desse recurso e seus derivados passaram por uma crise, visto que a sua matriz energética tinha nessa matéria-prima sua principal fonte, o que gerou preocupação do governo militar em buscar alternativas diante dos altos preços do barril de petróleo, que até então era o seu principal suprimento energético. Diante dessa crise, o país passou a estudar alternativas que substituíssem o petróleo e fosse uma fonte de energia mais barata, onde o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) teve uma maior aceitação devido à alguns fatores benéficos como experiência anterior no plantio da cana-de-açúcar, além do país possuir clima e solos favoráveis e a lavoura canavieira ser uma fonte renovável de energia.

Uma das alternativas que se destacou foi à utilização de óleo vegetal ao invés de óleo diesel. Todavia, as pesquisas sobre as novas fontes de energia não eram recentes, porém só se intensificaram após o ano de 1920, quando o governo ofereceu subsídio depois da implantação do Proálcool, em resposta aos efeitos da crise. Desse modo, a partir da década de 90 que a implantação de plantas industriais e produção em escala comercial começaram a ser ativadas, visando sempre à preservação do meio ambiente com produtos sustentáveis e procurando um combustível com teor de igualdade ao petróleo. Contudo, os biocombustíveis só se intensificaram na década de 2000 (BENETTI, 2009).

Com isso, o etanol pode ser considerado uma forma benéfica de combustível devido ao fato de ser uma fonte de

energia renovável e acarretar inovações para o desenvolvimento tecnológico. Além disso, ele possui menor poder aquisitivo e menor resíduos que poluem o meio ambiente. Sendo assim, graças ao território brasileiro ser extenso e possuir terras agricultáveis, o cultivo da cana foi implantado com sucesso (MACEDO, 2007).

Para Matos (2011), após 25 anos da implantação do Proálcool, a produção de álcool começa a crescer muito em virtude da necessidade de substituição dos combustíveis fósseis por combustíveis limpos e do aumento da fabricação de automóveis que funcionam com a utilização do álcool e da gasolina. Um dos fatores que fizeram o setor sucroenergético crescer no agronegócio foi o interesse no etanol por parte dos investimentos de capital internacional. Este cenário levou à instalação de novas usinas sucroalcooleiras na região.

Sobre o Proálcool, foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. Apesar do sucesso técnico do Proálcool, ocorreram muitas críticas à sua implantação. Essas críticas baseavam-se no fato de que áreas de cultivo da cana-de-açúcar aumentaram muito, enquanto as de cultivo de alimentos se mantiveram inalteradas (LIMA, 2002).

Por conseguinte, o Brasil cresceu bastante no setor sucroenergético em várias regiões do país promovendo novas configurações no âmbito econômico, social e ambiental. Pois a economia estava crescendo substancialmente devido ao cultivo da cana com grande sucesso e havia grande geração de empregos.

Assim, o Cerrado tornou-se alvo de interesses por proporcionar viabilidade para uma produção rentável. Logo, Minas Gerais e Goiás tiveram uma expansão acelerada na produção de cana-de-açúcar (CASTRO, 2010).

Ademais, com o choque petrolífero ocorrido em 1970 e as altas do preço do barril, o presidente Ernesto Geisel em novembro de 1975 através do decreto nº 75.593 instituiu o Proálcool com o objetivo de estimular a produção de álcool visando abastecer o mercado interno e substituir o petróleo pelo etanol já que o território brasileiro era propício para a cultura da cana-de-açúcar.

Em meio ao choque do petróleo, o governo militar queria investir em alternativas que pudessem substituir esse recurso a ser viável economicamente. O etanol era bem visto além de ser considerado uma energia mais limpa ao contrário do petróleo que é extremamente poluente e pode provocar graves consequências à saúde do ser humano. Foi nesse contexto que o etanol se consolidou como o combustível de maior destaque no mercado brasileiro e ter conseguido grande aceitação no mercado automotivo também, como substituto da gasolina para carros de passeio.

O Brasil soube atravessar o período da crise de forma inovadora, e com o Proálcool, o combustível limpo e renovável, totalmente nacional, criou uma ampla gama de empregos visto que a cadeia produtiva da agroindústria açucareira gerou vários postos de trabalhos diretos. Os objetivos do Proálcool eram: diminuir a dependência externa de combustível; proporcionar o crescimento nacional da produção de bens e capital e gerar emprego e renda (OLIVEIRA, 2004, p. 33).

O governo intensificou o Proálcool dando subsídios e

financiamentos e, através da PETROBRAS – Petróleo Brasileiro/AS eram realizadas as etapas da entrada do etanol no mercado brasileiro (MICHELLON, SANTOS & RODRIGUEZ, 2008, p. 2).

Devido aos acontecimentos citados acima, o Brasil mudou a matriz energética consolidando a cana-de-açúcar como a fonte para obtenção de energia mais importante do país. Assim, a indústria canavieira passou a ser uma das mais relevantes para o setor sucroenergético e para a indústria automobilística (OLIVEIRA, 2004).

No que tange as inovações tecnológicas, tem-se que a modernização da agricultura contribuiu muito para o avanço da tecnologia na cana. No setor sucroalcooleiro, o uso de tecnologias para a colheita da cana-de-açúcar tem se dado de forma crescente e irreversível, devido aos marcos regulatório com fins da erradicação da queima da palha, o que por sinal veio para substituir o trabalho manual, eliminando o emprego dos cortadores da cana. Como fatores centrais relacionados à adoção das inovações tecnológicas, faz-se necessário salientar que as empresas brasileiras vêm buscando adequar suas estratégias de atuação em um contexto de progressivas introduções de inovações econômicas, numa perspectiva de crescente internacionalização das operações dessas corporações (OLIVEIRA, 2004).

A partir da década de 1990, o Brasil consolida-se como maior produtor mundial de cana-de-açúcar e etanol. Segundo dados da ÚNICA (União da Indústria da Cana de açúcar), o Brasil conseguiu produzir na safra de 2010/2011 cerca de 620.132 milhões de toneladas de cana e 37.989 milhões de toneladas de

açúcar. Ressalta-se que o crescimento da cana-de-açúcar no território brasileiro está ligado aos interesses capitalistas das agroindústrias canavieiras antes destinadas a outras culturas (CARVALHO, 2004, p. 47).

No que diz respeito à economia brasileira, a cana-de-açúcar sempre foi de muita importância. E agora passa por uma promissora fase. Há quem considere que o aumento na utilização de biocombustíveis é inevitável (ESCOBAR, LORA, VENTURINI, YÁÑEZ, CASTILLO & ALMAZAN, 2009). Portanto, fatores como o desenvolvimento do etanol, um produto derivado da cana, como alternativa à substituição dos combustíveis fósseis; e ainda, o preço mais forte do açúcar no mercado de *commodities*, a utilização e a valoração de subprodutos industriais resultantes da fabricação de açúcar e álcool são alguns aspectos que também motivaram uma forte expansão da cultura da cana no Brasil, e induziram à maior modernização e à eficiência da indústria canavieira.

Em virtude do desenvolvimento econômico devido ao comércio de produtos da cana-de-açúcar, juntamente com a acumulação de capital ocasionada pela transação desses produtos, a cultura se disseminou, acelerando cada vez mais o seu crescimento. Então, acarretando o processo de modificações no cenário econômico brasileiro, é importante elevar o nível qualitativo do produto e procurar excelência na qualidade, com o propósito da absorção e ganho de mercado, sempre com a meta do foco no consumidor final (THEODORO, 2011).

Os produtores passaram a desenvolver novas competências visando aumentar a eficiência técnica, modernizando a estrutura produtiva das usinas e buscando outros

mecanismos de coordenação corporativista, por exemplo, na ÚNICA em São Paulo ou na ALCOPAR, no Paraná. O paradigma tecnológico tornou-se uma condição para a sobrevivência no mercado (SHIKIDA, AZEVEDO & VIAN, 2011). Numa abordagem ampliada, outros autores como BARBIERI et al. (2010) identificaram: as pressões externas, a busca pela melhoria da imagem e a possibilidade de diferenciação, como sendo os fatores determinantes para a inovação empresarial.

Os processos pelos quais a cultura da cana-de-açúcar passou no Brasil, desde o seu estabelecimento no período colonial, mostra a importante influência da demanda mundial de produtos em quase todas as épocas. Em resposta principalmente em relação direta à evolução do comércio exterior e os efeitos da globalização financeira, além dos mercados consumidores internacionais (BENETTI, 2009).

Ainda em constante mudança para a espacialização da cultura da cana no Brasil, é notável o avanço cada vez mais acentuado no relacionamento comercial internacional, frente às melhorias tecnológicas adotadas como maquinários, sistemas de irrigação, potencializando o mercado do setor produtivo do álcool e garantindo às indústrias seu aumento substancial na produção de produtos derivados da cana. O etanol modificou o cenário social, mantendo a absoluta produção da cana-de-açúcar, como face importante aos programas de desenvolvimento econômico e social brasileiro (MIZIARA, 2009).

Ocorreu um notório e gradual processo de mecanização dos processos de produção da cana que foi extremamente importante para seu desenvolvimento no período da economia colonial. Esse processo evitou explorações de outras naturezas,

exclusivamente para a instalação de engenhos, pioneiros na produção e beneficiamento do açúcar, o qual perdura até os dias atuais, introduzindo melhor viabilização dos processos produtivos, como o plantio e cultivo de forma menos onerosa e rentável, diminuindo a mão de obra exploratória e solidificando a mecanização relativa ao processo produtivo da cana-de-açúcar para a mão de obra assalariada e regulamentada (CALMON, 2002).

Em relação à economia atribuída à cana-de-açúcar no Brasil colônia, é fato comprobatório que “o produto de exportação, o lucro do açúcar decorre de sua grande venda para os mercados redistribuidores de Holanda” (CALMON, 2002, p. 52). O desenvolvimento da cana-de-açúcar no Brasil trouxe novas conquistas para o mercado exportador. Utilizando-se de recursos de mão de obra inerente ao seu cultivo, bem como a adequação e ampliação do espaço para seu plantio e beneficiando a economia nacional, o mercado alavancou substancialmente a comercialização de produtos, acarretando a construção de indústrias vinculadas aos produtos derivados da cana, além do açúcar, e início da produção de bebidas alcoólicas com foco de gerar lucro (ALBUQUERQUE, 1987).

É notória a consolidação de grandes inovações transacionais como as vendas do álcool, devido às grandes modificações realizadas em todo o processo de adaptação das atividades canavieiras. A evolução da economia também se deu a parir do desenvolvimento agrícola decorrente do inegável sucesso em sua produção, ganhando experiência e adaptações positivas no meio social (MENDONÇA e PIRES, 2002, p. 36).

O doce amargo do mel: características e impactos sociais, econômicos e ambientais do agronegócio em Ituiutaba (cana-de-açúcar)

O estado de Minas Gerais mantém desde 2009 como o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ficando atrás apenas do estado de São Paulo. Nas últimas décadas, o setor sucroenergético no estado obteve grandes lucros devido à entrada do capital estrangeiro nesse ramo. Por o Brasil ser o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, açúcar e exportador desses produtos, é fácil notar a valorização do álcool brasileiro por ser uma alternativa de energia renovável, limpa e não poluente. Dentro de Minas Gerais, a Microrregião Geográfica de Ituiutaba é que ganhou destaque.

Logo, a Microrregião de Ituiutaba, desde o final de 1990 tornou-se palco de transformações espaciais, sociais, econômicas e ambientais, decorrentes do crescimento do setor sucroenergético e por ser uma área em constante desenvolvimento sempre no ramo agropecuário. Vale lembrar que sua posição no globo terrestre permitiu ter um bom solo e um bom clima. Essa Microrregião é composta pelos municípios de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória (BRASIL, 2014).

Os processos urbanos e as dinâmicas das cidades da Microrregião estão inseridos em um contexto mais abrangente, que é o da ocupação territorial do Cerrado brasileiro e da urbanização do Triângulo Mineiro, já discutidos por Soares

(1995,1997). A formação socioespacial dos municípios, as relações econômicas dependentes das atividades agropecuárias e as dinâmicas urbanas, ligadas à expansão do setor agroindustrial canavieiro e às instituições de ensino superior, impulsionaram a produção do espaço urbano na Microrregião de Ituiutaba.

Vale destacar que os municípios dessa região são provenientes de grandes propriedades rurais (latifúndios de aproximadamente 10 mil hectares), o que resultou em um número reduzido de cidades, localizadas distantes uma das outras, um pouco dispersas. Essas distâncias se refletiam na criação de uma rede de influência urbana, que era limitada, com relações menos complexas e concentração de pessoas, estruturas e investimentos em poucas cidades, gerando desigualdade no desenvolvimento territorial do Triângulo Mineiro.

Característica marcante da Microrregião de Ituiutaba são as atividades agropecuárias como a produção de lavouras temporárias (algodão, cana-de-açúcar, milho, soja, sorgo e arroz) e o efetivo rebanho de bovinos, suínos e galináceos.

Ainda estudado por Soares (1995, 1997), no período de 1990 a 1999, o milho era o produto com maior área colhida, acompanhado pela soja. Entretanto, na mesma década a produção de milho apresentou queda, enquanto a soja aumentava, resultando na superação da produção de milho pela soja no ano de 2000. A área colhida de soja continuou em ascensão até o ano de 2003, quando iniciou uma curva descendente. Já no mesmo ano a produção de cana-de-açúcar aumentou, transformando em uma curva ascendente da área colhida. O período compreendido entre o início da década de 2000 até o ano de 2011 foi marcado pela ascensão das áreas colhidas de cana e decréscimo das áreas

de milho e soja. Isso devido ao preço do barril de petróleo ter aumentado e o Brasil ter criado uma estratégia da substituição da gasolina para o mercado interno e exportação de etanol.

Na Microrregião de Ituiutaba o avanço da cultura da cana-de-açúcar decorrente da territorialização das usinas ocorreu nos últimos quinze anos. As usinas localizadas nessa Microrregião são: Companhia energética do São Simão e Usina Santa Vitória, ambas na cidade de Santa Vitória; Unidade Vale do Paraíba, da Usina Laginha Agro Industrial, na cidade Capinópolis; Ituiutaba Bioenergia, na cidade de Ituiutaba; Usina Gurinhatã, da FLE Empreendimento, na cidade de Gurinhatã e a Unidade Triálcool, da Usina Laginha Agro Industrial, pertencente ao Grupo João Lyra, que não se localiza na Microrregião de Ituiutaba, pois está na cidade de Canápolis, porém sua localização próxima à divisa de Ituiutaba faz com que as lavouras de cana ocupem terras do município vizinho. Cabe ressaltar que as mesmas transformaram o espaço, apropriando-se de terras antes destinadas à agricultura e causaram mudanças sociais como a migração de outras regiões do país para os municípios que estivessem em época de safra. Só retomando aos seus estados de origem no final da colheita (BRASIL, 2014).

A territorialização das usinas fez com que aumentasse as plantações de cana-de-açúcar em todos os municípios, criando canaviais entorno das usinas, pois estas optam por comprar ou arrendar terras em um raio de 50km. Assim, houve declínio de outras variedades das produções a partir dos anos 2000, dando destaque para o arroz, feijão e milho, em consequência da vinda das usinas. Quando essas e os grandes canaviais se instalaram na região acontece a territorialização porque delimita influência e

poder ao colocar em prática estratégias de persuasão para os proprietários de terra arrendar ou vender seus solos para as usinas (FARIA, 2011).

É importante notar que as usinas se instalam em um lugar de infraestrutura sobre a área e disponibilidade de terras, de acordo com estudos edafoclimáticos, ou seja, características definidas através do clima, relevo, litologia, temperatura, umidade do ar, radiação, tipo de solo, vento, composição atmosférica e precipitação pluvial (FARIA, 2011).

Por conseguinte, a terra é um fator primordial para as usinas do setor sucroenergético, em função de precisarem de matéria prima para reprodução do capital. Com isso, elas lançam seu poder “sedutivo” aos produtores para cederem áreas com o arrendamento e trazer benefícios para si. Mesmo os produtores tendo receio com a poluição e medo de que prejudique o meio ambiente, eles acabam cedendo espaço e ainda fazendo parcerias com as usinas para plantar cana e garantir a comercialização com a indústria (GOMEZ, 2006).

Sobre o arrendamento, tem sido a forma mais utilizada pelas usinas para expandir a produção de cana-de-açúcar. Nas orientações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2007), o arrendamento rural é um contrato em que uma pessoa obriga a ceder à outra, por tempo indeterminado ou não, o uso e o gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo ou não outros bens, benfeitorias e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercidas atividades de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativista ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da lei.

Já as usinas da Microrregião de Ituiutaba como BP

Biocombustíveis e Santa Vitória Açúcar e Álcool, o arrendamento ocorre em propriedades pequenas e grandes, desde que seja capaz de gerar uma produtividade que compense o arrendamento (FARIA, 2011). Uma das consequências acarretadas pelo arrendamento é a questão socioeconômica, que sofre transformações com a inserção brusca dos canaviais e das usinas na Microrregião, pois o crescimento das áreas para plantações canavieiras é bastante rápido, uma vez que a indústria já instalada começa a produção, visando maiores lucros e produtividade (GRAZIANO NETO, 1985).

Outro impacto significativo é os socioambientais que as usinas causam. A adoção da prática do monocultivo provocou a drástica redução da biodiversidade, alterando assim o equilíbrio natural dos ecossistemas, levando, então, à necessidade de controlar outros fatores, como a umidade e fertilidade dos solos e a ocorrência de pragas e doenças nas plantações. Desse modo, foi necessária a utilização de grandes quantidades de insumos químicos, da adoção de irrigações, uso de maquinários, melhoramento genético, dentre outras técnicas constituintes do “pacote tecnológico” incentivado desde então. Porém, o emprego destas técnicas agrícolas é responsável por extensos impactos sobre o ambiente, pois provoca a compactação do solo, devido à intensiva mecanização e uso indevido de insumos químicos e a contaminação do solo, das águas e da atmosfera, através do uso de substâncias químicas presentes nos praguicidas, herbicidas e adubos sintéticos (POLTRONIÉRI, 1999).

No mais, a expansão canavieira ocorre sobre áreas de pastagens e de pequena produção familiar quanto de outras culturas de maior porte (soja, milho, leite), por ser mais lucrativa

em momento de queda nos preços dos outros produtos. Então, afeta o pequeno produtor, que se sente pressionado pelas condições das usinas e falta de incentivos governamentais, como o grande produtor que decide receber aluguel de suas terras (SILVA, 2011). Ademais, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária) nem sempre libera os recursos necessários à efetivação dos programas, os assentados viram na produção de cana uma forma de garantir sua subsistência e a de suas famílias. Isso mostra que, entre os motivos que contribuíram para a configuração desse quadro de assentamento, destacam-se as dificuldades de acesso ao crédito e a precariedade das políticas públicas para a reforma agrária que não têm conseguido gerar ou garantir a renda aos pequenos agricultores.

Geralmente os produtores rurais que arrendam suas terras mudam para a cidade. No caso das propriedades que possuem trabalhadores, pois os donos já residem na cidade, dispensam a mão de obra desses trabalhadores, que acabam indo também para a cidade, pois não tem escolhas (BRUM, 1988).

Em relação aos impactos sociais, observou-se a grande evasão das áreas rurais, como consequência da pressão de latifúndios sobre as áreas agricultáveis, como também da incompatibilidade e dificuldade do pequeno produtor se manter neste sistema dependente da injeção constante de capital. Esta evasão do meio rural, além de ter provocado a ocupação desordenada dos centros urbanos, resultou na perda de grande diversidade cultural, uma vez que essas populações rurais apresentavam uma dinâmica de vida ímpar, como hábitos, manejo de produções, relações de trabalho, crenças, relações com o meio natural.

Assim, nota-se que a política brasileira de modernização agrícola favoreceu somente alguns setores e classes de trabalhadores da sociedade, intensificando ainda mais as diferenças e injustiças sociais e ao mesmo tempo contribuindo para a destruição e deterioração dos recursos essenciais à vida. Segundo Marandola Jr. & Hogan (2006), a problemática ambiental está estreitamente relacionada com a dinâmica da estrutura social, não podendo ser compreendida apenas em sua dimensão técnica. *“Os riscos e perigos ambientais passam a ser considerados como produtos do sistema, intrincados na trama social e fruto da modernização ecológica, da modernização tardia e de processos de segregação e desigualdades sociais”* (MARANDOLA & HOGAN, 2006, p. 36).

Além disso, outro ponto importante sobre a produção da cana-de-açúcar na Microrregião de Ituiutaba foi o fim do corte manual e os impactos para os trabalhadores. Pois com a mecanização, vários trabalhadores retornaram às suas cidades de origem enquanto outros estabeleceram casas na região em busca do mercado formal e informal. Desse modo, surgiram grandes dificuldades para esses, pois a maioria eram de baixa escolaridade e não conseguiam encontrar emprego com um nível além do precário e exploratório. Sem contar que o salário recebido com o corte da cana era mais viável para eles do que trabalhar em serviços gerais como pedreiro. Nesse contexto, o processo de mecanização agrícola, a qual as colheitadeiras substituíram o trabalho humano, promoveu a extinção quantitativa dos postos de trabalho e o desemprego de milhares de trabalhadores. Mais uma vez, percebe-se a conjuntura de uma “nova” etapa da modernização, sem políticas públicas que minimizem os

impactos sociais (ALVES, 2006).

Quadro 3: Linha do tempo da cana-de-açúcar na Microrregião de Ituiutaba (1990-2010 produção sucroalcooleira).

1950	Ituiutaba era intitulada como “A capital do arroz no Brasil”.
1970	Surgimento do Proálcool que incentivou a plantar mais áreas de cana e instalação de usinas.
2000	Cana-de-açúcar teve um aumento significativo no Brasil inteiro.
2004	Produção da cana em toneladas em Ituiutaba cresceu significativamente em aproximadamente 5000 toneladas.
2008-2009	A produção passa de 15000 para 25000 toneladas em Ituiutaba.

Fonte: Sidra (Sistema IBGE de Recuperação Automática).

Com o passar dos anos e com incentivos do Proálcool e a instalação de usinas de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, fez com que o cultivo e a produção crescessem de forma considerável.

Considerações Finais

O complexo rural brasileiro teve a necessidade de se desenvolver mais, pois começou a produzir e a exportar em grandes quantidades. Sua economia cresceu rapidamente

causando benefícios e malefícios. O preço dos produtos ora era baixo, ora era alto; a mão de obra aumentou devido à demanda de serviço; indústrias começaram a se instalar no Brasil e em várias regiões, ou seja, a economia em mudança, a grande demanda de produtos e a alta necessidade de exportação fez surgir o agronegócio.

As relações entre indústrias e agricultura ficaram mais fortes causando os complexos agroindustriais. O agrário se tornou mais moderno e capacitado para conseguir produtos de melhor qualidade. Porém, as agroindústrias cresceram tão rapidamente que deixaram de lado as atividades agricultura-indústria que as deram origem.

Lembrando sempre que o Estado tem autonomia para intervir no preço que as agroindústrias propõem.

Contudo, o agronegócio cita as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, sendo esse um termo mais técnico. Além de, estar sempre em busca do lucro.

A partir do momento em que a cana-de-açúcar entrou no Brasil teve grande significância para a evolução da economia. O país tem bom clima, ótimo bioma e diversos solos agricultáveis, deixando mais fácil para a cultura da cana se desenvolver e gerar lucro.

Desse modo, o estado de Minas Gerais ganhou destaque na produção da cultura da cana. Mas, uma região que teve extrema importância foi a Microrregião de Ituiutaba, pois em função dos projetos federais que visavam à adoção do etanol como combustível alternativo, vinculados a parcerias efetuadas com outros países para a exportação do produto e, sobretudo, devido à instalação de novas usinas, a cultura cresceu bastante.

Além disso, os dados de zoneamento agroclimático permitem caracterizar o solo para cultivo e com vasta área contínua para produção agrícola. O clima tropical influencia muito na escolha da região, porque ele sendo seco e frio no inverno e quente e chuvoso no verão, viabiliza a monocultura.

A Microrregião de Ituiutaba sofreu grandes mudanças com a territorialização das usinas sucroenergéticas. Dentre elas, está a diminuição da produção da agricultura como arroz, feijão, milho, verduras e pecuária em razão da cultura da cana-de-açúcar. Assim, muitas áreas mudaram suas paisagens naturais, alterando as relações socioeconômicas e culturais.

Nesse panorama, o arrendamento teve destaque para a consolidação dos territórios da cana, pois é uma forma de produção rentável para a reprodução do capital das usinas. Além de aumentar a produção de cana-de-açúcar, o arrendamento pode ser taxado como uma implantação negativa da expansão canavieira, tanto em aspectos sociais como ambientais. Sem contar que os custos de arrendamento no estado de Minas Gerais eram menores que no estado de São Paulo, outro grande produtor de etanol.

No quesito agricultura familiar, a alternativa que permitia às famílias do assentamento arrendar seus lotes visou assegurar a remuneração dos trabalhadores rurais, tendo em vista que suas iniciativas de cultivar alimentos e comercializá-los não alcançaram resultados positivos que compensassem a continuação.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcante de, NICOL, Robert. **Economia agrícola**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ALVES, G. **Crise estrutural do capital, trabalho imaterial e modelos de competência: novas dialéticas**. In: Alves, G. et al. (Org.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Maringá: Práxis, 2006. p. 47-81.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. (2010). **Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições**. ERA, v. 50, n. 2, p. 146-154.

BENETTI, Maria Domingues. **A internacionalização recente da indústria de etanol brasileira**. Revistas Eletrônicas FEE, Porto Alegre, v. 36, n.04, 2009.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CALMON, Pedro. **História social do Brasil: espírito da sociedade colonial**. v. 1, São Paulo: Martins Fontes, 2002. Conab/Companhia Nacional de Abastecimento.

Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar – Brasília: Conab, 2011.

CARVALHO, J. G. Integração dinâmica e regional: o desenvolvimento recente da união administrativa de São José do Rio Preto (1980-2000). 2004. 137p. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CASTRO, S. S. et. al. A expansão da cana-de-açúcar no Cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. Boletim Goiano de Geografia. Goiânia. v. 30, n. 01, p. 171-191, jan./jun. 2010.

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 4 ed. São Paulo: Makron Books, 1993. 920p.

CNA/SENAR – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro.** 44 p. Brasília, 2007.

COSTA, F. Políticas públicas para a agricultura. UESC. 2013.

DAVIS, J. H. e GOLDBERG, R. A. 1957. A Concept of Agribusiness. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Harvard University, Boston, 136 p.

ESCOBAR, J. C.; LORA, E. S.; VENTURINI, O. J. ; YÃÑÉZ,

E. E. ; CASTILLO, E. F.; ALMAZAN, O. **Renewable and sustainable energy reviews** 13 (6-7), 1275-1287.

FARIA, A. H. **A expansão da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): o discurso da modernidade e as des-(re)- territorializações nos cerrados do município de Ibiá.** 2011. 222 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

GOMÉZ, M. J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre o desenvolvimento territorial rural.** 434 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1991), “**Complexos agroindustriais e outros complexos**”. *Reforma Agrária*, 21 (3): 5-34.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Do complexo rural aos complexos agroindustriais.** In: GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira.* Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura.** São Paulo. Brasiliense, 1985.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAGEYAMA, A. (coord.). (1990), “**O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**”, in g. Delgado et al. (orgs.), Agricultura e políticas públicas, rio de Janeiro, ipea.

LIMA, L. R.; MARCONDES, A. A. **Álcool carburante – uma estratégia brasileira**. Editora UFRR. Curitiba – PR. 2002.

MACEDO, Isaías C. **Situação atual e perspectivas do etanol**. Revista Estudos Avançados, Campinas, ano 11, v. 21, n. 59, jan-abr 2007.

MARANDOLA, J.R., E; HOGAN, D.J. **As dimensões da vulnerabilidade**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./ mar. 2006.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. **Administração da produção**. São Paulo: Saraiva, 5ª ed., 2006.

MATOS, P. F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Uberlândia, 2011.

MENDONÇA, M. G. D. P.;, CORDEIRO, M. **Formação**

econômica do Brasil. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2002.

MICHELLON, E.; SANTOS, A. A. L.; RODRIGUES, J. R. A. **Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil.** In: Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, XLVI, 2008. Rio Branco. Anais...Brasília: Sober, 2008. p 1-16.

MIZIARA, F. **Expansão da lavoura de cana em Goiás e impactos ambientais.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Ro de Janeiro, junho de 2009. Disponível em: http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/28_6_2009_12_9_46.pdf. Acesso em 20 nov.2012.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989. 149p. (Estudos Rurais, 10).

MULLER, G. (1981), “**O complexo agroindustrial brasileiro**”. Relatório n. 13. São Paulo, EAESP/ FGV.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Arivaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, R. F. **PROÁLCOOL: Fonte alternativa de energia.** 2004. 68 p. Dissertação (Monografia em Economia) –

Universidade Católica de Recife, Recife, 2004.

PIMENTEL, F. **O fim da era do petróleo e a mudança do paradigma energético mundial: perspectivas e desafios para a atuação diplomática brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

POLTRONIÉRI, L. C. **Percepção de custos e riscos provocados pelo uso de praguicidas na agricultura.** In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, L. de (orgs.). *Percepção ambiental: a experiência brasileira.* 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1994, p. 208-22.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: de pensamento único à consciência universal.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.

SEDLMAYR, A. **Agriculture in developed countries: how could it become more sustainable?** Universidade de Essex. 2005.

SHIKIDA, P.F.; AZEVEDO, P. F.; VIAN, C.E.F. (2011). **Desafios da agroindústria canavieira no Brasil.** Pós-regulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas,

RESR, Piracicaba, SP, v. 49, n. 03, p. 599-628.

Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. **Censo Agropecuário.**

SILVA, W. F. **O avanço do setor sucroenergético no cerrado: os impactos da expansão canavieira na dinamiza socioespacial de Jataí (GO).** 2011. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás - Campus de Jataí, 2011.

SOARES, B. R.. **Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro.** In: Silva, José Borzacchiello da; Costa, Maria Célia Lustrosa; Dantas, Eustáquio Wanderley Correia (Org.). **A cidade e o urbano: temas para debates.** Fortaleza: EUFC, 1997, p. 105-130.

THEODORO, A. D.. **Expansão da cana-de-açúcar no Brasil: ocupação da cobertura vegetal do cerrado.** 2011, Araçatuba. FTA, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em tecnologia em Biocombustível) – Faculdade de Tecnologia de Araçatuba, Araçatuba, 2011.

UNICA – União da indústria de cana-de-açúcar. **Produção por safra.** Disponível em <<http://www.unicadata.com.br/historico-de-producao-e-moagem.php?idMn=32&tipoHistorico=4>>. Acessado em: 02 Jun. 2020.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. 1 ed. São Paulo: Pioneira Thompson, 2005. p 01-21.

O profissional de coaching e seu dia a dia nas organizações agroindustriais

Danilton Carlos da Silva
Jussara Goulart da Silva
Leandro Divino Miranda de Oliveira
Sérgio Mendes Dutra

Introdução

Numa diversidade de competição entre as organizações agroindustriais e a disputa no mercado por pessoas melhores qualificadas, as organizações agroindustriais tem trazido para dentro da sua cultura organizacional uma visão ampla em busca por mais inovações tecnológicas, através das pessoas que traduzem os talentos e as habilidades que fazem a diferença, se tornando uma vantagem competitiva dentre as demais.

Para que as essas organizações consigam também desenvolver pessoas com liderança forte, que transcreva eficiência e eficácia, com iniciativa e tomada de decisões rápidas, uma ferramenta estratégica muito utilizada atualmente é o chamado de coaching.

Segundo a ICF (Internacional Coaching Federation), o conceito mais apropriado para coaching é o de ser “uma parceria

continuada que estimula e apoia o cliente a produzir resultados gratificantes em sua vida pessoal e profissional”. Este processo irá aprofundar e expandir a capacidade do individuo de aprender e de se aperfeiçoar, elevando sua qualidade de vida.

Com esta parceria continuada entre a organização e o individuo, ambos passaram a possuir disciplinas voltadas para a área comportamental, condição fundamental para comunicação, saber se comunicar com os subordinados, compreendendo melhor seus problemas e dificuldade pessoais e profissionais, é como se entende hoje como gestão de pessoas.

Diante deste aspecto, ressalta-se que o profissional coach tem uma responsabilidade muito grande no desenvolvimento humano, sendo a chave para o sucesso e as realizações pessoais e profissionais. Neste estudo, o objetivo central é de analisar a utilização da ferramenta estratégica coaching nas percepções de dois coaches.

Referencial Teórico

O referencial teórico tem como objetivo principal nortear a fundamentação teórica utilizada para o desenvolvimento do trabalho através da síntese da literatura relacionada com os diversos aspectos do problema organizado pelos autores, incluindo também pensamentos desses autores.

A contemporaneidade em gestão de pessoas

Atualmente a globalização dos negócios, o desenvolvimento tecnológico, o forte impacto das mudanças e o intenso movimento por qualidade e produtividade, fez com que as organizações repensassem em possuir diferencial através das pessoas. Pessoas que por sua vez estarão melhores preparadas para realizarem suas funções com mais eficiência e eficácia, desempenhando assim um melhor resultado para si próprio e para a organização onde poderão alcançar seus resultados.

Dentro desta competitividade organizacional e de disputa por pessoas mais qualificadas e preparadas para o mercado de trabalho, a administração de recursos humanos segundo Milkovich e Boudreau (2006), colabora para a compreensão de uma serie de tomada decisões integradas que formam as relações de trabalho, onde sua qualidade influencia diretamente na capacidade da organização e de seus empregados em atingir seus objetivos.

Para que ambos atinjam seus objetivos (organização X pessoas), Chiavenato (1999) afirma que é preciso entender que são as pessoas que produzem, vendem, servem clientes, tomam decisões, lideram, motivam, comunicam, supervisionam, gerenciam e dirigem os negócios. Dirigem inclusive outras pessoas, pois não pode haver organizações sem pessoas.

No final do século XX, surge a expressão Gestão de Pessoas que segundo Queiroz (2005) vem se popularizando como

Gestão de Talentos, Gestão de Parceiros e Gestão do Capital Humano. Queiroz (2005) conceitua que a gestão de pessoas é uma função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais.

A gestão de pessoas, conforme Chiavenato (1999, p.17):

é uma área muito sensível a mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos, como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental, o negócio da organização, a tecnologia utilizada, os processos internos e uma infinidade de outras variáveis importantes.

Segundo Gil (2001) menciona que a área de Gestão de Pessoas detém muitos dos elementos requeridos para que a organização seja competitiva, já que ela permite controlar custos, melhorar os níveis de qualidade e criar distintas capacidades.

Já Lacombe e Tonelli (2001) citam que a gestão de Recursos Humanos está passando por grandes transformações, em função da necessidade das empresas de incrementar a sua capacidade competitiva para enfrentar a concorrência dos mercados globalizados.

Dentre as transformações do exposto os autores ressaltam a passagem do conceito de gestão de pessoas para gestão com pessoas.

O principal objetivo da gestão de pessoas, segundo Cogo (2006) é “retirar delas, através do retorno, todo o investimento alocado para melhorar a competitividade da empresa diante do mercado”.

Os desafios a serem enfrentados tanto dentro das organizações quanto para as pessoas diante destas mudanças que o mercado vem exigindo, nota-se que as funções da gestão de pessoas sofreram e sofrem alterações também no decorrer do tempo. As organizações tendo o conhecimento de que as pessoas podem aumentar ou reduzir as forças e fraquezas dependendo da maneira como elas são tratadas. Elas podem ser a fonte do sucesso como podem ser a fonte de problemas, sendo que cabe a função da gestão de pessoas em lidar com esta situação.

A principal função de recursos humanos ou de gestão de pessoas, para Maximiano (2004), é “de encontrar, atrair e manter as pessoas de que a organização necessita”. Isso envolve atividades que começam antes de uma pessoa ser empregada da organização e vão até depois que a pessoa se desliga.

Para Chiavenato (2004) a gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas: empregados, funcionários, recursos humanos, talentos ou qualquer denominação utilizada para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Gil (2001) afirma que gestão de Pessoas é a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais.

Segundo Witt (2009), pode-se acreditar que a maioria das empresas bem sucedidas são aquelas que administram bem o seu capital humano, cujo talento para obter e sustentar as vantagens competitivas está centrado nas pessoas que formam a força de trabalho e por isto é necessário saber como selecionar e desenvolver futuros líderes, como redesenhar a empresa para melhor atender aos clientes, como recompensar o bom desempenho, como liderar uma mão-de-obra globalmente diversificada, como controlar os custos dos encargos trabalhistas ao mesmo tempo em que se mantém o tratamento justo aos empregados. Para a autora os maiores desafios sempre envolvem a administração das pessoas dentro das organizações.

A origem e definições do coach

Com a concorrência mais acirrada e a pressão pela conquista de resultados cada vez maiores, os líderes procuram melhores estruturas para trabalharem como também novos conhecimentos para atingir os objetivos e as metas propostos pelas organizações. Dentro destes novos conhecimentos surge o coach, que vem sendo uma nova função nas organizações.

A origem da palavra coach advém da Hungria, com o termo húngaro *kocsi*, que se refere a um tipo de carruagem. O mesmo foi adaptado em outras línguas como no francês, no alemão que é *kutsche*, para o espanhol, até o inglês *coach*. Foi na língua inglesa que o termo se popularizou na administração. Além

do uso no sentido de condução passou a identificar o tutor, pessoa que ajudava os estudantes universitários a se prepararem para seus exames, e por último o coach surgiu para designar treinadores de equipes esportivas, uso mais comum desde os tempos até chegar no tempo de hoje. O dicionário Oxford (1997) traduz coach como "*Técnico, treinador, tutor*"; também como "*Carruagem ou ônibus*" e/ou "*viagem em carro ou carruagem*".

Chiavenato (2002) salienta que o termo coach surgiu nos Estados Unidos como uma atividade profissional, onde no início era um misto de consultoria, aconselhamento, assessoria, prestada em geral por pessoas experientes, maduras e dotadas de certos conhecimentos específicos, que inspiravam confiança, seja por seus princípios éticos, seja por sua credibilidade profissional.

O termo *coach* tem origem no campo esportivo e tem sido utilizado para designar o papel do técnico, aquele profissional que treina times de futebol ou basquete. Nos últimos anos, entretanto, esse termo vem sendo utilizado nas empresas, não necessariamente para designar um cargo, mas um papel profissional: o da pessoa que se compromete a apoiar alguém com vista em melhorar seu desempenho e promover seu desenvolvimento profissional e pessoal. (GIL, 2007).

Segundo Block et. al (2012) coach é uma pessoa com um alto nível de conhecimento bem treinada com muita experiência de vida e de muito conhecimento organizacional, conhecimento global de uma organização. Têm como missão dentro da organização e fora dela de desenvolver pessoas, capacitá-las para

assumirem cargos de liderança, de executivos, cargos que requerem muita responsabilidade, como de sucessores, presidentes, gerentes entre outros. A autora afirma ainda que existe também quem procura coach para marketing pessoal, para mudarem de posição dentro da organização, e também para se sobressaírem melhor na vida pessoal, pois o coach é uma ferramenta estratégica que pode ser aplicada tanto pela organização a um colaborador o qual ela pretende investir e capacita-lo para desenvolver certa função ou até mesmo um colaborador pode contratar um coach para se desenvolver e possuir uma melhor performance profissional ou pessoal.

No final da década de 1980, chega à terminologia do coach ao Brasil. Foi um período de inúmeras transformações e dolorosas que vinham para ficar e para mudar totalmente as relações do trabalho. Os processos de reengenharia e das demissões coletivas estavam chegando ao fim, o mercado até então era fechado por divisas protegidas, com poucas mudanças de diversas gestões centralizadoras em poucas pessoas ás onde a cúpula tomava as decisões e o restante da organização simplesmente executava as ordens, e a maior preocupação com a carreira eram a manutenção do emprego os salários, as promoções e a formação de um patrimônio pessoal. A geração que industrializou o país não aprendeu a olhar para suas competências como seu maior valor, e sim davam o valor aos patrimônios maquinários e esqueciam que quem movimentava tudo eram pessoas.

E nos últimos anos, tem havido um crescimento

particularmente rápido no uso do coaching executivo. O termo *coaching* é um processo de mudanças que envolvem o *coach* e o *coachee*. O primeiro é um técnico de pessoas ou líder e o segundo o aluno ou cliente. O objeto primeiro do *coaching* é proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências de um indivíduo para a harmonia e eficiência do seu desempenho enquanto pessoa ou profissional. (CONTI, 2010).

Percia e Sita (2011) descrevem que a atuação do processo de coaching nas organizações é fundamental para que se desenvolvam estratégias pessoais que propiciem alternativas de crescimento para que o planejamento projetado seja alcançado.

Entre as organizações que adotam a prática do coaching estão: American Express, o Citibank, a Colgate, a Telecom e Procter & Gamble, entre outras que estão em processo de adaptação. (Olivero, 1997).

E neste novo cenário competitivo conforme uma pesquisa realizada nos site institucional das respectivas organizações agroindustriais como a BRF S/A, Bunge, Usina BP Biocombustíveis, Syngenta, Grupo Bayer também possuem processos e projetos de desenvolvimento e qualificação de jovens aprendizes e funcionários líderes com sistema de coaching.

Segundo Showers e Bruce (1996), em sua pesquisa sobre a evolução de aprender em parceria, afirmam que os temas de coach, resultados de seus estudos durante quinze anos, se mostram melhores performances os indivíduos que aprendem

sobre o termo dentro das escolas, junto com seus professores.

Dentro desta aprendizagem, o coaching vem entrando no vocabulário moderno das empresas. Para Porché e Niederer (2002), os coaches representam um processo de benefício, em um clima de maior confiança e cooperação aumentando o nível de satisfação no trabalho. Gaspar e Portásio (2009) afirmam que na prática, o coach ajuda o seu colaborador a aprender, a descobrir as áreas de maior potencial de desenvolvimento emocional, a fazer opções, a definir os seus próprios objetivos, analisar os seus próprios erros, bem como as suas causas e as formas de os corrigir, facultar-lhe informações e pistas que lhe permitam tomar opções e efetuar decisões sucintamente, o coach coloca-se ao serviço do seu subordinado e não para controlá-lo.

Coaching não significa comprometer-se apenas com os resultados, mas com a pessoa como um todo, com a sua realização e o seu desenvolvimento. Por meio do processo de coaching, novas competências e possibilidades de aprendizagem surgem, tanto para o *coach* quanto para o seu colaborador. Coaching é mais do que treinamento, o *coach* permanece com a pessoa até ela atingir o resultado. Sua função é de lhe dar poder para que ela produza, para que suas intenções se transformem em ações que, por sua vez, se traduzam em resultados. Coaching é, essencialmente, *empowerment*. Dar poder para que o outro adquira competências, produza mudanças específicas em qualquer área da vida ou até, e principalmente, transforme a si mesmo. (ARAÚJO, 1999)

Ferramenta estratégica coach dentro das organizações agroindustriais

Segundo Prahalad (2000) as organizações agroindustriais cada vez mais possuem a necessidade de ter um alinhamento estratégico que envolva, não só posicionamento de produtos e mercado, como pessoas e desenvolvimento para alcançar as metas desejadas. Com isso, alinhar caminhos, preparar e acompanhar pessoas, numa visão integrada de resultados coletivos, tem sido um grande desafio para as lideranças.

Para Hamel & Prahalad (1995) uma nova estratégia competitiva não se restringe em apenas reduzir os níveis gerenciais para uma organização mais enxuta. A flexibilidade está em reduzir as consequências disfuncionais de um comportamento hierárquico, de um comportamento de liderança. O comportamento hierárquico evita um diálogo ativo entre os diversos níveis sobre problemas críticos e usa o poder para resolvê-los, cujo objetivo é garantir aos indivíduos a liberdade de projetar seus próprios trabalhos, consertar seus próprios processos e fazer o que for necessário para satisfazer o cliente. Os mesmos autores alertam para o perigo de um caos negativo, de uma anarquia a nível organizacional, que só poderá ser contido caso haja a obrigação e a oportunidade de contribuição para um fim específico, uma orientação compartilhada que pode ser chamada “intenção estratégica” (Ibidim, p. 336).

Orientação compartilhada com intenção estratégica foi o foco do comportamento do *coach* avaliado nessa pesquisa. Esta

prioridade também foi eleita em função da bi dimensionalidade da pesquisa coach-liderança. Liz Rider (2002) apresenta o coaching como um processo com objetivos centrados, que envolve necessariamente três pontas: o que realiza o líder-coach, as equipes e a organização, e este processo permanente cria valor estratégico. O autor Liz Rider (2002) ainda afirma que o coaching é essencialmente uma intervenção estratégica.

Em plena consonância com o pensamento de Rider, Lyons afirma: O coaching fornece uma rota para a liderança. O coaching pode libertar o potencial latente de liderança nos gestores e reforçar a liderança onde esta já existir.

Uma cultura de coaching pode alimentar a liderança. E quando o coaching alinha o desenvolvimento do indivíduo, da equipe e da organização para uma definição mútua de sucesso, então o coaching se torna liderança.

Procedimentos metodológicos

A metodologia é a operacionalização da pesquisa, que segundo Suzuki et al (2009), representa o conjunto de métodos utilizados para a condução. Buscando atender o objetivo geral da presente pesquisa que é o de analisar a utilização da ferramenta estratégica coaching nas percepções de dois coach um de Santa Catarina e o outro do Rio Grande do Sul, se fez necessário o entendimento da ferramenta estratégica coaching e o seu papel

dentro das organizações agroindustriais, sendo neste primeiro momento realizado um estudo bibliográfico, onde foram consultados livros específicos da área, artigos científicos, e periódicos e site institucionais de organizações agroindustriais que utilizam a ferramenta estratégica coaching. De acordo com Lakatos (1985), pesquisa bibliográfica é aquela “elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado no site institucional das organizações agroindustriais”.

Organizações como a BRF S/A, Bunge, Usina BP Biocombustíveis, Syngenta, Grupo Bayer que possuem processos e projetos de desenvolvimento e qualificação de jovens aprendizes e funcionários líderes com sistema de coaching.

E em um segundo momento, foi analisado as percepções de dois coach, ocorreu através de duas entrevistas realizadas, sendo a primeira entrevista com o coach Marcos Wunderlich, da cidade de Florianópolis/SC e a outra com a coach Simone Julianote, da cidade de Caxias do Sul/RS.

Segundo Cáceres (1998) é na década de 1930 que a entrevista começa a ser utilizada amplamente pelas ciências sociais nas tarefas de investigação. Dentro da discussão epistemológica, Fontana e Frey (2000) afirmam que a dinâmica social da entrevista pode determinar a natureza do conhecimento gerado. O presente artigo procurou através das pesquisas bibliográficas, pesquisas na internet e a entrevista com dois

coach, buscando um elo entre Teoria X Prática de *coaching*; ressaltando quais as estratégias utilizadas, quebrando o paradigma hermenêutico, pesquisou as estratégias atuais que estão sendo adotadas dentro das organizações agroindustriais pelos coaches.

Foi elaborado um questionário semiestruturado com perguntas abertas, cujas respostas buscavam uma explicação ou uma opinião dos coaches. Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987).

Conforme Boni e Quaresma (2005) a técnica de entrevistas abertas atende principalmente finalidades exploratórias, é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima

possível, este deve assumir uma postura de ouvinte e apenas em caso de extrema necessidade, ou para evitar o término precoce da entrevista, pode interromper a fala do informante.

Análise dos dados

Depois de realizada a pesquisa bibliográfica, procurou aplicar o questionário com as perguntas abertas aos dois coaches, na tentativa de analisar a realidade do tema dentro do estudo proposto.

A primeira entrevista ocorreu com o coach Marcos Wunderlich, presidente executivo atual e formador de Coaches e Mentores ISOR com visão holossistêmica e complexa. É consultor, master coach, possui trinta e dois anos de experiência profissional. É um dos fundadores do Instituto Holos de Qualidade – entidade científica, tecnológica e cultural voltada para criação e desenvolvimento de tecnologias de desenvolvimento de pessoas e organizações.

A segunda entrevista ocorreu com a coach Simone Julianotes, professora, consultora organizacional e formadora de coache há quase vinte anos.

As mesmas perguntas foram aplicadas aos dois coaches. A primeira questão tratou das principais características que um coach precisa ter em tempos atuais. Para Marcos, o profissional

coach precisa ter visão ampla, competência relacional, postura condutora, capacidade de geração de benefício ao cliente, conhecimento da metodologia de Coaching, e para Simone, o profissional coach precisa ter escuta ativa, capacidade de desafiar, empatia e elaboração de perguntas relevantes.

Em seguida, foram questionados sobre as diferenças entre o processo do coach e a consultoria empresarial, ambos foram consistentes nesta resposta, que os dois são bem diferentes, no coaching o cliente deve dar suas próprias respostas e não necessita exatamente ter experiência na área já na consultoria o consultor emite um parecer e uma resposta, por ter como base a sua experiência.

Os dois coaches responderam que o processo de contratação do coaching, ocorre através de uma contratação formal, seja tanto para clientes pessoas jurídicas ou pessoas físicas, mas para tanto é necessário ter muito bem definido e claro os objetivos para que esta contratação ocorra. Existem diversas razões para a contratação do coach, mas os dois profissionais ressaltaram que as mais comuns são quando o cliente deseja obter uma meta, algum resultado busca o auxílio de um coach de carreira e/ou de negócios.

Quando se trata da necessidade de formação específica para ser um coaching, Marcos afirma que coaching é uma profissão não regulamentada e qualquer pessoa pode praticá-lo, com ou sem curso de formação. Porém é aconselhável que faça um curso de formação. No Brasil hoje há diversas escolas, de

diferentes linhas de pensamento. Já para Simone, existe a necessidade inicialmente de uma formação específica e depois sempre mais especializações, como busca de atualizações constantes.

Para ambos a identificação dentro do processo de coaching de como diagnosticar se foram alcançados os objetivos propostos, primeiramente deixa-se claro os objetivos no início do processo, assim pode-se mensurar se houve o alcance da meta ou não. Normalmente contrata-se em torno de 8 a 10 encontros de coaching, um encontro por semana ou cada duas semanas, em torno de uma hora e meia de duração, disse Marcos. Cada sessão é entregue um relatório aonde vai posicionando os resultados já alcançados disse Simone.

A metodologia de coaching em si contém algumas regras básicas, como por exemplo, não dizer ao cliente o que ele deve fazer, mas sim fazê-lo emitir suas próprias respostas. Isto é obtido pela habilidade do Coach fazer “perguntas poderosas”. Mas cada caso é um caso específico, cada cliente tem demandas próprias, que podem ser questões pessoais ou profissionais, afirma Marcos e Simone.

Depois de contrato dos serviços de coach, o primeiro encontro, também chamado de agenda ou sessão, tem como foco principal é o diálogo para obtenção de uma meta ou resultado. O tema de cada encontro é trazido pelo cliente ou é negociado entre o Coach e seu cliente. Já Simone afirma que cada encontro depende da situação vivida pelo cliente, cada caso é um caso

específico e tem de ser tratado de forma individualizada e com todo respaldo.

Foi perguntado sobre quando a empresa enxerga a necessidade de contratar um coach, Marcos afirma que existem duas formas de praticar o Coaching: contratação de um Coach profissional externo ou então preparar o corpo gerencial para que apliquem o Coaching junto a suas equipes. O objetivo geral desta contratação é ativar potencialidades e competências das pessoas para melhores resultados organizacionais. Normalmente o Coaching é dirigido para as pessoas que vão assumir novos cargos, serem promovidos. Utiliza-se também o Coaching, de uma forma um tanto errônea, para resolução de situações ou pessoas com dificuldade na empresa. Simone diz que depende de cada situação.

Com relação às vantagens e desvantagens que a empresa tem em contratar um coach, ambos os profissionais pesquisados, concordaram que não existe desvantagem, somente se contratarem profissionais não preparados ou não qualificados. Mas ressaltam que as vantagens são inúmeras, e que o coaching nas empresas traz muitos benefícios, como: Capital Intelectual diferenciado; a solidez empresarial; a alavancagem nos resultados operacionais; a sinergia organizacional; a disseminação dos conhecimentos; a aprendizagem contínua; a atuação com mentalidade holístico-sistêmica; o reflexo na qualidade das pessoas e da organização; os relacionamentos focados em qualidade e resultados; a envolvimento nos processos de melhoria contínua; as lideranças mais efetivas; o clima organizacional

agradável e dinâmico; o reforço da confiança e da credibilidade na organização; o compartilhamento nos riscos decisórios; o reforço e a potencialização das pessoas não só dentro das organizações como também pessoal.

Existe um motivo que influenciou os pesquisados a optarem nesta carreira, Marcos atua principalmente na formação de coaches, em cursos abertos em diferentes capitais brasileiras ou dentro de empresas, atende as pessoas e os executivos como coaching individual. Afirma ainda que a opção em se tornar coaching foi por ter tido uma formação técnica em engenharia e conhecimento empresarial, aliado a capacidade de desenvolver pessoas, Isto possibilitou desenvolver trabalhos, numa época onde o coaching está em voga no mercado brasileiro. Já a Simone afirma que atua principalmente na formação de coaches por gostar de pessoas, e ressalta a questão da grande maioria das ferramentas fazerem parte da programação neolinguística e também da linha comportamental da psicologia.

Marcos e Simone afirmaram que o coach pode ser um líder da organização, em empresas quem aplica o coaching é o gerente ou o líder para pessoas da sua equipe, ou caso, a empresa não possua, decide-se contratar um coach externo. Dentro em breve não se contratará mais pessoas de cargos gerenciais ou de liderança que não saibam praticar o coaching.

Quando se comenta sobre o coaching e área de recursos humanos, foi levantado que o coach não trabalha muito com o departamento de recursos humanos, a empresa pode contratar um

coach para aplicação a diferentes pessoas na empresa, também para o RH. Coaching pode ser aplicado individualmente ou em pequenos grupos. Normalmente é o RH que incentiva a empresa a implantar o processo de coaching. Ambos afirmaram que o mercado de trabalho para o profissional de coaching no Brasil está em expansão, mas ainda existe falta de profissionais de coaching, seja para o atendimento a pessoas físicas ou para atividades em empresas.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a utilização da ferramenta estratégica coaching nas organizações agroindustriais nas percepções de dois coaches, tema atualmente bem discutido dentro da área de gestão de pessoas. Segundo Gonçalves e Piovesan (2012) o mercado atual oferece várias soluções para o desenvolvimento de líderes. Mas uma das ferramentas que vem sendo utilizadas com sucesso para este desenvolvimento é o processo de Coaching.

Em frente aos diversos impactos das mudanças ambientais, o aumento da competitividade organizacional e a disputa nos mercados de trabalho, faz com que os gestores/líderes modernos enxerguem as pessoas não somente como meros recursos mais sim como a mais valiosa das fontes para se ter uma "vantagem competitiva".

Conforme abordado na revisão da literatura, existe uma distancia entre a teoria e a pratica de gestão estratégica de pessoas, principalmente quando se diz a respeito à contemporaneidade aplicada à área de gestão de pessoas, novas praticas estão sendo adotada uma delas no que tange a lideres, é o coach. Observando suas origens e definições, surgimento na sociedade, observa-se que a sua aplicabilidade é e está se tornando uma ferramenta essencial para as organizações que buscam estratégias competitivas diante deste mercado tão globalizado.

Para atingir o objetivo proposto para este estudo, procurou-se responder a pergunta por meio de investigação com dois coaches de empresas e localidades distintas, sendo um de Santa Catarina e outro do Rio Grande do Sul. Como estratégia de pesquisa aplicou-se num primeiro momento um estudo bibliográfico, em seguida a elaboração do questionário e aplicação do mesmo, de abordagem qualitativa.

Os entrevistados relataram bem a temática em torno do coaching atual, foi observando a necessidade de prever o desenvolvimento das competências humanas necessárias para que as competências organizacionais da empresa se viabilizem.

Diante destas observações, a ferramenta estratégica coaching recebe dentro das organizações agroindustriais sendo uma posição de destaque, que vem crescendo conforme a competitividade acelera. A busca no mercado de trabalho por profissionais cada vez mais qualificados desencadeia um número

significativo de pessoas que correm atrás de formações cada vez mais específicas para se lançarem e possuírem um diferencial no momento das entrevistas.

Contudo, é preciso construir uma estrada clara para que esta disputa no mercado de trabalho tenha o resultado que se espera. É preciso construir um plano de ação previamente acordado entre coach e o coachee (cliente) para garantir o sucesso do projeto. Sem ele, o coach não tem onde apoiar o seu compromisso. Entretanto, este plano não deve ser uma camisa de força à qual os dois estão amarrados, e sim deve funcionar como uma bússola, um esquema norteador na jornada que ambos estão empreendendo.

Referências

ARAÚJO, A. (1999). *Coach: Um parceiro para o sucesso*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Gente.

BLOCK, V. M. (2012). **Coaching Executivo**: Uma questão de atitude (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Campus.

CHIAVENATO, I. (1999). **Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

CHIAVENATO, I. (2002). **Construção de Talentos**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

CHIAVENATO, I. (2004). **Gestão de Pessoas e o novo papel dos recursos nas organizações.** (2a.,4a Reimpressão ed.). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.

COGO, S. N. (2006). **Gestão de Pessoas e a Integridade Psicológica do Trabalhador** . São Paulo, São Paulo, Brasil: Ltr.

CONTI, V. d. (25 de 07 de 2010). **Coaching - O Processo Mágico de Mudanças.** Acesso em 25 de 07 de 2010, disponível em <http://jornal100porcentovida.com.br>:
<http://www.jornal100porcentovida.com.br/coaching.html>.

FEDERATION, I. C. (27 de 01 de 2013). **Sobre o Treinamento.** Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em <http://foundation.coachfederation.org/AboutCoaching.aspx>

GASPAR, D. J., & Mehler, P. R. (2009). Liderança e Coaching. **Revista de Ciencias Gerenciais**, XIII, n.18.

GIL, A. C. (2007). **Gestão de Pessoas:**Enfoque nos papeis profissionais. São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas.

GIL.A.C. (2001). **Gestão de Pessoas** (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas.

LAMCOBE, B., & TONELLI, M. (Maio/Agosto de 2001). O Discurso e a Prática:o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as praticas das empresas sobre os modelos de gestão de recusoos humanos. **REVISTA CONTEMPORANEA DE ADMINISTRAÇÃO**, 5 n.2, 154-174.

MAXIMIANO, A. C. (2004). **Introdução a Administração** (6a.Revisada e Ampliada ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas.

MILKOVICH, G., & BOUDREAU, J. W. (2006). **Administração de Recursos humanos** (1a. ed.). São Paulo, São Paulo, Brasil: Atlas.

PORCHÉ, G., & NIEDERER, J. (2002). **Coaching - O apoio que faz as pessoas brilharem**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

PRAHALAT, C. (2000). Preparando para a Liderança.In:The Peter Drucker Foundation (Org).**Liderança para o século XXI**. São Paulo, São Paulo, Brasil: Futura.

PRAHALAT, C., & HAMEL, G. (1995). **Competindo pelo Futuro:Estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã**. Rio de Janeiro , Rio de Janeiro, Brasil: Campus.

PRESS, O. U. (16 de 01 de 1999). **Dicionário Oxford Escolar**. Brasil: Oxford.

QUEIROZ, R. (24 de Maio de 2005). **Artigos Administradores**. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em <http://www.administradores.com.br>:
<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/perspectivas-da-moderna-gestao-de-pessoas/10854/>

RIDER, L. (2002). Coaching as a Estrategic Intervention, Industrial and Commercial. **Anpad**, 34 n.6, 233 a 236.

SHOWERS, B., & Joyce, B. (Março de 1996). A Evolução de aprender em parceria. **Educational Leadership**, 53 n6, 12(5).

WITT, D. (01 de 01 de 2009). **Gestão de Pessoas e as Crises Econômicas**. Acesso em 27 de 01 de 2013, disponível em Universidade Federal do Rio Grande do Sul: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16784/000706243.pdf?sequence=1>

Sistema de Controle de Qualidade como uma ferramenta de gestão determinante da eficácia organizacional

Alessandra Aparecida Franco
Karllianne Dias Maia dos Santos

Introdução

O setor sucroalcooleiro a partir da década de 1990 foi inserido em um contexto de livre mercado passando por grandes transformações e sofrendo menor intervenção estatal. Em função disso, posteriormente os preços do açúcar e do álcool deixaram de ser controlados. Essas transformações segundo Silva (2018) alteraram a produção e comercialização desses produtos exigindo maior competência tanto administrativa quanto econômica das indústrias, aumentando a concorrência no setor.

Com o passar dos anos o setor sucroalcooleiro brasileiro conseguiu lugar de maior produtor de cana-de-açúcar no mundo e o segundo maior produtor de etanol em âmbito mundial e é o oitavo setor em nível de importância na pauta exportadora brasileira. A justificativa para a recente expansão da atividade sucroalcooleira no Brasil dá-se em função de fatores como o aumento dos preços internacionais do petróleo, ultrapassando US\$ 100,00 o barril em março de 2008; a inserção da produção de veículos com tecnologia flex fuel; a

tendência de alta de preços do açúcar no mercado internacional e as transformações tecnológicas do setor como: cultivares adaptados ao clima do cerrado, o aproveitamento do bagaço e da biomassa para produção de energia e ração (SILVA, 2018).

Devido ao enorme crescimento do setor as Usinas têm procurado melhorias para geração de aumento de qualidade dos produtos e serviços oferecidos (VIAN, 2003). Considerando que o crescimento exige uma busca e consolidação de novos mercados precedendo ganhos em relação aos concorrentes, a gestão da qualidade tem se constituído como uma ferramenta eficaz na gestão dessas empresas. De acordo Júnior (2006), inserindo um sistema de qualidade nas empresas baseando-se na norma NBR ISO 9001, vários benefícios são adquiridos, tais como: qualificação e certificação pessoal, melhor desempenho organizacional, redução de não-conformidades, melhoria de imagem e reputação, entre outros.

Por sua relevância, nota-se a pertinência da discussão da temática gestão da qualidade mais especificamente acerca das ferramentas necessárias a aplicação em agroindústrias de modo a garantir maior espaço no mercado investindo em estratégias de competitividade por meio da adoção de normatizações de qualidade.

O estudo em questão trata-se de uma revisão bibliográfica e busca apresentar e discutir o Sistema de Controle

de qualidade como uma ferramenta de gestão determinante da eficácia organizacional em indústrias sucroalcooleiras. A discussão do tema e seus resultados, agregarão aos estudos existentes contribuindo para a disseminação da qualidade na realidade das indústrias sucroalcooleiras como uma exigência real e necessária provocando reflexões sobre os aspectos determinantes de vantagens competitivas no desempenho organizacional.

Metodologia

Para realização desse estudo utilizou-se a técnica de revisão da literatura sobre o Sistema de Gestão da Qualidade e seus benefícios de implantação para as Usinas Sucroalcooleiras. O levantamento de dados foi realizado no período de setembro a novembro de 2019 e foi obtido através de pesquisas, com bases eletrônicas usadas, sendo: Scientific Electronic Library (Scielo) e Google Scholar (Google Acadêmico). Os parâmetros de inserção foram os artigos em português publicados no período de 2000 a 2018. Além disso, foram utilizadas palavras-chaves para busca desses artigos, como: setor sucroalcooleiro, implantação sistema de gestão da qualidade, gestão da qualidade, benefícios do Sistema de Gestão da Qualidade. Os artigos estudados foram escolhidos de acordo seus títulos e pelo seu resumo de modo que aquele que não tratava do assunto foram excluídos.

Segundo Markoni e Lakatos (2003), a revisão bibliográfica busca revisar estudos, dando a possibilidade de um estudo com uma visão mais ampla sobre determinado tema. De natureza descritiva a pesquisa buscou levantar os estudos sobre a matemática de forma comparativa. Para realizar este tipo de pesquisa é necessário fazer levantamento sobre o tema, tanto atual quanto de um tempo passado, dando uma perspectiva de conceitos e estudos já realizados por vários meios de investigação. “O método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira experimentação indireta. Num estudo descritivo pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura” (MARKONI E LAKATOS, 2003, p.107).

Resultados e discussões

Contexto histórico da gestão da qualidade

A qualidade é um componente que faz diferença na preferência dos consumidores. Chiavenato (1999), afirma que a qualidade não se faz apenas com tecnologia. São necessárias pessoas, e acima de tudo, pessoas capacitadas, preparadas, lideradas, motivadas e completamente responsáveis. A qualidade, acima de tudo é um estado de espírito que estabelece dentro da empresa e que requer comprometimento das pessoas com primor.

Para Garvin (2002), a história da qualidade se divide em quatro diferentes Eras; a da Inspeção, a do Controle Estatístico da Qualidade, a da Garantia da Qualidade e a da Administração Estratégica da Qualidade. A era da Inspeção teve início simultaneamente com a produção em massa no início do século XX, anteriormente, nos séculos XVIII e XIX. Nesse período prevalecia a produção artesanal onde as peças de um determinado produto eram consertadas manualmente uma por vez, por artesãos qualificados. Assim, a inspeção final de qualidade era uma atividade informal e na prática, descartável. A qualidade percebida pelos clientes nessa época ocorria em função de atributos de desempenho, utilidade e durabilidade do produto e era destinada aos artífices qualificados.

Com o primórdio das produções em grande escala, o intercambiamento das peças na linha de montagem tornou-se fundamental, desenvolvendo uma série de competências e utensílios baseando-se em um modelo padrão das peças. Na década de 1920 a inspeção assumiu oficialmente um papel de função independente dentro da empresa. Esta inspeção fundamentava-se em escolher técnicas de medição adequada e realizar verificações dimensionais com o uso de ferramentas específicas. Assim, as peças com qualquer defeito eram remetidas ao departamento de produção, que as consertavam ou descartavam para que não chegassem aos clientes. (GARVIN, 2002; TEBOUL, 1991).

Na década de 1930 iniciou-se o Controle Estatístico da Qualidade, utilizando técnicas estatísticas de análise de amostras

que promoveram inspeção mais eficiente, capaz de distinguir eventuais desvios da qualidade e indicar suas causas. Nesse período as etapas eram planejadas, esquematizadas, implementadas e os princípios da gestão da qualidade eram aprimorados (VASCONCELOS e LUCAS, 2012).

As décadas de 1940 e 1950 deram origem à Era da Garantia da Qualidade, tendo como principal objetivo a prevenção de defeitos no decorrer de toda produção. Nesse período conforme Martins e Costa (1998), todos os departamentos da empresa tinham uma ligação. Garvin (2002) afirmava que com a possibilidade de avaliar os custos de prevenção e de defeitos, associada ao aumento da prevenção para as atividades de projeto de produto e processo, a escolha de fornecedores, treinamento e motivação dos funcionários, definiam essa “Era”. Diversos autores da era da garantia da qualidade eram norte-americanos e atuavam nos Estados Unidos, porém a utilização conjunta e efetiva das muitas ferramentas propostas aconteceu inicialmente no Japão (TEBOUL, 1991; GREEN, 1995)

Em 1970 Juran e Gryna (1980), explicavam que a qualidade era definida como medida da adequação ao uso. Deste modo, para um produto ter qualidade ele deveria ser bem projetado e produzido conforme o planejado. Também deveria ser seguro para empresa e o cliente, ter poucas falhas, possuir confiabilidade em uso e reparo rápido em caso de quebra. Já para Deming (1982), a qualidade era caracterizada pela melhoria contínua dos produtos e processos, tendo em vista à satisfação

dos clientes.

Por outro lado, Crosby (1979) conceituou qualidade como a conformidade das necessidades do projeto. Porém com o tempo, ao mudar uma única palavra na definição, o mesmo autor mudou também o significado de qualidade, definindo-a a partir de então como conformidade as necessidades dos clientes. O que há em comum entre todas as definições, é que além da necessidade de se projetar o produto, no final do processo o mesmo deveria ter a qualidade esperada.

Por sua vez, a Administração Estratégica da Qualidade tinha como uma de suas características a ligação da execução dos objetivos estratégicos da empresa. Slack et al. (2002); Garvin (2002), explicam que para a empresa conseguir atingir um produto ou serviço de qualidade, ela necessita projetá-lo de acordo as necessidades dos clientes. Com isso irá produzi-lo conforme o planejado e disponibilizar um serviço pós-venda que é a garantia para reparos durante a vida útil do produto. Consequentemente, qualidade precisa mais que só o desempenho na produção, é fundamental que tenha um bom desempenho em todos os demais departamentos da empresa como marketing e desenvolvimento.

Sistema de Gestão da Qualidade

Juran (1980), apresentou a trilogia da qualidade como

sendo planejar; controlar e aprimorar a gestão da qualidade. Para o guru da qualidade, planejamento representa identificar os quesitos de qualidade que precisam ser atendidos e elaborar atividades com o propósito de criar um produto e um processo capaz de satisfazer tais quesitos. Já no que se refere ao controle, ele afirma que é preciso controlar a qualidade com a finalidade de monitorar as atividades, que são efetuadas após o planejamento, com o propósito de analisar o desempenho real e agir no sentido de corrigir o processo caso haja desvio no resultado do mesmo. E por fim, enfatiza o aprimoramento da qualidade que basicamente é a prática de atividades com a intenção de melhorar a qualidade do produto e do processo, através de identificação de problemas e de suas causas, de oportunidades de melhoria e de realização de ações de melhorias (JURAN, 1980).

De acordo com Maranhão (2005), o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) pode ser definido como um conjunto de recursos e regras mínimas com o propósito de orientar cada parte da empresa para que a tarefa seja realizada de forma correta, no tempo certo e em harmonia, sempre com vistas para que a empresa seja competitiva. A compreensão de qualidade dentro do sistema visa atender a satisfação dos clientes e a produtividade da empresa operando cada vez mais com menos recursos.

O SGQ faz menção a tudo que uma organização realiza para coordenar processos e/ou atividades. Um SGQ quando implementado significa que a cultura da organização pode ser

determinada pela busca contínua da satisfação do cliente por meio de um sistema integrado de ferramentas, técnicas e treinamento. Assim, envolve a melhoria contínua dos processos organizacionais, sucedendo em produtos e serviços de alta qualidade (PIRES, 2012). O SGQ é de uma natureza dinâmica, ou seja, tem possibilidade de evolução, já que está relacionado com a melhoria. Logo, sua implantação não assegura por si só a satisfação dos clientes e eficiência dos processos. As organizações que compreendem essa filosofia são capazes de alcançar um retorno sobre o investimento ocorrido, evitando a desatualização e inutilidade do sistema (PIRES, 2004, apud PROENÇA, 2011).

Para Chiavenato (1999), a prevenção e correção de problemas de qualidade; diminuição de custos de qualidade que podem afetar a competitividade da empresa; intensificação dos processos; cumprimento de quesitos normativos; exigência dos clientes e extensão de novos mercados são os motivos que levam empresas a investirem na validação de um SGQ. Porém, como defende Pires (2012), acredita-se principalmente na presença de dois motivos principais. Um externo que é a grande necessidade dos clientes e/ou de outras instituições interessadas como garantia de que a qualidade pode ser alcançada, e um interno o qual vem da decisão voluntária da gestão como maneira de assegurar um nível específico que seja satisfatório de qualidade que está para ser alcançado com custo mínimo.

Na maioria dos casos explica Paula (2016), depois do mesmo ter sido implantado, existe uma diminuição dos custos

de produção e um aumento da produtividade. Para o autor a curto, médio ou longo prazo outros benefícios também podem ser obtidos como: a melhoria da organização interna da empresa com responsabilidades; a compreensão e comprometimento dos colaboradores para qualidade; diminuição de refugo, rejeições, desperdícios e reclamações; evolução da imagem e valor da empresa diante seus parceiros de negócios e clientes.

Os custos de implantação de um SGQ são altos e são muitos os obstáculos que podem prejudicar o sucesso dos projetos de inserção, necessitando um grande grau de comprometimento da gestão. Esses obstáculos são:

- Aumento da carga burocrática
- Rejeição dos colaboradores à mudança, em consequência à existência de hábitos enraizados nas instituições
- Pressões externas dos diferentes *stakeholders* – clientes e fornecedores
- Conservação de comportamentos
- Apoio nas estruturas rígidas e hierárquicas
- Falta de formação e experiência dos colaboradores relativamente à temática da qualidade.

(SOARES e PINTO, 2010, apud PROENÇA, 2011, p.21):

Sistemas de Gestão da Qualidade em Indústrias Sucroalcooleiras

A Gestão da Qualidade tornou-se ao longo do tempo um desafio crucial para as empresas que anseiam o aperfeiçoamento de seus produtos, serviços e a melhoria contínua dos resultados (PAULA, 2016). No setor sucroalcooleiro essa realidade já é uma constante. O setor é caracterizado pelo fluxo contínuo, por tanto, qualquer irregularidade em alguma etapa do processo produtivo compromete a qualidade do produto final. Assim, segundo Silva (2018), para gerir de maneira eficiente o setor vem passando por transformações frequentes tanto na alteração do modo de produção como na forma de comercialização de seus produtos.

Conforme Conterato (2016), as razões principais que fazem com que empresas implementam e certifiquem o SGQ é procura por garantia da qualidade e conformidade dos produto seja, apoiando e validando o modelo de inovação; melhorando as atividades da empresa; apreciando a criação de projetos; adaptando as práticas e padrões que são conhecidos internacionalmente; e melhorando a posição competitiva.

Os resultados do estudo de Mauro e Brito (2011), no setor sucroalcooleiro revelaram que há uma correlação de práticas de gestão como o desempenho financeiro das empresas. Os autores entrevistaram 47 gestores de empresas do setor localizadas no estado de São Paulo, e concluíram que a aplicação eficiente das práticas de gestão operacional voltadas para a

gestão de qualidade impactou positivamente no aumento da lucratividade e crescimento das empresas. Já a pesquisa de Siqueira (2004), realizada com gestores de cinco empresas do setor na região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba revelou que o decisivo da gestão interna, contendo o subfator da gestão da qualidade, foi classificado como determinante da competitividade.

Para Silva et al. (2015), a Gestão da Qualidade tem papel relevante para o setor sucroalcooleiro. Logo, é preciso aprofundar o conhecimento e aceitação do SGQ, uma vez que o mesmo contribui com conquistas e decisões sobre políticas de qualidade para o setor. Entretanto, a adoção do Sistema de Gestão da Qualidade é criticada pela maneira de implantação coercitiva e pelo efeito despolitizador sobre trabalhadores. Os próprios estudos sobre SGQ se despolitizaram e o impacto passou então a ser avaliado de forma exclusiva sobre a organização Alves et al. (2015).

Pesquisas realizadas PWC (2012), uma das maiores prestadoras de serviços profissionais do mundo na área de auditoria, consultoria de negócios e assessoria em transações, envolvendo 120 respos diversos setores da cadeia sucroalcooleira, sendo: 24% usinas, 40% prestadores de serviços, 11% indústria de base, 3% fornecedores e 22% outros setores, indagou os respondentes sobre causas de sucesso do setor. Os resultados mostram que em uma escala de cinco níveis, a qualidade das operações agrícolas assim como da cana entregue, são consideradas como os fatores de maior relevância.

Benefícios do Sistema de Controle de Qualidade – SGQ em Indústrias Sucroalcooleiras

Em um programa de gestão da qualidade, as ações de responsabilidade e preocupação com a qualidade melhoram a imagem da empresa, ocasionando um crescimento significativo no número de consumidores e vendas. Em função do treinamento, os funcionários tornam-se mais capacitados e os fornecedores mais envolvidos com a empresa; abrem-se as portas para exportação, entre outras vantagens. Logo, o lucro não aparece de imediato, contudo, pode ser observado a longo prazo (PAULA, 2016). Marshall Júnior (2006) defende que com a gestão da qualidade não somente a empresa se beneficia, mas todos os colaboradores, os clientes e a sociedade. Isso porque melhora o relacionamento técnico e comercial com fornecedores, aumento de segurança e confiança de serviços e bens.

Os resultados do trabalho de Carlini et al. (2006), realizado em uma agroindústria canavieira do estado de Pernambuco confirmam vantagens na adoção de sistemas de Gestão de Qualidade no que se refere às condições de satisfação financeira de interesse dos acionistas, eficiência, crescimento, competitividade e lucratividade. Nos resultados da pesquisa de Marshall Júnior (2006), em Usinas dos estados de Minas Gerais e São Paulo um benefício significativo apresentado foi a implementação de processos. Já sob a perspectiva dos colaboradores, os ganhos segundo Silva et al. (2015 apud Scopinho 2000), favorecem a adoção de novas práticas

asseguradas pela modernização tecnológica e organizacional das usinas, que passam a oferecer maior controle sobre o trabalho.

Segundo Conterato (2016), é possível verificar que a implantação do SGQ traz grandes benefícios para empresa. Em seus estudos realizados, o quesito de melhor padronização por meio de documentação e registro foi a maior média encontrada. Esse benefício é considerado interno dado que a organização de documentos ajuda no funcionamento da empresa, refletindo na rotina dos funcionários. Já a segunda maior média encontrada foi o quesito ambiente disciplinado e organizado.

Sobre isso, os resultados do estudo de Borba et al. (2016), confirmam que a padronização de processos com a implantação do SGQ em Usinas Sucroalcooleiras, permite eliminar discordâncias entre tarefas realizadas por diferentes colaboradores que exercem a mesma função. O estudo revelou também que por meio de procedimentos documentados e padronizados é possível que as diversas atividades sejam feitas como devem ser, facilitando o repasse de informações e mantendo conhecimento sobre as mesmas.

Nas empresas objeto de estudo de Henriques e De Sa (2011) assim como nas Borba et al. (2016), a organização de informações e as atividades realizadas nos setores da empresa promoveram um aumento significativo na produtividade e uma diminuição nos erros associados ao processo produtivo e

consequentemente na redução de custos. O SGQ estando igualado a estratégia organizacional e instalado na cultura da organização de forma correta, é um diferencial amplo na parte competitiva. Nesse sentido, não há como negar que a implantação do SGQ traz benefícios a longo prazo elevando a credibilidade da empresa no mercado diferenciando-a da concorrência (BORBA, et al. 2016).

Luz et al. (2017), defendem com base no estudo que realizaram em uma Usina Sucroalcooleira na região noroeste do estado de São Paulo que empresas com um SGQ destacam-se por ter resultados na parte de maior controle sobre as informações recebidas e geradas com a criação de registros e procedimento de armazenamento. Um segundo aspecto defendido pelos autores é o aperfeiçoamento do treinamento nas empresas, dado ao fato de que para lidar com a criação e manutenção de procedimentos, a capacitação é necessária, pois o treinamento impulsiona a equipe a se manter engajada com os objetivos do SGQ.

Pereira et al. (2016), também concordam que a implantação do SGQ aumenta a perspectiva de elevação do padrão dos produtos conforme o setor sucroalcooleiro necessita, assim como a eficiência, a qualidade e a lucratividade da empresa. Os pesquisadores argumentam ainda que, com uma boa ordenação o SGQ possibilita a empresa garantir princípios de gestão da qualidade como o foco no cliente por exemplo.

O SGQ tem como objetivo gerenciar as necessidades e

expectativas do cliente garantindo sua satisfação. Avançando o modelo de hierarquia de níveis organizacionais, iniciando no nível estratégico, passando pelo tático até o operacional. Isso explica porque é fundamental entender que a decisão de implementar a ISO 9001 deve partir da alta direção, que por sua vez tem papel essencial na documentação, implantação e manutenção do SGQ (CONTERATO, 2016)

Uma consequência natural na aplicação correta da Norma ISO 9001 é a redução de custos. Quando uma organização aplica os requisitos da norma e completa com treinamentos de pessoal, uso de recursos apropriados para cada tarefa, planejamento das atividades para decorrente execução e inspeção no produto final, se dá à redução do custo operacional como um dos benefícios que a certificação ISO 9001 (MARSHALL JÚNIOR, 2006).

Conclusão

Em conformidade com a revisão da literatura e dos trabalhos apresentados, inicialmente conclui-se que o aumento de exigências dos clientes e o reconhecimento de suas necessidades do ponto de vista para o avanço ou aperfeiçoamento de produtos e serviços, juntamente com a diversidade e competitividade no mercado, permite que empresas do setor sucroalcooleiro procurem métodos e estratégias na busca por maiores índices de lucratividade e

espaço no mercado. Para tanto, diversas transformações ocorreram, destacando-se a competitividade no setor, as exigências dos clientes e a preocupação com a imagem das empresas no mercado.

Em atendimento a esse trabalho cujo objetivo buscou apresentar e discutir o Sistema de Controle de Qualidade como uma ferramenta de gestão determinante da eficácia organizacional em indústrias sucroalcooleiras, constata-se que o mesmo é um processo complexo o qual perpassa por fases distintas e de longo prazo. Logo, para que haja sucesso em sua implementação é fundamental que exista uma conscientização, motivação e conhecimento de todos os envolvidos, possibilitando assim que o SGQ alcance seu objetivo e resulte de forma positiva para a empresa.

Conclusivamente depreende-se em relação aos benefícios do SGQ enquanto ferramenta de gestão, o aumento da eficiência, o crescimento da empresa, a adoção de novas práticas asseguradas pela modernização tecnológica e organizacional das usinas, a padronização por meio de documentação e registro, o controle de tarefas realizadas por diferentes colaboradores que exercem a mesma função evitando assim discordâncias, a capacitação necessária, já que o treinamento impulsiona a equipe a se manter em foco, a redução de custos e o aumento de perspectiva dos produtos padrões.

Referências:

BORBA, M; SCHAPPO, A; ROMAGNOLI, V.G; PEREIRA, M.R. Implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade Segundo a Norma ISO9001:2008. **XXXVI Enegep**, 2016.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 2º ed. 1999.

CONTERATO, Camila; CASTRO, Cláudio; SALGADO, Eduardo. Análise das razões, benefícios e dificuldades na implantação da NBR ISO 9001 em empresas sucroalcooleiras. **Revista Spacios** v. 37, n.12, 2016.

CROSBY, Philip B. **Quality is free**. New York: New American Library, 1979.

DEMING, W. Edwards. **Quality, productivity and competitive position**. Boston: MIT Press, 1982.

ORTIZ, M.F.; VELASCO, L.M.C.; GORDILLO, M.C.T. Impacto de la gestión de calidad en la estructura organizativa y em la innovación de la industria azucarera colombiana. **Estudios Gerenciales**, 28, 2012. P. 317-338.

GARVIN, David A. **Gerenciando a qualidade: a visão estratégica e competitiva**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

GREEN, Cynthia. **Os caminhos da qualidade**. São Paulo:

Makron Books; SENAC,1995.

HENRIQUES, Marly Pereira e DE SA, Jose Alberto Silva. Identificação das dificuldades e benefícios da implementação de SGQ baseado na ISO 9001:2008: um estudo de caso no setor madeireiro. **XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Belo Horizonte, 2011.

CARLINI, R.J.; ARAÚJO, R.O.; SILVA, F.S.; FONSECA, A.B.; LISBOA, W.F. O controle de qualidade em uma agroindústria canvieira do estado de Pernambuco. **XIII SIMPEP**. São Paulo, 2006.

JURAN, Joseph M.; GRZYNA JR., Frank M. **Quality planning and analysis**. New York: McGraw-Hill,1980.

LUZ, O.J.; VILAS, L.G.; FARIA, M.D.; CAETANO, M.S.; OLIVEIRA, E.S. Análise da iso 9001 em laboratório do setor sucroenergético na região noroeste do estado de São Paulo. **Revista Engenharia em Ação UniToledo**. São Paulo, 2017.

MARANHÃO, M. **ISO série 9000(versão 2000) – Manual de implementação**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

MARKONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MARSHALL JUNIOR, I. et al. **Gestão da qualidade**. 8.ed. Rio

de Janeiro: FGV, 2006. p.196.

MARTINS, R. A.; COSTA, P. L., Neto Indicadores de Desempenho para a Gestão pela Qualidade Total: Uma Proposta de Sistematização. **Gestão e Produção**, 5 (3), 298-311 (1998). Recuperado em 12 fevereiro, 2013, de <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v5n3/a10v5n3.pdf> >.

MAURO, M.; BRITO, L.A.L. Práticas operacionais e o desempenho financeiro das empresas do setor sucro-energético em São Paulo. Anais do Simpósio: **XIV SIMPOI – Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. São Paulo: Piracicaba, 2011.

PAULA, Gilles. O que é SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade Total) e como ele pode ajudar a reduzir custos e melhorar os resultados. [S. l.]: **Treasy**, 21 ago. 2016. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/sgq-sistema-de-gestao-da-qualidadetotal/>. Acesso em: 24 nov. 2019

PEREIRA, J.A.; FERNANDES, T.; NASCIMENTO, V.L.; FERNANDES, T. **Adiantamentos e dificuldades para implantação da norma iso 9001**: Um estudo de caso em usina do setor produtivo sucroenergético. VI JOEP. Mato Grosso, 2016.

PIRES, R. A. **Sistemas de Gestão da Qualidade – Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Indústria, Serviços, Administração Pública e Educação**. Lisboa: Edições Sílabo, (2012).

PROENÇA, T. A. **O Processo de Certificação de um Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente - Hotel Tryp Coimbra** Relatório de Estágio Curricular, Universidade de Coimbra) Coimbra, Portugal (2011). Disponível: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/17888?mode=full>

PWC AGRIBUSINESS RESEARCH e KNOWLEDGE CENTER **Identificando a opinião do setor sucroenergético. Material de apresentação.** PWC/CEISE Br/Sucrotrends, 2012. 49p.

SCOPINHO, R.A. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. **Revista de Administração Contemporânea**, 4(1), p.93-112, 2000.

SILVA, F. P. O setor sucroalcooleiro no Brasil: características, perspectivas e crise. **Anais do Congresso: 56º Congresso SOBER** – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. São Paulo: Campinas, 2018.

SILVA, L. N. ARRAES, N.A.M.; VILELA FILHO, L.R. (2015) Adoção da gestão da qualidade nas usinas de açúcar e etanol brasileiras. **Anais do XXXV Encontro Nacional de Engenharia da Produção.** Ceará, Fortaleza, 2015.

VASCONCELLOS, André; LUCAS, Solange. Gestão Pela qualidade: dos primórdios aos modelos de excelência em gestão. **Anais do Congresso: VII CNEG - Congresso Nacional de Excelência em Gestão.** Rio de Janeiro: Niterói, 2012.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; SILVEIRA, J. M. F. Modelo evolucionário de aprendizado agrícola. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 10, n. 2, jul.-dez., p. 265-300, 2011.

SIQUEIRA, P.H.L. **Determinantes da competitividade da agroindústria processadora de cana-de-açúcar das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba – Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (2004).

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

TÉBOUL, James. **Gerenciando a dinâmica da qualidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria canavieira: estratégias competitivas e modernização**. Editora Átomo, 2003.

Impactos da certificação iso em indústrias sucroalcooleiras

Alessandra Aparecida Franco
Mateus Medeiros Ferreira

Introdução

De acordo com Alves (2003), a partir da década de 1990 o setor sucroalcooleiro passou por grandes transformações sendo inserido em um contexto de livre mercado e diminuindo a intervenção estatal, modificando a forma de comercialização de produtos como o açúcar e álcool e a cana-de-açúcar. Desde então, a exigência por maior qualidade na gestão da produção das indústrias passou a ser determinante para a concorrência e manutenção no mercado.

Em resposta a esse cenário, o setor sucroalcooleiro vem se mostrando bastante eficiente em relação à sua produtividade, aliada a ações que geram qualidade garantindo maior competitividade as empresas do setor. Atualmente a produção de cana-de-açúcar está representada por aproximadamente 635,51 milhões de toneladas, uma diferença de 0,4% a mais em relação à safra 2017/2018 que foi de aproximadamente 633,26 milhões de toneladas (CONAB, 2018).

Assegurar a qualidade em uma empresa não é uma tarefa fácil de realizar. Isso explica a necessidade de se implementar um

Sistema de Gestão da Qualidade, posto que essa é uma ferramenta capaz de otimizar vários processos na empresa assim como a melhoria contínua dos produtos e serviços oferecidos (FALCONI, 2010). Por meio de sua implantação, a melhoria no desempenho, na cultura e na imagem da organização além da elevação de ganhos e redução dos custos torna-se notável. Nesse sentido, a busca pela qualidade pode se revelar como um grande diferencial garantindo oportunidades a fim de que a empresa se torne competitiva no mercado nacional e internacional (PAULA 2016).

A NBR ISO 9001:2000, representa uma evolução no campo da qualidade tendo como bases para sua criação os modelos de processos que podem ser aplicados a qualquer empresa, seja ela uma prestadora de serviços, de processos ou produção. Os termos genéricos dispostos nessa norma apresentam todos os requisitos necessários à garantia de qualidade (PEARCH e KITKA, 2006). Para Coelho (2017), a norma ISO 9001 destaca-se diante da visão geral em que possui a série ISO 9000 porque possui os requisitos que um Sistema de Gestão da Qualidade necessita.

Desenvolve-se o presente trabalho com o objetivo de apresentar e discutir os impactos da Certificação ISO 9001 em Indústrias Sucroalcooleiras como fator de competitividade no setor. A compreensão de como as Indústrias Sucroalcooleiras efetivamente tem se comportado mediante o cenário atual, justifica esse estudo circunstanciada pela revisão da literatura sobre o tema, assim como por resultados de pesquisas já

realizadas e publicadas por estudiosos da área.

Contexto histórico da Gestão da Qualidade

Segundo Vasconcellos e Lucas (2012), uma das primeiras manifestações formais com foco na qualidade partiu da inspeção dos produtos acabados em uma época em que se predominava a manufatura. Esse período em que ao processo produtivo não se dava tanta importância já que o foco era o produto final, antecedeu a revolução industrial e foi denominado pelos estudos da gestão da qualidade como a Era da Inspeção, na qual 100% das peças pertencentes a cada sistema e equipamento eram analisadas.

A Era da Inspeção teve início com a introdução de inspetores de qualidade nas fábricas modernas que realizavam produção em massa nos Estados Unidos. A introdução desses profissionais se deu pelo fato de começar a existir um número considerável de produtos com defeitos, além de desperdícios de materiais. Os sistemas de inspeção surgiram para melhorar o trabalho daqueles que eram responsáveis pela produção a fim de facilitar a verificação de tudo o que era produzido. A inserção desses inspetores foi de grande importância, pois foi o começo real da inspeção do controle de qualidade já que eram eles profissionais responsáveis pela qualidade (VASCONCELLOS e LUCAS 2012).

Contudo, embora tendo sua relevância na história da

qualidade, a era da inspeção para a maioria dos teóricos estudiosos do tema, não garantiam a qualidade pelo fato dessa inspeção acontecer somente em produtos acabados e não no decorrer do sistema de produção. Vale ressaltar também que essa prática sendo aplicada diariamente e seguindo um tempo de aplicação maior, elevava os custos (VASCONCELLOS e LUCAS 2012).

Por volta do século XVIII com a revolução industrial algumas mudanças nas indústrias foram inevitáveis, pois elas começaram a produzir muito mais do que produziam antes. A produção em massa passou a dominar o ambiente das fábricas, e as quantidades produzidas se tornaram maiores e os preços menores. Como consequência dessa realidade, a população passou a ter maior acessibilidade aos produtos, e os artigos mais caros e luxuosos se tornaram sinônimos de qualidade e de maior desempenho. No ambiente das fábricas, o controle de inspeção dos produtos resultantes dos processos produtivos cada vez maiores, se tornava cada vez mais difícil. Logo, mecanismos que tornavam mais viável a inspeção dos produtos, fez-se necessário, dando origem ao uso de métodos estatísticos por amostragem (JÚNIOR, 2010).

Segundo Vasconcelos e Lucas (2012), para garantia da qualidade na indústria no final da década de 1930 surgiu uma nova filosofia dada à necessidade de obtenção de níveis de qualidade cada vez melhores. Esse novo momento da qualidade foi denominado Era do Controle Estatístico a qual se consolidou pelos estudos do físico norte-americano Walter A. Shewhart. Os

métodos estatísticos do Controle de Qualidade incentivaram o nascimento também de setores considerados específicos Intra Organizacionais focados na questão da qualidade. Contudo, esses métodos eram quase específicos para somente inspeção de produtos acabados fazendo a qualificação e detecção de defeitos sem se fazer a investigação da causa custos.

Por volta dos anos de 1950 e 1960 o aumento das publicações científicas em relação ao Controle da Qualidade foi bastante expressivo. Autores novos como, Feigenbaum, Ishikawa, Juran e Deming focaram seus estudos mais nos setores de Engenharia da Qualidade e Administração, fazendo assim consequentemente aproximar o conceito de qualidade com a satisfação do cliente, distanciando de uma visão que era defendida anteriormente como “Perfeição Técnica” (JUNIOR, 2010).

Foi na década de 70 que a qualidade só começou a se destacar e estar mais ativa no cotidiano dos consumidores, uma vez que foi nesse período que os consumidores aumentaram seus instintos críticos em relação aos serviços e produtos adquiridos (FRANCO, VILARINHO e FURTADO, 2012).

Em 1987 aconteceu no Brasil o lançamento das normas da série ISO 9000 a qual se subdividia em três modelos de gerenciamento da qualidade em conformidade com a natureza das atividades da organização. As normas da série ISO 9000 começaram a sofrer seu primeiro processo de revisão no final dos anos 80 a fim de melhorar também a sua aplicabilidade para as

organizações que eram voltadas para a prestação de serviços. Essa primeira revisão tinha o objetivo de realizar correções em inconsistências e erros que eram observados durante sua utilização (PAULA e MELHADO, 2005).

De acordo com Teixeira (2000), a partir dos anos 90, a preocupação com a qualidade se intensificou ocorrendo uma verdadeira revolução gerencial em grande parte das empresas brasileiras, ampliando assim o foco na gestão da qualidade e impulsionando o desenvolvimento econômico nacional. Para Miranda (2006), frente à situação econômica do país em meio ao novo ambiente globalizado da economia, aspectos como foco no cliente, no mercado e no posicionamento estratégico, ocasionaram mudanças significativas nos paradigmas das organizações colocando-as em um patamar maior. Foi nesse período que as normativas da Qualidade ISO 9001, ISO 9003 e ISO 9002, se consolidaram de forma conjunta na década de 1990 tornando-se referência internacional (FRANCO, VILARINHO E FURTADO, 2012).

Conclusivamente a Gestão da Qualidade surgiu de um conjunto de diversas práticas de gestão sustentadas por oito princípios. São eles: envolvimento de pessoas; foco no cliente; abordagem de processos; liderança; abordagem factual para tomadas de decisões; abordagem sistêmica para a gestão; benefícios mútuos nas relações com os fornecedores; e melhoria contínua (JUNIOR, 2010).

Sistemas de Gestão da Qualidade

Maranhão (2005), define o Sistema de Gestão da Qualidade como um conjunto de regras de recursos que de forma adequada deve ser implementado, objetivando a orientação de todos os departamentos da organização para que façam suas atividades e tarefas no tempo certo e de maneira correta, a fim de potencializar a produtividade da empresa. Assim, as políticas do Sistema de Gestão da Qualidade somente se tornam aplicáveis mediante o envolvimento de todas as pessoas da organização.

Sendo assim, afirma Paladini (2002, apud Miranda 2006), para que a qualidade seja um valor de todos, é preciso haver mudanças inserindo a qualidade na cultura da empresa o que requer tempo e continuidade. A inserção da qualidade na cultura da organização transforma a qualidade em um valor para todos e ao mesmo tempo convence que mudança gera benefícios. Sobre isso Oliveira e Escrivão (2001), explicam que as empresas devem se preocupar com todas as pessoas envolvidas nas ações de qualidade para que haja sucesso na implementação do Sistema de Gestão da Qualidade.

De acordo com Cerqueira e Martins (1996), o Sistema de Gestão da Qualidade atua para realizar ações do tipo corretivas e reativas tendo como foco a prevenção de não conformidades por meio da definição de objetivos que devem ser atingidos juntamente. Contudo, tais ações não possuem um caráter punitivo. A cultura predominante no Sistema de Gestão da Qualidade centra-se na busca diária da satisfação do cliente

fazendo uso de ferramentas, treinamentos e técnicas, sempre com vistas à melhoria contínua dos processos da empresa a fim de obter como resultado produtos e serviços com alta qualidade (SASHKIN e KISER, 1994, p.34).

Conforme Mello et al., (2002), tudo o que uma empresa organiza e realiza com a finalidade de melhor gerenciar seus processos ou atividades, é o que o Sistema de Gestão da Qualidade faz referência. Quando uma organização resolve implementar um Sistema de Qualidade, a padronização de seus procedimentos é o ponto de partida para obtenção da melhoria contínua. Os métodos utilizados devem ser claramente especificados para que atividades sejam realizadas e o controle seja eficaz (COELHO, 2017).

Para Marshall Júnior (2006), são muitos os benefícios adquiridos com a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade como: eliminação do retrabalho; aumento da competitividade; maior sustentação em disputas judiciais; melhoria da reputação da empresa e imagem; melhor relacionamento técnico e comercial com os clientes; aumento da participação nos mercados internacional e nacionais; maior integração entre os processos e departamentos da empresa juntamente com um melhor desempenho organizacional pela promoção do treinamento; redução do custo operacional; qualificação; e da certificação dos colaboradores.

Certificação ISO 9001

Como é popularmente chamada, a série NBR 9000:2000 é composta por um conjunto de normativas intituladas ISO 9000, 9001, ISO 9004 e ISO 19011. De acordo com Bárbara (2006), a junção de todas essas normativas padroniza de forma eficiente o sistema de Gestão da Qualidade. A norma ISO 9001 se destaca na série ISO 9000, pelo fato de apresentar os requisitos necessários para um Sistema de Gestão da Qualidade.

A norma ISO 9001:2000 coloca em destaque para as organizações o quanto é importante gerenciar, identificar e implementar processos de melhoria contínua rumo a eficácia organizacional. Para Carpinetti (2007), a ISO 9001 é uma certificação que realiza um processo de avaliação de competências das empresas em produzir bens ou serviços. Essa certificação atesta se o Sistema de Gestão da Qualidade de uma empresa está dentro dos padrões do Sistema de Gestão da Qualidade que a norma estabelece.

A procura pela certificação ISO 9001 ao longo dos anos ocorreu graças à demanda pela busca por um modelo de Gestão da Qualidade, tendo em vista que esse é o caminho mais prático de preparação para o mercado (ROTH, 1998). Barbara et al. (2009) explica que a utilização da norma ISO 9001 ocorre em uma organização quando a mesma tem como objetivo demonstrar que é capaz de fornecer a seus clientes produtos e/ou serviços que os atendam de forma satisfatória.

Para Rodrigues et al. (2011) a ISO L9001, é considerada uma ferramenta importante e de grande eficiência para garantir um Sistema de Gestão da Qualidade eficaz. Isso explica porque as empresas desejam tanto conquistá-la. Pearch e Kitka (2006) destacam que a referência normativa NBR 9001:2000 tomou como base um modelo de processos cuja aplicação pode ser feita em qualquer empresa seja do segmento de produção, processos ou prestadoras de serviços. Logo, qualquer organização independente do setor que atua, do porte e dos serviços e/ou produtos fornecidos, pode requerer sua implantação (CARPINETTI, 2012).

De acordo com Franco, Vilarinho e Furtado (2012), a norma ISO 9001 tem uma grande proximidade dos conceitos de gestão pela qualidade total, uma vez que um dos objetivos da norma é a priorização do conceito de melhoria contínua, o qual é um dos pilares do Sistema de Gestão da Qualidade. Junior (2010), confirma a afirmativa e apresenta os oito princípios contemplados pela normativa.

O primeiro princípio é o foco no cliente. Para o autor, o cliente é a razão principal de existência de uma empresa. Logo é necessário atender suas necessidades atuais e futuras (JUNIOR, 2010). Não há como negar que a existência de qualquer organização, é um princípio vital para a gestão da qualidade. Assim, o alcance da satisfação desses clientes deve ser sempre a busca pela superação das suas expectativas (COELHO, 2017).

O segundo princípio apresentado é a liderança. O autor

explica que são os líderes que estabelecem os objetivos e direção da empresa (JUNIOR, 2010). O líder segundo Coelho (2017), tem papel importante para seus liderados. A ele compete fazer o gerenciamento do capital humano sempre buscando a obtenção de um ambiente interno de trabalho saudável, estimulando seus funcionários a buscar sempre o crescimento profissional e por meio da integração, alcançarem o sucesso em todas as atividades desempenhadas (COELHO, 2017).

O terceiro princípio enfatiza que todas as pessoas na empresa independente do cargo que ocupam são a essência de uma organização (JUNIOR, 2010). Esse princípio enfatiza a importância de buscar o aprimoramento das habilidades dos funcionários obtendo como resultado o êxito do negócio. Coelho (2017), explica que o envolvimento e comprometimento dos trabalhadores é fundamental, pois são eles os responsáveis pela obtenção da melhoria contínua.

O quarto princípio considerado pela normativa traz a abordagem do processo, a qual segundo Junior (2010) leciona que um resultado desejado é alcançado mais eficientemente quando as atividades e os recursos relacionados são gerenciados como um processo. Sobre esse princípio Coelho (2017), afirma que processo é um conjunto de atividades que traz um resultado bastante satisfatório e que para o cliente é de grande importância. Ressalte-se que um processo está sempre repetindo e que seu objetivo na gestão da qualidade é de tornar melhor a produtividade da empresa por meio da redução dos custos. Para Junior (2010), identificar, compreender e gerenciar os processos

inter-relacionados como um sistema, contribui para a eficácia e a eficiência da organização.

O quinto princípio trata da abordagem sistêmica para a gestão. Coelho (2017), explica que de acordo com o conceito de abordagem sistêmica, as atividades, pessoas e processos em uma organização constituem um sistema onde todos os envolvidos estão inter-relacionados. O autor explica também que de forma harmônica essa abordagem permite a compreensão e a estruturação dos processos, assim como a percepção das limitações dos recursos antes mesmo de operá-los, podendo levar a implantação de ações corretivas otimizando a melhoria contínua de tarefas específicas.

Como sexto princípio, Junior (2010), apresenta a melhoria contínua do desempenho global da empresa, a qual segundo eles deveria ser um objetivo permanente. Para Coelho (2017), a melhoria contínua pode proporcionar a identificação de possíveis causas capazes de provocar defeitos possibilitando ser eliminadas atividades que possam não estar corretas e possivelmente podem prejudicar o resultado final do produto ou serviço. Além disso, possibilita ainda fazer com que os equipamentos passem por suas devidas manutenções possibilitando a prevenção de possíveis falhas no decorrer de algumas atividades. Logo, pode-se dizer que a melhoria contínua visa melhorar a qualidade do produto ou a qualidade do serviço atendendo sempre as expectativas dos clientes e assim obtendo vantagens competitivas sobre os concorrentes.

A abordagem factual para a tomada de decisão é o sétimo princípio contido na normativa. Junior (2010), uma decisão eficaz é aquela fundamentada por informações e análise de dados. Para o tomador de decisões, é relevante fazer uma análise da veracidade de todas as informações recebidas. Coelho (2017), explica que essa abordagem possibilita a compreensão dos processos fazendo com que problemas futuros sejam previstos.

O oitavo princípio da normativa, aborda os benefícios mútuos nas relações da empresa com os fornecedores. Para Junior (2010), uma empresa depende tanto do seu fornecedor quanto esse da mesma. Nessa relação de interdependência, os benefícios mútuos só aumentam a capacidade de ambos agregarem valores. Sampaio, Saraiva e Rodrigues (2009), afirmam que os benefícios obtidos com a certificação possuem uma forte ligação com as características das motivações que levam as empresas a implementarem o Sistema de Gestão da Qualidade. Esses motivos se de natureza interna tratam das melhorias obtidas, enquanto que os de natureza externa possuem grandezas de dimensões mais globais como abertura de novos mercados.

Sobre isso Marshall Júnior (2006), concorda por defender que empresas que adotam um Sistema de Qualidade de acordo com a normativa NRB ISO 9001 obtêm vários outros benefícios como: eliminação de retrabalho, eliminação de custos e custos operacionais, melhora a reputação e imagem da empresa dentre outros. O autor referencia em relação à implantação da normativa ISO 9001, que tanto a sociedade quanto os clientes também se beneficiam por elevarem a confiança e a segurança em relação

aos bens e serviços adquiridos.

Caracterização do Setor Sucroalcooleiro

O setor sucroalcooleiro representa 2% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, o que equivale a 10% do valor total bruto do agronegócio. No cenário atual o setor está em constante expansão, com um mercado livre e também bastante competitivo. Quase todos os estados brasileiros são produtores de cana-de-açúcar sendo São Paulo o que detêm a maior produção com cerca de 60% (JORNALCANA, 2019).

São mais de 800 mil empregos gerados pelo setor com salários maiores em relação à média da remuneração paga no Brasil. O nível de formalização de empregos também é maior que a média do agronegócio no país. Contudo, atualmente o setor enfrenta agravações provocadas pela moagem em quantidade menor, assim como aumento do dólar na safra 2018/2019. Os desafios são grandes e há empresas com dificuldades (JORNALCANA, 2019).

Nos anos 2003 e 2004 o setor sucroalcooleiro sofreu impactos positivos na comercialização de seus produtos em função dos chamados veículos “FlexFuel”. Isto porque, o preço elevado do barril de petróleo aliado às questões ambientais impulsionou significativamente as perspectivas do setor, já que os demais combustíveis na condição de fosseis estavam afetando

o planeta e levantando intensas discussões sobre o aquecimento global (GARCIA, 2007).

Segundo Macedo (2007), o etanol possui uma capacidade muito alta de diminuição do índice de emissão dos gases que ocasionam o efeito estufa. Essa capacidade é considerada elevada pelo fato de ser uma fonte de energia renovável e por seu balanço energético ser da ordem de 8,9, índice acima do etanol produzido pelos EUA a partir do milho que é cerca de 1,3. Tais explicações justificam um cenário vigente com perspectivas ainda muito favoráveis a produção do etanol. O fato é que o setor sucroalcooleiro vem se adaptando cada vez mais as novas exigências e se antecipando as que ainda estão por vir. O fim das queimadas da palha da cana no ato da colheita e a acepção e introdução da colheita mecanizada são exemplos, assim como a migração do trabalho manual para a operação de máquinas agrícolas (ÚNICA, 2019).

Segundo Energia (2019), hoje o setor possui um novo modelo baseado no emprego de recursos, técnicas e normas antes controladas por grandes grupos globais. Esse modelo apresenta novidades nos âmbitos estratégico, organizacional e institucional. Considerada como a de maior relevância ou a principal de todas, a novidade institucional adentra as esferas globais. Seu objetivo é promover e direcionar as atividades fazendo com que o uso do etanol seja em escala mundial, partindo da premissa que visa diminuir os impactos ambientais causados pelo uso de combustíveis fósseis. A transformação do álcool em commodity em fase de efetivação e as certificações Bonsucro a qual visa

garantir a sustentabilidade social, ambiental e econômica do etanol e a Renewable Fuel Standard (RFS 2) que visa atender às exigências dos EUA, possuem reconhecimento mundial e são os principais indicativos da internacionalização do produto (ENERGIA, 2019).

A cooperação e a relação entre os setores, formado por grandes grupos, empresas de energia e tradings, compõem o quadro das novidades organizacionais do novo modelo. Logo, a mudança da representação é considerada como a principal novidade caracterizada pela comercialização do etanol com o mercado mundial por meio de parceiros internacionais. Nesse sentido, a aplicação de Joint Ventures com empresas de outros países é garantia de uso de novas tecnologias (ENERGIA, 2019).

As novidades estratégicas que compõe o novo modelo envolvem o controle dos fluxos, tecnologias industriais e produtivas, infraestruturas e também processos. Com o passar dos anos é notável a consolidação e implantação da colheita mecanizada juntamente com o fim da mão-de-obra manual para o corte de cana. As áreas presentes na região Centro-Oeste de caráter plano, indicam que são muito favoráveis e competitivas para essa nova prática agrícola. Tanto que é nessa região, que empresas do setor sucroalcooleiro se organizam pela busca de maiores ganhos em eficiência, produtividade e mercado envolvendo todas as etapas de produção, comercialização e industrialização do etanol (ENERGIA, 2019). Pelo exposto, é evidente que as empresas que não procurarem se adequar nesse novo modelo caracterizado pela inserção de tecnologias

modernas com abrangência no mercado internacional, ficarão impedidas de se manter competitivas.

A Nova Política de Biocombustíveis aprovada em 2017- Renovabio, surgiu como uma proposta tentadora e embora ainda esteja em período de regulamentação, começa a ser válida no ano de 2020 possuindo consenso do governo e do setor produtivo. De acordo com a Única (2019), para participar do Programa Renovabio a empresa deve funcionar dentro de uma política cuja prática não seja o desmatamento, uma vez que o etanol e todos os demais produtos precisam ser de caráter sustentável em todos os seus os processos do início ao fim.

Segundo Canaonline (2019), verifica-se que os resultados acumulativos dos últimos dez anos das atividades agrícolas como custos, preços de matéria-prima da cana e eficiência industrial, revelaram que nos últimos 11 anos houve um aumento substancial de 177,40%. Nesse mesmo período houve uma queda na produtividade em torno de 12,50%, podendo ter sido acarretada pela intensificação do uso da mecanização nas culturas ainda em expansão da cana-de-açúcar e de uma variação do preço de 165,00%. Esse fato de acordo com a Única (2019), deu em detrimento da antecipação das chuvas de primavera no ano antecessor de 2018 que comprometeram a colheita e conseqüentemente reduzindo a quantidade de aproveitamento de moagem.

Em relação ao ano de 2019 a situação foi diferente garantindo um rendimento melhor da operação nas ultimas

quinzenas, ocasionando um avanço na safra em relação aos resultados obtidos no último ciclo agrícola. Até o momento todos os dados coletados mostram que a safra 2019/2020 antecipou seu término. Em 16 de outubro do de 2019 aproximadamente 25 usinas já haviam encerrado a safra no Centro-Sul do país, em comparação ao ano 2018, onde somente 20 unidades finalizaram a colheita nessa mesma data. Em contrapartida, essas 25 usinas sofreram próximo de 13,5% de retração na moagem (ÚNICA 2019).

Por todo o exposto, verifica-se que o setor sucroalcooleiro vem se expandindo cada vez mais. Hoje esse setor é considerado um dos mais promissores e dinâmicos da agricultura brasileira, pertencendo ao cenário da agroenergia, relacionado à produção de combustível e produção de energia limpa e renovável. Um marco para o setor sucroalcooleiro é a produção da Bioeletricidade como uma das mais importantes fontes de geração de energia elétrica produzida a partir da palha e do bagaço da cana-de-açúcar. A Bioeletricidade permitiu que o setor se desenvolvesse fortemente no mercado (ÚNICA 2019).

Impactos do Sistema de Gestão da Qualidade em Indústrias Sucroalcooleiras

As gradativas mudanças sofridas pelo setor sucroalcooleiro com o passar dos anos afetaram o modo de produção e comercialização dos produtos do setor, exigindo das

organizações uma maior eficiência econômica e administrativa em detrimento da concorrência instalada (ALVES, 2003). Isso explica porque a busca pela qualidade por meio da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade tem sido uma ferramenta de gestão eficaz. De acordo com Simões e Ribeiro (2007) o Sistema de Gestão da Qualidade é um dos principais desafios para as empresas que procuram aperfeiçoar seus serviços, produtos e a melhoria contínua de seus resultados.

Os resultados da pesquisa de Salgado et al. (2016) realizada através de análise das razões, benefícios e dificuldades na implantação da NBR ISO 9001 em empresas sucroalcooleiras revelaram que a implementação do SGQ resulta em diversos benefícios para a empresa. Contudo, a burocracia e o levantamento de documentos necessários na sua implantação são impeditivos consideráveis. Os resultados do estudo também apontaram que fatores como comprometimento da direção e dos recursos humanos assim como o planejamento apresentam determinado grau de dificuldade, e por isso devem estar alinhados para que as empresas obtenham sucesso na implantação. Para o autor fatores como comprometimento da direção, recursos humanos e o planejamento também apresentam grau de dificuldade, e por isso devem sempre estar alinhados para que as empresas possam ter sucesso com essa implantação.

Quanto aos obstáculos, os resultados da pesquisa de Sampaio (2009) mostraram que o envolvimento da alta direção das empresas durante a implantação e a certificação do SGQ, não era eficaz. Isso foi considerado por ele como o principal

dificultador enfrentado. O pesquisador relatou também que após a obtenção dessa certificação, notava-se que havia certo desgaste nos benefícios conseguidos mediante a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade.

No tocante aos benefícios, Salgado et al. (2016) concluiu a partir de sua pesquisa que são inúmeros e que estão relacionados a diversas partes interessadas como: funcionários, comunidade, colaboradores e clientes. Já as análises de Siqueira (2004) sobre os determinantes de competitividade das agroindústrias que processam cana-de-açúcar nas regiões do Alto Parnaíba e no Triângulo Mineiro, decorrente de sua pesquisa com oito usinas, revelaram que a gestão interna concomitantemente com a gestão da qualidade estando a primeira preponderando sobre a segunda se destacaram como fatores predominantes.

Em outra pesquisa realizada por Mauro e Brito (2011) sobre qual seria a relação entre o desempenho financeiro das empresas e a adoção de práticas de gestão de 47 empresas localizadas no estado de São Paulo, os resultados evidenciaram como a utilização eficiente de práticas voltadas a gestão da qualidade, influencia diretamente e de forma positiva no crescimento e na lucratividade da empresa.

Muitos dos artigos referenciados nessa pesquisa, quando estudados confirmam que há inúmeros benefícios mediante a adoção de Sistemas de Gestão da Qualidade no que diz respeito ao desempenho financeiro das organizações, assim como em relação aos interesses dos acionistas sobre crescimento,

lucratividade, competitividade e eficiência. Eid e Neves (1998) e Scopinho (2000), afirmam que sob o ponto de vista dos colaboradores, tanto as melhorias tecnológicas quanto as organizacionais das usinas de cana-de-açúcar ocorreriam devido a adoção de práticas que objetivassem o aumento na forma de controle sobre o trabalho.

Segundo JORNALCANA(2019), a pesquisa realizada por Intermídia Comunicação Empresarial (2003) em uma usina sucroalcooleira apresentou resultados de avaliações realizadas pela empresa após a implantação do Sistema de Gestão da Qualidade. A participação do setor de produção e os de serviços de suporte: recursos humanos, marketing, área comercial, suprimentos e atendimento ao cliente, logística e controle de qualidade, foram fundamentais em todo o processo. A empresa investigada já possuía a certificação ISO 9002/1994 e a ISO 9001/2000 para os produtos açúcar líquido invertido e empacotado e o açúcar cristal. As conclusões evidenciaram como os maiores beneficiados com a implantação de tais normativas, o reconhecimento de seus clientes juntamente com o comprometimento de todos os funcionários.

Segundo Conterato et al. (2016, p.5), quando uma empresa do setor sucroalcooleiro implanta um Sistema de Gestão da Qualidade com base na ISO 9001, está garantindo a boa imagem da organização e como consequência inúmeros benefícios. O autor classifica esses benefícios como sendo quantitativos e qualitativos. São denominados como quantitativos a utilização adequada de recursos; disciplina da produção;

uniformidade do trabalho; registro do conhecimento tecnológico; melhoria do nível de capacitação do pessoal; controle dos serviços e processos; segurança do pessoal e dos equipamentos; racionalização do uso do tempo. Quanto aos benefícios qualitativos o autor faz referência a redução do consumo e do desperdício; especificação de Materiais de consumo e padronização dos serviços (CONTERATO et al. (2016)

Nessa linha de raciocínio, Sampaio (2008), categoriza esses benefícios como sendo externos e internos da implantação e certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9000 , e os qualifica como efeitos que ocorrem nos ambientes internos ou externos da empresa, respectivamente. Em pesquisas realizadas com empresas do setor sucroalcooleiro no Brasil, Ferreira et al. (2015), concluiu que os fatores que mais motivaram para que essas empresas buscassem a certificação ISO 9001 estão relacionados a uma forte interação com os clientes. O autor concluiu referenciando as expectativas que estão relacionadas à busca mercados maiores por meio da exportação. São tantos os benefícios a partir da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade, que mesmo apesar das dificuldades apresentadas o mesmo se apresenta como uma ferramenta de gestão capaz de conduzir a empresa a obtenção de vantagem competitiva (SIMÕES e RIBEIRO, 2007).

Considerações Finais

O estudo comprova a relevância da implantação do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ juntamente com a NRB ISO 9001 para as empresas do setor Sucroacoleiro e revela as razões pelas quais elas são motivadas a se certificarem assim como os benefícios adquiridos. O modo como empresas do setor atuam para se manterem no mercado não medindo esforços a fim de se tornarem competitivas agregando maior valor aos seus produtos e desse modo se posicionando no mercado estrategicamente, ficaram evidentes.

Constata-se que mesmo apesar das dificuldades enfrentadas diariamente, principalmente para obtenção da certificação ISO 9001, os aspectos positivos na implantação do Sistema de Gestão de Qualidade são bem maiores para essas empresas do que se de fato elas não fossem certificadas.

Conclusivamente esse trabalho contribui para melhor entendimento dos impactos que a implantação da ISO 9001 causa nas empresas do setor sem, contudo, limitar os resultados encontrados a partir das fontes pesquisadas. Nesse sentido, salienta-se a importância da realização de outras pesquisas sobre a temática, posto que ainda há poucos estudos apresentados sobre a mesma restringindo assim a discussão do assunto de forma mais pontuada.

Referências Bibliográficas:

ALVES, L. R. A. **Transmissão de preços entre produtos do setor sucroalcooleiro do estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz, Piracicaba, 2003.

BARBARÁ, S. et al. (Org.). **Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação: foco no sistema de gestão da qualidade com base na ISO 9000:2000.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006. p.305.

BARBARA, HANNY; SÁNCHEZ, R. D. S., REY. Viabilidade da Certificação de Qualidade ISO 9001:2000 em Usinas de Açúcar e Álcool de Uberaba-MG e Região. **Viability of the certifiaton of quality ISSO 9001:2000 in sugar sugar plant and alcohol of Uberaba-Mg and region**, Uberaba, n. 6, p. 121-192, 2009.

CANAONLINE. **Quais as perspectivas da cana-de-açúcar para 2019?** Sob o ponto de vista da Cana. Região Centro-Sul do Brasil. Disponível em: <http://www.canaonline.com.br/conteudo/quais-as-perspectivas-da-cana-de-acucar-para-2019-sob-o-ponto-de-vista-da-cana.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CARPINETTI, Luiz C. R.; MIGUEL, Paulo A. C.; GEROLAMO, Mateus, C. **Gestão da qualidade ISO 9001:2000 princípios e requisitos.** São Paulo: Atlas, 2007.

CARPINETTI, L. C. R. **Gestão da qualidade: conceitos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

ÚNICA. Cana-de-açúcar união da indústria. Acompanhamento quinzenal da safra na região Centro-Sul: Posição até 16/10/2019. *In: Acompanhamento quinzenal da safra na região Centro-Sul Posição até 16/10/2019*. São Paulo: UNICA, 2019. Disponível em: <https://www.unica.com.br/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CERQUEIRA, P. J.; MARTINS, C. M. **O sistema ISO 9000 na prática**. São Paulo: Pioneira, 1996.

DENATRAN. **Departamento nacional de trânsito**. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/>. Acesso em 22 abril de 2016.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, CONAB. Safra de cana estimada em 635 milhões de t terá produção de 30 bilhões de litros de etanol: Safra. *In: Safra de cana estimada em 635 milhões de t terá produção de 30 bilhões de litros de etanol*. Internet: Redação, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2489-safra-de-cana-estimada-em-635-milhoes-de-t-tera-producao-de-30-bilhoes-de-litros-de-etanol>. Acesso em: 9 nov. 2019.

CONTERATO, Camila; CASTRO, Cláudio; SALGADO, Eduardo. Análise das razões, benefícios e dificuldades na implantação da NBR ISO 9001 em empresas sucroalcooleiras. **Revista Spacios** v. 37, n.12, 2016.

COELHO, Giselle Amorim. **Gestão da Qualidade**. Instituto Federal Mato Grosso, ano 2017, v. 2, ed. 5, p. 35-50, 2017.

EID, F.; NEVES, M.R. (1998). Organização do trabalho, tecnologia e programa de qualidade total na indústria sucroalcooleira paulista. **Revista Estudos de Sociologia** (UNESP), 3(4). p.85-95.

FALCONI, Vicente. **Gerenciamento pelas diretrizes**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DIEESE. **O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro**. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf>>

FERREIRA, C. S.; SALGADO, E. G.; SILVA, C. E. S.; MELLO, C. H. P.; SAMPAIO, P. Reasons and benefits associated with ISO 9001 certification for sugar and ethanol companies. **Independent Journal of Management & Production**, v. 6, n. September, p. 623–642, 2015.

FRANCO, Alessandra; VILARINHO, Cintia; FURTADO, Wilter. Atividade de Valor na Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade - Sgq - em um Serviço Público de Saneamento. Anais do Simpósio: SEGeT - **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Resende, 2012.

GARCIA, J. R. **O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel Brasileiro e a Agricultura Familiar na Região Nordeste**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

JUNIOR, Isnard Marshall. **Gestão da qualidade** 10.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MACEDO, I. Situação atual e perspectivas do etanol. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, São Paulo, 2007.

MAURO, M.; BRITO, L.A.L. Práticas operacionais e o desempenho financeiro das empresas do setor sucro-energético em São Paulo. Anais do Simpósio: **XIV SIMPOI – Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. São Paulo: Piracicaba, 2011.

MARSHALL JUNIOR, I. et al. **Gestão da qualidade**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.196.

MARANHÃO, M.. **ISO série 9000, versão 2000: manual de implementação**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark,2005.

MIRANDA, A. R. A.; GOMES, M. A. N.; GOMES F. C.; SANTOS, R. V. M.. A influência da certificação ISO 9001 no ambiente, sob a perspectiva dos clientes internos e externos. In: ENEGEP, **XXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Fortaleza, 2006. Fortaleza. Anais... Fortaleza, ENEGEP, 2006. CD-ROM. **Tecnologia. Rio de Janeiro:**

Resende, 2012.

OLIVEIRA, M. F.; ESCRIVÃO F. E.. Pequenas empresas e insucesso de programas de qualidade: uma proposição de ajustes ao programa Sebrae de qualidade total. In:

EGEPE II – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 2001, Londrina. Anais... Londrina EGEPE, 2001. CD-ROM.

PAULA, Alexandre Taveira; MELHADO, Silvio Burrattino. **Avaliação do impacto potencial da versão 2000 das normas ISO 9000 na gestão e certificação da qualidade: o caso das empresas construtoras**. São Paulo: EPUSP, 2005.

PAULA, Gilles. **O que é SGQ (Sistema de Gestão da Qualidade Total) e como ele pode ajudar a reduzir custos e melhorar os resultados**. [S. l.]: Treasy, 21 ago. 2016. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/sgq-sistema-de-gestao-da-qualidadetotal/>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SAMPAIO, P.; SARAIVA, P.; RODRIGUES, A. G. ISO 9001 certification research: questions, answers and approaches. **International Journal of Quality & Reliability Management**, v. 26, n. 1, p. 38-58, 2009.

SASHKIN, M.; KISER, K. J. **Gestão da Qualidade Total na Prática**. trad. Outras Palavras Consultoria Lingüística Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SCOPINHO, R.A. (2000). Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n.1, p.93-112, Jan/Abr, 2000.

JORNALCANA. Setor sucroenergético representa 2% do PIB brasileiro, afirma diretor do ITC: Como o setor de cana equivale a 2% do PIB?. *In*: FINGUERUT, Jaime. **Jornal Cana**. Jornal Cana: Redação, 7 maio 2019. Disponível em: <<https://jornalcana.com.br/setor-sucroenergetico-representa-2-do-pib-brasileiro-afirma-diretor-do-itc>> Acesso em: 9 nov. 2019.

SIMOES, L; RIBEIRO, C. R. **O ciclo PDCA como ferramenta da qualidade total**. Unisalesiano. Lins. São Paulo, 2007.

VASCONCELLOS, André; LUCAS, Solange. Gestão Pela qualidade: dos primórdios aos modelos de excelência em gestão. Anais do Congresso: **VII CNEG - Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro: Niterói, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Adevan da Silva Pugas

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – (PPGA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC). Mestre em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Membro do Grupo de Pesquisa Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos..

E-mail: vanpugas@gmail.com

Alessandra Aparecida Franco

Doutora em Educação (UFU/MG). Mestre em Administração (FACECA/MG). Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba.

E-mail: alessandra.franco@uemg.br

Ana Cecília Guedes

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – Universidade Federal de Santa Catarina (PPGA/UFFSC). Doutora em Agroecossistemas – PPGA/UFSC. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba.

E-mail: ana.cecilia@uemg.br

Danilton Carlos da Silva

Mestre em Administração Agroindustrial - Unesp/SP. Docente na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba.

E-mail: danilton.silva@uemg.br

Elicardo Heber de Almeida Batista

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista-FCT/UNESP. Docente na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba.

E-mail: elicardo.batista@uemg.br;
elicardoheber@yahoo.com.br

Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Mudança Social, Agronegócio e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

E-mail: icamiaba@gmail.com

Jussara Goulart da Silva

Doutora em Administração – UNINOVE/São Paulo. Docente na Universidade Federal de Uberlândia - UFU – Campus Pontal Ituiutaba - Minas Gerais

E-mail: jussaragoulart@ufu.br

Karine Nunes

Estudante de Agronomia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Bordeaux Sciences Agro (França) e Mestranda no Programa de Desenvolvimento dos territórios, origem e qualidade dos produtos na Universidade de Bordeaux Montaigne (França)

E-mail: karinenunes102@hotmail.com

Karllianne Dias Maia dos Santos

Pós graduanda em Gestão Ambiental aplicada à indústria – UNOPAR/Polo Ituiutaba. Tecnóloga em Produção Sucroalcooleira - Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba.

E-mail: karlliannemaia@gmail.com

Leandro Divino Miranda de Oliveira

Mestrando em Administração na Unesp/SP – Campus Jaboticabal.

E-mail: leandro-miranda92@hotmail.com

Maria Beatriz Silva Araújo

Graduanda em Agronomia na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Ituiutaba.

E-mail: maria_bearaujo@hotmail.com

Mateus Medeiros Ferreira

Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira - Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ituiutaba.

E-mail: mat.m.f@hotmail.com

Oscar José Rover

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio do Grande do Sul (UFRGS). Docente no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenador do Grupo de Pesquisa Agroecologia e Circuitos de Comercialização de Alimentos.

E-mail: oscar.rover@gmail.com

Paulo Roberto Cardoso da Silveira

Doutor pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA- Campus de Itaqui.

E-mail: prcs1064@yahoo.com.br

Sérgio Mendes Dutra

Mestrando em Administração na Unesp/SP - Campus Jaboticabal.

E-mail: serggiomendes@gmail.com

